

No. 1 dezembro 2016



CONJUNTURA:

UMA LEITURA ALTERNATIVA



No. 1 dezembro 2016 ISSN 3085-6841
GRUPO DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA
CONJUNTURA ECONÔMICA **GAACE - UFCG**

Conselho Editorial

Karla Vanessa B. S. Leite

Ricardo Schmidt Filho

Organizadores

Kassia Larissa Abrantes Alves

Mattheus Rodrigues da Silva

Júlio Cesar Nascimento

Karla Vanessa B. S. Leite

Camila Noronha Alves

Gicele Barros Costa

GAACE - UFCG

Conjuntura: Uma Leitura Alternativa [recurso eletrônico] Karla Vanessa Batista da Silva Leite; Kassia Larissa Abrantes Alves; Júlio Cesar Nascimento; Camila Noronha Alves; Gicele Barros Costa. (orgs. Do No.) No. 1; EDUFCG; Campina Grande; 2016; p. 223.

Eletrônica Anual

Artigos de Opinião

ISSN 3085-6841

1. Economia - Periódico. 2. Ciências Humanas. I. Leite, Karla Vanessa Batista da Silva. II. Filho, Ricardo Schmidt. Conjuntura: uma leitura alternativa.

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que o Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE), grupo de pesquisa ligado à Unidade Acadêmica de Economia (UAECON), certificado pela instituição e cadastrado no diretório de grupos de pesquisa da plataforma do CNPQ, apresenta o volume 6 da Revista “**Conjuntura: uma leitura alternativa**” à comunidade universitária e demais pessoas interessadas.

A presente revista é resultado de um trabalho feito semanalmente com professores e alunos do curso de Economia. Em reuniões semanais, a conjuntura nacional e internacional é acompanhada e analisada através da leitura, principalmente, dos jornais *Valor Econômico* e *Folha de São Paulo*. Baseando-se nas discussões originadas nas reuniões e nas notícias dos jornais antes mencionados, os integrantes do Grupo escrevem artigos jornalísticos referentes a questões diversas da conjuntura econômica, social e política do Brasil e do mundo.

Anualmente, o GAACE promove um seminário e neste evento publica uma coletânea com os artigos do ano anterior. No ano de 2016, a revista será lançada durante a realização do II Simpósio Acadêmico de Economia (II SAEC), promovido pela UAECON, entre os dias 17 e 19 de Fevereiro. Como espaço que será dedicado à produção e transmissão do conhecimento, o Evento tem como objetivo central promover o debate e a reflexão crítica sobre temas relevantes da conjuntura econômica mundial, nacional, regional e local. Assim sendo, nesta edição, abriu-se espaço para publicar os resumos expandidos que foram submetidos e aprovados pela comissão científica do II SAEC.

É importante ressaltar que os artigos publicados na Revista “**Conjuntura: uma leitura alternativa**” expõem pontos de vista que normalmente se opõem às ideias

transmitidas pela imprensa convencional. Sua maior vantagem é o compromisso com a verdade e com o real entendimento dos fatos sociais, políticos e econômicos. Deste modo, todos aqueles que participaram das análises e leituras semanais, bem como na elaboração dos artigos aqui publicados esperam contribuir na construção desta consciência crítica, fundamental à transformação política, social e econômica.



SUMÁRIO

ARTIGOS JORNALÍSTICO.....	7
Quanto está custando a falta de investimento para o Brasil?.....	7
PL 4330/04 uma ameaça para a classe trabalhadora.....	9
Uma luz no fim do túnel: O Syriza e a auditoria da dívida grega.....	11
Another brick in the wall?.....	14
Uma breve discussão sobre o ajuste fiscal proposto pelo governo federal.....	17
Crise de energia e desenvolvimento econômico.....	20
O verdadeiro coração da União Europeia.....	22
A importância da política externa: Um comparativo entre o governo Lula e o governo Dilma.....	24
Crise econômica atual da Grécia.....	26
Lei de responsabilidade fiscal: 15 anos.....	28
A “reação” da balança comercial brasileira.....	30
Inflação da economia brasileira e o regime de metas de inflação.....	32
Água virtual: Exportação dos recursos hídricos brasileiros.....	35
“Quem semeia vento colhe tempestade”.....	37
O ajuste da balança.....	39
O aumento do preço da passagem e a redução dos direitos.....	42
Queda no mundo acionário chinês.....	45
O desemprego recente dos bancos: Crise para quem?.....	47
Ajuste fiscal, o que significa?.....	50

A importância do capital humano para o desenvolvimento econômico.....	52
Apesar da crise.....	55
Liberdade de ir e vir, que piadinha de mau gosto.....	59
PIB: Breve histórico e perspectivas para o Brasil.....	62
Poder acima de tudo.....	66
Dívida pública: Momento para ajuste fiscal ou auditoria?.....	68
Imigração e seus impactos na economia.....	71
Desmilitarização: Um passo para a pacificação social.....	73
Do medo de inflação ao medo de agir.....	76
Prêmio Nobel de economia 2015: Análise do consumo, pobreza e bem-estar.....	79
A superexploração da força de trabalho como especificação do capitalismo dependente.....	81
O Brasil e o planejamento econômico.....	85
Cada vez mais, artificial!.....	87
Plano safra agrícola e pecuária 2015/2016.....	89
Brazilian Game of thrones.....	91
A “escassez” de água no Brasil, estamos em uma crise hídrica?.....	93
Transpacífico: O acordo do século XXI?.....	96
Relações comerciais Brasil-China: Consequências para a economia brasileira?.....	99
O Brasil ainda tem chances?.....	102
Grécia e a zona do euro.....	104
RESUMOS EXPANDIDOS II SAEC	106
Inserção comercial do Mato Grosso do Sul: Uma análise de sua participação no comércio internacional: 2000 a 2014.....	107
Estimação da regra de Taylor para o caso brasileiro (2004-2014)	114
Vulnerabilidade social na Paraíba: E suas disparidades espaciais a partir do IVS.....	122
Análise da teoria da inflação de Ignácio Rangel: Contribuições, aspectos metodológicos e referências.....	129
A importância do mercado de trabalho na redução das desigualdades de renda no Brasil.....	133

Vantagem comparativa revelada: Uma análise da competitividade do arroz dos maiores produtores do Mercosul no comércio internacional.....	137
Pobreza e distribuição de renda no estado do Ceará: Uma análise sobre o período de 2001 a 2009.....	143
A crise hídrica brasileira.....	149
Os homicídios e sua relação com a renda e o nível de desemprego na Paraíba.....	154
Inovação para os economistas clássicos.....	159
Rômulo Almeida: Preceptor do desenvolvimento e da modernização do Brasil, do Nordeste e da Bahia.....	166
Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável: Uma análise histórica-teórica.....	170
A importância das inovações para o desenvolvimento: Enfoque schumpeteriano.....	177
Perfil de consumo dos bolsistas de iniciação da Urca: Análise dos beneficiários das zonas rural e urbana.....	184
Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência.....	191
A influência do Capitalismo nos investimentos em educação.....	198
A reforma neoliberal do estado brasileiro e a abscisão normativa dos direitos trabalhistas no final do século XX.....	203
O capitalismo dependente na obra de Florestan Fernandes.....	210
O papel do estado capitalista em tempos de crise: Uma análise da atuação do estado capitalista em meio à crise econômica de 2008.....	215

QUANTO ESTÁ CUSTANDO A FALTA DE INVESTIMENTO PARA O BRASIL?¹

Ingrid Mikaella de Oliveira Lima²

Kassia Larissa Abrantes Alves³

O investimento corresponde em termos econômicos, ao capital aplicado com finalidade de obter rendimentos a prazo. Mas no cenário econômico atual presenciamos que a cada dia mais o Brasil enfrenta um grande problema de falta de investimento, e quanto isso custa para nós cidadãos desta nação que pagamos nossos impostos e não vemos retornos nem a curto, médio ou longo prazo?

O cenário econômico brasileiro da atualidade passa por uma situação bastante difícil, com a inflação alta e medidas da política monetária contracionista atuando para manter seu controle dentro da meta, presenciamos taxas de juros elevadas e uma economia desaquecida, marcada pelo baixo crescimento. Diante dessa perspectiva um dos setores que, mais sofrem com a falta de investimento é o Industrial, muitos economistas associam que o fraco desempenho da indústria brasileira tem mais a ver com a política econômica do governo do que com a crise internacional, pois o governo federal estimulou, mais o consumo do que o investimento, porém para crescer de forma sustentável, o país também precisa investir. Assim acredita-se que só terá melhoria nos investimentos quando a economia voltar a apresentar crescimento.

No ano de 2014 a prévia do PIB (Produto Interno Bruto) apresentou uma retração 0,15%, pois sem investimentos produtivos não há como esperar um desempenho forte do PIB, o consumo das famílias funciona como um suporte, mas o que dá a dinâmica desta atividade são os investimentos. O principal indicador de investimento no país, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) está muito abaixo da média mundial, de 25,4% do PIB, e no terceiro trimestre do ano representou 17,4% (1,29 trilhões) do PIB neste período.

¹ Artigo escrito em Fevereiro de 2015.

² Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: ingridmikaella_@hotmail.com

³ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: klarissaabrantesa@gmail.com

Todavia, não é só o setor industrial que sofre com a falta dessa aplicação de recursos, já é histórico para a nossa nação que precisamos de investimentos na educação, na saúde, na segurança, na infraestrutura e em diversos outros setores do país e que este é o passo para darmos um salto no desenvolvimento e na qualidade de vida da nossa sociedade.

No ano de 2014 no Brasil, o valor do imposto arrecadado foi de R\$ 1,8 trilhão de reais, enquanto o valor total do Orçamento da União para 2014 foi de R\$ 2,48 trilhões. Pagamos nossos impostos, e vamos à escola, lá nos sentamos em carteiras quebradas, temos paredes pichadas, falta de professores para determinadas disciplinas, falta de atividades de interação, como um laboratório, uma quadra, uma biblioteca, nós ficamos doentes e vamos ao hospital, lá morremos esperando atendimento, enfrentamos filas por que não há leitos, falta remédios, o equipamento de raio- x está quebrado, pegamos infecções, nós pagamos os nossos impostos e moramos de frente a esgotos a céu aberto, saímos na rua e corremos risco de perder a vida, ou nos roubarem algo bem material. Será que pagamos tão pouco de impostos que não dá para cobrir uma melhoria na nossa qualidade de vida? Será que o problema é por que não tem dinheiro? Ou será que na realidade dinheiro tem e muito, mas o que está sendo feito com ele? Para onde vai que não chega a nós?

PL 4330/04 UMA AMEAÇA PARA A CLASSE TRABALHADORA ⁴

Mattheus Rodrigues da Silva⁵

Foi aprovado pelo plenário da câmara por 324 votos a 137 o texto base do Projeto de Lei 4330/04, que facilita a terceirização de trabalhadores. Criado por Sandro Mabel, ex-deputado e dono de uma das maiores empresas alimentícias da América Latina esse projeto permite a contratação de trabalhadores terceirizados sem restringir que tipo serviço. Essa PL representa o inverso da súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que proíbe a terceirização de atividades-fim, pela súmula não é permitido que funcionários terceirizados executem funções que estejam diretamente ligadas ao produto ou serviço final da empresa ou instituição empregadora. Essa nova forma de contratação se estende tanto para empresas privadas como públicas, exceto administração pública direta, autarquias e fundações. O projeto que já foi aprovado pela câmara dos deputados pode sofrer modificações e será encaminhado diretamente para votação no senado.

Quem é a favor da flexibilização da terceirização defende que essa medida irá beneficiar mais de 12 milhões de trabalhadores que estão no mercado de trabalho desamparados por qualquer regulamentação, que a terceirização irá gerar um aumento na qualidade dos serviços, uma redução nos custos trazendo mais inovações e que os direitos trabalhistas ficarão intactos. Já os que se posicionam contra rebatem, comparando as condições de um funcionário terceirizado e um funcionário contratado diretamente, pois normalmente o terceirizado recebe um salário menor, tem uma carga horária mais elevada, tem um tempo médio de duração no emprego menor além de estar mais suscetível a sofrer acidentes de trabalho.

Em matéria divulgada pela revista Carta Capital⁶ no dia 10 de abril de 2015 Ruy Braga, professor da USP especializado em sociologia do trabalho discorre sobre as consequências socioeconômicas que o país pode sofrer com a flexibilização da terceirização. Segundo ele só quem se beneficia são as empresas por reduzir os custos e

⁴ Artigo escrito em Abril de 2015.

⁵ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica.
E-mail: mattheusr36@gmail.com

⁶ Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-da-terceirizacao-e-a-maior-derrota-popular-desde-o-golpe-de-64-2867.html>>

aumentar os lucros, o desemprego aumenta, pois, um trabalhador terceirizado trabalha em média 3 horas a mais e que a arrecadação de impostos e o consumo tendem a cair também, além de citar outros temas como o governo, a pressão do mercado e a atuação da CLT.

A terceirização pode ser aceita quando a atividade exercida pelo trabalhador é secundária, quando expandimos para a atividade principal abre-se uma brecha para a exploração e precarização do trabalho pois traria a possibilidade de que os funcionários contratados não tenham nenhuma cobertura da CLT além de uma menor representação sindical já que a responsabilidade fica com o sindicato da empresa que detêm o contrato do empregado e não da empresa que ele presta o seu serviço, com isso os trabalhadores não seriam beneficiados com as conquistas da categoria e deveriam se contentar com acordos e convenções feitas entre o trabalhador e o sindicato dos terceirizados com isso teriam que aceitar salários mais baixos e piores condições de trabalho para não ficar desempregados.

UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL: O SYRIZA E A AUDITORIA DA DÍVIDA GREGA.⁷

Natália T. Rodrigues⁸

O ano de 2015 se inicia com uma luz no fim do túnel para os que lutam em prol da Auditoria Cidadã da Dívida⁹, pauta majoritariamente da esquerda mundial. A luz vem com a chegada ao poder na Grécia da Coalizão da Esquerda Radical - ou SYRIZA como é conhecido popularmente. O Syriza marca um momento importante no cenário mundial, ao passo que mostra ao mundo ser possível romper a polaridade existente entre partidos da ordem, no caso grego o PASOK e a NOVA DEMOCRACIA.

Nascido em 2004 como a coalizão de diversos setores da esquerda e até de pós keynesianos, o partido ganha forças com o aprofundamento da crise econômica, que exibiu as contradições e o esfacelamento do sistema político grego de forma escancarada a todos. O Syriza surge então como alternativa ao que estava posto, fazendo já em 2012 alcançar 27% dos votos, passando os sociais-democratas tornando-se assim a segunda força política da Grécia e a principal voz da oposição.

Um ponto crucial para que se possa entender o porquê o Syriza alcança o poder, é a proposta de Auditoria da Dívida que esteve sempre de forma clara como proposta programática do partido. A Dívida Grega representava 113% do PIB em 2009 antes da eclosão da crise no país, no entanto com a intervenção da Troika (BACEN Europeu, FMI e Comitê de Bancos), ou seja, com a “ajuda” que essas instituições forneceram à Grécia a fim de retirá-la da crise, a dívida passou para 185% do PIB em dezembro de 2014. Ou seja, os empréstimos que eram para salvar o país o fizeram entrar em um estado econômico ainda mais delicado. Um olhar atento nos mostra que esse período de

⁷ Artigo escrito em Maio de 2015.

⁸ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE)

⁹ A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fim lucrativos, que tem como objetivo REALIZAR, DE FORMA CIDADÃ, AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA, INTERNA E EXTERNA, FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, BEM COMO, EXIGIR A DEVIDA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO, DE FORMA QUE OS CIDADÃOS CONHEÇAM A NATUREZA DA DÍVIDA, OS MONTANTES RECEBIDOS E PAGOS, A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS E OS BENEFICIÁRIOS DOS PAGAMENTOS DE JUROS, AMORTIZAÇÕES, COMISSÕES E DEMAIS GASTOS. COM TAL CONHECIMENTO A AUDITORIA TEM COMO OBJETIVO AINDA, MOBILIZAR A POPULAÇÃO EM PROL DO CUMPRIMENTO DO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL (DISPOSTO NO ARTIGO 26 DO ADCT) QUE DETERMINA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA.

empréstimo veio justamente no momento em que os bancos europeus estavam praticamente quebrando por causa da crise, assim, financiar outros países a “saírem” da crise foi um mecanismo que garantiu o retorno econômico dos bancos europeus.

Um dos mecanismos que fizeram com que a dívida Grega se consolidasse foi a manipulação da taxa de risco por agências de classificação - as quais reduziram a classificação dos papéis da própria dívida pública do país poucos dias antes do vencimento de algumas obrigações — levando o governo a aceitar acordos com o FMI e a União Europeia. Isso possibilita analisar como funciona o mecanismo. Montada a estrutura, instituições financeiras internacionais e grandes corporações podem invadir o país, impondo seus interesses — os quais incluem o desmantelamento dos direitos sociais, a proteção das instituições financeiras e a venda do aparato estatal, sobretudo com a privatização de lucrativas empresas públicas.

O que se vê na prática é o rendimento da economia grega à Troika. Fazendo cortes, “ajustes fiscais” que caem nas costas da classe trabalhadora. Os próprios ministros apontam que há uma crise humanitária hoje na Grécia, houve o fechamento de vários serviços de atendimento público, a redução salarial chegou a 60%, o desemprego dos jovens é mais de 50%, o desemprego das mulheres representa mais 60%, o número de suicídio alcançou cerca de 4000 nos últimos quatro anos entre outros fatores que demonstram o estado de calamidade posto no país.

Sendo assim, um dos primeiros e importantes passos tomado pelo governo Syriza foi à proposta de uma Auditoria da Dívida Grega. A presidente do parlamento grego Zoe Konstantopoulou decidiu criar uma Comissão da Dívida Pública grega, a fim de determinar o eventual carácter odioso, ilegal ou ilegítimo das dívidas públicas contraídas pelo governo, bem como dar ao povo o direito de reivindicar que se parte da dívida que é ilegal (se a comissão¹⁰ assim concluir) deve ser anulada.

Um conhecido caso da auditoria da dívida é a do Equador, que se constituiu em uma verdadeira lição ao demonstrar o quanto o *Sistema da Dívida*, ou seja, o endividamento público contínuo convertido em uma maneira de desvio de recursos públicos em larga escala, se repete em vários países, preponderantemente naqueles em que são mais desenvolvidos financeiramente¹¹. No Equador, os especialistas detectaram que 70% da dívida eram ilegais e, por conseguinte não foram pagos, destinando o valor à reestruturação da educação básica do país bem como em setores como saúde, transporte entre outros acessos básicos que há tempos estavam esquecidos em prol do pagamento religioso da dívida.

¹⁰ Para compor tal comissão, importantes especialistas foram convidados, o belga Eric Toussaint, presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo que já participou da auditoria promovida pelo governo do Equador, a brasileira Maria Lúcia Fattorelli, auditora da receita federal e coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, que também participou da auditoria equatoriana entre outros profissionais.

¹¹ Entende-se aqui por países desenvolvidos financeiramente aqueles em que o Estado se apresenta enquanto ferramenta para uma nova fase de acumulação e reprodução do capital, isso é feito de diversas formas, por exemplo, com o desenvolvimento da engenharia financeira, a manipulação de ratings, o tráfico de influência e transformações dentre outras formas.

Segundo Maria Lúcia Fatorelli a auditoria será realizada a partir da análise de documentos e evidências da dívida pública. Os resultados dessa auditoria farão parte de um relatório que se transformará em instrumento para ações concretas em todos os campos: popular, parlamentar, legal, entre outros da esfera política. Demonstrar a natureza de tal dívida, a quem ela serve entre outros pontos, serão papéis fundamentais colocados pela Auditoria da Dívida, que vem sendo chamada pelo povo de Comissão da *Verdade* da Dívida.

Com isso posto, a luz no fim do túnel aberta com Syriza não deve ser apagada para nós brasileiros, que destinamos, por exemplo, 45,11% do Orçamento da União de 2014 para o pagamento de juros e amortizações da Dívida. Ainda mais este ano com o acirramento da crise, em que diversos ajustes fiscais estão sendo feitos a fim de “honrar com a dívida”, no entanto, pouco ou quase nada se discute sobre a natureza da dívida e se devemos, a quem se destina? O que temos é um debate intenso dentro de um mesmo espectro de como “administrar” o capitalismo brasileiro subdesenvolvido e dependente, eufemisticamente chamado de Economia Brasileira nos manuais de economia, mas sem se tocar naquilo que fratura a realidade brasileira, o pagamento religioso de juros e amortizações da dívida pública.

ANOTHER BRICK IN THE WALL? ¹²

Ricardo Schmidt Filho¹³

Ontem, primeiro de junho de 2015, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy afirmou em um seminário sobre a América Latina, ocorrido em Washington que a retomada da economia brasileira será “lenta, tijolo a tijolo”. Para um amante do Pink Floyd, a comparação com o álbum *The Wall* é quase inevitável. Vamos então destacar um pouco dos motivos de tal referência, mas antes disso, vamos aos apontamentos centrais e afirmações do ministro.

Ele começa afirmando que o cenário econômico mundial será adverso para o Brasil, e sendo assim uma estratégia de crescimento se faz necessária já que “vamos encarar este mundo por um tempo”. Ele afirma que “A nossa estratégia é para o longo prazo. É melhor que alcancemos a melhor forma possível, em vez de apenas tentar manter algo anticíclico”. Segundo ele o tempo de desonerações e financiamento público está esgotado, já que “Agora, é arrumar os indicadores macroeconômicos e iniciar reformas de caráter estrutural”. Por fim, afirma ele: “Será uma recuperação lenta. Quando as coisas estiverem estruturadas, esperamos parar de cair, e começar a crescer, lentamente, porque essas coisas você tem que construir tijolo por tijolo em sua economia, em um novo mundo”.

Aqui nos perguntamos, qual é este “novo mundo” do ministro? Será que “as reformas de caráter estrutural” pensadas por ele e sua equipe realmente vão melhorar a estrutura produtiva brasileira a longo prazo? Quando lembramos da direção destas (Piora generalizada na situação trabalhista, cortes de investimentos produtivos, cortes na educação, desestímulo à indústria e tecnologia com as mudanças no financiamento público a estes setores), infelizmente não podemos compactuar e nem tampouco aceitar o otimismo forçado de nosso ministro. Se a intenção é fortalecer a economia para que esta esteja estruturalmente forte, as escolhas de políticas e reformas são antagônicas aos objetivos. E, por mais que o ministro tente passar uma aura de confiança e credibilidade, poucos parecem confiar no caminho vislumbrado por ele. Os indicadores da economia e as previsões destes para o ano atual e próximo reforçam o ceticismo sobre o que tem sido feito.

¹² Artigo escrito em Junho de 2015.

¹³ Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Tutor do PET-Economia/UFCG) e coordenador do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE)

Bom, realizada esta pequena contextualização, vamos ao “comparativo” com o álbum já citado. THE WALL é uma obra de protesto contra o mundo, as suas bases, e as pessoas que o formam. Roger Waters, vocalista e compositor do álbum, procurou demonstrar, a partir de um personagem chamado “Sr. Floyd¹⁴”, os diversos fatores que podem influenciar a vida de cada um de nós. THE WALL significa “o muro¹⁵” em português.

Diversos são os fatores que levam o “Sr. Floyd” a construir um muro a seu redor, assim como diversos são os aspectos que fazem nossa economia estar na atual situação. Não existe uma solução em única direção para resolver estes problemas, isso talvez esteja reforçando a postura do governo e do ministro a construírem, não uma política econômica que nos conduza a uma situação melhor a longo prazo, e sim um muro de distanciamento da realidade das necessidades do povo e da economia brasileira.

No álbum, os fatores que levam ao isolamento gradual do “Sr. Floyd” são, o Governo e a guerra que lhe tiraram o pai, o comportamento de sua mãe que aprofundou seu isolamento com sua superproteção, a escola alienou todos a sua volta, e a mulher o traiu por causa do seu desinteresse que, por sua vez, foi gerado pela revolta contra os fatos acima citados. Tudo o empurrou para o isolamento. Para ele, o mundo estava errado. Mas para o mundo, quem estava errado era Floyd.

Será o Sr. Ministro não está se comportando como o Sr. Floyd? Achando que todo mundo está errado e apenas ele certo?

Continuando os comentários sobre a obra, temos na faixa “Goodbye Blue Sky”, pode-se notar uma severa crítica ao Governo, e o impacto que ele teve na vida do “Sr. Floyd” ao, através da guerra, tirar-lhe o pai. Trazendo para o contexto de hoje, quantos filhos perdem seus pais pela insuficiência de políticas eficazes para a segurança pública? Quantas famílias serão atingidas e desestruturadas pelas reformas trabalhistas retrógradas?

Na clássica “Another Brick in the Wall part II” outro alicerce de nossa sociedade é debatido: a educação. Roger Waters define o sistema educacional como uma alienação, fazendo com que as pessoas, ainda crianças, percam sua identidade própria e pensem o que o Governo quer que elas pensem. Não é isso que o nosso “Sr. Ministro” pretende reforçar com os cortes severos na educação?

Outro ponto, destacado na música “Mother”, destaca-se a superproteção por parte de sua mãe e o incentivo desta ao isolamento do “Sr. Floyd”. Será que nossa presidente, não tem superprotegido e dado força demais ao “Sr. Ministro”? Será que isso acaba por fortalecer a sua visão de mundo e a incompatibilidade desta com a realidade da economia brasileira?

¹⁴ Vários indícios apontam para uma obra autobiográfica.

¹⁵ Este muro é algo abstrato, um sentimento de angústia que prende nossos corações e nos isola do mundo, nos dando a impressão de que não existe saída para nossos problemas.

Em "Don't Leave me Now" é a hora da traição de sua esposa. Será que este não é o sentimento de grande parte da população pela adoção de políticas tão diferentes das anunciadas na campanha?

Todos estes fatores formam o muro, ou seja, a incompatibilidade e afastamento cada vez maior do que o povo almeja com aquilo que o governo e o Sr. Ministro defendem. Será que esta situação é sustentável? O que ou quem pode resolver? Bom a obra traz um indício. Em "The Trial" (O julgamento) o "Sr. Floyd" é culpado por construir seu próprio muro, e o Juiz, que representa a sociedade, dá o veredito. Através de um grande coro grita: "Derrubem o muro". Será então, o povo brasileiro capaz de derrubar estas políticas nocivas a seu próprio futuro? Tomara que neste caso a realidade imite a arte.

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O AJUSTE FISCAL PROPOSTO PELO GOVERNO FEDERAL¹⁶

Karla Vanessa B. S. Leite¹⁷

Nos últimos meses, muito se tem discutido sobre o ajuste fiscal proposto pelo Governo Federal, em um cenário de baixo dinamismo e retração da economia brasileira e da economia mundial. O objetivo do Governo, para o ano corrente, é atingir a meta de *superávit primário* – economia que se faz para pagar os juros da dívida – de 1,2% do PIB que, em 2016, passaria para 2,0%. Nesse sentido, foi anunciado, no dia 22 de maio, um pacote de corte no Orçamento Geral da União, cujo montante atingiu a cifra de R\$ 69, 946 bilhões. Dentre as áreas mais prejudicadas com essa redução estão os Ministérios da Saúde (R\$ 11,774 bilhões), da Educação (R\$ 9,423 bilhões) e das Cidades (R\$ 17,232 bilhões) que, juntos, concentraram 54,9% do contingenciamento.

A proposta de ajuste fiscal surgiu (e foi implementada) em um cenário de forte retração da atividade econômica e teve como norte a retomada da confiança dos investidores na economia brasileira. Os efeitos, no curto e no médio prazo, e a eficiência dessas medidas estão sendo amplamente discutidos por economistas e não-economistas. Uma primeira pergunta que deve ser feita é se o ajuste fiscal é a única (ou a mais viável) alternativa para retomar o crescimento econômico. Em segundo lugar: ainda que se faça um ajuste no Orçamento da União, a proposta apresentada pelo Governo é a mais adequada para uma economia em desaceleração? Para as duas perguntas, a resposta é negativa: não, o ajuste fiscal não é a única saída; não, a proposta do Governo não é a mais adequada para promover a retomada do crescimento da economia. Por fim, mas não menos importante, deve-se questionar e analisar quais serão os custos desse ajuste para o desempenho – presente e futuro – da economia brasileira.

Com as mudanças introduzidas, a equipe econômica do Governo aumentou para 1,2% a previsão de retração do PIB, para 2015, que, antes do ajuste, estava prevista para 0,9%. Como se esse pacote de políticas contracionistas, que contemplam redução dos investimentos e aumento da carga tributária, não fosse suficiente, a economia sofre um duplo golpe, tendo em vista que a política monetária endurece, cada vez mais, com a

¹⁶ Artigo escrito em Junho de 2015.

¹⁷ Professora Assistente da UAECN/UFCEG.

manutenção da taxa básica de juros em patamares elevados. Pelos dados do Comitê de Política Monetária (COPOM), é possível identificar que a partir de maio de 2013, quando atingiu 7,9%, a SELIC entrou em uma trajetória ascendente estando, hoje, em 13,75%. Nesse cenário, não causa espanto (ou não deveria causar) a notícia de que a equipe econômica do Governo reviu para cima o percentual de retração do PIB. Ora, diante desse quadro, que outro resultado pode-se esperar para a economia, senão o desaquecimento e a retração? Uma consequência importante dessas políticas é a tendência de, ao menos no curto prazo, deprimir a atividade econômica e, com ela, a arrecadação fiscal. Com a quedas nas receitas, o *esforço* do lado dos custos pode não surtir o efeito esperado.

E as alternativas, quais seriam? Com o objetivo de fornecer respostas sobre essa pergunta, na primeira semana de junho, foi promovido, pela Escola de Economia da FGV, em parceria com a Associação Keynesiana Brasileira, um seminário que buscou discutir os desafios do ajuste fiscal brasileiro. Na ocasião, economistas de diversas escolas apresentaram suas ideias e contribuições para a retomada do crescimento econômico brasileiro. Seguem alguns pontos que foram discutidos no seminário¹⁸ e que servem para refletir, de maneira mais crítica, as opções de política econômica, especialmente a política fiscal, do atual governo.

De acordo com o Professor de Economia da UFRJ, José Luís Oreiro, deveria ser adotada uma estratégia que apresentasse custo menor para o nível de atividade econômica. *O ajuste fiscal deveria ser feito no médio prazo, levando-se em conta o quadriênio 2015-2018. Nos primeiros dois anos (2015-2016), o esforço fiscal seria mais suave, diante de um ambiente de baixo crescimento econômico e elevada taxa de juros, enquanto o ajuste mais forte ficaria para 2017-2018, quando a recuperação da economia estaria mais sólida. Além disso, a meta de superávit primário a ser perseguida neste ano deveria ficar em 0,8% do PIB, passando para 1,6% em 2016, 2,5% em 2017 e 3% em 2018.*

Para André Biancarelli, Professor de Economia da Unicamp, *o ajuste fiscal que está sendo feito é tradicional, convencional e de baixa qualidade. Passados cinco meses da nova estratégia, os resultados imediatos impressionam negativamente com a queda na atividade econômica, deterioração no mercado de trabalho, aceleração da inflação e volatilidade cambial, níveis “venezuelanos” de confiança de empresários e consumidores e números fiscais ainda muito ruins, com poucas chances de cumprimento da meta. Para piorar, não contará com a força do setor exportador, como aconteceu no ajuste de 2003/04. Segundo ele, a discussão deveria se pautar na redução do caráter procíclico da política fiscal e na abertura de espaço para o investimento público.*

Laura Carvalho, professora da FEA-USP acredita que as regras e meta de superávit primário devem ser discutidas para i) *tirar variações decorrentes do ciclo econômico do cálculo; ii) excluir parte dos investimentos para evitar que seja vítima de obras não realizadas ou que queiram se fazer todas e não apenas as que justifiquem o*

¹⁸ As informações foram retiradas da seguinte página: <https://jlcoreiro.wordpress.com/2015/06/09/o-que-economistas-pensam-sobre-o-ajuste-fiscal-epoca-on-line-08-06-2015/>

investimento público; iii) criar uma banda da meta, orientada por limite de endividamento, como existe hoje com as bandas de inflação.

Como pode ser visto, essas ideias estão apoiadas, em alguma medida, no reconhecimento da necessidade de se realizar um ajuste fiscal diferente (e mais crível) do que o implementado pelo Governo. A ideia central é que a perda de graus de investimento, decorrente da falta de confiança dos investidores, traria efeitos mais nefastos sobre a economia brasileira.

Ainda que um ajuste nas contas públicas se faça necessário, tendo em vista, entre outros fatores, o processo de crescimento (estrutural) das contas correntes, iniciadas em 1999 (GOBETTI, 2015), não se pode esquecer que há uma série de reformas estruturais que precisam ser feitas – entre elas a reforma tributária – que podem contribuir para conferir sustentabilidade a política fiscal e permitir uma retomada do crescimento econômico em bases mais sólidas. Ademais, torna-se imprescindível rediscutir a política monetária, de forma geral, e a política de controle inflacionário, de maneira mais específica, tendo em vista que a manutenção de uma taxa básica de juros elevada contribui para deteriorar as contas pública se agravar a *questão fiscal* da economia brasileira.

CRISE DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO¹⁹

Rafaela Camila da Silva²⁰

No Brasil, mais de 90,0% da energia produzida vem de hidrelétricas que dependem das chuvas para produzir energia. No Nordeste do Brasil, a oferta de energia elétrica vem basicamente de hidrelétricas instaladas no Rio São Francisco, produzindo um total de 12.225 megawatts (MW). Durante décadas, o Nordeste sofreu problemas de escassez de energia, o que contribuiu para o atraso no seu desenvolvimento. Com a instalação de grandes hidrelétricas no Vale do São Francisco, a região se beneficiou da maior oferta de energia, o que contribuiu para acelerar o seu desenvolvimento econômico no período recente. A maior oferta de energia levou instalação de novas indústrias e agroindústrias, tanto na indústria de transformação quanto na agricultura, tendo havido, portanto, um estímulo ao crescimento econômico regional.

Neste mês de junho de 2015, os reservatórios mais importantes do Brasil e do Nordeste estão com uma capacidade abaixo de 29,0%, causando grande preocupação dos técnicos e das autoridades políticas do país sobre o futuro da disponibilidade de água para produção de energia e do comportamento do consumo de energia no país. A redução da disponibilidade da oferta é esperada, tendo em vista as tendências de redução das chuvas e de queda nos níveis de água dos reservatórios que servem a produção de energia no Sudeste e no Nordeste.

Numa reportagem do Valor Econômico de 12 de junho de 2015, o Operador do Sistema Elétrico (ONS) projetou para menos o consumo de energia no mês de junho, dos 61.297 megawatts (MW) para 60.994 MW, levando a uma redução do consumo de cerca de 0,3%, ao contrário do que aconteceu, em 2014, quando o consumo cresceu 0,2%. Essa queda no consumo deve estar ligada, com certeza, a redução na oferta de energia, resultante dos problemas climáticos que tem atingido o país.

¹⁹ Artigo escrito em Junho de 2015.

²⁰ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

Nesta mesma reportagem, o ONS estimou uma ligeira redução nos níveis de armazenamento de água nos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste, de 36,6% para 36,5%, enquanto nas regiões Nordeste e Sul ainda se observavam uma ligeira subida de 24,3% para 24,6%.

No período que vai dos anos de 2005 a 2012, se observou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, atrelado ao aumento no consumo de energia elétrica, favorecido pela maior disponibilidade de água nos reservatórios das regiões Sudeste/Nordeste, enquanto agora se observa um desaquecimento da economia Brasileira imersa não somente no desequilíbrio das contas públicas mas também nos problemas advindos da crise na oferta e demanda de energia, o que vem causando redução no crescimento do PIB nacional e regional. Assim, o crescimento econômico do país aparece sistematicamente atrelado ao consumo de energia, o que é uma hipótese sustentada na literatura econômica

A crise de energia chama atenção para outro problema mais congênito atrelado ao desenvolvimento econômico do Brasil. O nosso desenvolvimento foi feito à base de depredação de recursos naturais, particularmente dos recursos ambientais, como destruição de florestas, vegetação nativa, mananciais naturais, cursos d'água e recursos ambientais em geral. Essa forma de desenvolvimento acarretou muitos problemas que a população do Brasil está enfrentando hoje em dia, mormente aqueles relacionados com a crise energética. Sem dúvida, a crise de energia é também o resultado da destruição natural do meio ambiente que dá suporte a oferta e disponibilidade de água. Somente as mudanças que possam ocorrer para adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável poderiam contribuir para amenizar esses problemas no futuro.

O Governo do Brasil tem, então, que enfrentar os problemas decorrentes da crise energética e não pode transferi-los simplesmente para a população que é a mais vulnerável por essas circunstâncias. No fundo, os Governos deveriam já ter previsto esses problemas há mais tempo e ter adotado políticas de regulação que viessem amenizá-los, antes do surgimento intempestivo da crise atual. As políticas energéticas do país não foram suficientes para conter a crise de energia, haja vista os baixos investimentos que foram feitos no setor hidrelétrico e nas usinas produtoras de energia.

O Governo agora se serve de políticas de ajuste desfavoráveis a população, como ajuste de preços muito acima da inflação, racionamento de energia e água e outras políticas de redução de incentivos ao consumo. As consequências dessas políticas são de redução do consumo de energia que leva a redução no crescimento econômico. As indústrias e agroindústrias, que são as maiores consumidoras de energia, estão sem condições de arcar com os elevados custos de insumos que dependem de energia e partem para redução da produção com consequências negativas para o crescimento econômico e para a população.

O VERDAREIRO CORAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA²¹

Kassia Larissa Abrantes Alves²²

A União Européia (UE) trata-se de um bloco econômico e político composto por 28 países europeus, formado a partir de 1950 com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), sendo essa a primeira iniciativa de unir países europeus, em 1957 surgiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), também denominado de mercado comum, que foi criado com o intuito de evitar que mais guerras (como a Segunda Guerra Mundial) não acontecessem entre países europeus e como forma de recuperar a economia no período pós-guerra. No ano de 1986 foi assinado o Ato Único Europeu que estabeleceu um mercado único em todo o território de seus membros. Em 2000 o bloco, ganha mais força com a criação da Zona do **Euro**, a moeda europeia, essa união monetária conclui a unificação econômica entre os países membros e fez da UE o bloco econômico mais forte da atualidade. O bloco é o maior exportador e importador de bens e serviços, além de ser o maior parceiro comercial de vários grandes países como a China, Índia e Estados Unidos.

A Bélgica situada num ponto de convergência, no coração da Europa, está presente na UE desde sua fundação, e Bruxelas, a capital do país, é o centro político, econômico e administrativo deste bloco econômico, assim atribui à Bélgica não só o título de coração da Europa mais também coração da UE. Será que de fato esta colocação está correta? Atualmente o país ocupa a vigésima terceira posição na economia mundial com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 534 bilhões no ano de 2014, e ocupa a décima posição na lista dos países mais ricos da Europa, apresenta uma economia fortemente globalizada e dentro da União Europeia o país apoia fortemente uma economia aberta e o alargamento das competências das instituições da UE para integrar as economias dos membros do bloco. Mas há outros países que desempenham papéis mais significativos e importantes dentro do bloco e na economia mundial, um destes é a Alemanha.

²¹ Artigo escrito em Junho de 2015.

²² Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). Email: kassia.lary@hotmail.com

A Alemanha o país mais rico da Europa, que ocupa a quarta posição no ranking das maiores economias mundiais com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 3.875 trilhões no ano de 2014, é conhecido como um forte advogado da integração econômica e política europeia, por ser o principal credor e maior contribuinte para o orçamento comunitário, e é o país mais populoso da UE, presente no bloco também desde de sua fundação, tendo por isso inevitavelmente um papel de liderança, que a chanceler Ângela Merkel vem desempenhando nos últimos anos. Chamado também de "motor" da economia europeia o país é o ator político com mais peso no bloco, desempenhando um papel criticado por muitos, pela alegada "obsessão" com disciplina orçamental e rigor das finanças públicas e por forçar as medidas de austeridade sobre os países da periferia²³ do bloco.

Os fatos que propiciaram a ascensão alemã, que em meados da década de noventa era conhecida como o doente da Europa²⁴, e hoje é um ponto de referência europeu foram medidas conhecidas como a Reforma Hertz, (implementadas no governo Schroder, e ainda exercidas no atual governo Merkel), caracterizadas pela desregulamentação do mercado de trabalho e da redução salarial, que favoreceram no período da Grande Recessão (2008/2009) grande declínio do seu PIB, porém seguido de uma baixa variação do desemprego comparado aos demais países europeus, e apresentando no ano de 2010 uma taxa de 7,7% de desemprego, onde estas medidas adotadas passaram a incrementar a competitividade de sua economia, tornando o país um exemplo a ser seguido. Diante do exposto será que ainda é correto atribuir a Bélgica o título de coração da União Europeia apenas por sua localização? Assim sendo a Bélgica o coração, seria a Alemanha o cérebro?

²³Países periféricos membros da UE correspondem à Grécia, Espanha, Portugal, Itália, Irlanda, Chipre e alguns países do Leste Europeu.

²⁴O doente da Europa, o país recebeu esta denominação devido ao alto custo econômico, que gerou inflação e recessão no seu processo de reunificação alemã na década de noventa.

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA EXTERNA: UM COMPARATIVO ENTRE O GOVERNO LULA E O GOVERNO DILMA²⁵

Viviane Juliana Oliveira Silva²⁶

Incumbência difícil, ou até mesmo irracional, seria um país na atualidade assumir uma postura autárquica diante da crescente demanda exigida pelos indivíduos e uma infinidade de informações que repercutem a cada instante globalmente. Obviamente que tal postura passa a ser extremista, principalmente diante de um sistema competitivo no qual vivemos, em que alianças são necessárias afim de possibilitar uma satisfatória atuação do país internamente e externamente.

A política externa funciona como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento e tem como objetivo, no caso brasileiro e no ponto de vista econômico, ampliar investimentos estrangeiros no país e investimentos brasileiros no exterior, assim como manter uma balança comercial favorável. Porém, busca-se não apenas favorecer o âmbito econômico, mas também quesitos de segurança nacional, interesses sociais e ideológicos.

Em meio a distintos interesses que permeiam tais relações o grande desafio é estabelecer acordos vantajosos, ou seja, acordos que possibilitem benefícios para os países envolvidos, e para desenvolver isso é necessário que haja uma boa elaboração de uma política externa, assim como uma postura adequada diante dos possíveis parceiros.

O governo Lula obteve uma atuação de destaque nesse quesito. Fortaleceu e priorizou suas relações com os países da América do Sul e com os países em desenvolvimento, estabeleceu novas parcerias com países emergentes, não rompendo contatos com as nações desenvolvidas, contudo não priorizando os mesmos. Deixou significativamente de lado a postura que durante anos norteava o país, a postura de submissão, de apenas um cooperador das nações desenvolvidas e passou a tentar ter uma postura de influência mundial. Tais relações foram de grande importância para a autoestima do país, o Brasil buscou até mesmo um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, era comum ouvir críticas nos jornais de que o presidente viajava mais do que permanecia no país.

²⁵ Artigo escrito em Junho de 2015

²⁶ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: vivi_juliana@hotmail.com

Tal postura, acompanhada da boa fase econômica, resultou em grande confiança para os investidores, o Brasil era visto como “a bola da vez”. Esperava-se que o governo Dilma desse continuidade ao que foi construído, principalmente pelo fato de pertencer ao mesmo partido do presidente Lula. No entanto, o que observamos é que a política externa não tem sido uma das prioridades do seu governo. Mesmo levando em consideração a diferente e difícil conjuntura vivenciada em seu mandato, tais relações não poderiam ter sido ignoradas, inclusive o próprio ex-presidente a crítica e lamenta por isso.

A BBC Brasil, no início deste ano, publicou uma matéria intitulada “Dilma viaja menos da metade que Lula ao exterior”²⁷, onde a mesma mostra um levantamento feito com base em informações divulgadas no site da Presidência da República. Comparativamente, Lula em seu segundo mandato (2007-2010) esteve fora do Brasil por 269 dias, enquanto Dilma em seu segundo mandato passou 144 dias fora do país.

Ainda no ano de 2015, em meio a escândalos de corrupção e pouca confiança no mercado, o primeiro ministro da China encontrou-se com a presidenta afim de oferecer investimentos internos, como a instalação de fábricas e geração de empregos, repercutindo positivamente no mercado e deixando ainda mais claro que necessitamos fortalecer a diplomacia presidencial, cultivar confiança e acordos que proporcionem novamente ao Brasil relações importantes.

No final do mês de junho deste mesmo ano, Dilma Rousseff viajou aos Estados Unidos depois de um delicado período de esfriamento nas relações entre os dois países desde 2013, provocado pela denúncia de que a presidenta do Brasil estava sendo alvo de espionagem americana. O espaço de tempo esperado para retomar essas relações foi relativamente longo e levanta o questionamento se realmente se fez necessário tanta espera. Se sim ou não o importante é que tal viagem surge como um marco na tentativa de melhorar as relações entre Brasil e EUA reconstruindo a confiança entre os mesmos, além de propor parcerias que podem vir a beneficiar áreas de defesa, meio ambiente, comércio, concessão de vistos, previdência social e educação.²⁸

Por fim, a expectativa que nos resta é de que a política externa venha a ser reconhecida e tratada como uma das prioridades do segundo mandato de Dilma.

O caminho para a execução da mesma de forma satisfatória e consistente é árduo e precisa de atenção e comprometimento de qualquer que seja o governo a assumir, é como a conhecida definição da confiança: anos para ser conquistada e segundos para ser destruída. É necessário compreender a importância de uma posição de destaque nas relações e decisões internacionais e que uma diplomacia “a jato” jamais será o suficiente para cultivar isso. Confiança no mercado externo e credibilidade internacional demandam tempo, porém quando executadas adequadamente suas implicações são positivas, gerando impactos econômicos, políticos e sociais.

²⁷ Notícia disponível no link: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150113_dilma_viagens_internacionais_ms_lgb

²⁸ Notícia disponível no link: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/seis-resultados-da-visita-de-dilma-aos-eua.html>

CRISE ECONÔMICA ATUAL DA GRÉCIA²⁹

Mateus Cavalcante Honorato³⁰

Com uma dívida atual de 320 Bilhões de euros, a Grécia hoje vive um momento de intenso problema em sua economia. Na última década o país gastou mais do que podia recorrendo assim a empréstimos vultosos que deixaram sua economia refém dos credores. A partir disso os gregos pressionaram o governo para saber o que havia ocorrido para que o país chegasse em meio a todo esse problema atual, então no dia 18 de junho de 2015 um relatório da comissão de auditoria e verdade sobre a dívida grega foi publicado mostrando em nove capítulos como começou a surgir as dívidas da Grécia desde 1980 até seu estado econômico atual

Agora o país só tem como receber ajuda da Europa, ou seja, Alemanha que é o centro econômico do continente. A o FMI (Fundo Monetário Internacional) a Grécia deve 1,6 bilhão de euros que se venceu no dia 30 de junho de 2015 e como não tem o dinheiro depende de ajuda financeira, uma forma de conseguir ajuda seria com a UE (União Europeia) mas o país tem uma parcela de 7,2 bilhões em ajuda bloqueada sendo essa parcela dos 240 bilhões recebidos após a crise de 2008, Para receber esta ajuda a Grécia precisa concordar em fazer uma reforma econômica no seu país, reformas essas para diminuir despesas do governo e aumentar a arrecadação, afetando sobretudo o sistema de aposentadoria da Grego que para o FMI é muito caro ao cofres públicos, pois o fundo de pensões é de 10% do PIB por ano sendo contrário a média do resto na zona do euro que é de 2,5%.

Os credores pedem que a Grécia aumente os impostos do país, contudo o país não quer ceder a um acordo e atender a essas exigências.

O atual governo de esquerda chegou ao poder prometendo acabar com a austeridade e por isso não cede a um acordo com a Europa que pede mais rigor e controle nos gastos.

Entretanto, as vésperas do vencimento a Grécia reenviou uma nova proposta de acordo com uma série de modificações para os credores, que rejeitava o aumento de impostos cobrados em hotéis mas concordava com o corte de gastos e uma reforma previdenciária. O

²⁹ Artigo escrito em Junho de 2015

³⁰ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: mateuscavalcanteh@gmail.com

país está em moratória, e no próximo dia 05 de julho de 2015 ocorrerá um referendo para saber se os gregos concordam ou não com o acordo proposto pelo euro grupo. Com esse atraso e o risco da Grécia dar calote no FMI, o país corre o risco de sair da zona do euro, bancos estão fechados e há limites de saques em caixas eletrônicos para evitar que os gregos saque todo seu dinheiro e quebrem as instituições, porém mesmo com isso o primeiro ministro da Grécia pede aos gregos que votem em “não” contra o pacote oferecido pela Europa e suas exigências, pois mesmo se houver saída do país da zona do euro não será de imediato e poderá demorar um pouco. A Europa não quer ceder fácil e expulsar a Grécia do euro grupo por que isso desencadearia dificuldades a economia europeia pois ocorreria em países com economia mais frágeis da zona do euro, um aumento de juros, para tornar os títulos de suas dívidas mais atraentes a investidores assustados o que afetaria até seus parceiros comerciais, e com essa saída, a Grécia perderia também todos os seus benefícios como membro do grupo europeu, dos quais seriam o de livre circulação de capitais entre os países membros, subsídios para apoiar o desenvolvimento da economia, existência de mercados e de uma única moeda para todos os países que facilita o comércio.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: 15 ANOS³¹

Rozângela Almeida Lopes ³²

A Lei Complementar Federal 101/2000, conhecida como LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal – instituiu às administrações públicas de todas as esferas do governo o código de conduta para os administradores públicos e estabeleceu critérios claros de gestão fiscal responsável, pressupondo ação planejada e transparente dos recursos públicos.

A proposta da LRF surgiu no final dos anos 1990, época em que a realidade do setor público nacional era de completo desequilíbrio fiscal, aliado a um precário modo de planejamento orçamentário, que acarretava um alto grau de endividamento do setor público em detrimento da disponibilização de recursos para fazer frente às necessidades sociais mais prementes. Ademais, a falta de transparência dos gastos públicos formava um cenário propício à realização de muitos atos de improbidade administrativa, tais como a realização de obras faraônicas, em final de gestão, e aumentos de salários de servidores sem a realização de um planejamento prévio que possibilitasse ao próximo gestor dar continuidade as ações iniciadas pelo governante anterior.

Ao estabelecer as normas de Finanças Públicas, a LRF apresenta-se como instrumento inovador e centra seu foco na responsabilização da gestão fiscal, contemplando dentre outras medidas a prevenção de riscos que venham a afetar o equilíbrio das contas públicas através de descumprimento de metas de resultados. Para conferir efetividade e eficiência ao controle pretendido pela LRF, a lei exige que os gastos públicos sejam apresentados, detalhadamente, ao Tribunal de Contas competente, o qual, após análise detalhada pela Administração, irá proferir decisão, no sentido de aprová-los ou rejeitá-los.

Apesar de todas as medidas saneadoras e de controle previstas pela LRF, que incontestavelmente foram muito positivas para o aperfeiçoamento da gestão pública, verifica-se que mesmo passados 15 anos ainda permanecem situações de desvios de

³¹ Artigo escrito em Julho de 2015.

³² Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, integrante do Grupo de Pesquisa Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE. Email: rozangela.almeida@hotmail.com

recursos públicos e há corrupção em todas as esferas governamentais e, expressamente nos últimos anos, a norma passou a ser interpretada pelos governantes de forma bastante flexível.

Segundo os Tribunais de Contas, União, Estados e Municípios apresentam problemas sérios em suas finanças públicas e o programa de ajuste fiscal estabelecido pela LRF – diante da precariedade das finanças públicas de inúmeros estados e municípios, com déficits acumulados ao longo dos anos – vem sofrendo pressões, por parte dos governadores e prefeitos para que a lei seja revista.

Entre 2013 e 2014, a falta de transparência quanto a real situação das contas públicas das esferas governamentais foi somada à prática da chamada “contabilidade criativa” – atrasos propositalmente do Tesouro Nacional na transferência de recursos públicos a bancos que fazem pagamentos de programas de assistência social – com o objetivo de melhorar artificialmente as contas públicas da União. De acordo com o entendimento do TCU estas operações equivaleram a empréstimos dos bancos públicos ao Tesouro Nacional – prática considerada irregular pela LRF.

Em evento realizado em 7 de maio no TCU para celebrar os 15 anos da LRF, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, afirmou que há muito a ser feito para aumentar a transparência das contas públicas e *“a LRF representa a vitória do entendimento de que, seja qual for a orientação do governo, a política econômica deve ser compatível com a estabilidade fiscal”*.

No mesmo evento, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou que a lei *“não é suficiente”* para o controle da máquina pública, mas dá contribuição importante nesse momento em que se busca restabelecer o equilíbrio fiscal. Levy argumentou ainda que a *“LRF é uma aliada a estabilidade fiscal e essencial para o bom funcionamento da economia”*.

Decorridos 15 anos, o que podemos observar é que embora a LRF tenha se consolidado no país como um instrumento de combate ao incurável desequilíbrio fiscal da administração pública, suas eventuais fragilidades sinalizam que os seus mecanismos de controle merecem ser aperfeiçoados para que possam propiciar um aumento na transparência da gestão do gasto público, permitindo que esses sirvam como “instrumento de controle e punição” dos governantes que não agiram de maneira correta e não apenas de espectro de competência dos Tribunais.

A “REAÇÃO” DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA³³

*Mattheus Rodrigues da Silva*³⁴

A balança comercial brasileira representa a diferença entre as exportações e as importações do país e terminou o primeiro semestre de 2015 com um resultado superavitário. Os maus resultados de janeiro e fevereiro (déficits de US\$ 3,17 bilhões e US\$ 2,84 bilhões respectivamente) não foram suficientes para segurar o superávit semestral, pois a partir de março a balança começou a reagir e encerrou o semestre com um saldo positivo de aproximadamente US\$ 2,22 bilhões.

É necessário destacar que esse superávit se dá principalmente pela redução das importações em proporção maior que a diminuição das exportações, 18,5% contra 14,7% respectivamente.

Vale a pena ressaltar que os principais fatores que influenciaram os resultados da balança comercial foram: 1) o dólar valorizado e 2) a queda do preço das commodities. O dólar, nesse período, flutuou próximo aos 3 reais o que é algo positivo na esfera comercial (exportação) por tornar os produtos mais baratos para compradores externos, mas dentro da esfera produtiva e financeira o mesmo pode ser considerado um entrave já que dificulta o acesso a insumos que são comprados no exterior aumentando os custos de produção, e caso a empresa tenha dívidas em dólar, fica mais caro honrá-las. Para um país que, segundo a ONU tem cerca de 60% de suas exportações baseadas em commodities, é inevitável dizer que a queda do preço das mesmas causa um grande impacto em sua balança comercial, segundo Raquel Landim “O colapso dos preços das commodities vai significar uma perda de 11 bilhões em exportação de soja e minério de ferro em 2015”³⁵ e quando se estende a todos os produtos que estão na pauta de exportação brasileira as perdas devem ser maiores.

Após o bom resultado no primeiro semestre a expectativa do mercado financeiro através de uma pesquisa realizada pelo Banco Central é que o saldo da balança comercial

³³ Artigo escrito em Julho de 2015.

³⁴ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica. E-mail: mattheusr36@gmail.com

³⁵ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1536683-brasil-deve-perder-us-11-bilhoes-em-2015-com-queda-das-commodities.shtml>>

irá melhorar e que chegará a um superávit de US\$ 4 bilhões ao fim de 2015. Já o ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, acredita que no fim do ano o saldo da balança comercial atingirá um montante entre US\$ 5 bilhões e US\$ 8 bilhões.

O governo vem sinalizando que pretende estimular as exportações melhorando as condições de empresas brasileiras que competem no comércio exterior através da redução da burocracia para produtores externos, e com as medidas incluídas no Plano Nacional de Exportações, que tem como objetivo as seguintes metas: dar a empresas domésticas o acesso a outros mercados, promoção comercial, financiamento e garantias à exportação, aperfeiçoamento de mecanismos e regime tributários e facilitação de comércio. Além dos acordos comerciais que foram renovados e estão em fase de negociação com a China, o México e os Estados Unidos.

De fato, é necessário que sejam tomadas medidas que ajudem as empresas domésticas como a redução da burocracia e os acordos comerciais, mas não se deve deixar de lado medidas que melhorem a produtividade das mesmas como investimentos em ciência e tecnologia para aumentar a produtividade, dando as empresas uma maior competitividade com dentro do comércio mundial.

INFLAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO

Julio Cesar Nascimento³⁶

No dia 29 de julho de 2015, o Conselho de Política Monetária (COPOM) decidiu aumentar a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual fazendo com que a SELIC passasse de 13,75% para 14,25% ao ano, com expectativas de aumento. O Banco Central utiliza a SELIC para combater inflação, acreditando que o aumento de preços é gerado pelo lado da demanda e que a moeda é neutra no longo prazo³⁷. Todavia, não há consenso sobre a utilização desse instrumento e sua eficácia e efeitos estão sempre em ampla discussão.

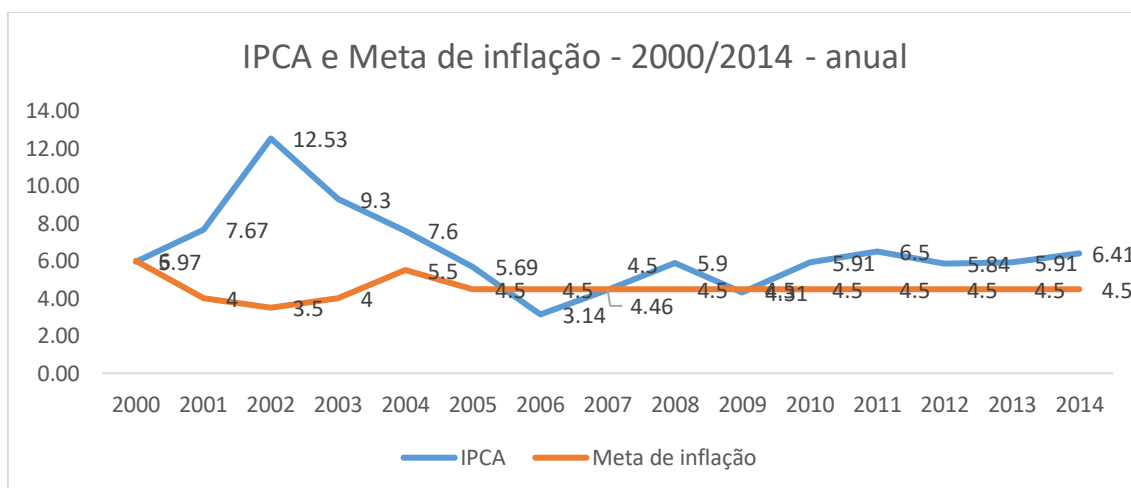
Em 1999, durante o governo FHC, o Regime de Metas de Inflação (RMI) foi implantado como política de controle inflacionário. De acordo com esse regime, é estabelecido um centro para a meta de inflação que pode flutuar entre os limites máximo e mínimo (bandas de inflação). A ideia por trás do RMI é que o aumento de preços é, essencialmente, causado por variações positivas na demanda agregada e a elevação da taxa básica de juros conteria essas pressões, tendo em vista que atuaria, diretamente, sobre essa variável. Atualmente, a meta estabelecida é de 4,5% ao ano, com bandas de 2% para cima e para baixo.

O gráfico abaixo mostra a trajetória da inflação do Brasil e o desvio do centro da meta, desde 2000 até 2014.

³⁶ Graduando em economia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e do PET – Economia.

³⁷ Ver primeiro Relatório de inflação (Junho/1999).

Trajetória do IPCA em relação às metas de inflação: 2000-2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BCB.

O gráfico aponta que, na maioria dos períodos, o IPCA encontra-se acima do centro da meta estabelecida, à exceção dos períodos de 2000, 2007 e 2009. De 2000 a 2004, percebe-se que a meta passou por variações e somente a partir de 2005, até 2014, a meta estabelecida se manteve contínua em 4,5% ao ano. O momento mais alto da inflação foi o ano de 2002 quando o IPCA chegou a 12,53% e o de menor inflação foi em 2006, quando o IPCA atingiu 3,14%. Uma breve caracterização da inflação do Brasil no período analisado mostra que de 2000 a 2005 a inflação sofreu por maiores alterações nos monitorados, em 2007 e 2008 pelo setor de alimentos e bebidas e a partir de 2010 a 2014 passa a ter atenção especial o setor de serviços³⁸.

Até o mês de junho de 2015, a inflação vem recebendo impactos relevantes dos preços monitorados, principalmente no setor de combustíveis. As variações positivas no aumento tributário, com a elevação do IPI e ICMS, também pressionaram o IPCA, uma vez que o aumento dos impostos encarece o produto/serviço para o consumidor final. Além disso, o repasse da desvalorização da taxa de câmbio pode ser identificando como relevante na explicação da dinâmica recente do IPCA. Isto posto, como já vem sendo discutido na literatura que trata do comportamento da inflação³⁹, o aumento de preços, na economia brasileira, está associado, essencialmente, a pressões de custos, sendo difícil associa-lo a pressões de demanda.

No atual contexto recessivo da economia brasileira, a trajetória de elevação da SELIC pode trazer problemas tanto pela via do investimento quanto pela via do consumo. Pelo lado do investimento, a elevação da taxa básica de juros impacta negativamente o investimento produtivo, induzindo ao investimento em portfólio que, cada vez mais, mostra-se como sendo de cunho especulativo e improdutivo. Pelo o lado do consumo, no curto prazo, a perspectiva é que diminua, principalmente, a procura por crédito o que pode

³⁸ Ver em comunicados IPEA Nº 101: “A Dinâmica da inflação brasileira: consideração a partir da desagregação do IPCA”, 21 de julho de 2012.

³⁹ Summa e Braga (2014) chegam a essa conclusão através da estimação de um modelo desagregado de inflação de custo para a economia brasileira.

comprometer as vendas no setor de varejo e nos produtos que são comprados via parcelamento. Ademais, o desaquecimento do mercado de trabalho pode provocar uma redução no nível de renda, afetando o consumo no médio e no longo prazo.⁴⁰

Com a elevação da inflação e os problemas recorrentes para o cenário econômico, percebe-se a necessidade de avaliações sobre a forma de conduzir política de controle inflacionário. Nesse contexto, estudos realizados sobre o RMI e sobre processo inflacionário trazem à tona a discussão sobre a política de controle inflacionário no Brasil. Squeff *et al* (2009), em seu estudo sobre a flexibilização do Regime de Metas de Inflação em países emergentes, incluindo Brasil, apontam que há uma inflexibilidade no Brasil, quanto a meta, com pouco espaço de variação, e a duração para alcançar essa meta⁴¹. Um trabalho de Sicsú (2003) sobre políticas de controle anti-inflacionário aponta a necessidade de se analisar as causas específicas da inflação para formular políticas de controle inflacionário.⁴²

A caracterização da inflação da economia brasileira aponta diferentes causas da inflação, em períodos diferentes, em alguns momentos pelos preços monitorados e após pelo setor de alimentos e bebidas e serviços estando relacionadas com pressões de custos, diferentemente da ideia do RMI que o aumento de preços é, essencialmente, causado por variações positivas na demanda agregada. Nessa perspectiva somente o RMI se mostra incapaz de controlar a inflação na economia brasileira sendo necessárias políticas que atuem juntamente com esse regime, partindo da necessidade de rever a inflação do lado dos custos, e que sejam capazes de combater a essência das causas da inflação do Brasil.

⁴⁰ Visualizado em 21 de julho de 2014 em: <http://www.valor.com.br/brasil/4099726/intencao-de-consumo-das-familias-registra-pior-nivel-em-cinco-anos>

⁴¹ Visualizado em 21 de julho de 2014 em: <http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/flexibilizacao-do-regime-de-metas-de-inflacao-em-paises-emergentes.pdf>, data de publicação não encontrada.

⁴² Visualizado em 21 de julho de 2014 em: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/politicas_ao_monetarias_de_controle_da_inflacao.pdf, data de publicação não encontrada.

ÁGUA VIRTUAL: EXPORTAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS BRASILEIROS⁴³

Camila Noronha Alves⁴⁴

Vivemos numa época em que o mundo sofre com a escassez de recursos hídricos. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), estima-se que até 2025 cerca de dois terços da população mundial estará carente destes recursos, sendo que 1,8 bilhões de pessoas enfrentarão severa escassez de água. Quando formos 9 bilhões de habitantes no mundo, 7 bilhões enfrentarão a falta dos recursos em 60 países. A água, portanto, já é motivo de preocupação e conflito nos dias de hoje. O Brasil é o quinto maior exportador de “água virtual” do mundo, ficando atrás apenas da Índia, Argentina, EUA e Austrália. Isso significa que uma grande quantidade de recursos hídricos nacional é consumida e poluída para produzir os itens de exportação. Não exportamos água em barris ou contêineres: este insumo invisível, cujo valor ultrapassa cálculos estritamente econômicos, se esvai de forma indireta nos produtos que exportamos - grãos como café e soja, carnes e até nos produtos industrializados. Segundo Delfim Neto, em sua participação no salão internacional de avicultura e suinocultura (Siavs) em São Paulo neste ano, para se produzir 1 quilo de carne bovina, se consome 15 mil litros de água. No Brasil, ao longo dos anos, segundo dados da UNESCO em 2012, são enviados ao exterior em forma de commodities, cerca de 45 milhões de piscinas olímpicas.

A exportação do recurso hídrico, ainda que indiretamente, tende a crescer, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) entre 2007 e 2010 as commodities avançaram de 41% para 51% no total de produtos vendidos pelo país ao exterior.

A questão, no entanto, não deve ser vista como problema. O país não deve mudar seu perfil comercial, apenas tornar o uso da água mais eficiente, segundo Arjen Hoekstra, criador do conceito “pegada hídrica” (também conhecido como “pegada da água”, significa a medição da água potável usada para produzir determinado produto), ou seja, produzir os mesmos alimentos, porém utilizando menos água, isso pode ser feito com

⁴³ Artigo escrito em Agosto de 2015;

⁴⁴ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: camiila_noronha@hotmail.com.

melhores tecnologias e boas práticas e a não poluição dessas águas pode ser reduzida com a prática da agricultura orgânica, sem uso de agrotóxico.

Desse modo, torna-se perceptível que a exportação de recursos hídricos neste ou naquele país jamais terá um fim, visto que as relações comerciais entre países e continentes estreitam-se, de modo que a necessidade cada vez maior de troca de produtos entre países faz com que haja a rotatividade destes recursos, pois, ao passo que o Brasil exporta determinados níveis de água em seus alimentos e produtos, este também o recebe, na ótica de que, no entanto, os níveis de recursos que se “perde” numa exportação e que se “ganha” numa importação, depende estritamente dos fatores econômicos de cada país, pois quem exporta mais, perde mais, seguindo esta lógica. O que se pode fazer, para minimizar esta intempérie, é estudar e analisar soluções paliativas e/ou concretas de minimização destes níveis exorbitantes de água na produção ou industrialização dos nossos produtos, a fim de que para cada quilo de carne produzida, por exemplo, a quantidade de litros de água seja bem menor, fazendo com que, assim, nossa água fique conosco.

“QUEM SEMEIA VENTO COLHE TEMPESTADE”⁴⁵

Ricardo Schmidt Filho⁴⁶

As agências de classificação de risco (entre elas Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's) tem mantido o “grau de investimento” para o Brasil, mantendo em BBB- a nota de crédito. Apesar disso o viés tem sido negativo e a atual classificação é a última para se conceder o “grau de investimento”, com qualidade média. Este viés tem uma implicação importante, já que, se confirmado o viés o país passaria a apresentar classificação BB+ e a figurar no grau especulativo.

Mas, quais seriam os impactos e problemas da perda do grau de investimento? A perda significa não ser mais considerado bom pagador, o que reduz a atratividade do país e eleva o custo de obtenção do financiamento externo, tão necessário para a nossa economia.

Esta perspectiva de baixa impacta sobre a taxa de câmbio, potencializando a atual tendência de desvalorização. Apesar da melhora na situação política do país, o dólar continua na casa dos R\$3,50 e acumula nos últimos 12 meses uma desvalorização de 53%, segundo estudo realizado pela TOV Corretora. No período analisado apenas a Rússia e a Colômbia tiveram moedas mais desvalorizadas frente ao dólar do que o Real.

Sobre a tendência do câmbio, podemos citar alguns fatores da nossa economia que tem relação com esta variável: 1) Inflação elevada: a alta dos preços tem rodado na casa de 9% ao ano, inflação forte significa moeda fraca; 2) PIB cresce pouco: fechamos 2014 com crescimento 0,1% e o prognóstico para 2015 é de queda de 2%. Economia fraca significa moeda fraca; 3) Contas públicas desequilibradas; 4) Déficit em conta corrente crescente (atualmente na faixa dos 5% do PIB) e 5) Falta de clareza sobre as intervenções do Banco Central brasileiro sobre o mercado de câmbio.

O grande responsável por todo este cenário é o governo brasileiro, particularmente a má gestão da política fiscal nos últimos anos. O Brasil apresentou ampliação de gastos, mesmo em um cenário de redução no ritmo de crescimento e de arrecadação. Como resultado disso, fortes medidas de contenção de gastos têm sido aplicadas em 2015, contudo incapazes de promover o equilíbrio fiscal, como pode ser percebido nas

⁴⁵ Artigo escrito em Agosto de 2015.

⁴⁶ Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande UFCG. Tutor do grupo PET-UFCG e Coordenador do GAACE.

constantes mudanças das metas e anúncio de novas medidas com foco na melhoria da situação fiscal. Esquece-se, todavia, que a questão fiscal brasileira tem característica estrutural e, logo, uma solução de curto prazo ou alinhada a doutrina dos choques não apresentará uma solução para a questão, podendo inclusive a piorar ainda mais. Nesta perspectiva o país necessita de medidas que retomem o crescimento, já que em anos de crescimento a situação fiscal melhora, e, aos poucos, a medida que a economia se recupere e a confiança dos agentes aumente, redimensionar seus gastos. Toda a atual situação brasileira parece apenas confirmar o antigo provérbio: “Quem semeia vento colhe tempestade”.

O AJUSTE DA BALANÇA ⁴⁷

Adolfo de Luna Matias⁴⁸

Denominada como o *tripé macroeconômico*, a estratégia de ação econômica implementada a partir de 1999, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), baseou-se na combinação de três políticas: cambial; monetária e fiscal. As três tinham como objetivo central, a busca pela estabilidade econômica do país para a retomada da confiança do mercado na economia brasileira, após um logo período de inflação elevada e baixas taxas de crescimento. Desta forma, a estabilidade seria alcançada por meio da combinação dessas três vias de ação macroeconômica, sem que nenhuma pudesse *atrapalhar* a outra. Os formuladores de política econômica acreditavam, dessa forma, que se traria uma estabilidade a economia no longo prazo, sem a necessidade da adoção de *políticas de surpresa*⁴⁹ que pudessem atrapalhar a confiança do mercado na economia.

Uma das principais medidas para obtenção dessa estabilidade seria a utilização taxa de juros como medida direta de combate a inflação, dentro do arcabouço da política de controle inflacionário adotada – Regime de Metas de Inflação, o que tornaria a política monetária a mais *visível* dentre as políticas do tripé. Nesse sentido, a política fiscal aparentemente demonstrava um papel secundário – manter o controle das contas do governo através do estabelecimento de metas de superávit primário, ou seja, receitas adquiridas pelo governo para o cumprimento de suas dívidas – com relação a ação monetária.

A procura por atingir as metas de superávit traria, assim, algumas medidas como a elevação de impostos ou a redução de gastos nas contas do governo, porém os efeitos dessas medidas não seriam plenamente neutros e, como consequência, parte da população perceberia isso direta ou indiretamente em suas contas. Como exemplo da não neutralidade dos efeitos da política fiscal, podemos citar: as contas mensais de consumo de parte da população poderiam se elevar, sem que houvesse mudanças bruscas em seu próprio consumo; o posto de saúde poderia ficar sem remédios; a escola pública dos filhos

⁴⁷ Artigo escrito em Junho de 2015

⁴⁸ Graduando de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG membro do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

⁴⁹ Políticas surpresas são descritas como políticas discricionárias, que as autoridades governamentais fazem em momentos oportunos que podem resultar em efeitos negativos para outros.

poderia faltar a merenda; não sobraria mais dinheiro para compra de produtos ou serviços para sua satisfação, entre outros efeitos.

Entretanto, para os que acreditam no pleno sucesso do tripé macroeconômico e para o governo, analisar as consequências da política fiscal em um curto prazo é um equívoco, já que a combinação das políticas acabaria, no longo prazo, trazendo benefícios para o mercado e também para a população, pois *produziriam*: uma economia estabilizada, sem grandes oscilações no nível geral de preços; elevados níveis de investimentos; crescimento de emprego e renda, ou seja, uma economia forte e pronta para o crescimento. Assim, para os que acreditam no sucesso dessa combinação de políticas, o governo deixar de cumprir suas metas é uma irresponsabilidade administrativa, por não saber coordenar corretamente as três políticas e assim não extraírem os resultados já explanados anteriormente.

Em seus quatro anos de governo (2011-2014), a Presidente Dilma Rousseff, para não cometer o crime de irresponsabilidade fiscal previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), manteve o discurso em atingir as metas de superávit primário. No entanto, as metas do seu período de gestão, só foram obtidas graças ao que a mídia denominou de “contabilidade criativa” e isso tem como efeito uma repercussão negativa para o governo, pois não consegue obter suas metas de superávit de forma clara.

Um exemplo claro dessa contabilidade criativa é o decreto do Projeto de Lei Nacional (PNL) que em 2014, permitiu o abatimento da meta de superávit por todos os gastos com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em síntese, o governo central estabeleceu a meta de superávit em valores próximos de R\$ 116 bilhões, o que estava longe de ser cumprido, porém com o direito de abatimento de todos os gastos em obras do PAC previstos nessa PNL – próximo de R\$ 127 bilhões – o governo conseguiu cumprir a meta de superávit estabelecida na LDO sem problemas.

No ano de 2015, o governo firmou o cumprimento da meta de superávit primário próximo de R\$ 66 bilhões. Assim, começou o ano fazendo um ajuste que foi perceptível por grande parte da população brasileira e o tema ajuste fiscal tornou-se um dos principais elementos midiáticos. No entanto, o que se evidencia aqui não é apenas o simples cumprimento das metas de superávit primário, seja através da contabilidade criativa ou por outras medidas, mas sim a finalidade de tal cumprimento dessas metas, se resumindo meramente em atender desejos de uma política macroeconômica ainda baseada na combinação das políticas do tripé, que parece vir se esgotando ao longo do tempo.

Como resultado, a política do tripé macroeconômico do governo vem comprometendo uma forma conduzir uma política própria, capaz de responder aos interesses de sua população, que cada vez mais está insatisfeita pela elevação de impostos e corte nos gastos. O governo ainda mesmo com sua tentativa em satisfazer a exigência da política do tripé, está sendo alvo de críticas até por aqueles que defendem essa velha política.

É necessário que o governo reduza suas metas de superávit primário a fim de cumprir o que lhe for possível, sem o uso desesperado da contabilidade criativa, para apenas atender os padrões da velha política do tripé macroeconômico, dando maior espaço a sua política monetária – com o uso de outros instrumentos, além da taxa básica de juros – e tirando a pressão sobre a política fiscal, com a finalidade de tornar sua política econômica mais condizente com os interesses de sua população.

O AUMENTO DO PREÇO DA PASSAGEM E A REDUÇÃO DOS DIREITOS⁵⁰

Ray Duarte⁵¹

Em julho a gestão liderada pelo prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues, realizou o terceiro aumento no valor da tarifa do transporte público na cidade em menos de um ano. O ciclo de aumentos se dá após a conquista da diminuição na tarifa em junho de 2013, fruto da mobilização popular que estava em consonância com o movimento que se espalhava pelas ruas de todo o Brasil. A dimensão política dos aumentos se mostra para além da envoltura pretensamente técnica que lhe é dada pelos governos. É um embate que envolve a tomada de efetivo poder de decisão pela população, envolve a busca de uma democracia efetiva. Longe de ser uma questão lateral, nos últimos anos tem se evidenciado cada vez mais a centralidade do transporte para a vida nas cidades, o que se reflete nas lutas políticas em torno do fornecimento deste serviço.

O problema do transporte público se encaixa no contexto maior da questão urbana. O que torna fundamental a questão do transporte é que a vivência da cidade (espaço de trabalho, socialização, cidadania, etc.), a integração das pessoas à mesma é realizada por este serviço. Acontece que num sistema que prioriza o transporte individual e que busca obter lucros taxando o transporte coletivo, a experiência da cidade é restringida para a maioria das pessoas, que tem seu tempo e dinheiro limitados, ao suficiente apenas para cumprir sua jornada de trabalho diária. A (ir)racionalidade do mercado vê a cidade como espaço de especulação e acumulação e as pessoas unicamente como força de trabalho, um sistema de transportes dominado por essa lógica se limita a fornecer os meios para que essa função seja cumprida.

Reagindo a isso, tem crescido as reivindicações que buscam o reconhecimento do transporte como um direito social, tal como saúde, educação, coleta de lixo e tantos outros, nada mais justo, dado que é o transporte que garante o acesso à maior parte dos serviços necessários não só para a mera reprodução da força de trabalho social, mas para o bem-estar e desenvolvimento de uma sociedade, para o que é essencial o convívio social nos espaços públicos, a vivência em comum da cidade. É nesse sentido que nasce e ganha força a ideia do passe livre, que tira o transporte coletivo do domínio hegemônico do mercado, onde o que vale é a lógica do lucro e do valor de troca, para reconhecê-lo como

⁵⁰ Artigo escrito em Agosto de 2015.

⁵¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande; Integrante do PET economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE.

um bem comum essencial ao bem-estar da sociedade e que deve ser posto sob gestão da coletividade.

Em junho de 2013 estourou um dos maiores ciclos de lutas da nossa história, não por acaso a questão do transporte ocupou espaço central para o desencadeamento e continuidade dos protestos. Como consequência da mobilização social, naquele ano aconteceram reduções no preço da passagem em mais de 100 cidades por todo o Brasil⁵². O evento pode ser encarado como um choque de democracia, a população saiu às ruas para fazer ouvir sua voz e pôr abaixo a máscara de legitimidade que a democracia representativa ainda carregava. Os aumentos de tarifa negociados e acertados em reuniões fechadas entre governos e representantes dos oligopólios dos transportes se tornam intoleráveis. A lógica da democracia real era experimentada, os governantes deveriam ajustar-se a ela, buscar atender as demandas que a população discutia e colocava nos encontros e assembleias realizadas horizontalmente. As reduções nas tarifas foram fruto disso, se, como fica patente nessa questão, a balança do estado está sempre pendendo para o lado do capital, naquele momento ela teve que equilibrar-se um tanto mais para atender exigências sociais.

Após muita repressão, física e ideológica, do estado e da grande imprensa, chega o término desse processo (que, no entanto, deverá repercutir por muito tempo), seguido da corrida em busca do tempo perdido das frações do capital que estavam até então na defensiva.

Em 2014 a economia brasileira começa a apresentar tendência cadente, a taxa de investimento se deprime e visando sua retomada busca-se recuperar a estabilidade macroeconômica através de um ajuste fiscal. O ajuste poderia se dar de diversas formas, inclusive através da resolução de problemas estruturais de nossa economia como a evasão fiscal, o sistema tributário regressivo e a nossa obscura dívida pública⁵³. Na prática, entretanto, se traduz em explícito ataque, nos níveis federal, estadual e municipal, a direitos conquistados historicamente através de um árduo processo de luta das classes populares. Parte disso são os aumentos no valor da passagem que encontram, no entanto, uma resistência que se não é tão massiva como foi dois anos atrás, certamente aprendeu naquele ciclo que o caminho para enfrentar os aumentos passa pela experimentação democrática.

Em Campina Grande o prefeito Romero Rodrigues homologou em julho o terceiro aumento em menos de um ano, em julho de 2014 a tarifa estava em R\$ 2,10 e saltou para R\$ 2,55 com o último ajuste. A justificativa foi o aumento dos custos alegado pelas empresas, baseado em planilhas com dados questionáveis e sem o esclarecimento público do real valor dos lucros das empresas do setor. Trabalhadores e estudantes foram às ruas em manifestações contra o aumento, suas pautas podem se resumir em três pontos principais: a revogação do aumento da tarifa, o cumprimento efetivo da lei do passe livre

⁵² <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-quais-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html>

⁵³ <http://www.cartacapital.com.br/economia/201ca-divida-publica-e-um-mega-esquema-de-corrupcao-institucionalizado201d-9552.html>

estudantil instituída em 2013 e a reestruturação do conselho tarifário, abrindo essa instância decisória à participação popular.

O movimento organizado pelo Comitê de Luta Pela Redução da Tarifa e Passe Livre, formado por integrantes de diferentes movimentos sociais e sem lideranças, resultou em duas ocupações. A primeira aconteceu na Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP), nesse episódio boa parte da imprensa campinense cumpriu seu papel de criminalizar movimentos populares ao focar a cobertura em algumas garrafas térmicas quebradas durante a ocupação, desviando a atenção do real problema em questão. A segunda ocupação aconteceu no prédio da Secretaria de Finanças do município, na ocasião os manifestantes exigiram uma audiência pública com o prefeito para esclarecer o processo para a população, ao que obtiveram resposta positiva do representante da prefeitura na ocasião, o secretário Arquimedes de Castro. No entanto, a promessa não foi cumprida e a prefeitura não realizou mais contatos, recuando covardemente diante da exigência de esclarecimentos e de diálogo com a população.

A redução da tarifa (assim como o passe livre) seguirá sendo buscada, os meios continuam sendo o esclarecimento e mobilização social, os únicos capazes de forçar a abertura da caixa preta do transporte coletivo, expondo a irracionalidade da lógica da mercadoria, dos lucros excepcionais para as empresas, assim como a relação de promiscuidade destas com o estado. Só a mobilização pode abrir caminho para uma gestão participativa e racional do setor, que permita o acesso de todos à riqueza das cidades, construídas pelos próprios trabalhadores hoje.

QUEDA NO MERCADO ACIONÁRIO CHINÊS⁵⁴

*Gicele Barros Costa*⁵⁵

Uma das características do mercado de capitais é a possibilidade, por parte das empresas, de captação de recursos financeiros sem que seja necessário recorrer ao mercado de crédito. O crédito gerado nesse mercado é usado pelas empresas para realizarem novos investimentos e, quando esses são realizados para aumento da capacidade produtiva, contribuem para o crescimento da economia.

Um fato recente fez investidores do mundo todo voltarem sua atenção para o mercado de capitais chinês. Nos últimos 12 meses, os mercados de ações chineses têm experimentado uma trajetória de forte alta que começou a se modificar no mês de junho, quando experimentaram quedas de cerca de 30%, mais de US\$ 3 trilhões. Apesar dessa queda, em valor, os índices que compõem a bolsa chinesa apresentaram valores bem superiores aos observados no mesmo período do ano anterior.

Especialistas⁵⁶ argumentam que essas quedas ocorreram pelo alto grau de venda no volume de ações, já que alguns investidores vinham acompanhando o aumento favorável das bolsas chinesas e resolveram realizar seus lucros, optando por vendê-las. Para tentar segurar o abalo no mercado de capitais chinês, o governo adotou algumas medidas como, por exemplo: incentivo companhias estatais e executivos para que comprem ações, permitiu o aumento da quantidade de títulos que companhias de seguros podem reter e prometeu liberar mais crédito para financiar essas operações.

Apesar da maior parte dos investidores do mercado de ações chinês ser composto por residentes, cerca de 80%, surge uma preocupação mundial com o país. A China é de fato um grande exportador mundial, mas também é um grande importador,

⁵⁴ Artigo escrito em Agosto de 2015

⁵⁵ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Extensão Tutorial - PET, e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: gicelebarros@hotmail.com

⁵⁶ Disponível

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150708_china_mercados_temor_analise_fn

em:

principalmente de *commodities*, e por isso acaba impactando de forma significativa outras economias.

Nesse cenário, a economia brasileira, que tem a China como principal parceiro comercial, desde 2009, pode ser afetada, segundo especialistas⁵⁷, principalmente, de duas maneiras. Primeiro, a queda das bolsas de ações do mercado chinês pode favorecer a percepção de risco por parte dos investidores, já que o mercado internacional está em alerta pela crise grega, causando a fuga de capitais nos países emergentes.

A fuga de capitais de um país pode causar a desvalorização da moeda doméstica, no nosso caso o real, e, conseqüentemente, aumento da inflação. Para conter a inflação, dentro do arcabouço do Regime de Metas de Inflação, o governo faz uso do aumento da taxa básica de juros, no Brasil a SELIC. Pela taxa básica de juros é possível "conduzir" os agentes em suas decisões relacionadas ao consumo e ao investimento. O aumento da SELIC faz com que os agentes diminuam o consumo, pelo fato de se estar pagando mais caro para consumir, assim como encarece e deprime o investimento privado. Combinados, esses fatores provocam uma retração da economia, da demanda agregada e da inflação.

No presente momento, o Brasil já tem uma taxa de juros elevada, 13,75% a.a., comparada com outros países, o que causa desconfiança por parte dos investidores internacionais, pois surge a questão: Será que o país irá honrar com suas obrigações financeiras? Além disso, o aumento da taxa de juros atrai, em maior proporção, capital especulativo e de curto prazo que, comparativamente às outras formas de ingresso do capital externo, não se mostram tão produtivos e benéficos para a economia.

Além do problema causado pela saída de capitais, como a China é destino de boa parte das exportações brasileiras de soja e seus derivados e de minério de ferro, as alterações causadas pela turbulência no mercado de ações chinês podem afetar de forma significativa a balança comercial do Brasil, em um momento em que o país almeja a retomada do crescimento. Diante desse cenário, faz-se necessário acompanhar o desenrolar da *trama* da economia chinesa e seus possíveis impactos sobre a dinâmica da economia brasileira.

57

Disponível em:
http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150708_china_mercados_temor_analise_fn

em:

O DESEMPENHO RECENTE DOS BANCOS: CRISE PARA QUEM? ⁵⁸

Karla Vanessa B. S. Leite⁵⁹

Nas últimas semanas, o Itaú Unibanco divulgou um balanço parcial dos seus resultados para 2015. Nos primeiros seis meses, o banco registrou um lucro líquido de R\$ 11,7 bilhões, 25,7% a mais do que no mesmo período de 2014. Para o segundo trimestre, o ganho líquido atingiu o montante de R\$ 5,98 bilhões. É intrigante, no mínimo, constatar que esses valores foram apresentados em uma conjuntura na qual os dados para a economia brasileira parecem ser desastrosos. De acordo com dados do Banco Central, a previsão para o PIB é de queda na ordem de 1,49%, em relação ao ano anterior; a estimativa é que a inflação atinja 9%, ultrapassando a meta estabelecida; a formação bruta de capital fixo recuou em 1,3%, sendo a sétima queda seguida e a SELIC atingiu 14,25%, maior valor nos últimos 10 anos. Além disso, o Governo, no seu desatino de ajuste fiscal em meio à crise, não indica crescimento dos gastos públicos. Paradoxalmente, o lucro dos bancos continua de vento em popa.

Diante disso, não seria um contrassenso fazer o seguinte questionamento: crise para quem (ou para quais setores)? Como explicar o resultado (muito favorável) do setor bancário em meio a um cenário tão negativo para os indicadores econômicos? Um dos caminhos para responder a essa indagação é a compreensão do quem vem a ser *spread* bancário. Existe uma diferença entre a taxa que os bancos captam recursos e a taxa que repassam os mesmos ao tomador final. Essa diferença é denominada *spread* bancário e indica quanto os juros cobrados na ponta superam o custo de captação das instituições financeiras.

De acordo com a decomposição feita pelo Banco Central, essa variável é composta, entre outros fatores, pelos custos administrativos, pelos impostos diretos e indiretos, pela inadimplência e pela margem líquida das instituições (lucro dos bancos). Em relação aos padrões mundiais, a economia brasileira apresenta elevados *spreads*⁶⁰, o que produz constantes discussões entre os gestores da política econômica e a comunidade acadêmica⁶¹.

⁵⁸ Artigo escrito em 25 de agosto de 2015.

⁵⁹ Professora Assistente da UAECON/UFCG.

⁶⁰ Ver Oreiro *et al.* (2006).

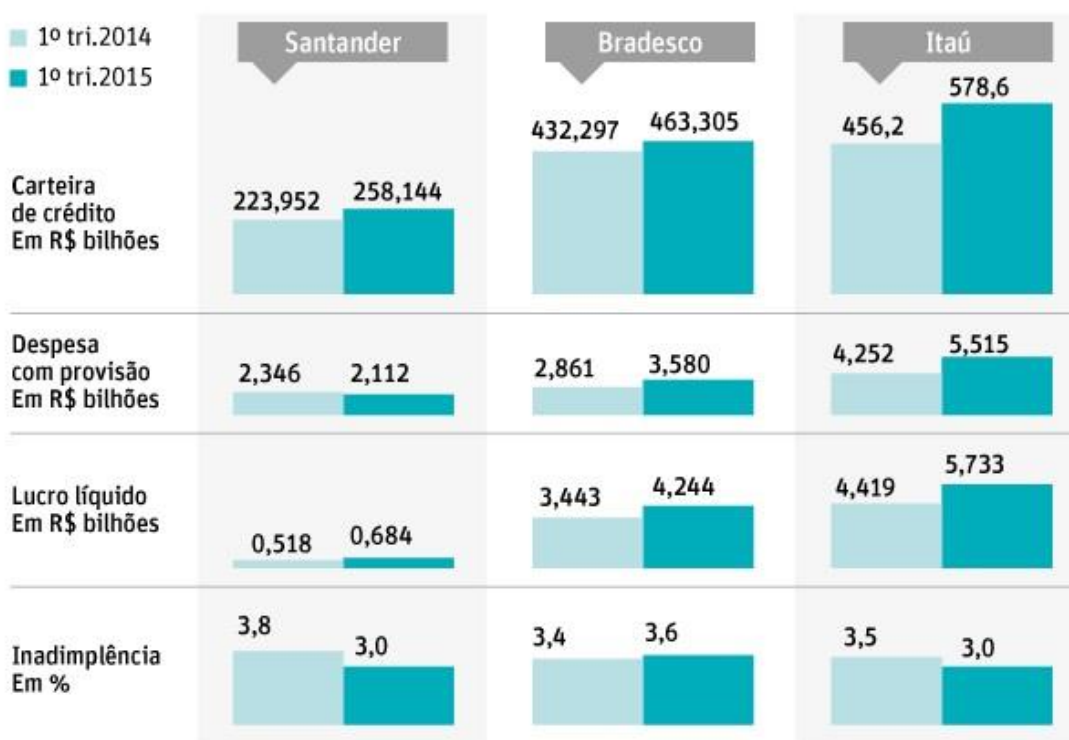
⁶¹ Consultar, por exemplo, Manhiça e Jorge (2012).

E como a taxa básica de juros (SELIC, para o Brasil) pode impactar o *spread*? A taxa SELIC serve como um piso para a fixação dos juros bancários. Logo, a elevação na taxa básica de juros pode contribuir para aumentar o custo dos empréstimos ao tomador final, ampliando, ainda mais, a diferença entre a taxa de captação e de repasse de recursos pelos bancos. Além disso, a elevação da SELIC pode impactar positivamente em outra variável relevante: a inadimplência. Ainda é importante mencionar que, na economia brasileira, existe uma peculiaridade: um tipo de ativo com taxa de retorno alta, sem risco e com elevado grau de liquidez, os títulos da dívida pública. Como esses títulos são remunerados pela SELIC, ao elevar a taxa básica de juros o Banco Central está aumentando o custo de oportunidade para os bancos que, consequentemente, exigirão maiores retornos para financiar outros tipos de crédito.

No Brasil, como o setor bancário é fortemente oligopolizado, é importante discutir a questão da margem de lucro dos bancos que também pressiona o *spread* para cima. Não apenas os bancos privados, mas também os bancos públicos cobram taxas semelhantes e apresentam resultados positivos (no mínimo) para as margens líquidas, como pode ser visto no gráfico abaixo.

BALANÇOS DOS BANCOS

Carteira de crédito cresce no primeiro trimestre do ano



Fonte: Jornal Folha de São Paulo, 06/05/2015.

Portanto, além de discutir a importância dos impactos da SELIC para o *spread* é fundamental ressaltar a contribuição das elevadas margens de lucro do setor bancário. Mesmo em um momento difícil para a economia brasileira, os bancos continuam apresentando resultados demasiadamente favoráveis que destoam dos demais setores.

Crise para quem? Para os bancos? Aparentemente, não! O governo não deveria atuar nesse setor, principalmente via bancos públicos, para forçar uma queda no custo do crédito para o tomador final, tendo em vista que os bancos são uma concessão pública e devem também cumprir um papel social? A política monetária não deveria ser conduzida levando em conta as especificidades da economia brasileira que contribuem para a manutenção de um dos *spreads* mais elevados do mundo? Claramente, a resposta para essas perguntas é um sonoro sim. Mas por qual razão o governo não tem uma atuação mais incisiva no setor bancário? Essa indagação, por sua vez, fica aqui sem resposta e serve como uma provocação para que possamos refletir mais sobre esse tema tão relevante quanto atual para a economia brasileira.

AJUSTE FISCAL, O QUE SIGNIFICA?⁶²

*Fernanda Carvalho Araújo*⁶³

A administração pública gerencia seus recursos de maneira semelhante a forma com que uma família busca equilibrar seu orçamento doméstico. Assim, como as famílias precisam manter um acompanhamento de seu orçamento, o governo federal possui balancetes e demonstrativos de resultados desenvolvidos para descrever – de maneira analítica e precisa – todas as receitas e despesas previstas para um determinado período, certificando-se de que o capital disponível será suficiente para arcar com todos os compromissos assumidos.

Nos últimos dias, muito tem se ouvido falar sobre o ajuste fiscal que o Governo Federal está realizando nas contas públicas. Mas o que é, de fato, esse ajuste? O ajuste fiscal nada mais é do que um conjunto de medidas dedicadas a promover o equilíbrio geral de um órgão público ou privado. Dito de outra forma, é o nome dado ao esforço feito pelos governos para equilibrar suas contas, gastando menos ou, no limite, o mesmo valor que foi arrecadado.

O governo Dilma realizou, no início de 2015 um ajuste fiscal que ficou conhecido também pelo rótulo “programa de austeridade” para controle dos gastos. A semente desse ajuste foi lançada já em janeiro de 2011, quando o Governo Dilma iniciou seu mandato. Os resultados daquele período foram pífios, ou seja, foram fracos, bem abaixo do esperado.

Não se pode falar em ajuste fiscal sem tocar no assunto do superávit primário, estão diretamente relacionados, tendo em vista que superávit primário nada mais é do que o resultado das contas públicas excluindo os juros, ou seja, é aquilo que o governo gasta a menos do que é arrecadado. Esse montante é, assim, utilizado para pagamento das dívidas públicas.

No gráfico a seguir, vemos a capacidade de governo despencando:

⁶² Artigo escrito em setembro de 2015.

⁶³ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: fernanda_eter@gmail.com

CAPACIDADE DE POUPANÇA DO GOVERNO DESPENCA

Parcela destinada ao abatimento da dívida no 1º quadrimestre, valores corrigidos



Fonte: Tesouro Nacional.

Os percentuais se referem à parcela da arrecadação de impostos e outras fontes de recursos destinada ao abatimento da dívida pública, ou seja, superávit primário.

Muitos pensam que a política de austeridade de hoje é uma novidade necessária. A causa da piora fiscal não foi o excesso de gastos públicos, mas sim o enfraquecimento da arrecadação devido ao baixo crescimento. Uma situação fiscal é, na maioria das vezes, o espelho da trajetória de crescimento – não o contrário.

Ainda que seja avaliado que a situação fiscal é muito ruim – o que é um exagero ideológico – a saída buscada através das políticas de austeridade não será a solução. Programas de austeridade são um poço sem fundo porque devastarão a economia, empregos e a arrecadação.

A respeito do ajuste fiscal do ministro da fazenda Joaquim Levy, o governo Dilma conseguiu poupar apenas R\$ 4 de cada R\$ 100 arrecadados no primeiro quadrimestre. Dados do Tesouro mostram como caiu a capacidade de poupança da administração federal.

A situação fiscal brasileira está longe de ser o que dela dizem os governantes. O baixo superávit primário de 2014 foi resultado da arrecadação decorrente de um baixo crescimento. O que se busca por aqui é um ajuste fiscal rigoroso motivado por forte componente ideológico.

A questão central a ser debatida é: Será possível conseguir atingir a meta do superávit primário de 1,2% do PIB? Será necessário projetar uma nova meta? Será que a forma de se tentar atingir a meta tem sido a mais adequada para o País no momento?

A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO⁶⁴

Rafaela Camila da Silva⁶⁵

O conceito de capital humano envolve os recursos de educação e saúde que existem na economia de um determinado país e são utilizados de forma a capacitar os trabalhadores e desenvolver suas habilidades laborais. Esses recursos constituem fatores fundamentais para alavancar o desenvolvimento econômico e social da nação. Em todos os países, as políticas direcionadas para promover o desenvolvimento econômico e social devem dar atenção fundamental aos recursos de educação e saúde como fatores básicos do desenvolvimento.

A saúde é fundamental para promover o bem-estar, enquanto a educação é essencial para possibilitar uma vida satisfatória e gratificante às pessoas através dos ganhos de renda ao longo do exercício do trabalho. A educação desempenha, por outro lado, um papel na capacidade das nações de adquirir e absorver tecnologia, elemento indispensável para promoção do desenvolvimento econômico e social.

Os investimentos em saúde e educação são fundamentais para acelerar a taxa de crescimento econômico do país. Nos primeiros anos deste século, no Brasil, os governos investiram maciçamente em educação e saúde e os resultados foram positivos para que o país alcançasse significativas melhoras em diversos indicadores econômicos na primeira década do século XXI.

A relação entre saúde e educação é também importante para se entender o papel desses fatores na promoção do desenvolvimento. Assim, por exemplo, quando se tem maior investimento em saúde, melhorando a produtividade do trabalho, melhoram também os índices de acesso à escola, possibilitando uma melhoria na aprendizagem e na qualificação do trabalhador. Já, quando se promove a educação, ela aumenta a capacidade do trabalho e possibilita o aumento de recursos para serem investidos na saúde. Os investimentos em saúde e educação levam, portanto, a melhorias mútuas na promoção do desenvolvimento econômico.

O impacto dos investimentos em capital humano produz resultados substanciais na promoção do desenvolvimento nos países menos desenvolvidos. Os investimentos em

⁶⁴ Artigo escrito em setembro de 2015.

⁶⁵ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e bolsista do PET-Economia/UFCG.

saúde e educação podem gerar um fluxo de renda mais elevado no futuro. Em vários países da América Latina, pesquisas tem mostrado que as pessoas que investem mais em educação, em idade mais jovem, recebem um fluxo de renda bem maior no futuro do que as pessoas com níveis inferiores de educação. Os retornos de renda para as pessoas que tem níveis de educação universitária são maiores do que aqueles para as pessoas que possuem apenas níveis de educação secundária e essas possuem níveis de renda maiores do que aquelas com apenas educação primária. As pesquisas conduzidas por economistas em todos os países mostram resultados empíricos positivos para essas hipóteses. No caso do Brasil, por exemplo, as pesquisas mais recentes, realizadas por economistas do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA (textos para discussão 2110 e 1247), além de resultados abundantes da discussão nas últimas décadas do século passado (ver Geraldo Langoni, Pedro Malan e Rodolfo Hoffmann) sobre desigualdade de renda e desenvolvimento econômico apresentam resultados positivos a esse respeito. No caso de outros países menos desenvolvidos, os resultados apresentados por Michael P. Todaro no seu livro, Desenvolvimento Econômico, mostram evidências abundantes relacionadas com essa questão.

As mulheres geralmente possuem menos educação formal do que os homens nos países menos desenvolvidos. Na maioria dos países, as meninas possuem menos educação do que os meninos e isso é um problema para o desenvolvimento econômico e a discriminação de sexo. O hiato de gênero educacional é especialmente grande em regiões do mundo menos desenvolvido como África e América Latina, onde as taxas de educação dos homens apresentam-se sempre maiores do que as das mulheres. Na Índia, por exemplo, a taxa de alfabetização feminina das mulheres adultas alcança apenas 65,0% da dos homens e a das mulheres jovens 67,7% dos jovens masculinos, segundo dados apresentados por Michael P. Todaro.

Tendo em vista essa situação de discriminação de gênero mostrada pela educação formal nos países em desenvolvimento e que nos objetivos de desenvolvimento do Milênio se chamou atenção para esse fato, mostrando que a taxa de retorno da educação das mulheres é maior do que a dos homens na maioria dos países em desenvolvimento e que, ao se aumentar a educação das mulheres, não só se aumenta a sua produtividade no local de trabalho mas também possibilita a sua maior participação na força de trabalho, é que os Governos passaram a criar políticas de apoio às mulheres, inclusive Ministérios como no caso do Brasil.

Em muitos países da África, tem-se observado que as meninas recebem menos cuidados de saúde e de educação do que os meninos, levando, portanto, a uma discriminação de gênero.

Conscientes da situação do capital humano existente nos países menos desenvolvidos, os governos têm investido sempre mais em saúde e educação como fatores básicos para promover o desenvolvimento. Além do mais, diante da constatação de que os retornos sociais na educação básica são maiores do que os retornos na educação superior, os governos têm orientado os recursos prioritariamente, para as áreas da educação básica e profissional. Enquanto as taxas de retorno na educação superior

chegam a um patamar de cerca de 12,0% nesses países menos desenvolvidos, as taxas de retorno da educação básica podem alcançar em torno de 25,0%, trazendo, portanto, maior retorno de renda para as famílias que investem em educação.

APESAR DA CRISE...⁶⁶

Kassia Larissa Abrantes Alves⁶⁷

A economia brasileira enfrenta um duro cenário econômico neste ano de 2015 e muito se ouve falar em crise. Os motivos alegados são muitos, como a retomada da inflação em um ritmo acelerado, o dólar barato que incentiva a importação, destruindo a indústria nacional, e prejudica as exportações contribuindo ainda mais para a estagnação da nossa economia, a restrição de crédito e outros, que estão ligados aos equívocos cometidos pelo governo federal, resultados da política econômica adotada pela Presidente Dilma Rousseff a chamada “Nova Matriz Econômica” desde o ano de 2011.

No cenário econômico atual a credibilidade na política fiscal está se dissolvendo, muitos reajustes⁶⁸ foram feitos, porém o corte afetou os ministérios mais importantes e que mais necessitam de benefícios como os ministérios das Cidades, Saúde e Educação. A retração da indústria, a inflação, os juros elevados, a baixa taxa de investimento, o aumento do desemprego e a redução do poder de compra da população ocasionam um cenário de crescimento pequeno para o país. As previsões segundo o Brasil em Foco, em matéria⁶⁹ do dia 04 de setembro é de que “o PIB do Brasil está previsto para contrair 2,3% este ano [...]. O superávit primário do país (verba que sobra na conta do governo para pagar os juros da dívida pública) desapareceu e estima-se um déficit de 8% a 9%.”

Mas ao falar em crise não podemos destacar só a economia, outros setores também estão vivenciando períodos de profundas modificações, assim surgem também outras supostas crises como a política, a energética e a hídrica.

⁶⁶ Artigo escrito em Setembro de 2015. Baseado no texto de publicado por Pablo Villaça na rede social facebook, que viralizou a internet.

⁶⁷ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). Email: kassia.lary@hotmail.com.

⁶⁸ Este reajuste (Ajuste Fiscal) consiste em duas ações: cortar despesas do governo e elevar a arrecadação, pelo aumento de impostos ou de outras receitas.

⁶⁹ Matéria do Jornal Brasil em Foco, edição online. Referente ao dia 04 de setembro de 2015. Acesso em: <http://www.brasilemfoco.com.br/arquivos/category/economia>

O conceito de crise é uma mudança brusca ou uma alteração importante no desenvolvimento de qualquer evento ou acontecimento. Essas alterações podem ser físicas ou simbólicas e também competir a situações complicadas ou de escassez. Diante dessa definição o país está à mercê de um grande boom de crises, mas cabe avaliar o que levou cada uma a eclodir.

Há tempos o Brasil vive em uma política egoísta que tem por importância maior o benefício próprio. O princípio básico de ajudar e levar melhorias a população está quase extinto e o que predomina são “guerras partidárias”. Um caso que bem exemplifica é o pedido de impeachment da presidente, não existem motivos concretos para tal ação, o cenário político atual não é como o que culminou o impeachment de Fernando Collor em 1992, a situação econômica afeta diretamente este cenário, mas esse pedido aparenta mais ser “intriga da oposição” para ganhar poder e mais espaço dentro do governo. De acordo com Renato Meirelles, presidente do Data Popular *“Impeachment é um processo legal, logo, não é golpe. Mas é político. Portanto, sujeito a influências políticas, perspectivas de poder, e arranjos internos.”*

Outro ponto de relevância é a corrupção que assola nossa nação e que a cada dia estouram novos escândalos. Entre estes o mais recente é à operação lava jato que investiga um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás, que teria movimentado ilegalmente R\$ 10 bilhões, onde parte destes são recursos desviados da empresa e repassados a base aliada do governo. Fora inúmeros outros esquemas e escândalos como o Mensalão ocorrido entre 2005/2006. Em grande parte, a crise política que se tem é causada pelo caráter das pessoas que colocamos no poder? Ou existe algo de estrutural na corrupção que assola o país?

Mas além de enfrentar crises econômicas e políticas, desde 2012 surgiu uma nova preocupação que diz respeito a uma possível crise energética.

É correto afirmar que guardar água é guardar energia, pois, a energia gerada nas hidrelétricas resulta da transformação da força do movimento da água represada e fica a disposição para gerar energia quando for necessário. Porém poucas são as hidrelétricas brasileiras com reservatórios próprios, capacidade de armazenamento (em períodos úmidos) e selecionamento⁷⁰ (em períodos secos) e assim surgem as usinas hidrelétricas “a fio d’ água” que não dispõem de reservatório de água em quantidade adequada para a acumulação e operam apenas com uma reserva mínima, como é o caso de Itaipu⁷¹. Em 2012 diante da “abundância” do recurso energético o governo federal manda um sinal econômico errado, barateando o consumo da energia, e preço baixo é fator de estímulo ao consumo. Em declaração ao 07 de setembro do ano a Presidente Dilma anunciou que o Brasil era o único país do mundo em que, simultaneamente, se baixava as tarifas e se aumentavam a produção de energia elétrica, dando a entender a população que poderiam consumir energia a vontade, porque o produto estava barato e a oferta seria abundante. Mas pouco mais de um mês depois, nota-se que as usinas “a fio d’ água” são reféns dos humores da natureza. Diante disso com o período de estiagem e a escassez de água nos

⁷⁰Deplecionamento corresponde à redução do nível de água em uma área.

⁷¹A Usina Hidrelétrica de Itaipu é uma usina hidrelétrica binacional localizada no Rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

reservatórios das hidroelétricas estas usinas se tornaram inviáveis, e para não ficarmos sem energia houve a necessidade de acionar as usinas termoelétricas, que são movidas a derivados de petróleo, são poluentes e de custo elevado, demonstrando um claro sinal de que havia preocupação com a escassez de energia e uma ação que aumentou os custos de produção desse serviço. Sendo esta a causa da conta da energia, está pesando no nosso bolso nos dias atuais. Então a crise da matriz energética foi causada por um sinal econômico errado enviado a sociedade.

A crise hídrica que passou a ser uma crise nacional depois de atingir São Paulo, é causada não só pela falta das chuvas, mais também incapacidade do governo e a falta de consciência dos cidadãos. É difícil de imaginar como um país que possui a maior reserva de água doce do mundo e um aquífero que abasteceria o planeta inteiro por 250 anos⁷² está em crise, mas estamos vivendo dias de racionamento onde não sai nenhuma gota de água de nossas torneiras. Vários campos estão sendo afetados pelo problema como a geração de energia (citada à cima), o abastecimento das cidades, a agricultura e outros. O problema da estiagem está associado a um novo ciclo natural onde se chove menos em termo de volume e essa variabilidade de chuvas está relacionada ao ciclo dos oceanos, então é algo natural que não podemos interferir. Mas estudos já apontavam este período de estiagem e nada foi feito. Para fugir da falta de água é necessário políticas públicas que conscientizem a população a diminuir o consumo, despoluição dos rios e mananciais, construção de novas barragens e locais de armazenamento e captação de chuva, reutilização da água, e há também medidas um pouco mais caras como a transposição e a dessalinização da água do mar que poderia ao longo prazo intervir caso o problema nos assale no futuro e diversos outros fatores que vai da competência de cada um de nós, pois, se não mudarmos nossos hábitos podemos sim chegar a um colapso sem água. Assim compete a nossos gestores além de impulsionar estas medidas citadas, também avançar na gestão dos recursos hídricos com a consolidação da descentralização e da governabilidade com a abordagem de bacias hidrográficas, além de tornar prioritário o saneamento básico, tratamento de esgotos, recuperação de infraestrutura e de mananciais e fazer uma avaliação econômica dos "serviços" dos recursos hídricos e dos ecossistemas aquáticos, pois, um exemplo é o desperdício de água na sua distribuição, quando ela sai dos reservatórios e percorre o caminho até nossa casa, um percentual elevado de água é desperdiçado por causa de tubulações e equipamentos antigos ou inadequados.

Deste modo designar de fato se todos esses processos são crises vai da competência de cada um diante de suas visões, pois, até então não há nada comprovado que determine cada fator desses como uma crise, a não ser a opinião da mídia (que exerce grande influência sobre a sociedade) e dos governantes, destacando também que todos os processos possuem dois lados e fatores notáveis que determinam que estamos e que não

⁷²O aquífero era conhecido como Alter do Chão. Porém em 2013, novos estudos feitos por pesquisadores da UFPA (Universidade Federal do [Pará](#)) apontaram para uma área maior e passaram a denominá-la de SAGA (Sistema Aquífero Grande Amazônia) que segundo a pesquisa, possui reservas hídricas estimadas preliminarmente em 162.520 km³ - sendo a maior que se tem conhecimento no planeta. Assim o professor do Instituto de Geociência da UFPA Francisco Matos declarou que a quantidade de água existente era capaz de abastecer o planeta por 250 anos.

estamos em crise. A meu ver estamos passando por ciclos turbulentos ocasionados por má administração e decisões tomadas de forma errado. De fato, os quatro setores (econômico, político, energético e hídrico) estão vivendo um período de grandes transformações mais nenhum deles é ocasionado por uma causa natural. Retomando a questão hídrica, o período de estiagem, ou seja, a falta de chuvas é ocasionada por um ciclo ambiental, mais a crise que eclodiu por “falta de água” ocorre pela má distribuição desse recurso e outras medidas já expostas que não foram solucionadas, pois, a estiagem já era prevista, mais ficamos esperando de braços cruzados ela chegar a nós. E para você estamos ou não em crise?

LIBERDADE DE IR E VIR, QUE PIADINHA DE MAU GOSTO⁷³

Natália T. Rodrigues⁷⁴

No dia dois de setembro de 2015 foi encontrado morto AylanKurdi, um garoto sírio de apenas três anos, cuja fotografia se transformou no símbolo do drama dos refugiados. Em tempos de cegueira, como esse em que vivemos, alguns temas, quando aparecem, mostram-se obscuros, tortuosos, como são o caso das expropriações que se apresentam de diversas formas, dentre elas as migrações.

No que tange às migrações em um mundo “globalizado”, o uso da expressão *-liberdade de ir e vir* aparece-nos como algo natural. Entretanto, se nos atentarmos à história e caminharmos em direção ao que há por trás da expressão, vemos que a *liberdade de ir e viré*, na verdade, cerceada, fraturada, conforme descreve Eduardo Galeano em *O Teatro do Bem e do Mal*:

“Toda pessoa tem o direito de circular livremente”, afirma o artigo 13. Circular, sim. Entrar, não. As portas dos países ricos se fecham nos narizes de milhões de fugitivos que peregrinam do Sul para o norte, e do Leste para oeste, fugindo das lavouras aniquiladas, dos rios envenenados, das florestas arrasadas, dos mercados despóticos e dos salários nanicos. Uns quantos morrem na tentativa, mas outros conseguem se esgueirar por baixo da porta. E lá dentro, na terra prometida, eles são os menos livres e os menos iguais. (GALEANO, 2002, p. 38)

Ao garoto Aylan Kurdi, a simples tentativa de esgueirar-se por baixo da porta foi negada. Também foi negada a tentativa de sua mãe, seus dois irmãos e centenas de milhares de pessoas que migram cotidianamente de sua terra natal na busca daquilo que lhes seria de

⁷³Artigo escrito em setembro de 2015- Palavras ditas por Galeano em :Voces contra la globalización- La estrategia de Simbad

⁷⁴Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE)

direito: o direito à vida. Somente na Síria, o país do garoto Aylan, segundo o relatório da ONU de julho de 2013, há 1,5 milhão de refugiados. Afirmar-se neste relatório que há 232 milhões de migrantes internacionais, ou seja, cerca de 3,2 % da população mundial. “A intensidade do fenômeno pode ser elucidada levando em conta que, em 1910 [período de intensa migração europeia], o número de emigrantes era de 33 milhões, ou seja, 2,1% da população planetária”. (MARINUCCI e MILESI, 2005). Tal relatório mostra que a presença contínua de uma longa situação de refúgio é um lembrete de que a travessia das fronteiras internacionais não é opcional, mas a única alternativa viável para milhões de pessoas. A liberdade de ir e vir, neste sentido, mostra-se como uma tremenda “piadinha de mau gosto”, nas palavras de Galeano.

Uma das formas de entendermos o porquê das migrações continuarem sendo tão expressivas nos dias de hoje, tem base na lógica das expropriações, que segundo Virgínia Fontes

O tema das expropriações é relegado à condição de “acumulação primitiva”, como episódico, tendo ocorrido previamente na Inglaterra e se reproduzido como elemento de “modernização nos demais países, espécie de corolário, na maioria das vezes indesejável (FONTES, 2010, p. 45).

Virgínia argumenta que uma das formas fundamentais de subordinação à lógica de acumulação e reprodução do capital é a contínua expansão do chão social, que é a separação contínua dos trabalhadores das condições sociais de produção.

Ora, a condição social para a extração do mais-valor não pode se limitar a um momento prévio ou anterior ao pleno domínio do capital, embora seja correto dizer que a plena expansão do mercado pressuponha populações extensamente expropriadas. As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista. (FONTES, 2010. P. 45)

Virgínia aponta que a relação social fundamental, a relação-capital por excelência, repousa sobre uma expropriação originária dos trabalhadores. Entretanto, não se limita a ela. Exige a conservação e reprodução em escala sempre crescente da população dependente do mercado, de forma a estar objetiva e subjetivamente integrada ao mercado, para subsistir. Tal argumentação é buscada em Marx pela autora

*A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, **não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em uma escala sempre crescente.** Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho. (MARX, 1985: L. I, T.2, p. 262, negritos no original, itálico meu) FONTES, 2012, p.47*

Com isso posto, percebemos que as migrações seguem sendo formas de manutenção das expropriações tendo em vista que estão contidas no chão social da lógica de expansão e

reprodução do capital. Colocando assim, permanentemente, centenas de milhares de pessoas em sob condições críticas. Neste ínterim milhares de “clandestinos” seguirão “burlando a lei” em busca de conseguir condições humanas de existência, ou nas palavras de Manu Chao

Solo voycon mi pena

Sola va mi condena

Correr es mi destino

Para burlar la ley

Perdido en el corazón

De la grande babylon

Me dicen el clandestino

Por no llevar papel

Soy una raya en el mar

Fantasma en la ciudad

Mi vida va prohibida

Dice la autoridad

REFERÊNCIAS

FONTES Virgínia. Brasil e o Capital Imperialismo. 2010. Editora UFRJ.

GALEANO, Eduardo. O Teatro do Bem e do Mal. 2002. Editora Coleção L&PM Pocket

MARINUCCI, R. & MILESI, R. Migrações internacionais contemporâneas, 2005. Disponível em: <www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm>. Acesso em: 02. Setembro 2015.



PIB: BREVE HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA O BRASIL⁷⁵

Gicele Barros Costa⁷⁶

O PIB (Produto Interno Bruto) é uma medida de todos os bens e serviços finais produzidos por uma economia, em um período de tempo (normalmente, um ano ou um trimestre), dentro dos limites geográficos do país por empresas nacionais e estrangeiras. Quando o valor do PIB aumenta, estamos diante de duas possibilidades: o país em questão está produzindo mais bens e serviços do que antes ou que os mesmos estão sendo vendidos a preços mais elevados. Um aumento do PIB pode indicar também uma melhora na renda das famílias, tendo em vista que o mesmo pode ser mensurado tanto pelo lado da despesa como da renda. Nesse caso, a população se encontraria em uma situação mais favorável, já que poderia consumir mais para satisfazer suas necessidades.

No caso do Brasil, de acordo com o gráfico 1, o PIB apresentou crescimento médio de 4,5%⁷⁷ entre 2005 e 2008, período antes da crise do *subprime*. Em 2005⁷⁸, o PIB cresceu 3,1% e esse aumento se deu pelo consumo das famílias, motivado, principalmente, pelo aumento do crédito e dos salários reais. Já em 2006, o crescimento foi de 4,0%, mesmo com as preocupações internacionais em relação a problemas na agropecuária como a gripe do frango e febre aftosa que acabaram por afetar as exportações no setor. Nesse período, agropecuária apresentou variação positiva juntamente com a indústria extrativa mineral e o consumo das famílias que cresceu 3,8% em relação a 2005. No ano de 2007, o observado foi de 6,0% que se deu em parte pela recuperação da agropecuária, atividade que apresentou maior crescimento, e também pelo aumento no volume de investimentos. Em 2008, ano que registrou uma baixa taxa de investimento (18,5%), em relação aos anos anteriores, o produto da economia ficou em 5,1%.

⁷⁵ Artigo escrito em setembro de 2015.

⁷⁶ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Extensão Tutorial - PET, e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: gicelebarros@hotmail.com

⁷⁷ Todos os dados são de acordo com a nova metodologia do IBGE.

⁷⁸ Não é a intenção deste artigo mostrar todos os indicadores que tiveram aumento nos respectivos anos, apenas indicar alguns.

Gráfico 1 – Variação relativa do PIB brasileiro (%)



Fonte: Banco Mundial.

Em 2009, um ano após o desencadeamento da crise sistêmica do *subprime*, nos EUA, o Brasil apresentou uma variação negativa no PIB: -0,2%. Essa retração pode ser justificada pela perda de dinamismo da indústria que caiu 5,5% e teve um recuo da taxa de investimento de 9,9%, causando queda na Formação Bruta de Capital Fixo. Além disso, também se verificou um recuo da agropecuária, -5,2%, principalmente, pela diminuição das exportações do setor. Apesar da queda no valor do PIB de 2009, o consumo das famílias apresentou crescimento de 4,1%, o consumo e investimentos do governo cresceram 3,7%. O ano de 2009 é o único da série que apresenta recessão, mas com as medidas adotadas pelo governo em 2008 e 2009 o país conseguiu superar o desafio e apresentar crescimento considerável em 2010.

Ainda de acordo com o gráfico 1, em 2010, o PIB apresentou crescimento de 7,6%, maior taxa desde 1986. Entre outros fatores, esse resultado pode ser explicado pela demanda interna que foi estimulada pelo crescimento do consumo das famílias (7%) e pelo aumento da Formação Bruta de Capital Fixo (21,8%). Também foi observado aumento na indústria, com expansão de 10,5% em relação a 2009, da agropecuária e dos serviços com valores de 6,5% e 5,4%, respectivamente.

Depois do *bem-sucedido* ano de 2010 o crescimento do produto interno, em 2011, foi moderado, 3,9%, e a taxa de investimento, em proporção do PIB, passou de 19,3% para 20,6% quando comparado a 2010. O consumo das famílias apresentou variação um pouco menor que em 2010, aumentando 4,1%. Para os demais setores da economia, a maior variação ficou por conta da agropecuária, 3,9%, seguida por serviços, 2,7% e, com um crescimento um pouco mais tímido, a indústria, 1,6%.

Em 2012 o PIB caiu um pouco mais – crescendo apenas 1,8% – com a indústria apresentando variação positiva de 0,1% e os serviços 2,4%. O consumo das famílias aumentou 3,1% e os gastos do governo subiu 3,2%. Já a Formação Bruta de Capital Fixo

recuou 4% em relação a 2011. Para 2013, a variação registrada foi de 2,7%, sendo impulsionada, principalmente, pela agropecuária que apresentou alta de 7%, graças ao aumento da produtividade e dos ganhos na produção. Já a indústria apresentou crescimento um pouco maior do que no ano anterior, 1,3%, e os serviços alta de 2%. O consumo das famílias apresentou uma alta um pouco modesta, apenas 4,3%, e o consumo do governo cresceu 1,9%.

Em 2014, o crescimento foi bem mais modesto que o do ano anterior, apenas 0,1%. Os investimentos apresentaram uma queda de 4,4%, que foi justificado, em parte, pelos juros mais elevados, inflação e escassez do crédito. O consumo das famílias apresentou menor variação desde 2003, crescendo apenas 0,9%. Com relação aos setores da economia a maior queda se deu pela indústria com recuo de 1,2%, os serviços apresentaram leve elevação de 0,7% e a agropecuária, apenas, 0,4%.

Apesar de 2014 não ter sido um ano fácil, 2015 promete ser um pouco mais complicado. Segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) o recuo no PIB brasileiro em 2015 será de 1,5%. Tal previsão tem *confirmação* pelo que já é perceptível, aumento do número de desempregados, inflação elevada e economia enfraquecida. Segundo o economista-chefe do FMI, Oliver Blanchard, 2015 será um ano "duro" para a economia brasileira, mas que o ajuste fiscal e política monetária, que estão em andamento atualmente, guiarão o Brasil para o crescimento nos próximos anos.

Vale lembrar que para ocorrer um aumento no PIB vários fatores são considerados, tanto internos quanto externos. Os internos, segundo Blanchard, já estão no *caminho certo*, mas as previsões para os fatores externos não muito otimistas, já que os países em desenvolvimento terão que enfrentar empréstimos com custos mais elevados, preços menores para as *commodities*, incluindo o petróleo, o freio nas exportações para China, principal parceiro comercial do Brasil desde 2009, entre outros. O que resta é apenas aguardar que as medidas adotadas pelo governo possam de fato ajudar o país a apresentar crescimento econômico nos próximos anos e que o cenário externo também se torne mais favorável.

Vale lembrar que para ocorrer um aumento no PIB vários fatores são considerados, tanto internos quanto externos. Os internos, segundo Blanchard, já estão no *caminho certo*, mas as previsões para os fatores externos não muito otimistas, já que os países em desenvolvimento terão que enfrentar empréstimos com custos mais elevados, preços menores para as *commodities*, incluindo o petróleo, o freio nas exportações para China, principal parceiro comercial do Brasil desde 2009, entre outros.

Entretanto, se analisarmos a conjuntura da economia brasileira com outros óculos teóricos, a teoria pós-keynesiana, por exemplo, é possível questionar a eficácia do ajuste fiscal que está sendo posto em prática e a sua capacidade de recolocar o PIB em uma trajetória de crescimento. Em um ambiente recessivo, o ajuste feito por meio do corte de gastos do governo, inclusive dos gastos com investimento, pode provocar um desaquecimento ainda maior da economia. Sem investimentos, não há geração de produto, de renda ou de emprego e o resfriamento da atividade econômica compromete a

arrecadação do governo, de modo que o esforço feito pelo corte de gastos torna-se menor do que as perdas geradas no lado das receitas. O governo teria, portanto, que se movimentar de maneira a incentivar – e não cortar – o investimento, já que uma mudança positiva nessa variável afeta também o nível de renda que, por sua vez, impacta no consumo das famílias.

Claramente, o governo escolheu o caminho do ajuste pelo corte dos gastos – e aumento da taxa de juros – e não pela mudança no perfil da arrecadação com uma mudança no sistema tributário que o tornasse mais progressivo – taxação da renda e da propriedade das classes com maior nível de renda, por exemplo. O que nos resta, agora, é apenas aguardar que as medidas adotadas pelo governo possam, de alguma maneira, ajudar o país a recuperar o crescimento econômico, nos próximos anos, e que o cenário externo também se torne mais favorável.

PODER ACIMA DE TUDO⁷⁹

Adolfo de Luna Matias⁸⁰

Nos últimos meses da gestão de Dilma Rousseff, sob representação ao Partido dos Trabalhadores (PT), a insatisfação da população parece ter aumentado de forma significativa. De acordo com os dados da Confederação Nacional de Transporte (CNT) /Instituto MDA⁸¹, a popularidade do governo vem caindo. Na penúltima avaliação, o governo Dilma tinha aproximadamente 18,9% de aprovação; nas pesquisas realizadas em julho, esse valor caiu para 7,7%.

De fato, as políticas de ajustes fiscal – elevação de preços em alguns setores e corte em gastos orçamentários – aliadas à desvalorização do real frente ao dólar, além das últimas notícias do caso de corrupção na Petrobrás, contribuíram sobremaneira para a queda da popularidade da Presidente. Outro fator ainda pode ser levado em consideração para explicar essa perda de popularidade do governo: a existência da pressão de partidos políticos e da imprensa sobre o governo federal. Partidos como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) contribuíram de forma significativa para um *mal-estar* da população com gestão da Presidente Dilma. Isso fica mais claro, quando se observa que o então senador Aécio Neves (MG), parecendo ainda não acreditar em sua derrota pela corrida presidencial, gasta grande parte do tempo em forma de campanhas contra o governo e sugere esperar um possível *impeachment* para então assumir o cargo de presidente de forma “legalmente constitucional”, o que não é crível e nem provável.

Além disso, outros partidos como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em sua cúpula, levam a frente alguns partidários que desafiam, de forma direta, a gestão da presidente Dilma. Exemplo disso é o deputado federal Eduardo Cunha (RJ), que desafia a presidente Dilma em seus discursos. Enquanto isso, dentro do PMDB, o vice-presidente Michel Temer é sempre questionado a respeito de sua aprovação com o governo Dilma, questão essa que pode ser considerada normal, mas

⁷⁹ Artigo escrito em setembro de 2015

⁸⁰ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: petadolfo@gmail.com

⁸¹ Ver em: < <http://cnt.mdapesquisa.com.br/index.php> >

aparece com *cara de segundas intenções* por parte da imprensa, em uma tentativa de colocar o vice-presidente em posição conflituosa com a Presidente.

Outro elemento a respeito da imprensa brasileira, que parece sempre levantar os mesmos temas nos noticiários, é a constante insistência do envolvimento partidário – deixando em destaque o envolvimento do PT – com esquemas de corrupção e as medidas mais rígidas da presidente perante o momento turbulento que passa a economia do Brasil. Tais notícias chegam a ser frustrantes e manipuladoras para aqueles que acompanham a situação político e econômica do Brasil, diariamente, fortalecendo cada vez mais uma ideologia de culpa geral dos problemas, tendo como centro e alvo um único lado: “Dilma Rousseff e seu partido - PT - são culpados de tudo”.

Na verdade, a sociedade política e econômica é formada por vários agentes e todos eles formam o conjunto social existente. O apontamento de culpados sejam eles presidentes e ex-presidentes, ou demais agentes econômicos, só é um mero discurso pobre, pois peca em não ter conteúdo, e que é fruto de um mero jogo do poder pelo poder entre os partidos e a mídia. Jogo político esse que ameaça até processos democráticos previstos na constituição brasileira. Claro que oposição e notícias na imprensa sempre irão existir e devem existir, pois fazem parte do processo democrático. No entanto, o que não pode existir é um jogo descontrolado de manipulação e golpe contra um único governo/partido quando, na verdade, o problema está em todos os poderes e setores da administração pública e também na iniciativa privada.

Desta forma, é necessário se repensar caminhos alternativos de crítica e construção de ideias, eliminando o apontamento de culpados absolutos de problemas causados por muitos. É preciso compreender que a corrupção é um processo endêmico na economia brasileira que envolve não apenas um, mas a grande maioria dos problemas políticos. Procurar um único partido para depositar a culpa de um problema histórico – e que exige soluções rápidas e críveis – é, no mínimo, superficial e tendencioso. Além disso é fundamental a compreensão de que o complexo jogo do poder político é um dos principais obstáculos para visualização dos reais problemas sociais e econômicos do Brasil. A crise política na qual o Brasil se encontra não pode ser utilizada, de forma irresponsável, como instrumento agravador da crise pela qual atravessa a economia brasileira.

DÍVIDA PÚBLICA: MOMENTO PARA AJUSTE FISCAL OU AUDITORIA? ⁸²

*Julio Cesar Nascimento*⁸³

A dívida externa do Brasil totalizou em US\$ 343,2 bilhões de acordo com os dados divulgados em agosto pelo BCB. Sendo a dívida um problema relevante, para a economias cria-se uma pressão para fazer ajuste fiscal, que se compreende como sendo uma política de cunho contracionista que tem em principio promover o equilíbrio das contas públicas. Isto é o que Brasil tenta fazer atualmente, infelizmente sem sucesso até o momento. Mas o que acontece de fato com as contas públicas no Brasil?

No intuito de apontar problemas fiscais do Brasil é importante traçar a conjuntura econômica atual: Momento recessivo com perspectiva⁸⁴ de queda do PIB em torno de - 2.44%, inflação em torno de 9,29%, desemprego aumentando para o patamar de 10%, crise política, conjuntura externa desfavorável para exportadores de *commodities*⁸⁵ e políticas de austeridade. Nessa conjuntura fazer ajuste fiscal é no mínimo complicado, já que, tributação tem sensibilidade ao aquecimento da economia, ou seja, quando a economia está aquecendo consiste em um impulso mais forte de aumentar a arrecadação.

O ano de 2015 vem sendo marcado por turbulência política e econômica no Brasil. O ajuste fiscal marca este ano, que em termos de expectativa inicial de 1,1% do PIB passou para 0,15% do PIB em virtude da situação desfavorável da economia brasileira. A necessidade de gerar superávit primário para pagamento da dívida culmina em problemas sociais muito fortes verificados no corte orçamentário na saúde, educação e programas sociais em virtude do orçamento para amortização e pagamento de juros (quase 50%)⁸⁶. Cabe ressaltar que a relação dívida total brasileira/PIB em 2014 (cerca de 130%) é

⁸² Artigo escrito em setembro de 2015

⁸³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente é integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Grupo de Acompanhamento de Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

⁸⁴ Ver expectativa de mercado do BCB – dados atualizados em setembro

⁸⁵ Ver dados do DIEESE, IBGE, BCB e MF sobre perspectivas da economia.

⁸⁶ Ver orçamento 2015.

relativamente baixa em relação a outros países como o Japão (cerca de 400%)⁸⁷. Já a dívida externa do Brasil em relação ao PIB supera os 60%.⁸⁸

Nesse cenário recessivo percebe-se algo curioso, o aumento da lucratividade de bancos, instituições financeiras que fizeram repasse para campanha dos partidos políticos⁸⁹. Neste caso a grande rentabilidade vem do ciclo de alta da taxa de juros básica da economia (SELIC). Esta taxa também incide sobre a dívida pública, ou seja, este ciclo a faz aumentar. Este ciclo é fruto de o Brasil possuir uma política monetária dedicada a combater inflação utilizando como mecanismo a taxa de juros, ou seja, combate-se inflação fundamentalmente com taxa de juros. A consultoria Moneyou fez uma lista dos países com a maior taxa de juros do mundo, os resultados apontam o Brasil como tendo a maior taxa de juros real do mundo, cerca de 5,16%. Esse mecanismo é utilizado ainda de forma contraditória já que de acordo com o economista André Modenesi⁹⁰ a inflação é pouco sensível a taxa de juros no país e alguns trabalhos como de Summa e Braga⁹¹ apontam uma inflação de pressões de custos diferente do “diagnóstico” dos condutores da política monetária, voltada para combater pressões de demanda.

Observado que o que mais deprime o orçamento anual do Brasil é pagamento de juros da dívida que compreende em torno da metade do orçamento, tem-se a necessidade de analisar o que acontece com no que diz respeito a dívida pública brasileira. No que concerne a dívida do Brasil percebe-se que são sigilosas as operações financeiras de leilões de vendas de títulos públicos que compõe a dívida, desta forma, não se sabe ao certo as empresas que comprem os títulos, mesmo com a CPI da dívida pública de 2009 e 2010, com a intimação judicial o BCB não informou quem são os detentores da dívida brasileira, porém, o balanço federal feito em junho pelo Ministério da fazenda aponta que maior parte da dívida pública do Brasil está nas mãos das instituições financeiras e fundos de investimento (cerca de 46,3%). Para Truffi⁹² essas instituições são compostas por grandes bancos mundiais como HSBC, Itaú, Banco Safra, Citibank entre outros. No mínimo intrigante a atitude do Brasil, uma vez que, alguns países inclusive EUA divulgam esses resultados.

Uma solução importante apontada para não deprimir orçamento com juros da dívida é para Maria Lúcia Fattorelli a abertura de auditoria. Na trajetória de abertura de auditoria temos dois casos: Grécia e Equador. No caso do Equador a auditoria diminuiu em 70% a dívida. No Brasil parece ser algo distante pensar em auditoria da dívida pública, mesmo com a constituição favorecendo isso como o artigo 26 do ato de Disposição Constitucional Transitórias (ADCT) que determinou a realização num prazo de um ano

⁸⁷ Ver em: “16 países atolado em dívida (e o Brasil é o 34º)”, publicado em Exame em 24/04/2015.

⁸⁸ Ver Banco Central do Brasil (BCB)

⁸⁹ Ver doações de empresas para campanha no Tribunal Superior Eleitoral.

⁹⁰ Ver em: Quinze anos de rigidez monetária no Brasil pós-Plano Real: uma agenda de pesquisa. Publicado em Revista de Economia Política, 2012.

⁹¹ Ver em: Estimação de um modelo desagregado de inflação de custo para o Brasil. Publicado em Instituto de Economia, 2014.

⁹² Ver em: “Um ajuste fiscal para quem?”, publicado em 12/08/2015 em Carta Capital

após a promulgação da Carta Magna de 1988 de um exame analítico e pericial dos fatos geradores do endividamento brasileiro.⁹³

Maria Lúcia Fattorelli auditou a dívida pública do Equador e Grécia e chegou a conclusões importantes levando em consideração a necessidade de levantamento de auditoria no Brasil. Fattorelli⁹⁴ é coordenadora da auditoria cidadã e afirma que existe um *sistema da dívida*, que se caracteriza pela utilização desse instrumento (dívida pública) como veículo para desviar recursos públicos em direção ao sistema financeiro. Nesta interpretação a dívida assume um ciclo automático, ou seja, passa por um processo de retroalimentação, juros sobre juros, transformando juros em uma nova dívida que vai gerar mais juros e mais despesa sem contrapartida por parte do empréstador. Para a coordenadora da auditoria cidadã esse processo é ilegal e inconstitucional.

Desta forma, compreende-se que para fazer ajuste fiscal o momento não é propício, em momento recessivo como é o caso da economia brasileira se torna inviável fazer ajuste fiscal principalmente no que diz respeito a aumento da tributação, irá tributar quem? Assim, a abertura de uma auditoria é uma questão importante, já que, o que mais pressiona o orçamento é a dívida. As descobertas feitas pela Auditoria cidadã reforçar a necessidade de pelo menos entender o que acontece com a dívida pública e depois procurar uma solução viável.

⁹³ Ver: Em vez de cortar gastos sociais, auditar a dívida de Edmilson Rodrigues, publicado em 11/07/2015 na Carta Capital.

⁹⁴ Entrevista dada para a carta capital publicada em 09/06/2015: “A dívida pública é um mega esquema de corrupção institucionalizada”.

IMIGRAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA⁹⁵

Fernanda Carvalho Araújo⁹⁶

Kassia Larissa Abrantes Alves⁹⁷

Imigração é a saída de um país para outro, seja de forma definitiva ou temporária com o objetivo de trabalhar para juntar dinheiro e melhorar a condição financeira ou até mesmo para estabelecer moradia, seja decorrente de razões políticas, sociais, econômicas ou catástrofes naturais. E isso gera um impacto considerável em ambos os países, tanto o país que recebe o imigrante quanto o país de origem do cidadão.

Os imigrantes contribuem para o crescimento do país, pois, geralmente trabalham muito mais e ganham menos – mão de obra barata – e na maioria das vezes eles não têm os seus direitos reconhecidos, como ocorre no Brasil, um país no qual a entrada para nosso território não tem muita burocracia, assim muitos vivem de forma ilegal. Um exemplo são os imigrantes haitianos que entram no país pelo Acre desde 2003, 2004. Muitos se instalam até de maneira bem precária entre os estados do Norte e Centro-Oeste.

Desde o início sempre existiram muitos imigrantes no Brasil, e isso contribuiu bastante para a formação de nossa cultura e também ajudou no crescimento econômico do país. A escravidão foi um dos primeiros processos migratórios brasileiros que se iniciou com a produção do açúcar em meados do século XVI, onde os portugueses retiravam os negros africanos de suas casas involuntariamente para utilizar sua mão-de-obra nos engenhos de açúcar brasileiro. Este primeiro processo migratório travava os imigrantes como mercadoria, muitos escravos foram vendidos e explorados, recebiam por seu trabalho abrigo e alimentação chegando a viver de formas precárias e mesmo após a abolição da escravatura a vida desses cidadãos não teve melhoria, pois, sem o abrigo das grandes fazendas as quais trabalhavam os escravos não tinham para onde ir, não possuíam mais trabalho e assim não tinham como se alimentar. No período do café o país passou

⁹⁵ Artigo escrito em setembro de 2015

⁹⁶ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (3º Período), integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: fer.carvalho_eter@hotmail.com

⁹⁷ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (4º Período), integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: kassia.lary@hotmail.com

por mais um surto de imigração aonde estes vieram de todos os locais da Europa trabalhar em nossos plantios, contribuindo de forma eficiente para o aumento da produtividade. E ao longo de séculos o Brasil continua a ser um dos países com maior fluxo migratório, acredita-se que três fatores contribuem para o fluxo migratório brasileiro: o declínio da taxa de crescimento populacional brasileira (que, em conjunturas de expansão econômica, favorece a recepção de trabalhadores estrangeiros); as dificuldades econômicas e crescentes restrições à entrada de estrangeiros nos países desenvolvidos (que está reconfigurando o fluxo migratório em escala mundial, deslocando o eixo da direção Sul-Norte para a direção Sul-Sul); e a crescente presença de empresas brasileiras em outros países (que, no imaginário das populações locais, apresenta o Brasil como um horizonte de possibilidades).

Hoje o Brasil abriga 1.847.274 imigrantes regulares⁹⁸, mas o cenário para eles diante da crise que assola nosso país apresenta dificuldades, o aumento do desemprego diante das demissões em massa, os efeitos da inflação, restrição do crédito e a conjuntura atual inviabilizam a permanência destes cidadãos e muitos se veem obrigados a voltar a seus países de origem.

Porém, não só no Brasil, mas todo o mundo está à mercê de uma crise humanitária aonde a imigração vem sendo diariamente debatida, as pessoas estão diariamente se vendo em situação de emergência, onde suas vidas são colocadas em risco e uma das principais saídas é tentar procurar refúgio em outros países. Estas pessoas são vítimas de guerras civis, terrorismo, perseguições e miséria, muitos vindos da Síria, Afeganistão e Eritreia, em busca de sobrevivência e uma vida digna, e estão sendo agora chamados de refugiados buscando a Europa para migrar. Um grave problema que enfrentam é o percurso que fazem para sair de seu país até o continente europeu, muitos utilizam a travessia pelo mar, um percurso turbulento e perigoso e lamentavelmente nem sempre conseguem chegar ao destino final e realizar o sonho de voltar a viver sem medo.

Diante da realidade do imigrante outro ponto de extrema importância que cabe ressaltar é o discurso do livre comércio, muito se prega e busca que haja um livre mercado entre os países para assim facilitar suas relações comerciais e o processo de globalização, porém isto possibilita a liberdade de ir e vir entre produtos, objetos, bens e coisas. Mas quanto ao ser humano onde está o direito e a liberdade de ir e vir? As exigências no processo de imigração legal são rígidas e inascíveis, o contexto político impossibilita e limita a legalidade deste processo, assim o único meio para quem deseja mudar se para outro país é a imigração ilegal, um exemplo bastante conhecido no mundo são os mexicanos que conseguem cruzar a fronteira dos Estados Unidos ilegalmente. Por fim, sabe-se que os imigrantes causam um impacto considerável para a economia do país que o recebe, mais cabe a este país estar de braços abertos e assegurar perante a lei a legalização destes cidadãos, pois, não importa a etnia, todos são seres humanos e devem ter seus direitos assegurados, principalmente o direito de ir e vir.

⁹⁸Estatísticas apresentadas pela Polícia Federal, atualizadas em março deste ano.

DESMILITARIZAÇÃO: UM PASSO PARA A PACIFICAÇÃO SOCIAL⁹⁹

João Paulo Fernandes de Lima¹⁰⁰

A polícia militar brasileira é a que mais mata no mundo segundo os dados divulgados em setembro pelo Relatório da Anistia Internacional. Seu caráter ostensivo possibilita a propagação da violência na sociedade e isso fica mais perceptível dentro das comunidades e favelas, onde centenas de jovens, a maioria negra e de classe pobre, sofrem com os abusos excessivos da polícia brasileira. Desmilitarizar significa acabar com os resquícios de hierarquia abusiva deixada pela ditadura dentro das corporações policiais, e não acabar com a figura do policial militar.

Dentro de uma sociedade que se diz democrática deve haver democracia e a polícia militar vem demonstrando totalmente o oposto durante os tempos de ditadura e pós-ditadura. O histórico brasileiro dos últimos tempos trouxe novos questionamentos sobre o papel da mesma. 111 presos assassinados em 1992 durante o massacre do Carandiru, o desaparecimento do pedreiro carioca Amarildo de Souza em 14 de julho de 2013, mais de 600 mortos em maio de 2006, a violência policial contra professores na Câmara dos vereadores do Rio, os ataques às manifestações desde junho de 2013, etc.

Pela lógica democrática o próprio nome Polícia Militar está errado e não condiz com a realidade brasileira. A PM está vinculada às Forças Armadas e é treinada para a guerra assim como o exército. A lógica de guerra proposta é de combater o inimigo, sendo que os inimigos da PM são aqueles que se encontram no ponto mais abaixo dentro da pirâmide hierárquica estabelecida pelos militares e oficiais membros da força armada. Esses inimigos são os civis, os estudantes, os manifestantes, a população que sofre com os métodos ostensivos utilizados pela PM. A agressão gerada é tamanha que não beneficia ninguém na sociedade, nem os civis nem os próprios policiais que sofrem com o sistema militarista que existe dentro das corporações, é cruel e desumano e aliena o pensamento crítico do policial.

⁹⁹ Artigo escrito em outubro de 2015.

¹⁰⁰ Artigo escrito em outubro de 2015. Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (7º Período), integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). E-mail: joaopaulo.j52@hotmail.com

² Ver dados sobre os índices de execução da PM Brasileira em Relatório da Anistia Internacional. Publicado pelo G1 em 07/09/2015.

Essa vinculação entre forças armadas e a PM existe desde os tempos de Brasil Republica, era uma força tática utilizada para proteger a família imperial e os interesses de cada província da época mediante as ameaças de domínio ou conflitos por terra. Essa ótica continuou a mesma durante os períodos de guerra mundial e permanece até os dias atuais, se caso necessário for, a polícia tem a ‘total liberdade’ de agir numa possível guerra junto ao exército.

Durante o período da ditadura militar em 64 ela sofreu algumas mudanças em sua configuração. Foi criada a Inspetoria Geral das Polícias Militares (subordinada ao Exército), dando possibilidade de extinção dos guardas civis e das outras organizações similares, transferindo os efetivos das corporações para compor um corpo policial bem maior para contenção em massa. Portanto a lógica de um militar é ter um inimigo a ser combatido e para isso faz o que for necessário para aniquilá-lo. A violência começa no treinamento do policial, o que depois é refletido na sua atuação ostensiva nas ruas e nos grandes centros urbanos brasileiros.

A Polícia brasileira tem uma característica específica, é separada entre uma polícia militar no policiamento ostensivo, e uma polícia civil que é de investigação e que é sujeita ao corpo militar.

Desmilitarizar a PM é pensar numa polícia mais cidadã e pacífica, na tentativa de diminuir a violência na sociedade, nos centros e periferias, e também, com a violência interna dentro das corporações principalmente com os policiais negros e pobres e com aqueles que não concordam com esse sistema que os pune. A polícia não deve ser truculenta, seu dever é manter a ordem democrática social e investigar os casos de crime para assim poder efetuar a prisão do suspeito. Para isso é necessário observar o erro fundamental existente que é confundir\trocar o método mais eficaz que é o civil pelo o método ostensivo usado.

Porém, nem todos os pm’s concordam com o método de treinamento e abordagem utilizado nas corporações. Uma pesquisa feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Ministério da Justiça, mostra que 73,7% dos policiais apoiam a desmilitarização. Entre os policiais militares, o índice sobe para 76,1%. O levantamento ouviu 21.101 policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, bombeiros e peritos criminais de todo o país entre os dias 30 de junho e 18 de julho. A lógica da desmilitarização também abrange a questão de que todo o cidadão tem direitos dentro de uma sociedade democrática e a pm precisa respeitar essa lógica. A desmilitarização também propõe acabar com o julgamento e código penal exclusivo, a polícia é um órgão de poder executivo, cabe a ela entregar os casos internos e externos ao poder judiciário.

Atualmente existem quatro propostas de PEC sobre desmilitarização dentro do congresso nacional. A PEC 432 de 2009 que está na câmara dos deputados que propõe a unificação das policias e desmilitarização. PEC 102 mais moderada. Dá a cada estado federado a possibilidade de decidir o que fazer com cada polícia, (politicamente mais palatável que também propõe a unificação e desmilitarização). A PEC 51\2013 de autoria

do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que é a mais atual e visa reestruturar a Polícia Militar e desmilitarizá-la. E por fim a PEC 53/2013 que tem como proposta reestruturar a Polícia Militar que, de acordo com a justificativa do senador Lindbergh Farias, segue o mesmo modelo desde a ditadura. A matriz das PEC's é a desmilitarização das polícias militares.

Não vivemos mais nos tempos de ditadura militar, porém ainda possuímos a mesma polícia. A sociedade se julga democrática por tanto é necessário pensar no tipo de proteção social que se quer. Uma polícia mais civil que possa atender as necessidades de cada um de maneira democrática e sem abusar do seu poder de autoridade é mais eficiente do que uma polícia que corrompe e aliena seus trabalhadores, que propaga o ódio e a intolerância e que mata centenas de jovens que possuem legitimamente todos os direitos que um cidadão pode ter. Estudantes, professores, manifestantes, trabalhadores em geral e até os criminosos, todos os civis possuem direitos e deveres que devem ser assegurados, todos somos cidadãos. Violência gera violência, e desmilitarizar é um dos passos para a pacificação social.

DO MEDO DE INFLAÇÃO AO MEDO DE AGIR¹⁰¹

Ricardo Schmidt Filho¹⁰²

Durante o mês de outubro tem-se percebido um interessante debate sobre o abandono/suspensão do regime de metas de inflação (RMI) na economia Brasileira. A proposta/constatação partiu da economista Monica de Bolle em seu artigo do dia 01/10/2015, publicado no jornal Valor Econômico¹⁰³. Sua avaliação é a de que vivenciamos um quadro de dominância fiscal, ou seja, situação na qual ao aumentarmos as taxas de juros a piora no quadro fiscal é intensa. Assim sendo, a principal força do regime de metas de inflação brasileiro perde força, torna-se incapaz de atuar sem ser uma “faca de dois gumes”. Na avaliação dela, um dos caminhos seria a utilização das reservas cambiais e estabelecer um temporário controle cambial para a inflação, através de um regime de bandas cambiais com flexibilidade (*crawling exchange rate band*), semelhante ao regime que vigorou no país nos primeiros anos do plano real. A partir desta sugestão, réplicas e tréplicas foram vistas e um debate começou a se formar. Algumas das respostas a proposta e diagnóstico de Mônica, foram de Marcelo Curado¹⁰⁴, professor da UFPR e de Samuel Pessoa¹⁰⁵, professor da FGV. Destacarei abaixo alguns destes pontos, mas o que fica bastante nítido é que o medo da inflação e as dificuldades em se diagnosticar os seus múltiplos determinantes continua forte entre os analistas brasileiros.

O Regime de metas de inflação pauta-se em credibilidade, no controle sobre as expectativas dos agentes e para lograr êxito não deve ser descontinuado por razões óbvias de quebra da credibilidade almejada. Qual seria o impacto para esta quebra de confiança? Sobre o câmbio e a possível adoção de um regime de metas temos que ter em vista que a atual tendência não é de valorização, e recorrendo ao que a história das crises cambiais dos anos 1990 nos ensina, brigar contra o mercado, por maiores que sejam as reservas é tarefa complexa e de difícil êxito. A desvalorização da moeda gera competitividade externa para diversos setores da economia, mesmo que temporária, e neste momento de

¹⁰¹ Artigo escrito em outubro de 2015.

¹⁰² Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Tutor do PET-Economia/UFCG) e coordenador do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE)

¹⁰³ <http://www.valor.com.br/brasil/4252122/de-bolle-sob-dominancia-fiscal-brasil-deveria-deixar-regime-de-metas>

¹⁰⁴ <https://marcelocurado.wordpress.com/2015/10/09/vale-a-pena-retomar-a-administracao-do-cambio-para-controlar-a-inflacao/>

¹⁰⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2015/10/1692709-dominancia-fiscal.shtml>

crise pode ser uma bom sinal e estímulo para a recuperação de nossa economia via estímulo de demanda externa. Não podemos perder de vista que parte importante da elevação da inflação em 2015 é fruto do ajuste nos preços administrados e a expectativa do mercado é que os administrados em 2016 voltem a uma trajetória mais aceitável o que auxiliaria no cumprimento da meta no próximo ano.

Contudo, talvez a maior questão em debate é se realmente estamos em um quadro de dominância fiscal. Curado destaca que a “situação de dominância ocorre quando ao elevar as taxas de juros, a entrada de capitais para aquisição de títulos públicos é reduzida por conta da ampliação do risco de *default*. A consequência deste processo é a desvalorização da moeda que, ao pressionar a inflação, reduz a eficiência da política monetária. No caso brasileiro atual, dado o ainda reduzido risco de *default* da dívida pública, as ampliações dos juros não estão provocando estes efeitos sobre a demanda por títulos ou sobre o câmbio”.

Um ponto também relevante é o baixo grau de abertura da economia brasileira, o que leva a um pequeno efeito da desvalorização cambial sobre preços.

Por fim a questão central abordado pelos críticos da ideia da suspensão do RMI não é não se preocupar com a questão da dominância fiscal, mas se que uma mudança brusca na condução da política econômica deve se pautar em um diagnóstico tão complicado e na falta de uma certeza sobre a existência ou não desse quadro? Uma vez que a polêmica questão do abandono/suspensão do RMI ainda “vai longe”, e gera muito medo em grande parte dos economistas, outra questão parece ganhar força dia a dia, que é a necessidade da aprovação da CPMF, para tratar de forma emergencial a situação fiscal e a realização do ajuste/reforma fiscal de caráter permanente. Parece, infelizmente, que mais uma vez iremos atacar os sintomas, e não as causas reais dos problemas vividos pela economia brasileira. Por que tanto receio em se questionar o diagnóstico e funcionamento do RMI? Por que não questionar a armadilha que ele nos impõe, de ser em essência muito mais um regime de meta de crescimento do PIB nominal do que um real regime de metas de inflação? E por fim, por que não se debater os métodos e diagnósticos sobre as causas da inflação brasileira mais a fundo?

Por fim, mas não menos importante é a análise do economista Otaviano Canuto¹⁰⁶. Para ele, talvez o grande problema brasileiro atual é a “Dominância Política”, ou seja, esta incapacidade de se prever o futuro político do país e incerteza resultante deste cenário, que paralisa a economia e torna a tomada de decisão cada vez mais difícil, e consequentemente agrava e aprofunda os problemas existentes.

Apesar da falta de consenso sobre a origem do problema, da dificuldade em se diagnosticar os caminhos para a resolução das questões e a falta de condições políticas favoráveis para gerar um pacto em torno de uma possível solução o que fica dia a dia mais nítido é que enquanto cada um dos grupos que podem tentar reverter a situação procura salvar o seu pescoço, político ou acadêmico, a situação parece se agravar. Enquanto os “médicos” não decidem quem vai ser o líder na sala de operações, não

¹⁰⁶ <http://www.valor.com.br/brasil/4270566/para-economistas-volta-da-cpmf-e-mal-necessario-para-o-ajuste-fiscal>

conseguem tampouco avançar em qual o procedimento adotar na “cirurgia”, o paciente sofre, cada vez mais, e esperamos que não tenhamos que esperar que o médico do IML chegue para que algo seja feito!

PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA 2015: ANÁLISE DO CONSUMO, POBREZA E BEM-ESTAR¹⁰⁷

Mateus Cavalcante Honorato¹⁰⁸

Na manhã de segunda-feira 12 de outubro em Estocolmo, na Suécia, Angus Deaton venceu o Prêmio Nobel de Economia 2015 com "sua análise do consumo, pobreza e bem-estar", que ajudou governos a melhorar suas políticas por meio de ferramentas como pesquisas residenciais e alterações tributárias.

Deaton é cidadão britânico e norte-americano nascido em 1945 em Edimburgo, na Escócia, com PhD em economia pela Universidade de Cambridge, no Reino Unido, ele é professor de economia e relações internacionais na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, desde 1983.

O trabalho pelo qual rendeu o prêmio a Deaton é baseado em três questões centrais: como os consumidores distribuem seus gastos entre diferentes bens? Quanto da renda da sociedade é gasto e quanto é poupado? Como podemos medir e analisar melhor o bem-estar e a pobreza?

O trabalho do microeconomista gerou grande influência na formulação de políticas públicas, auxiliando, a determinar como grupos sociais diferentes são afetados por mudanças específicas na tributação. Ao anunciar o prêmio a academia de ciências da Suécia afirma:

"Para projetar uma política econômica que promova o bem-estar e reduza a pobreza, devemos primeiro entender as escolhas de consumo individuais, mais do que ninguém, Angus Deaton tem reforçado esse entendimento."

"Ao vincular as escolhas individuais detalhadas e resultados agregados, sua pesquisa tem ajudado a transformar os campos da microeconomia, macroeconomia e economia do desenvolvimento".

(Academia real de Ciências, Suécia)

Ao receber o prêmio Deaton declara que a pobreza extrema diminuiu drasticamente nos últimos 20 a 30 anos e espera que se mantenha assim, o mesmo ainda

¹⁰⁷ Artigo escrito em outubro de 2015

¹⁰⁸ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: mateuscavalcanteh@gmail.com

complementa que passa muito tempo explicando que o mundo está se tornando um lugar melhor, mas ainda há muito a se fazer.

O Nobel de Economia tem uma recompensa de 8 milhões de coroas suecas (US\$ 950 mil, o equivalente a mais de R\$ 3 milhões).

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA¹⁰⁹ DE TRABALHO COMO ESPECIFICIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE¹¹⁰

Natália Rodrigues¹¹¹

Diversos são os autores que buscam compreender o desenvolvimento do capitalismo dependente dentro da relação centro – periferia. Dentro deste espectro a teoria cepalina foi a que praticamente hegemonizou o debate, entretanto, na mesma época em que ela fora desenvolvida, ou seja, nos marcos dos anos de 1960, Ruy Mauro Marini (1932-1997) deu início a uma grande contribuição para o que ficou chamado de Teoria Marxista da Dependência¹¹², que, entretanto, pouco ganhou espaço no período¹¹³, mas que vem sendo resgatada nos últimos anos.

Tal contribuição de Marini fundamenta-se na teoria do valor de Marx, no entanto, com um menor nível de abstração se comparada com o que fora desenvolvido por ele em *O Capital*. Diversas foram as obras, ensaios que Marini produziu procurando demonstrar a condição dependente das sociedades periféricas como um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista mundial. Neste sentido, *A dialética da dependência* é obra primordial não só para os que buscam o entendimento do cerne da contribuição do autor, mas para compreensão do capitalismo contemporâneo dependente e periférico.

Neste trabalho Marini desenvolve uma categoria central que fundamenta o capitalismo dependente: a superexploração da força de trabalho¹¹⁴. Análises e críticas corriqueiras, não dão a categoria o seu real significado mistificando a muitas vezes, neste sentido é importante primeiramente demarcar o que não é a superexploração da força de trabalho

¹⁰⁹ Nas obras de Marini o termo que se usa é *superexploração do trabalho* e não da *força de trabalho*, entretanto para um maior rigor conceitual busca-se usar neste trabalho *superexploração da força de trabalho*, ver mais detalhes em *Desenvolvimento e Dependência*, Carcanholo(2013)

¹¹⁰ Artigo escrito em outubro de 2015.

¹¹¹ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) De agora em diante TMD

¹¹² De agora em diante TMD

¹¹³ Por várias razões a TMD foi marginalizada. As razões para tanto bem como a reabertura do debate pode ser encontrado: Amaral(2006), Luce(2011), Osório(2004) dentre outros.

¹¹⁴ A superexploração da Força de Trabalho não pode ser considerada *categoria* em Marx e sim um *conceito* em função do nível de abstração em que Marx a desenvolve em *O Capital*, para mais detalhes ver: Carcanholo(2013)

para em seguida possamos apresentar o que fora verdadeiramente desenvolvido por Marini. Em primeiro lugar o termo *exploração* assim como em Marx não pode ser entendido a partir de uma concepção moralista, pois tal concepção tende a identificar a produção de (mais) valor como roubo por parte do capital. Para Marx e também em Marini a exploração significa usar, utilizar, consumir, explorar a capacidade que a mercadoria em questão possui de produzir riqueza e propiciar a valorização do capital de satisfazer a necessidade de quem a utiliza.

De modo mais rigoroso, exploração em Marx significa consumir (realizar) o valor de uso- a capacidade que uma mercadoria possui de, por meio de suas propriedades materiais (objetivas), satisfazer as necessidades humanas; neste caso, as necessidades de valorização do capital. (CARCANHOLO,2013, pg.74)

Outro ponto importante há se destacar é que a superexploração da força de trabalho entendida como categoria¹¹⁵, não é apenas algo conjuntural no capitalismo dependente, tão pouco apenas conjuntos de mecanismos que levam à elevação da taxa de mais valia, muito além disso, a categoria é central na análise da TMD e se apresenta como algo crônico, ou nas palavras de Marini “elas (questões substantivas do Dialética da dependência) estão reafirmando a tese que se afirma ali, isto é, a que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho”(Marini, 2005b, p.165).

O autor demonstra tanto em *Dialética da Dependência* como em *Subdesenvolvimento e Revolução* que em função da inserção subordinada da economia dependente à lógica mundial de acumulação do capital, definem-se mecanismos estruturais de transferência de (mais) valor que, embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais. Em um primeiro momento, pode parecer que o que Marini nos diz aqui é o mesmo do que fora desenvolvido pelos cepalinos, o que ficou conhecido como *deterioração dos termos de troca*, tal conceito, entretanto, limita-se ao processo de circulação das mercadorias, Marini vai além, não apenas considerando a circulação, mas também a produção e realização das mercadorias, processo este chamado por ele de *troca desigual*.

Marini ao explicar o segredo da troca desigual, faz referência a dois mecanismos, mas Carcanholo (2013) apresenta mais detalhadamente a questão em três mecanismos, que ainda que relacionados, dizem respeito a níveis de abstração distintos do processo mercantil. O primeiro seria

No plano da economia mundial, implicaria que as economias que possuem capitais com produtividade abaixo da média mundial tenderiam a produzir mais valor do que realmente conseguem se apropriar. Este desnível da produtividade de mercadorias que são produzidas tanto na economia central quanto na economia dependente permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida na última e apropriada e acumulada na primeira. (Carcanholo,2013, p.81).

¹¹⁵Carcanholo(2013) analisa em (Im)precisões sobre a Categoria Superexploração da Força de Trabalho a diferença entre conceito e categoria, ao analisar as obras de Marx e Marini, sempre respeitando os níveis de abstração.

O segundo mecanismo de transferência se dá em um menor nível de abstração nas trocas mercantis. Marini argumenta que os capitais nas economias dependentes tendem em média a possuir produtividade abaixo da média de todos os setores da economia mundial, fazendo com que parte do (mais) valor produzido nas economias dependentes seja apropriado, na forma de lucro médio superior a mais valia produzida, pelos capitais operantes nas economias centrais¹¹⁶. “Marini (2005^a) relaciona este mecanismo com o monopólio de produção de mercadorias com maior composição orgânica do capital, pelos capitais operantes nas economias centrais.” (Carcanholo, 2013, pg.82).¹¹⁷

O terceiro mecanismo de transferência de valor também está relacionado aos monopólios, ao passo que:

Quando determinados capitais possuem um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, isso faz com que eles possam ter em determinado tempo, preços de mercado acima dos preços de produção de mercado, isto é sustentar temporariamente volumes de produção abaixo da demanda. Como os preços de mercado estariam, nesta situação, acima dos preços de produção, para além das oscilações conjunturais, estes capitais poderiam se apropriar de um lucro efetivo acima do médio; uma massa de valor apropriado além daquele que, de fato, foi produzido por estes capitais (CARCANHOLO, 2013, pg 82)

Dito isto, percebemos que a troca desigual é fundamental para compreender um condicionante estrutural da dependência, como deixa claro Marini (2005^a, p.152), “frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, podemos identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação”, ou ainda

Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar e normalmente se apresentam de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2005b, p.189)

Tal mecanismo de compensação é justamente a superexploração da força de trabalho¹¹⁸. Nos termos de Marini.

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implica um esforço redobrado para

¹¹⁶ Sobre os mecanismos de transferência utilizando a lei do valor em Marx, no sentido que ele atribuiu, ou seja, enquanto tendência, ver: Amaral e Carcanholo(2009).

¹¹⁷ É importante destacar que desde a época em que Marini produzira sua obra aos dias de hoje (fundamentalmente no pós segunda guerra mundial em diante) o capitalismo se desenvolveu de tal forma que foi possível que alguns países periféricos alcançasse uma elevada composição orgânica do capital, como por exemplo Argentina, México e Brasil. Tal elevação entretanto não fora suficientemente grande a ponto de impedir com que os mecanismos de transferência de valor, o que se vê nos dias de hoje é a intensificação destes mecanismos de transferência. Ferreira, Osório, Luce(2012)

¹¹⁸ É importante destacar que a superexploração da força de trabalho (ainda que seja característica dos países dependentes e subdesenvolvidos) pode aparecer eventualmente nos países centrais, sobretudo em momentos de crise econômica, atuando no sentido de (ou na tentativa) impedir a queda da taxa de lucro. Carcanholo fornece uma interessante entrevista sobre o assunto em < <https://www.youtube.com/watch?v=sMxOz0lgxos> > ultimo acesso em 19 de outubro de 2015.

aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador.(Marini, 2005^a, p.153).

Neste sentido, a categoria não deve ser confundida com as distintas formas existentes no capitalismo para elevar a taxa de mais valia (taxas de exploração) ainda que só se possa materializar por meio destas formas, bem como, a categoria se demonstra ser específica da economia dependente, ao passo que “seria a *única* forma de o capitalismo dependente se desenvolver *capitalisticamente*, o que comprova a especificidade objetiva e, portanto, categorial do capitalismo dependente”. (CARCANHOLO, 2013, pg.83- *itálico do autor*).

REFERÊNCIAS

FERREIRA, OSORIO, LUCE(orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. 2012. São Paulo. Boitempo.

FILHO, Niemeyer (organ). (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. 2013. São Paulo. IPEA.

LUCE, M. A. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini**: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. Universidade do Rio Grande do Sul. 2011. Tese(Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

MARINI, R.M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 2013. Insular. Florianópolis.

_____. Dialética da Dependência. In: TRANSPADINI, R; STEDILE, J.P(orgs.) **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão popular.2005.

O BRASIL E O PLANEJAMENTO ECONÔMICO¹¹⁹

Karla Vanessa B. S. Leite¹²⁰

Na última semana de outubro do corrente ano, o Partido Comunista da China aprovou seu 13º Plano Quinquenal. Os Planos Quinquenais definem as diretrizes estratégicas da economia chinesa e se constituem em um amplo mapa econômico, político e social que deve nortear a política governamental para o período estabelecido. No Plano estabelecido para o período compreendido entre 2016 e 2020, as principais linhas de atuação serão as seguintes: afrouxamento das restrições para migração do campo para as cidades, estímulo ao modelo de crescimento guiado pelo consumo e a centralidade da inovação como parte do planejamento econômico.

O anúncio de mais um Plano da economia chinesa nos faz refletir sobre a trajetória, bem como o atual estado, do planejamento econômico no Brasil. De 1950 até o presente momento, foram elaborados cerca de 18 planos econômicos para a economia brasileira, quais sejam: Plano Salte (1950-51), Plano de Metas (1956-61), Plano Trienal (1963-64), Plano de Ação Econômica do Governo (1964-67), Plano Decenal (1967), Primeiro Orçamento Plurianual de Investimento (1968-70), Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70), Programa de Metas e Bases para Ação do Governo (1970-73), I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-74), II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-79), III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-85), I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-89), Plano de Ação do Governo (1987-91), Plano Plurianual (1991-95), Plano Plurianual (1996-99), Plano Plurianual (2000-03), Programa de Aceleração do Crescimento I (2007-10) e Programa de Aceleração do Crescimento II (2011-14).

Embora tenhamos tido um número razoável de iniciativas que buscaram refletir, em graus diferentes, sobre estratégias para o crescimento e desenvolvimento da economia brasileira, em muitos casos, os resultados dos planos não se traduziram em uma trajetória de crescimento duradouro. Assim sendo, é importante nos questionar até que ponto o planejamento econômico contribuiu para: i) estimular e promover o desenvolvimento; ii)

¹¹⁹ Artigo escrito em novembro de 2015.

¹²⁰ Professora Adjunta da UAECON/UFMG.

romper gargalos de infraestrutura; e iii) estruturar a cadeia produtiva, enfatizando indústrias nos setores de alta tecnologia.

Os anos 1950, 1960 e 1970, foram marcados pela forte presença estatal na elaboração de planos que foram cruciais para o comportamento da economia brasileira. Muitas reformas foram propostas (ver as reformas do PAEG, por exemplo) e foram feitos investimentos em áreas consideradas importantes para a superação das limitações de infraestrutura. Além disso, o processo de industrialização, iniciado nos anos 1930 com forte participação do Estado, foi sendo intensificado. O II PND pode ser citado como exemplo de uma iniciativa ampla e articulada de planejamento que mudou a ênfase do desenvolvimento para a indústria de bens de capital, muito embora não tenha alcançado os resultados esperados, já que coincidiu com uma fase de retração na economia brasileira.

A partir dos anos 1980, vivenciamos uma crise no planejamento econômico brasileiro explicada, em grande medida, pela crise do Estado no final dos anos 1970. Durante toda a década de 1980 e início da década de 1990, a principal preocupação da política econômica era controlar a inflação, que ultrapassava os dois dígitos, e, portanto, o planejamento econômico teve como foco alcançar a estabilidade de preços. Nos anos 1990, com a implementação do receituário neoliberal, o planejamento econômico foi relegado a um segundo plano e o que se viu foram estratégias pouco ousadas de realização de investimentos, como foi o caso do PAC. A ideia de um plano econômico amplo, com participação ativa do Estado e com ênfase na superação nos gargalos (estruturais, sociais, econômicos, políticos) da economia parece ter se perdido e ter entrado para a história da primeira metade do século XX.

Não teríamos nada a aprender como a China? Não seria a hora de retomar a ideia de se planejar a economia brasileira? O Brasil não precisaria de um amplo projeto de reformas que nos colocasse, outra vez, no bonde do crescimento que deixamos passar lá pelos anos 1980? O quadro atual da economia brasileira não deixa dúvida de que há muito a ser feito e de que há pouca vontade (política) em fazer. Precisamos de uma série de reformas estruturais urgentes: reforma tributária, reforma agrária, reforma administrativa, investimentos em educação, saúde, segurança. Mas, antes dessas, há uma outra mudança tão necessária que pode, caso não seja feita, inviabilizar todas as demais: a reforma política. Precisamos romper os grilhões da atual estrutura política para então voltar a pensar em um projeto de Brasil dentro do contexto de um planejamento econômico amplo e inclusivo que nos permita construir e manter uma trajetória de crescimento e desenvolvimento sustentável. É disso que precisamos! Mas, precisamos antes, mudar *política*!

CADA VEZ MAIS, ARTIFICIAL!¹²¹

*Camila Noronha Alves*¹²²

No século 20 no Brasil, os bebês vinham ao mundo pelas mãos de parteiras e obstetrizes por meio de partos normais, pois eram poucas as cesárias que eram realizadas naquela época. Foram vários os fatores que influenciaram a retirada do protagonismo da mulher neste momento. Um desses fatores foi o avanço tecnológico, fazendo com que o médico não pudesse mais atender as gestantes em suas residências, e, com isso, estas tiveram que se deslocar de suas casas aos hospitais para que pudessem realizar determinados procedimentos, feitos, anteriormente, com tudo que coubesse em uma simples maleta que o médico levava as suas casas.

As parteiras e obstetrizes que antes ajudavam o bebê a nascer foram esquecidas no processo de mudança. Enquanto o Brasil caminhava a esta transformação, os países europeus como Holanda, Alemanha, Espanha e Inglaterra, iam por outro caminho: continuavam desenvolvendo a assistência as mulheres com enfermeiras obstetras, obstetrizes e parteiras. Os médicos, que acabaram virando protagonistas no Brasil durante o nascimento dos bebês, no modelo adotado pela Europa, só interviam quando o parto complicava, apresentando risco de morte a mãe e/ou ao bebê.

A proporção de partos cirúrgicos vem aumentando ano após ano no Brasil, diferentemente das tendências dos países desenvolvidos e muito longe das recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), se tornando assim, cada vez mais frequente, os casos de bebês nascidos antes da hora e de tratamentos agressivos e desrespeitosos as mães, classificados como violência obstétrica.

Há cinco anos (dados de 2012), o Brasil ultrapassou a linha de 50% de partos por Cesária, e, de lá para cá, esses índices só vem aumentando, distanciando assim, cada vez mais, dos 10% a 15% recomendados pela OMS. Essas cirurgias desnecessárias chamadas de Cesárias eletivas, expõem as mulheres e os bebês a riscos totalmente dispensáveis, aumentando também, por consequência, os gastos do país com a saúde, pois há mais

¹²¹ Artigo escrito em Novembro de 2015;

¹²² Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: camiila_noronha@hotmail.com.

frequência de internações em UTIs neonatais uma vez que os bebês são forçados a nascer prematuramente¹²³ (37 ou 38 semanas de gestação). Se fosse respeitado o tempo mínimo de gestação normal (39 semanas ou mais de gestação), os bebês poderiam ganhar mais peso e maior resistência para chegar ao mundo. Já para as mães, os riscos são: prevalência de febre no puerpério¹²⁴, maior risco de ruptura uterina, hemorragias e complicações pós-parto, remoção manual de placenta e infecções.

É projetado que haja uma tendência mundial no aumento desse tipo de operação para a chegada dos bebês devidos a diversos fatores, entre eles: melhor acesso aos sistemas de saúde, maior disponibilidade de tecnologia, melhorias das técnicas cirúrgicas e anestésicas, vantagens financeiras pelo custo e planejamento desse tipo de cirurgia e a percepção sobre a segurança de certos procedimentos.

Toda esta situação é incoerente visto que, quase 70% das brasileiras desejaram ter um parto normal no início da gravidez, porém, apenas 15% que estavam em suas primeiras gestações conseguiram realizar este sonho na rede privada de saúde. Há uma influência no pré-natal por parte dos médicos na decisão que envolve a mulher e sua gestação como por exemplo os interesses econômicos e financeiros dos médicos - que ganham mais com as cesárias¹²⁵ do que com o parto normal, ficando assim, com menor risco de envolvimento em questões judiciais e com a comodidade de planejamento das suas agendas. Os hospitais também entram nas listas como beneficiados por uma cesárea já que, podem cobrar mais pelos procedimentos adotados nesse tipo de cirurgia.

Não se pode ficar refém daquele que jurou [...]aos preceitos da honestidade, caridade e da ciência[...] ou [...]. Nunca me servirei da profissão, para corromper os costumes e favorecer o crime[...] ¹²⁶ proteger, levando em consideração nunca se corromper e favorecer o crime, pessoas que estão no mais alto grau de fragilidade (gestantes) e menor grau de informação, a contribuir para o mercado de parto.

O melhor caminho para que a mulher volte a ser a protagonista no trabalho de parto, parto e pós-parto é que esse modelo adotado no Brasil (que o fez campeão disparado de cesárias no mundo) seja revisto. Deve-se investir em reeducação de médicos, profissionais da saúde e pacientes. Outra forma de mudarmos esse quadro atual, seria mostrar as várias consequências de optar por uma cirurgia Cesária eletiva, pois, só assim poderíamos acabar com este mercado, com gastos públicos a saúde desnecessários, população mais informada e geração futura mais preparada para este ciclo.

¹²³ Taxa de prematuro (antes de 37 semanas de gestação) no Brasil é 60% maior do que na Inglaterra;

¹²⁴ É o nome dado à fase pós-parto, em que a mulher experimenta modificações físicas e psíquicas. Este é o período de tempo que decorre desde a dequitação (Período correspondente ao terceiro tempo do trabalho de parto e que começa com a saída do feto e termina depois da expulsão ou extração da placenta e das membranas) até que os órgãos reprodutores da mãe retornem ao seu estado pré-gravídico;

¹²⁵ Enquanto que em um parto Cesário o médico gasta cerca de 17 segundos para retirar o bebê da mãe, no parto normal, ele pode ficar de 12 horas a 48 horas à espera do bebê decidir nascer;

¹²⁶ Juramento de Medicina.

PLANO SAFRA AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2015/2016¹²⁷

João Paulo Fernandes de Lima¹²⁸

A presidente Dilma Rousseff anunciou sua posição em defesa às metas do ajuste fiscal depois da aprovação do Plano Safra Agrícola e Pecuário 2015/2016 (PAP). A Presidente afirmou que: *“O ajuste fiscal é imprescindível para a retomada do crescimento do país e que esse esforço tem que ser encarado como estratégico e necessário”*. O Programa de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp) terá um incremento de 17% no volume de recursos quando comparado ao período anterior, contará com R\$ 18,9 bilhões, sendo R\$ 13,6 bilhões para a modalidade de custeio aos médios produtores e R\$ 5,3 bilhões em investimento.

O Brasil é uma potência econômica periférica exportadora de commodities primários, e a valorização de políticas para a agricultura e pecuária acaba sendo muito importante para garantir o lugar do Brasil no mercado internacional, que no momento se encontra atordoado por uma crise econômica globalizada. Essa política também ajuda de maneira mais rápida a geração de superávit na balança de pagamentos, a fim de proclamar a retomada do crescimento nacional diante o cenário de crise. Junto às novas metas de crédito rural para as operações de custeio, investimento e comercialização da agricultura empresarial, estabelecidas pelo o PAP 2015/2016 está também a criação do sistema integrado de informações de seguro rural (SIS-Rural) a fim de garantir negociações entre os produtores e as seguradoras.

Dentro do orçamento estabelecido pelo PAP, foram destinados R\$ 1,4 bilhões para o financiamento de inovação tecnológica para avicultura, pecuária leiteira, hortigranjeiros e suinocultura.

Em tese, esse novo plano tem como principal finalidade a proteção aos médios produtores, efetivar grandes transformações tecnológicas nos setores agrícolas e pecuários, fortalecer o setor de florestas plantadas para a produção de commodities e sustentar os preços de produção por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos. O

¹²⁷ Artigo escrito em Dezembro de 2015.

¹²⁸ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: camiila_noronha@hotmail.com.

agente agricultor poderá contar também com um maior recurso de taxa de juros livres de mercado para próxima safra o que acaba se tornando mais confortável, pois, o limite de financiamento de custeio e comercialização também foi ampliado 8% respectivamente. Isso garante uma maior expectativa de investimentos prioritários como _ médio produtor rural, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, agricultura de baixa omissão de carbono, expansão da capacidade de armazenagem, irrigação e investimento em tecnologia rural. Todos esses pontos supracitados estão recebendo tratamento diferenciado no PAP.

O governo alega que essas medidas serão benéficas para toda a população que, no curto prazo, sofre com as consequências dos cortes e arrochos, mas que, no longo prazo, será privilegiada por essa política de contenção de gastos. Logo, gerar receita via financiamento rural seria uma forma de proteção à economia do país caso a situação atual piore nesse cenário de crise Mundial.

BRAZILIAN GAME OF THRONES¹²⁹

João Paulo Fernandes de Lima¹³⁰

Dar de cara com a realidade da atual política brasileira é uma tarefa não muito confortável. O pessimismo se instala em toda a sociedade, que vai tomando força e é motivado pelas consequências negativas, frutos de um câncer político e pela crise econômica. É um momento que pouco representa a realidade econômica dos mais ricos, ou as perdas econômicas que sofre a parte elitista burguesa da sociedade. Essa crise afeta gente pobre, que trabalha muito para ganhar pouco ou que nem trabalha, mas tem que sobreviver. A corrupção parece mesmo um monstinho alimentado pelos interesses daqueles que se dizem chefões, ou que tentam ser, e fazem de tudo para garantir suas posições e regalias reais, via sangue e suor do trabalhador brasileiro.

Palavras antigas voltam ao vocábulo popular. Cassação, impeachment, direita, esquerda, a paz, e aí? Quem é que paga por isso tudo? Alguém se importa com o que as empresas privadas juntamente com o estado sujo de corrupção causam ao meio ambiente em nome do progresso? E se existe bem-estar social, como e para quem ele está sendo distribuído?

O jeito brasileiro de ser e empurrar as coisas com a barriga não serve de nada na atual situação. A sociedade precisa entender que tem voz ativa, e que em conjunto, o rugir quando agregado, pode derrubar de cima do trono quem tenta comandar a vida das pessoas como se fosse um picadeiro, fazendo do cidadão brasileiro um palhaço.

A sensação que se instaura e paira no ar é de que não tem como piorar a situação. A polícia é truculenta. O agronegócio, o machismo e a bancada evangélica tomam de conta do congresso, situação péssima! Em um sistema democrático o estado deve ser laico, e não deve atacar outras culturas em nome do seu santo Deus, a crise da água não é culpa de quem passa cinco minutos tomando banho e ninguém precisa de um “macho barbudo” ditando o que se deve fazer ou ser.

¹²⁹ Artigo escrito em Dezembro de 2015.

¹³⁰ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) De agora em diante TMD

Machistas, empresários ruralistas e cristãos representam a grande maioria no congresso, logo, as leis tendem a demonstrar cada vez mais interesses próprios e cada vez menos democracia. Estas mesmas leis se tornam motivo de piada, pois os que as apregoam são os que deveriam estar presos. O que é cobrado de imposto é aplicado incorretamente. O pobre é o maior financiador de riqueza para a elite burguesa. A mídia é golpista, o seu papel não é informar, mas sim manipular e alienar. É a maior defensora dos interesses do próximo representante ao trono. No Brasil o pobre sofre muito não só pelo o fato de sua renda ser miserável, mas também porque às condições básicas de uma vida mais humanizada não são igualmente distribuídas.

Rotineiramente o que se vê nos noticiários é uma briga sem fim entre os soldados da casa do Cunha contra os soldados da casa da Presidente Dilma. A pressão política está escancarada, é uma birrinha de “menino buchudo”, um coloca a culpa sobre o outro, e as decisões cabíveis a eles só serão tomadas de acordo com a pressão política que cada um coloca sobre o outro.

A bancada do PT, partido da então atual Presidente, votou pela abertura do processo de cassação do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no Conselho de Ética. Cunha por sua vez, anunciou no dia 02/12 à abertura ao processo para o impeachment de Dilma.¹³¹

Alguns argumentam que Cunha deve pagar pelos crimes que cometeu referentes aos envolvimento de doação de propina na operação lava jato e também pela falta de informação de suas riquezas nos paraísos fiscais na Suíça. Uma pena que o ditado elitista, bandido bom é bandido morto seja na maioria das vezes usado exclusivamente para jovens negros.

A Presidente por sua vez, não está envolvida, ‘aparentemente’, em nenhum esquema de corrupção. Um processo como Impeachment é um recurso extremo para casos raros e não deve ser levado por insatisfação política ou por rancor partidário. Um segundo impeachment no Brasil depois de trinta anos do regime autoritário contradiz e banaliza o que seria a eficácia desse instrumento, o que seria um passo para trás na democracia. Porém, Dilma não toma partido algum referente aos enormes problemas atuais de conjuntura, não informa à sociedade o que está acontecendo de fato, é uma grande omissão dos fatos, e não são repassados os reais motivos para a crise econômica e política, ou quais são as dívidas que o País realmente possui. A sociedade então sem nenhuma informação concreta busca os meios alienadores de mídia, e o governo continua a realizar cortes drásticos nos setores que afetam a maior parte da população pobre brasileira.

Caso nada mude e a ganância continue a cegar os olhos e o comodismo sobressaia à insatisfação, a proposta de mudança foi dada há um tempo por Raul Seixas: *“A solução para o nosso povo eu vou dar. Negócio bom assim ninguém nunca viu. Está tudo pronto aqui e é só vir pegar. A solução é alugar o Brasil. ”*

¹³¹ Ver dados sobre a abertura ao processo de Impeachment da Presidente Dilma e o caso Eduardo Cunha em congressoemfoco.com.br e também pelo site G1 publicado em 02/12/2015.

A “ESCASSEZ” DE ÁGUA NO BRASIL ESTAMOS EM UMA CRISE HÍDRICA?¹³²

Mattheus Rodrigues da Silva¹³³

Kassia Larissa Abrantes Alves¹³⁴

Estamos passando por uma crise hídrica? Como um país que possui a maior reserva de água doce do mundo está em tal situação? De fato, estamos passando por um período de estiagem, e essa escassez de chuvas vem ocasionando consequências sociais e econômicas que afetam o abastecimento das cidades, a produção de alimentos, e a geração de energia. Mas a maior vilã é a falta de chuva?

Nos últimos anos choveu menos em termos de volume, mas essa redução dos índices pluviométricos se torna praticamente coadjuvante quando posta lado a lado com problemas maiores como o descaso do setor público com o problema, o desperdício de água e a falta de planejamento perante um problema que já vinha sendo discutido.

Há quinze anos, já haviam estudos que constataavam a necessidade de ampliação na capacidade de armazenamento e medidas visando a redução da demanda. E em 2001 a ANA (Agência Nacional das Águas) fez um alerta ao país precavendo que os anos entre 2013 e 2015 seriam anos de estiagem. Em São Paulo no ano de 2009, duzentos especialistas analisaram a situação e precaveram o governo que o ano de 2015 corria o risco de haver desabastecimento na região, ou seja, o problema foi anunciado, mas como sabemos no Brasil é mais comum remediar do que prevenir.

Através dessas informações é possível constatar que o problema hídrico não caiu de paraquedas no Brasil, o que ocorreu foi um descaso por parte dos governantes para um problema que já vinha sendo assinalado há muito tempo atrás. A culpa que cabe ao governo na eclosão da “crise hídrica”, diz respeito: a falta de investimento em locais de armazenamento da água captada da chuva, a falta de políticas públicas que conscientizem

¹³² Artigo escrito em Dezembro de 2015.

¹³³ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). Email: mattheusr36@gmail.com

¹³⁴ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE). Email: kassia.lary@hotmail.com

a população a diminuir o consumo, a reutilizar água, medidas de despoluição de rios e mananciais, e, diversos outros fatores de competência do estado não foram cumpridos. A outra parcela de culpa é de responsabilidade de nós consumidores domésticos, que poupamos água hoje, por que está em falta, mas nos períodos de abundância realizamos gastos absurdos, sem eximir também a indústria e a agricultura que além de consumir muita água são responsáveis por boa parte da poluição dos recursos hídricos.

Outra questão a ser levantada é: Por que a falta d'água só se tornou um problema hoje? A Região Nordeste convive com a seca há vários anos, com chuvas escassas e pouca água para distribuir entre a população, e por que nunca se olhou para a seca no Nordeste e se debateu soluções como vem ocorrendo hoje com o estado de São Paulo, se nem mesmo São Paulo que é uma cidade de referência para o país, bastante desenvolvida em todos os setores, um polo tecnológico, econômico e industrial se viu livre de da falta de água o que dizer da região Nordeste.

A estiagem e o elevado consumo fizeram com que o Sistema Cantareira operasse em volume morto¹³⁵. Essa proposta foi imposta pelo Governo e pela Sabesp em maio de 2014 para abastecer oito milhões de pessoas, de início o intuito era utilizar o volume morto apenas por quatro meses, mais como as chuvas de outubro não vieram, até os dias atuais à população paulista está sendo abastecida por essa “ reserva técnica”.

Acredita-se que a escassez recorde de chuvas entre 2013 e 2015 dificilmente se repetirá, mas isso não significa que a crise esteja resolvida. E as previsões e que os volumes das chuvas não sejam suficientes para encher os reservatórios e que em julho de 2016 os reservatórios contem com aproximadamente 30% de água.

As cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte também estão a mercê do problema apresentando em seus reservatórios níveis de capacidade semelhantes ao Cantareira que é principal reservatório que abastece a capital paulista. Então podemos concluir a falta de água só se tornou um problema nacional a partir do momento que atingiu as cidades mais ricas do país.

Outro ponto relevante é que cada vez mais tem sido demonstrada a inter-relação entre regiões distantes, como a Norte e a Sudeste, no que diz respeito aos eventos climáticos. As chuvas que se precipitam sobre a Região Sudeste em maioria das vezes se originam da água evaporada pela Floresta Amazônica, porém com o desmatamento na região existe interferência na dinâmica de circulação atmosférica, confinando o fluxo de umidade na própria região amazônica, onde provoca inundações, reduzindo a precipitação de chuvas no Centro Oeste e Sudeste.

Na contramão das regiões citadas anteriormente as regiões Sul e Centro-Oeste se encontram em uma situação mais confortável, enquanto a primeira conta com seus reservatórios “sangrando” a segunda é privilegiada por se situar acima do segundo maior reservatório de água doce do mundo que é o aquífero Guarani, mas nem por isso pode-se dizer que estão imunes aos problemas do Sudeste e do Nordeste, devido ao consumo elevado, o alto índice de desperdício e a poluição dos rios.

¹³⁵O Volume morto é a quantidade de água que se encontrava abaixo dos níveis de captação.

Não se pode enxergar a chamada “Crise Hídrica” como um problema simples e que tudo voltará ao normal quando o volume de chuvas aumentar, o fato é que estamos passando por um ciclo de estiagem e de temperaturas mais altas ocasionadas pelo aquecimento global, e quando se fala em ciclos naturais não há como se prever quando o mesmo vai acabar

A situação em que estamos é bastante preocupante, pois não há perspectivas para que o problema seja solucionado, e contar com a ajuda de São Pedro parece não ser a decisão mais sábia. O que não se pode, é ver a falta d’água como uma simples crise, supondo que em algum momento tudo será resolvido, pois estamos passando por um período de estiagem dentro de um ciclo natural com fenômenos como o El Niño se estendendo por mais tempo e com efeitos maiores. E nesse contexto não podemos cruzar os braços e acreditar que tudo voltará ao normal, cabe a todos fazer a sua parte reduzindo o consumo e reaproveitando a água e principalmente cobrar das autoridades providências a respeito.

TRANSPACÍFICO: O ACORDO DO SÉCULO XXI? ¹³⁶

Mattheus Rodrigues da Silva ¹³⁷

O advento da globalização proporcionou o fortalecimento das “Cadeias globais de valor”, tendo em vista que os processos produtivos passaram a ocorrer em países diferentes. Reforçando as principais teorias de comércio internacional como “A teoria das vantagens comparativas” e o “Modelo de Heckscher-Ohlin” que em suma dizem que cada país vai se especializar na produção das partes que compõe os bens em que eles possuem uma maior produtividade, possui um preço relativo maior que o custo de oportunidade ou seja por ter uma maior disponibilidade de matérias primas, mão de obra ou capital em relação aos demais países.

Nesse “*comércio do século XXI*” há um constante movimento desses insumos, partes, peças e serviços de modo que, tarifas, quotas e regulamentações afetam não só a produção mais também o comércio internacional tendo em vista que essas idas e vindas de insumos podem acontecer inúmeras vezes.

Tais mudanças propiciaram a disseminação de vários acordos comerciais com o objetivo não apenas reduzir as barreiras do comércio, mas também para configurar uma nova estrutura de governança com base na liberalização dos fluxos de bens, serviços, capitais e informação e a proteção dos direitos de propriedade. Essa mudança se fez necessária pela perda da força por parte da OMC, que ainda está empenhada há mais de uma década na rodada Doha – que ainda está voltada para assuntos tradicionais como a agricultura.

Essa falta de participação na OMC, que se mostra fechada para novos assuntos fez com que os países que se interessavam por uma maior integração às cadeias globais de valor, deixassem de lado esse sistema multilateral de comércio organizado pela OMC e se empenhassem na criação de acordos regionais

O Acordo Transpacífico (TPP) surgiu a partir de outro acordo bem mais modesto que foi o TPSEP (Acordo de Parceria Econômica Estratégica) idealizado em 2002 por Nova Zelândia, Chile, Cingapura e Brunei, e tinha como objetivo consolidar as relações econômicas entre as partes, envolvendo investimentos, livre comércio e eliminando

¹³⁶Artigo escrito em Dezembro de 2015.

¹³⁷Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: mattheusr36@gmail.com

distorções. O TPSEP entrou em vigor em 2006 sem fugir daquilo que os outros acordos regionais propunham, e se consolidava apenas como um acordo de liberalização de baixo peso relativo dentro do comércio mundial.

Os rumos desse acordo mudaram a partir de setembro de 2008 com o anúncio de que os Estados Unidos iriam se juntar ao até então TPSEP (Popularmente conhecido como P4) e que desejava alcançar a meta de um *Acordo comercial do século XXI*, envolvendo questões que vão muito além do que é utilizado nas demais negociações comerciais multilaterais. A entrada dos EUA se tornaram um marco muito importante para o TPSEP, pois além do fato de que a maior potência econômica estaria entrando no grupo, ocorreu a menção de novas adesões. No mesmo ano três países (Austrália, Peru e Vietnã) se juntaram as negociações do acordo que passou a ser chamado Acordo Transpacífico (TPP), e entre março e dezembro de 2010 foram realizadas quatro rodadas de negociações onde outros 9 países demonstraram interesse em participar das negociações. Já em 2011 houveram 5 rodadas de negociações, onde Canadá, México e Japão sinalizaram que iriam iniciar as tratativas para se juntar ao grupo.

Hoje ao fim dessas rodadas iniciais de negociações 12 países estão presentes no grupo e outros países ainda demonstram interesse em participar do acordo que é o caso da Coreia do Sul ou são especulados como novos integrantes como Colômbia e Costa Rica.

Uma característica da TPP e talvez até o motivo pelo qual é chamada de “*Acordo comercial do século XXI*” é não estar apenas ligada a questões como a facilitação a mercados de bens, serviços e investimentos, mais por abarcar questões mais complexas que vão desde a convergência regulatória até princípios trabalhistas e conservação ambiental. Como: Acesso a mercados de, Barreiras técnicas sanitárias e fitossanitárias; Serviços; Compras Governamentais; Propriedade Intelectual; Investimento; Convergência regulatória; Padrões trabalhistas; Meio Ambiente; Concorrência e empresas; Comércio eletrônico; Competitividade; e Facilitação de comércio e cadeias de suprimento.

Existem mitos impasses relacionados as questões citadas acima, pois cada país tem suas particularidades como por exemplo a resistência de alguns países de abrir mão de certos protecionismos ou as divergências relacionadas a questões mais específicas como os padrões trabalhistas.

Por ser um acordo muito ambicioso envolvendo várias questões distintas o TPP ainda não teve um desfecho, mas o que sabemos é que é um acordo de peso muito relevante por envolver mais de 30 % do comércio mundial e por ser apontado por alguns como um instrumento Norte-Americano de contenção da economia chinesa por tentar isola-la em sua própria região.

CARNEIRO. Flavio Lyrio. PARCERIA TRANS-PACÍFICO: UM ACORDO MEGARREGIONAL NA FRONTEIRA DA REGULAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. IPEA. 2015

RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA: CONSEQUÊNCIA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA? ¹³⁸

*Julio Cesar Nascimento*¹³⁹

Nos anos de 1990 cresce e se intensifica a formação de blocos econômicos no mundo, impactada principalmente pela queda da URSS no final dos anos 80. Até década de 1990 o panorama de intensificações comerciais era predominantemente com os Estados Unidos da América e Europa. Essa trajetória se rompe e começa a intensificação de diversos parceiros comerciais com o Brasil. Nesse processo a China se torna um parceiro importante para a economia brasileira intensificando cada vez mais suas relações econômicas.

A tabela ao lado mostra as exportações brasileiras para a China no período de 2000 a 2009. Durante esse período percebe-se uma intensificação das exportações do Brasil para a China que só na década de 2000 aumentou a participação de 1,97% para 13,2%. Nesse processo tem-se importância o boom das commodities sendo o Brasil um dos principais exportadores para a China.

Exportações brasileiras para a China (Em US\$ FOB milhões)
e participação no total das exportações brasileiras (em%)

Ano	Valor	Participação (%)
2000	1.085.223.878	1,97
2001	1.902.093.617	3,26
2002	2.520.978.671	4,17
2003	4.533.363.162	6,19
2004	5.441.406.712	5,63
2005	6.834.996.980	5,77
2006	8.402.368.827	6,10
2007	10.748.913.792	6,69
2008	16.403.038.989	8,29

¹³⁸ Artigo escrito em Dezembro de 2015.

¹³⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Integrante bolsista do PET-Economia e voluntário do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE).

Ainda sobre as exportações do Brasil para a China percebe-se que a composição está pautada em produtos com pouco valor agregado principalmente produtos primários como mostra a tabela abaixo. Os cinco componentes que tiveram mais representatividade das exportações brasileiras para a China no ano de 2001 a 2009 foram: Minério de ferro; outros grãos de soja, mesmo triturado; óleos brutos de petróleo; pasta química, soda, sulfato; e fumo.

Principais produtos exportados à China do Brasil (Em US\$ FOB milhões)

	2001	2009
Família de produtos	Valor	Valor
Minério de ferro	482.633.256	7.010.659.666
Outros grãos de soja, mesmo triturado	537.663.759	6.342.964.920
Óleos brutos de petróleo	30.847.335	1.338.299.338
Pasta química, soda, sulfato	122.464.976	891.956.064
Fumo	50.618.308	367.731.002

Fonte: elaboração própria com dados do SECEX/MDIC.

Para Amorim (2010), as elevadas exportações à China na década de 2000 ocorreu pelo crescimento da demanda chinesa por produtos de base, impulsionado pelo setor energético, metalúrgico, infraestrutura e alimentício.

Importações brasileiras da China (Em US\$ FOB milhões) e participação no total das exportações brasileiras (em%)

Ano	Valor	Participação (%)
2000	1.222.294.377	2,19
2001	1.328.093.257	2,39
2002	1.553.993.640	3,29
2003	2.147.801.000	4,44
2004	3.710.477.153	5,91
2005	5.354.519.361	7,28
2006	7.990.448.434	8,75
2007	12.621.273.347	10,46
2008	20.044.460.592	11,59
2009	15.911.145.829	12,46

No caso das importações do Brasil provenientes da China a tabela ao lado mostra uma intensificação saindo de 2,19% em 2000 para 12,46% em 2009 de tudo o que é importado para a economia brasileira.

As pautas de importações do Brasil provenientes da China são baseadas principalmente nos produtos de alto valor agregado. Os principais componentes de importação do Brasil da China são: Partes para aparelhos de televisão, dispositivos de

cristais líquidos (LCD), terminais portáteis de celular, circuitos impressos e coques de hulha ou de trufa.

Principais produtos importados do Brasil proveniente da China (Em US\$ FOB milhões)		
	2001	2009
Família de produtos	Valor	Valor
Partes para aparelhos de televisão	39.976.061	477.393.557
Dispositivos de cristais líquidos (LCD)	16.866.603	427.139.411
Terminais Portáteis de celular	-	167.544.180
Circuitos impressos	6.834.309	159.563.756
Coques de Hulha ou de Trufa	78.321.541	84.223.840
Fonte: elaboração própria com dados do SECEX/MDIC.		

Para Amorim (2010) os produtos chineses invadiram o mercado brasileira e essa aceleração expressiva de suas exportações ao Brasil vem deslocando a participação dos fornecedores mais tradicionais: Estados Unidos e União Europeia.

As exportações brasileiras para a China estão pautadas em produtos de baixo valor agregado advindas do setor primário, isso é um risco para a economia brasileira, uma vez que, esses preços flutuam no mercado internacional, prejudicando a economia em momentos de baixas cotações. Quando analisada que uma parte significativa dessas mercadorias são exportadas para a China cria-se um ambiente de elevada dependência e em um momento de baixa demanda pela China prejudica o mercado brasileiro deixando assim a economia mais vulnerável. Quanto as importações percebem-se que o Brasil não tem uma competitividade em relação aos produtos Chineses e esse serve para escoamento da sua produção de alto valor agregado, conseqüentemente os produtores brasileiros ficam em uma situação em que ou faz demissões ou aumenta a produtividade.

A economia brasileira precisa traçar um plano econômico que abranja seus fluxos comerciais fazendo diminuir sua vulnerabilidade. Isso passa necessariamente por incentivos a ciência e tecnologia dentro de um plano de desenvolvimento a indústria brasileira para impactar na competitividade tanto interna como externa e aumentar e diversificar cada vez mais sua pauta de exportações e acordos comerciais que favoreça tanto os produtores como os consumidores brasileiros.

O BRASIL AINDA TEM CHANCES?¹⁴⁰

*Camila Noronha Alves*¹⁴¹

*Renato Kilpp*¹⁴²

A sociedade sempre terá o direito de questionar as pesadas cargas tributárias quando não está obtendo retorno na forma de serviços públicos, nem tem a garantia do atendimento dos seus direitos sociais mais básicos, em processo de erosão ao longo dos anos.

Há uma relação direta entre a redução dos compromissos públicos com a sociedade em atenção aos seus direitos e o sistema da dívida pública. Em 2013 a dívida externa brasileira alcançou US\$ 485 bilhões. É verdade que a maior parte dessa dívida externa é privada, porém, possui a garantia do governo brasileiro e, desta forma, constitui uma obrigação que deve ser computada em sua integralidade. Já a dívida interna federal, no ano de 2013, alcançou o patamar de US\$2,986 trilhões, isto é, a dívida brasileira no final do ano de 2013 alcançou R\$4,1 Trilhões ou 85% do PIB.

A orientação das políticas macroeconômicas do país tem, historicamente, privilegiado o tratamento do sistema da dívida pública, em detrimento do conjunto das demandas sociais.

A indecente destinação de recursos para o pagamento de juros e amortização da Dívida Pública, que detêm quase metade do orçamento da união (cerca de 45,11%)¹⁴³, nunca foi objeto de auditoria como prevê a Constituição Federal de 1988, e sobre a qual detêm diversos indícios de ilegalidade e ilegitimidade, além de indícios de fraudes. Para a saúde, educação e a assistência social são destinados apenas 3,98%; 3,73% e 3,08% respectivamente.

O Sistema da Dívida Pública é assim denominado porque nas políticas econômicas para o tratamento da dívida são aplicados mecanismos meramente

¹⁴⁰ Artigo escrito em Dezembro de 2015;

¹⁴¹ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE. E-mail: camila_noronha@hotmail.com.

¹⁴² Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

¹⁴³ Dados de 2014;

financeiros (como taxas de juros abusivas, atualização monetária automática e cumulativa, cobrança de comissões, taxas, encargos etc.), fazendo assim com que essa dívida cresça continuamente, comprometendo a maior parte do orçamento público com os serviços da dívida (juros e amortizações). Há também refinanciamentos que incorporam as dívidas privadas e outros custos que não seriam de obrigação pública, mesmo assim assumidos pelo Estado, provocando elevação ainda maior no volume do endividamento e beneficiando unicamente ao setor financeiro privado nacional e internacional. Também poderíamos citar os mecanismos de “salvamento de bancos”, que resultam na transformação de dívidas privadas em dívidas públicas. Por outro lado, este endividamento público, amplamente questionável em sua legitimidade e legalidade, é utilizado como justificativa para a implementação de medidas macroeconômicas – Planos de Ajuste Fiscal - impostas pelos organismos internacionais (principalmente FMI e Banco Mundial), tais como: privatizações, reforma da previdência, reforma trabalhista, reforma tributária, medidas de controle inflacionário, liberdade de movimentação de capitais etc.

As investigações realizadas têm comprovado que há muito tempo o endividamento público deixou de ser um mecanismo de financiamento do Estado e passou a ser um veículo de subtração de elevados volumes de recursos orçamentários e subtração de patrimônio pela imposição contínua de privatizações de áreas estratégicas como petróleo, portos, aeroportos, estradas, energia, saúde, educação, comunicações, entre outros.

Em vez desse dinheiro ser destinado para as áreas sociais mais carentes, como saúde, educação, habitação, etc., são desviados pelo (e para) o sistema da dívida. Se observamos através dos dados estatísticos percebemos como a discrepância é gigantesca. O Brasil é um dos países mais ricos do mundo, porém, o pior em distribuição de renda, crescimento econômico (posição 128º) e educação (penúltimo no ranking). Infelizmente quem sai lucrando com todo esse descaso são os bancos nacionais e estrangeiros, pois o modelo macroeconômico adotado trabalha, quase que exclusivamente, com este intuito.

Por isso, a realização de uma completa auditoria dessa dívida, com participação cidadã, é a melhor maneira para dar fim e deter esse perverso “Sistema da Dívida”. Não podemos continuar destinando uma maior parcela do orçamento federal ao pagamento de uma dívida com fortes indícios de ilegalidade e ilegitimidade, enquanto faltam recursos para as necessidades sociais básicas da população.

O Brasil tem chances e alternativas para superar esta crise econômica, social e humanitária, basta que sejam revistas as prioridades de suas políticas econômicas.

GRÉCIA E A ZONA DO EURO¹⁴⁴

Gicele Barros Costa¹⁴⁵

A Comunidade Econômica Europeia foi fundada em 1957 e os Estados-Membros se voltaram para a criação de um mercado comum. Com o passar do tempo, foi se evidenciando a necessidade de estreitamento dos laços monetários e econômicos entre os países para conseguir maior desenvolvimento e florescimento desse mercado interno, que visava facilitar a circulação de mercadorias entre os países membros. Em 1992, diante da necessidade de aprofundamento das relações é assinado o Tratado de Maastricht, que marca a consolidação da União Europeia e é a união monetária entre os países que compõem o bloco, a partir do qual se originou a zona do euro¹⁴⁶. A Grécia aderiu as negociações de criação da União Europeia em 1981 e adotou o euro como moeda substituindo o dracma, em 2001. A participação grega no PIB do bloco representa 2%.

Após a crise de 2008 (*subprime*), o cenário internacional mudou e, com isso, no final de 2009, o problema passou a ser considerado crise da dívida pública europeia tendo em vista que alguns países da UE, como a Grécia, possuíam títulos lastreados em hipotecas subprime. É nesse período em que a Grécia passa a ser o grande protagonista enfrentando problemas financeiros, como rebaixamento dos títulos ao status de lixo¹⁴⁷ e perda de investidores que passaram a ver a economia grega como mercado de risco. O problema da economia grega não veio da noite para o dia. Em 2005, foi descoberto por autoridades europeias que a Grécia havia manipulado algumas estatísticas no intuito de pode integrar a zona do euro. Já que para isso a Grécia tinha que honrar alguns compromissos como melhorar a atuação do governo e proteger a competitividade econômica, o que na realidade nunca foi observado.

No ano de 2010, em abril, o governo grego recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à União Europeia (UE) por um pacote de resgate no valor de 110

¹⁴⁴ Artigo escrito em Dezembro de 2015

¹⁴⁵ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET, e integrante do Grupo de Análise da Conjuntura Econômica - GAACE. E-mail: gicelebarros@hotmail.com

¹⁴⁶ A introdução do euro como moeda ocorreu em 1999.

¹⁴⁷ Títulos com pouco ou nenhum valor no mercado financeiro.

bilhões de euros. E novamente, em maio de 2012, o governo grego assinou mais um acordo com o FMI, o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia, a união das três entidades econômicas formam a troika. Tal contrato concedia um empréstimo de 110 bilhões de euros, que seriam recebidos nos três anos seguintes, no qual mais uma vez se fazia necessário o compromisso grego com reformas fiscais. Ou seja, de 2010 até hoje a Grécia recebeu um total de 240 bilhões de euros em resgate, mas sua dívida é muito maior, chegando a mais 300 bilhões de euros.

Recentemente, em 30 de junho do corrente ano, venceu uma parcela da dívida grega no valor de 1,6 bilhão de euros com o FMI e, no mês seguinte, ocorreu mais um vencimento, desta vez no valor de 450 milhões de euros. Com o vencimento dessas parcelas, a Grécia passa a enquadrar um ambiente de *default*, ou seja, "calote" da dívida e daí se tem novamente especulações sobre sua permanência na zona do euro.

Mas por que é tão terrível a saída da Grécia da zona do euro? A Grécia, provavelmente, voltaria a utilizar o dracma, que é uma moeda desvalorizada e com isso aumentaria os custos das importações, traria inflação. Além disso, teria a demora para a implementação da "nova" moeda o que causaria atraso nos pagamentos, além das disputas judiciais que surgiriam em torno dos contratos previamente assinados em euros. Fatos que levariam o país a uma profunda recessão.

Já para Portugal, Irlanda, Itália e Espanha, países que também sofreram graves consequências em 2009, a saída grega da zona do euro traria o risco de contágio, já que estas economias passaram por problemas semelhantes. E tal acontecimento não se limita apenas as economias que foram fortemente abaladas, pois os países mais fortes do bloco, Alemanha e França, teriam que arcar com custos ainda mais altos para a manutenção da moeda.

Diante desse cenário, as discussões sobre o futuro da Grécia estão longe de terminar. É pouco provável que a Alemanha, principal país da zona do euro, permita uma saída grega, já que isso implica graves consequências internas para a sua economia. O que resta é paciência para aguardar e saber como ocorrerão as demais negociações entre os gregos e os credores e quais os impactos das mesmas para a Zona do Euro e para a economia mundial.

II SIMPÓSIO ACADÊMICO DE ECONOMIA

RESUMOS EXPANDIDOS

INSERÇÃO COMERCIAL DO MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DE SUA PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: 2000 A 2014

Eliane Ribeiro Dresch (eliane.ribeiro_@hotmail.com)¹⁴⁸

Soraia Santos da Silva (s.ss.rc@hotmail.com)¹⁴⁹

Área de submissão: Teoria Econômica

INTRODUÇÃO

A Região Centro Oeste do Brasil é uma região importante para o comércio internacional do país, pois é um dos principais exportadores de *commodities* de origem agropecuária e mineral, tendo grande participação no desenvolvimento do agronegócio e seus impactos sobre a economia dos Estados da Região. As transações comerciais da Região Centro Oeste com o resto do mundo mostraram um crescimento contínuo a partir de 2000, tanto em termos das exportações quanto em termos das importações. Comparando 2000 e 2014, as exportações totais da Região apresentaram um crescimento extremamente elevado, saindo de US\$1,8 bilhões e chegando a US\$27,3 bilhões, respectivamente. Também, as importações totais da Região mostraram um crescimento bastante acentuado, passando de US\$1,1 bilhões em 2000 para US\$12,7 bilhões em 2014. Também, a corrente de comércio mostrou uma intensificação das relações comerciais do Centro Oeste com o resto do mundo. Em termos do saldo da balança comercial, a Região mostrou-se superavitária em todo o período.

O aumento no desempenho do setor externo do Centro Oeste também pode ser observado pelo crescimento contínuo de sua participação nas transações do comércio internacional. Verificou-se um aumento significativo da sua participação sobre as exportações totais do Brasil, sendo que, em 2000, era de 3,33% e, em 2014, chegou a 12,15% em 2014. Nas importações, por sua vez, a Região teve uma participação de 2,03% em 2000 para 5,54% em 2014.

O Mato Grosso Sul foi o terceiro Estado que mais exportou em 2014. Já, com relação às importações, ele foi o Estado que mais importou. Em 2014, o Mato Grosso do Sul exibiu déficits contínuos ao longo do período, apesar do aumento de suas exportações, as importações registraram um crescimento relativamente maior. Dentro desse contexto, o presente estudo tem por objetivo principal investigar o comportamento da inserção do Estado do Mato Grosso do Sul no comércio internacional no período de 2000 a 2014, por

¹⁴⁸ Aluna do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

¹⁴⁹ Professora do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

meio da identificação do padrão de especialização da produção e da direção do comércio internacional.

A relação comercial do Mato Grosso do Sul foi analisada a partir de dados obtidos do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) para o período de 2000 a 2014. Inicialmente, foi analisada a balança comercial por meio do comportamento das exportações e importações expressos em dólares (*Free on board*, FOB). A desagregação dos fluxos comerciais de produtos específicos foi feita seguindo a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), utilizada pelo MDIC para publicar as relações comerciais das Unidades Federativas do Brasil. Dessa maneira, foi possível calcular as participações e selecionar os principais produtos, países e blocos econômicos sobre o destino das exportações e a origem das importações do MS para análise do padrão de especialização da produção e da relação comercial do Estado, além de identificar os principais parceiros comerciais.

Para tanto, o texto está organizado, além dessa introdução, como segue: a seção 2 apresenta uma breve revisão do arcabouço teórico do Comércio Internacional; a seção 3 destina-se à análise do desempenho da balança comercial do Mato Grosso do Sul identificando seus principais produtos e parceiros comerciais e, por último, as conclusões e as considerações finais estão tratadas na seção 4.

REVISÃO DE LITERATURA

A economia internacional passou a ser tratada sistematicamente entre os séculos XVIII e XIX, objetivando explicar as relações comerciais entre os países. Ela analisa o fluxo de bens, serviços e pagamentos entre uma nação e o resto do mundo. As políticas comerciais visam à regulamentação deste fluxo de comércio e seus efeitos sobre o bem-estar da nação. Em geral, o princípio das teorias baseia-se no fato que as nações comerciam porque podem obter vantagens comerciais. Salvatore (2000) coloca que o livre comércio levaria os recursos mundiais a serem utilizados de forma mais eficiente e maximizaria o bem-estar mundial.

Conforme Carvalho e Silva (2000), o livre comércio é um poderoso mecanismo capaz de promover o aumento da produção por meio da especialização e, com as trocas, aumentar o consumo e, conseqüentemente, o bem-estar das populações dos países, que participam do comércio internacional. A teoria das vantagens absolutas de Adam Smith argumenta que cada nação poderia se especializar na produção de mercadorias, que produz com maior eficiência relativamente as demais nações, ou seja, produziria as mercadorias que possui uma vantagem absoluta e importaria as mercadorias, que produz com uma menor eficiência. Dessa maneira, essa especialização de produção e comércio permitiriam um aumento na produção e no consumo, beneficiando as nações que comercializam.

Segundo Krugman e Obstfeld (1999), David Ricardo introduz o conceito de vantagem comparativa, quando coloca que o comércio entre dois países pode beneficiar ambos os países, se cada um produzir os bens nos quais possui vantagem comparativa. Esta abordagem, na qual o comércio internacional é estritamente o resultado das diferenças internacionais na produtividade do trabalho, é conhecida como modelo Ricardiano. Para Ricardo, não é necessário a existência da vantagem absoluta para que a especialização e o comércio sejam vantajosos.

Como os modelos de comércio internacional de Adam Smith e Ricardo foram formulados baseando-se apenas na existência de um único fator de produção (trabalho), ou seja, as vantagens comparativas surgem pelas diferenças internacionais da

produtividade da mão de obra, Krugman e Obstfeld (1999) observa que essas diferenças explicam pouco as trocas internacionais no mundo real. Dessa maneira, a Teoria de Heckscher-Ohlin é baseada nas diferenças de recursos produtivos. Isto é, esse modelo mostra que as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre os recursos da nação (abundância relativa dos fatores de produção) e a tecnologia a produção (que influencia a intensidade relativa com a qual fatores diferentes de produção são usados na produção de bens diferentes). O comércio proporciona benefícios, pois permite que os países exportem produtos, cuja produção faça uso relativamente intenso de recursos que são abundantes localmente e importem produtos, cuja produção faça uso relativamente intenso de recursos que são escassos localmente.

Desempenho do mato grosso do Sul no comércio internacional por meio dos principais produtos e parceiros comerciais

Inicialmente, a inserção comercial do Mato Grosso do Sul foi analisada por meio do comportamento da balança comercial. A Figura 1 mostra a evolução da balança comercial juntamente com a corrente do comércio do MS. Percebe-se que houve uma intensificação do comércio internacional nos anos 2000. Porém, é possível também observar que, apesar do aumento do volume exportado, o MS registrou elevadas importações resultando em saldos negativos contínuos na balança comercial. Portanto, faz-se pertinente averiguar mais detalhadamente esse comportamento da relação comercial do MS com o resto do mundo observando o padrão e a direção do comércio.

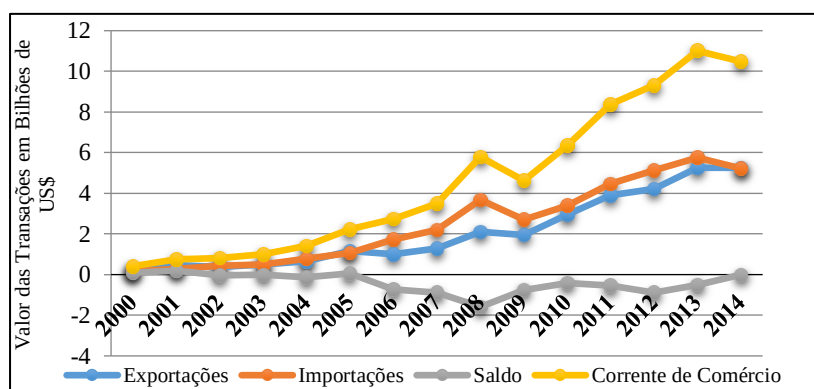


Figura 1: Comportamento da Balança Comercial do MS: 2000 a 2014.

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)

Nota: Elaboração própria.

A Figura 2 mostra a evolução da participação dos principais produtos exportados e importados do Mato Grosso de Sul de 2000 a 2014. Verifica-se que, em geral, o MS exporta produtos ligados ao setor primário e ao agronegócio. No início dos anos 2000, *carnes desossadas de bovinos congeladas* foi o principal produto exportado, mas apresentando um comportamento oscilatório, de forma que diminuiu bastante a sua participação sobre as exportações totais do Estado ao longo do período. Porém, foi a soja que se mostrou como principal produto exportado durante o período analisado. Ressalta-se que o principal produto exportado pela Região Centro Oeste é a soja, sendo este também o principal produto exportado pelo Brasil. As exportações de *minérios de ferro* também cresceram ao longo do período, reduzindo apenas a partir de 2012. Todavia, é necessário ressaltar que o produto *outros açúcares de cana* apresentou um aumento na

sua participação nas exportações do MS a partir de 2005, devido aos investimentos realizados no cultivo e usinagem da cana de açúcar. Por fim, a *pasta química de madeira* teve um crescimento na sua exportação a partir de 2009, devido a investimentos na produção de celulose na região de Três Lagoas, tornando-se o segundo maior produto exportado pelo Estado a partir de 2012.

As exportações de Mato Grosso do Sul representaram 2,33% das exportações totais do país e 19,18% das exportações da Região em 2014. Observou-se que a participação dos dez principais produtos oscilou durante o período analisado, porém permaneceram os produtos básicos. Portanto, pode-se dizer que o padrão de comércio está concentrado em produtos primários e semimanufaturados de baixa intensidade tecnológica.

A Figura 3 mostra a participação dos dez principais produtos importados pelo Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014. Verifica-se uma intensa concentração das importações no produto *gás natural no estado gasoso*, sendo que, em média, o produto foi o responsável por 65,73% das importações do MS. É importante salientar que todo gás natural em estado gasoso é importado da Bolívia pelo Brasil. Apesar de ser distribuído para diversos Estados, é contabilizado no balanço de pagamentos de Mato Grosso do Sul e as importações significativas deste produto influenciam em grande proporção o elevado gasto com importações do MS.

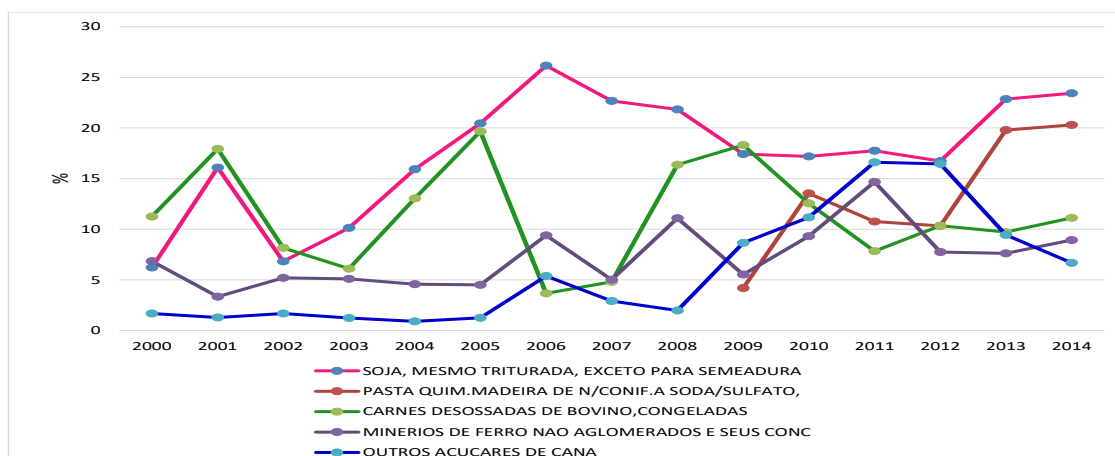


Figura 2: Participação dos principais produtos exportados pelo Mato Grosso do Sul: 2000 a 2014 – (%).

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)

Nota: Elaboração própria.

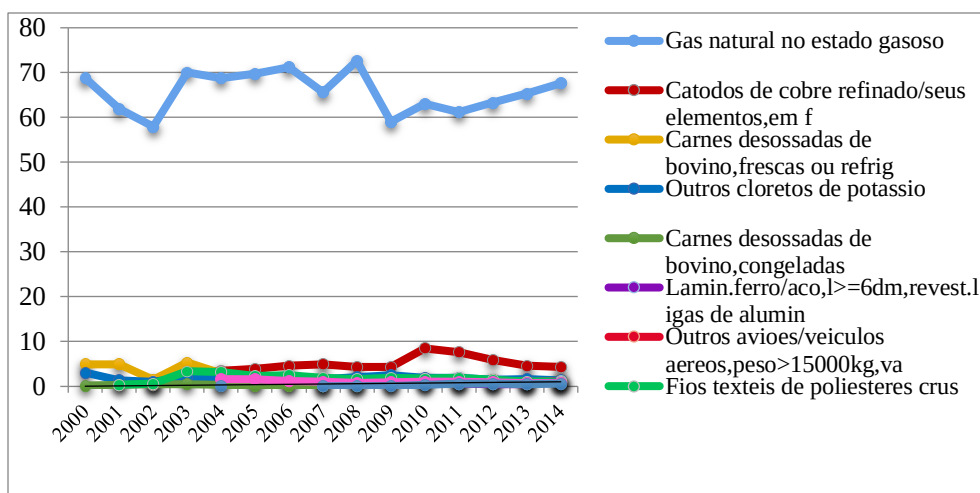


Figura 3: Participação dos principais produtos importados pelo Mato Grosso do Sul: 2000 a 2014 – (%).

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)

Nota: Elaboração própria.

A Figura 4 mostra a evolução das exportações e das importações do Mato Grosso do Sul segundo o grau de industrialização dos seus produtos de 2000 a 2014. Verifica-se que as exportações do Mato Grosso do Sul estão concentradas em produtos básicos, apresentando um crescimento de 1.628,1%, seguidos pelos produtos semimanufaturados, que cresceram a uma taxa de 8.154,49%, comparando 2000 a 2014.¹⁵⁰

As exportações dos produtos básicos cresceram 4,01% em 2014, quando se compara a 2013, porém os produtos semimanufaturados e manufaturados mostraram um decréscimo de 6,45% e 24,44% no mesmo ano. A participação das exportações dos produtos básicos no Mato Grosso do Sul sobre as exportações totais do Estado foi de 67,25%, seguidos pelos produtos semimanufaturados de 30,62% e pelos produtos manufaturados de 2,12% em 2014. Portanto, a pauta das exportações do Mato Grosso do Sul está concentrada nos produtos básicos, apesar do crescimento dos produtos semimanufaturados. A pauta das importações do Mato Grosso do Sul está concentrada também em produtos básicos, ou seja, 72,36% das importações foram de produtos básicos em 2014. O segundo produto mais importado em 2014 foi do tipo manufaturados com participação de 21,80% sobre as importações totais. Os produtos semimanufaturados ficaram em terceiro lugar em termos de sua participação na pauta com 5,84% em 2014. Portanto, o padrão das importações do Mato Grosso do Sul está concentrado nos produtos básicos e do setor extrativista, apesar das importações de manufaturados, que são voltados à produção local de produtos primários com reduzida agregação de valor.

¹⁵⁰ Segundo a metodologia do MDIC, os produtos básicos são aqueles que guardam suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza. Os produtos industrializados são os que sofreram transformação substantiva e são classificados em semimanufaturados e manufaturados. Os produtos semimanufaturados são aqueles que ainda não estão em sua forma definitiva de uso, quer final quer intermediário, pois deverão passar por outro processo produtivo para se transformarem em produto manufaturado.

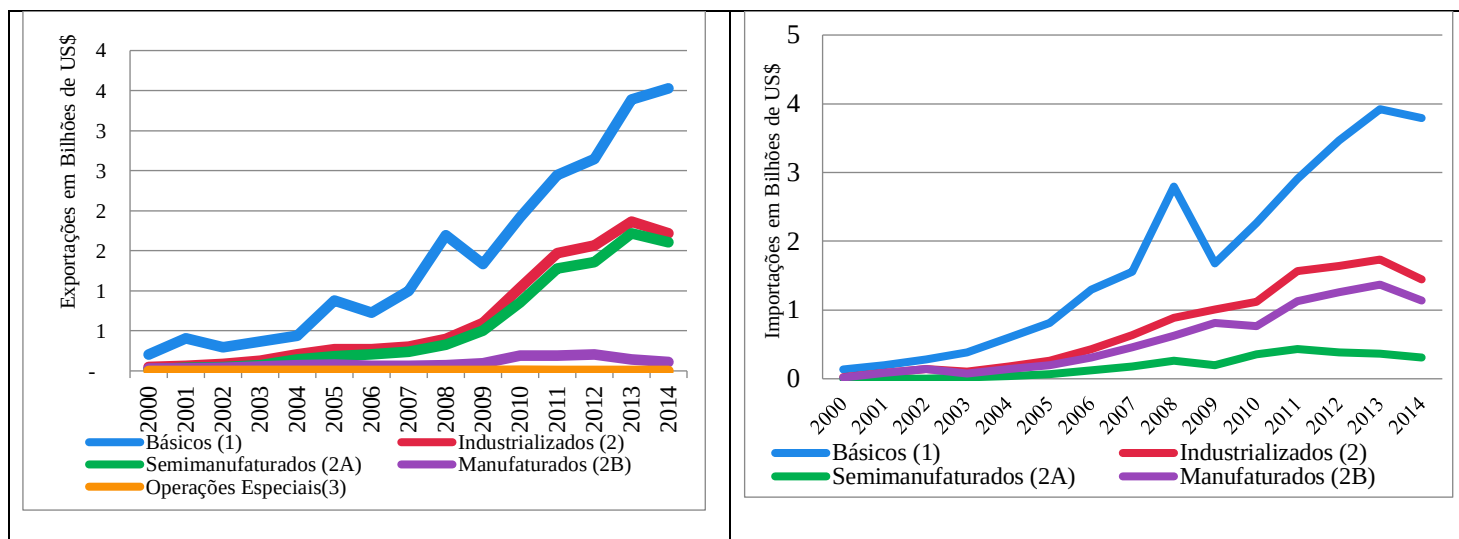


Figura 4: Exportações por Fator Agregado do Mato Grosso do Sul: 2000-2014.

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)

Nota: Elaboração própria. A série Industrializados (2) é constituída por (2A + 2B).

Para analisar a direção do comércio internacional do Mato Grosso do Sul, utilizou-se a participação dos principais países exportadores e importadores no fluxo comercial com MS. A Figura 5 mostra os principais países que são destinos das exportações e origem das importações de Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014. A China se destaca como principal exportador do MS a partir de 2002 com uma participação média anual no período de 15,34%. Em 2000, a participação da China foi de 0,78%, enquanto que, em 2014, foi de 28,23%. Em 2014, os três principais destinos das exportações foram: China (US\$1,480 bilhões), Argentina (US\$526.718,6 milhões) e Rússia (US\$378.763,6 milhões), representam 45% dos destinos. Apenas a China teve uma participação de 28% em 2014 no destino das exportações de MS. Vale ressaltar que a China mostrou um decréscimo de 8,55% nas exportações do MS refletindo a desaceleração no crescimento econômico desse país.

A Bolívia se destaca como principal importador do MS desde 2000 com uma participação média anual no período de 66,06%. Em 2000, a participação da Bolívia foi de 69,18%, enquanto que, em 2014, foi de 67,72%. Em seguida, tem-se: a China com uma participação média de 5,61% no período; o Chile com uma participação média de 4,23% e o Paraguai com uma participação média de 3,32. Em 2014, as importações do Mato Grosso do Sul tiveram como principais países de origem: a Bolívia, a China, o Chile e o Paraguai. A Bolívia respondeu por 68% do total importado pelo Estado, seguida pela China (9%), Chile (4%) e Paraguai (3%). Portanto, observou-se anteriormente que as importações do Estado estão concentradas no setor das Contas Nacionais Combustíveis e Lubrificantes, cuja origem dessas importações é a Bolívia. Em 2000, o principal bloco econômico como destino das exportações de MS foi a União Européia, com grande participação dos Países Baixos (Holanda) como destino das exportações do Estado, ou seja, 11,82%.

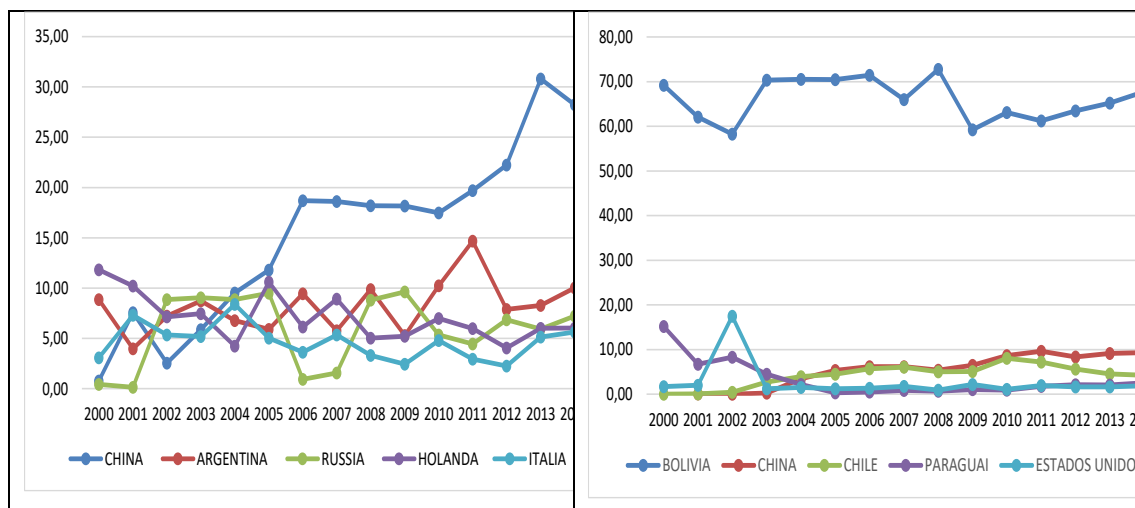


Figura 5: Participação dos principais países de destino das exportações e origem das importações de Mato Grosso do Sul: 2000 a 2014 – (%).

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)

Nota: Elaboração própria.

Enquanto que, em 2014, a Ásia lidera sua participação nas exportações de MS, sendo a China o principal destino das exportações. Por fim, a ALADI mostrou-se como principal bloco de origem das importações de MS em todo o período. Vale ressaltar que isso reflete as importações de MS de gás natural da Bolívia, que é distribuído para os demais Estados. A entrada desse produto no MS se dá pelo município de Corumbá, que tem uma fronteira seca com a Bolívia.

CONCLUSÕES

De forma geral, o padrão de comércio das exportações de Mato Grosso do Sul é bastante concentrado em poucos bens, sobretudo, produto de origem do setor primário, isto é, bens intermediários e bens de consumo não duráveis, com pouca transformação industrial e que revelam um baixo valor agregado. As importações têm um padrão comercial focado também em bens intermediários, quando se exclui a importação do gás natural. A importância da China como principal destino e origem das exportações e importações, exceto a Bolívia, reflete um alerta especial quando se observa o cenário internacional de desaquecimento da China e, portanto, seus reflexos sobre a renda dos demais países em um mundo que está cada vez mais interligado.

REFERÊNCIAS

- BADO, Álvaro Labrada. Das vantagens comparativas a construção das vantagens competitivas: uma resenha das teorias que explicam o comércio internacional. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, São Paulo, v.3, n. 5, 2004.
- CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey; JONES, Ronald. *Economia Internacional – Comércio e Transações Globais*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- KENEN, Peter Bain. *Economia Internacional: Teoria e Política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- KRUGMAN, Paul R; e OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional: teoria e política*. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1999.
- MAIA, Jayme de Mariz. *Economia Internacional e Comércio Exterior*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- SALVATORE, Dominick. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro:

ESTIMAÇÃO DA REGRA DE TAYLOR PARA O CASO BRASILEIRO (2004-2014)

Alisson Silva de Castro¹⁵¹
Marckson Byan Medeiros Aguiar¹⁵²

Área de Submissão: Teoria Econômica

INTRODUÇÃO

A condução da política monetária pelos bancos centrais contemporâneos leva em consideração suas preferências entre inflação e desemprego. Nos anos de 1970, a política monetária tinha como referencial teórico a abordagem keynesiana associada à curva original de Phillips. No entanto, nota-se que esta perspectiva tem sido substituída durante os anos pelo princípio das expectativas racionais e da taxa natural de desemprego, fazendo com que os bancos centrais operem políticas monetárias cada vez mais avessas à inflação. Em outras palavras, as preferências dos bancos centrais contemporâneos são formadas dando mais peso aos desvios da inflação em relação à sua meta do que aos desvios do produto em relação ao seu nível de equilíbrio.

No final da década de 70, Kydland e Prescott (1977), em seus estudos sobre credibilidade da política monetária, ressaltaram que a adoção de regras na gestão da política monetária é um caminho mais consistente para que uma política atual alcance o equilíbrio estável no longo prazo. Barro e Gordon (1983) acrescentaram a relevância da reputação do banco central como condutor da política monetária. De acordo com estes autores, a inflação ocorre pela falta de cumprimento de acordos pré-estabelecidos do governo com a sociedade. Assim, a inflação é atribuída pela falta de credibilidade do governo.

Considerando-se este debate, tornou-se necessário na condução da política monetária uma solução para a causa do viés inflacionário. Taylor (1993) propôs uma regra que se tornou referência para a execução do regime de metas de inflação, onde a política monetária objetiva uma taxa de inflação próxima à meta e um produto efetivo próximo

¹⁵¹ Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: alissonsilvacastro@hotmail.com

¹⁵² Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: marcksonmedeiros@gmail.com

ao produto potencial. Para alcançar este objetivo o banco central utiliza a taxa de juros de curto prazo como principal instrumento. A justificativa para isto parte da rigidez da inflação e de sua expectativa, as quais permitem aos bancos centrais manipularem a taxa de juros de curto prazo.

No caso brasileiro, a partir de 1999, devido a uma crise de confiança no real, o Brasil adota o sistema de metas de inflação, no qual o Banco Central possui a política monetária como ferramenta de controle da inflação, tendo a taxa Selic como seu principal instrumento, fazendo, assim, com que a inflação convirja para sua meta.

No primeiro governo Lula notou-se um forte combate à inflação devido a política monetária conduzida por Henrique Meirelles. De 2004 para 2006, houve uma queda drástica da inflação brasileira, a qual passou de 7,6% para 3,14%. Após esse período, a economia brasileira experimentou uma expansão considerável em seu produto interno devido a um aumento da demanda mundial por *commodities* e a uma melhora nos termos de troca, ganhando, assim, competitividade no exterior. Isso fez com que ocorresse uma pressão sobre os preços, fazendo com que a inflação aumentasse, mas não saísse do teto de sua meta, 6,5%. A partir de 2008, com a deflagração da crise internacional, nota-se um estímulo à economia brasileira via redução da taxa de juros, fazendo com que a economia retomasse seu crescimento já em 2010. A partir de 2011, com o advento do governo Dilma e Alexandre Tombini sob o comando do Banco Central, tem-se uma taxa de inflação próxima ao teto da meta e uma política monetária frouxa, sem sucesso, com o intuito de estimular a demanda agregada e recuperar o crescimento expressivo nos anos anteriores.

Diante deste contexto de mudança na condução da política monetária no Brasil pós-2011, o presente artigo objetiva analisar como se deu a operacionalização da política monetária implementada no período 2004-2014 pelo Banco Central, estimando uma função de reação (regra de Taylor) para o caso brasileiro.

Para isso, a metodologia empregada neste trabalho foi semelhante de Costa Filho (2013), onde foi considerado como período os intervalos entre as reuniões do Copom. Sendo assim, o modelo estimado teve a seguinte especificação:

$$i_t = \beta_0 + \beta_1 i_{t-1} + \beta_2 i_{t-2} + \beta_3 (E_t \pi_{t+j} - \pi^*_{t+j}) + \beta_4 y_{t-2} + \beta_5 \Delta q_t + \varepsilon_t \quad (1)$$

A variável dependente i_t é a meta da taxa de juros Selic fixada na reunião t do Copom. As variáveis explicativas utilizadas foram a própria Selic defasada em um (i_{t-1}) e dois períodos (i_{t-2}), os desvios das expectativas de inflação em relação à meta fixada pelo Banco Central ($E_t \pi_{t+j} - \pi^*_{t+j}$), o hiato do produto (y_{t-2}) e a variação da taxa de câmbio real efetiva (Δq_t). ε_t é o termo de erro do modelo.

Espera-se que a inclusão da taxa Selic defasada em um e dois períodos possa suavizar a série da taxa de juros e eliminar a presença de auto correlação serial. Os desvios das expectativas de inflação em relação à meta foi uma variável construída conforme a

metodologia de Minella *et al.* (2003)¹⁵³. O hiato do produto foi mensurado pela diferença entre a média móvel trimestral do IBC-Br e sua tendência, a qual foi obtida com a aplicação do filtro Hodrick-Prescott sobre a série original. É importante salientar que a opção pela média móvel trimestral se deu pelo fato desse indicador ser divulgado pelo Banco Central com uma defasagem de três meses. Por último, a variação cambial foi calculada pela oscilação da taxa de câmbio real efetiva entre o real e o dólar ocorrida entre a reunião t e a do período imediatamente anterior.

É importante salientar que os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos junto ao site do Banco Central e do IPEADATA. Conforme já mencionado, foi considerado como período o intervalo entre as reuniões do Copom, as quais passaram a ser realizadas a cada 45 dias a partir de 2006. Dessa forma, a amostra é composta por 96 observações, tendo início com a primeira reunião (21 de janeiro) do Copom para o ano de 2004 e se finalizando com a última reunião (03 de dezembro) do mesmo Conselho para o ano de 2014.

Desta forma, este artigo está dividido em três seções além desta introdução. Na segunda seção será abordada a regra de Taylor original e sua versão *forward-looking*. Além disso, será feito uma revisão de estudos pioneiros que aplicaram a regra de Taylor em outros países no mundo e de trabalhos empíricos para o Brasil. A terceira seção se ocupará da análise dos resultados do modelo. Por último, apresentam-se as conclusões do trabalho.

REVISÃO DE LITERATURA

A regra de Taylor

Em seu artigo de 1993, Taylor procura demonstrar uma regra de política monetária que relaciona a taxa de juros básica do Banco Central norte-americano (*Federal Reserve*), com a taxa de juros real de longo prazo, a taxa de inflação, e os hiatos da inflação e do produto real.

De acordo com Taylor (1993), o comportamento das taxas de juros nos Estados Unidos era representado por uma relação linear com a taxa de inflação π^0 , uma taxa de juros de equilíbrio π^{TM} mais uma soma ponderada entre dois desvios - a diferença entre taxa de inflação, a meta inflacionaria e o desvio percentual do produto e do produto potencial. A regra de Taylor original pode ser expressa na seguinte equação:

$$r^0 - r^s = 0,5(\pi^0 - \pi^{TM}) + 0,5(y^0 - y^e)$$

Onde o π^{TM} é a meta de inflação do Banco central, y^e é o nível de equilíbrio do produto e r^s é a taxa de juros estabilizadora. A regra de Taylor indica que se o produto

¹⁵³ Esta variável consiste em uma média ponderada dos desvios das expectativas em relação à inflação presente e futura, ou seja: $D_j = \frac{12-j}{12} (E_j \pi_t - \pi_t^*) + \frac{j}{12} (E_j \pi_{t+1} - \pi_{t+1}^*)$, onde j se refere ao mês e t ao ano. A ideia, de acordo com este cálculo, é que, com a proximidade do fim do ano, o Banco Central comece a dar maior importância à inflação do próximo ano.

fosse 1 ponto percentual acima do seu nível de equilíbrio, o FED deveria elevar em 0,5% a taxa de juros, uma vez que na equação acima entende-se a diferença entre y^0 e y^e como uma variação percentual. O mesmo ocorre com a inflação: se ela for 1 ponto percentual acima da meta, a regra de Taylor diz que a taxa de juros real necessita ser 0,5% mais elevada.

A regra de Taylor versão forward-looking

Inspirados em Taylor, Clarida, Gali e Gertler (2000) desenvolveram um modelo, no caráter *forward-looking*, no qual propõem que a autoridade monetária responde de maneira sistemática suas metas implantadas em relação aos desvios do produto e inflação. Considerando assim r_t^* como a meta de taxa de juros, a especificação linear da regra de Taylor pode ser expressa da seguinte forma:

$$r_t^* = r^* + \beta(E_t(\pi_{t,k} / I_t) - \pi^* y E_t((x_{t,q}) / I_t))$$

Onde r^* é a taxa de juros nominal desejada quando a inflação e o produto representam similarmente as respectivas metas. $\pi_{t,k}$ caracteriza-se pela variação percentual nos preços t em relação a $t+k$. π^* é a meta de inflação, $x_{t,q}$ significa o hiato médio do produto entre os períodos t , e $t+q$, sendo o hiato do produto caracterizado pelo desvio percentual entre o produto percentual e o produto corrente. E representa o valor esperado e I_t é o conjunto de informações no tempo disponível pela autoridade monetária no momento que a taxa de juros é definida.

Desta forma, levando em consideração este modelo, o Banco Central tem como meta principal revelar o comportamento das variáveis-chave da economia com o objetivo de trazer o bem-estar para direcionar as escolhas de políticas econômicas. No entanto, deve se destacar que a regra de Taylor original é um caso exclusivo para a equação escrita acima e somente se verifica caso a inflação defasada, ou a combinação linear de inflação defasada e hiato do produto, tiver previsão estatisticamente suficiente de inflação futura. (GOMES; HOLLAND, 2003)

Revisão de estudos empíricos

Há uma gama de estudos elaborados sobre a regra de Taylor, como já citado anteriormente, Clarida, Galí e Gertler (1998) estimaram as funções de reação de vários bancos centrais de países desenvolvidos utilizando o modelo baseado na regra de Taylor original. No entanto, foi considerada uma abordagem *forward-looking*, na qual foram utilizadas as expectativas de inflação e de produto, diferentemente da abordagem *backward-looking* utilizada por Taylor (1993), em que são considerados valores passados de inflação e do produto. Na pesquisa os autores chegaram à conclusão de que existem metas de inflação implícitas nos EUA, Japão e Alemanha. Desta forma, levando em consideração os dados da amostra, os autores defenderam explicitamente que um sistema

de metas de inflação é provavelmente superior a um sistema de câmbio fixo, tanto em termos de desempenho de inflação, como de crescimento econômico.

Judd e Rudebusch (1998) estimaram uma função reação do Banco Central Americano, o período estimado correspondeu à gestão de três presidentes: Arthur Burns (1970-1978), Paul Volcker (1979-1987) e Alan Greenspan (1987-1997). O objetivo foi analisar como a autoridade monetária americana vinha ajustando a taxa de juros de curto prazo. Os autores testaram o pressuposto de variação de caráter na condução da política monetária americana, resultante das alterações na presidência do Federal Reserve. As estimativas basearam-se em especificações derivadas da regra de Taylor original e consideraram as sub-amostras dos períodos. Dentre os resultados obtidos, os autores concluíram que a regra se ajustou bem na presidência de Alan Greenspan. No entanto, na presidência de Arthur Burns, os autores verificaram que os valores adotados ficaram abaixo dos valores dos juros indicados pela regra. Desta forma, o resultado foi um aumento da inflação no período. Na presidência de Paul Volcker, foi verificada uma postura bem mais agressiva por parte do FED, o que resultou numa queda drástica na taxa de inflação neste período.

No Brasil alguns autores fizeram estudos similares. Minella et al. (2002) estimaram funções de reação para o Banco Central do Brasil (Bacen), onde utilizaram amostras de dados mensais de julho de 1999 a junho de 2002. Estes autores utilizaram a taxa de juros nominal como variável dependente, a qual é função do hiato do produto defasado, do desvio da expectativa de inflação e da taxa de juros defasada. Dentre os resultados obtidos, percebeu-se que o coeficiente do hiato do produto não era estatisticamente significativo. Já o coeficiente dos desvios das expectativas de inflação em relação à meta de inflação apresentou significância estatística. A conclusão do modelo, para o período analisado, foi que o Bacen teve uma postura forward-looking e agiu agressivamente aos desvios ocorridos entre a expectativa de inflação e a sua meta.

Holland (2005) fez uma verificação empírica, através da estimação de uma função de reação a partir da implementação do sistema de metas de inflação, onde é analisado se os bancos centrais de países emergentes, como o Brasil, respondem a choques de câmbio através do instrumento de política monetária. A amostra de dados foi mensal (julho de 1999 a janeiro de 2005) e as variáveis utilizadas foram a taxa básica de juros (Selic), índice de preços ao consumidor (IPC), índice de produção industrial e a depreciação da taxa de câmbio real. Os resultados obtidos pelo autor foram que os valores estimados para os coeficientes de depreciação do câmbio real não eram estatisticamente significantes, ou seja, chegou-se à conclusão que a política monetária brasileira não respondia à depreciação na taxa de câmbio real. Acerca do coeficiente de inflação foi visto significância estatística no modelo. Ademais, os valores encontrados para o hiato do produto também não foram estatisticamente significantes.

Costa Filho (2013) estimou a regra de Taylor para economia brasileira durante o período 2003-2010, quando o Banco Central foi presidido por Henrique Meirelles. Diferentemente de outros estudos, o período considerado foi o intervalo entre as reuniões do Conselho de Política Monetária (Copom). O modelo estimado pelo autor utilizou como variável dependente a meta da taxa de juros (Selic) fixada na reunião do período t e como variáveis explicativas a Selic defasada em um e dois períodos, respectivamente, além do

desvio das expectativas de inflação em relação à meta, do hiato do produto e da variação da taxa de câmbio real. Os resultados apontaram para significância estatística de todas variáveis, exceto para variação cambial. Além disso, detectou-se uma forte reação do Banco Central, via taxa de juros, para os desvios das expectativas de inflação em relação à sua meta. Deste modo, o autor chegou à conclusão de que o regime de metas de inflação foi conduzido de forma estrita quando Henrique Meirelles esteve sob a presidência do Banco Central.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela 1 abaixo mostra a estimação da regra de Taylor (2004-2014) com erros padrão robustos à heterocedasticidade e autocorrelação. Percebe-se que todos os coeficientes são estatisticamente significantes a 1%, com exceção da variável que mede os desvios das expectativas de inflação, a qual é significativa somente a 5%.

Tabela 1 – Estimações para 2004-2014 (modelo com erros-padrão robustos). Variável dependente: Selic t (meta)

	Coeficiente	Estatísticas- t	p -valor	
Constante	0,0299	0,2495	0,8036	
Selic $t-1$	1,4992	12,1743	0,0000	***
Selic $t-2$	-0,5088	-4,0760	0,0000	***
Desvio das expectativas π	0,1094	2,5061	0,0140	**
Hiato do produto	0,0806	2,7724	0,0068	***
Variação da taxa de câmbio	-0,0060	-0,6257	0,5331	
Diagnósticos				
		R^2	0,9959	
		R^2 ajustado	0,9957	
		DW	1,3895	

Fonte: elaboração própria. Obs: * = coeficiente significativo a 10%, ** = coeficiente significativo a 5% e *** = coeficiente significativo a 1%.

Portanto, uma variação de 1% nos desvios das expectativas de inflação em relação à meta fixada pelo Banco Central faz com que essa mesma instituição eleve a taxa de juros Selic t em 0,1094%. Por outro lado, uma variação de 1% no hiato do produto faz com que a autoridade monetária eleve a taxa de juros Selic t em 0,0806%. Isto mostra que estas variáveis são importantes nas decisões de taxa de juros do Copom.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição deste artigo foi mostrar como se deu a condução da política monetária no Brasil por meio da estimação da regra de Taylor para o período 2004-2014. Os resultados apontaram para significância estatística dos coeficientes que medem os desvios das expectativas de inflação em relação à sua meta e para o desvio do produto em relação ao seu nível de equilíbrio. Um aumento de 1% nos desvios das expectativas de inflação em relação à sua meta e no produto efetivo em relação ao seu nível de equilíbrio faz com que o Banco Central eleve a taxa de juros em 0,1094% e 0,0806%, respectivamente. Sendo assim, chega-se à conclusão de que a autoridade monetária levou em conta essas duas variáveis para decisões sobre a taxa de juros Selic no período analisado, dando um peso maior às variações na inflação.

REFERÊNCIAS

BARRO, R. J.; GORDON, D. Rules, discretion and reputation in a model of monetary policy. *Journal of Monetary Economics*, North-Holland, n. 12, p. 101-121, 1983.

CLARIDA, R.; GALI, J.; GERTLER, M. (2000). Monetary policy rules and macroeconomic stability: evidence and some theory. *The quarterly journal of economics*, Vol. 115, nº 1, p. 147-180.

COSTA FILHO, Adonias Evaristo da. A política monetária do Banco Central durante a presidência de Henrique Meirelles. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 31, n. 60, p.137-148, set. 2013.

GOMES, C.; HOLLAND, M. Regra de Taylor e política monetária em condições de endividamento público no Brasil. **Revista de Economia**, n.4, n.2, jul/dez, 2003.

HOLLAND, M. Monetary and exchange rate policy in Brazil after inflation targeting. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. 22., 2005, Natal-RN. *Anais...Natal*, RN. Anpec, 2005. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A032.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

KYDLAND, F. E.; PRESCOTT, E. C. Rules rather than discretion: the inconsistency of optimal plans. *Journal of Political Economic*, v. 85, n. 3, p. 473-492, 1977.

MINELLA, A. et al. *Inflation targeting in Brazil: constructing credibility under exchange rate volatility*. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2002. (Working Papers Series, n. 77).

TAYLOR, J. Discretion versus policy rules in practice. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, n. 39, p. 195-214, 1993.

JUDD, J. P.; RUDEBUSCH, G. D. Taylor's rule and the Fed: 1970-1997. Federal Reserve Bank of San Francisco. Economic Review 3, p. 3-16, 1998.

VULNERABILIDADE SOCIAL NA PARAÍBA:

E suas Disparidades Espaciais a partir do IVS

Diago Marenilson Oliveira Batista da Silva¹⁵⁴

Daiene Luiza Farias Vilar¹⁵⁵

Área de Submissão: Teoria Econômica

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade explorar através de uma Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), a vulnerabilidade social do Estado da Paraíba a partir do Índice de vulnerabilidade social (IVS) que pode ser obtido no atlas da Vulnerabilidade Social 2015¹⁵⁶, analisando os padrões de correlação espacial dos dados e as regiões com maior densidade nos quesitos de vulnerabilidade entre 2000 e 2010, através do georreferenciamento do Índice de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros.

O estudo possui caráter exploratório quali-quantitativo e contou com o apoio de fontes secundárias e ferramentas computacionais para a execução dos objetivos propostos. Sendo assim, foi utilizado uma análise espacial através dos indicadores locais de associação espacial (LISA), que são operadores estatísticos que possuem a finalidade de "quantificar o grau de associação espacial a que cada localização do conjunto amostral está submetida em função de um modelo de vizinhança preestabelecido" (PAIVA, p. 5, s/d,). Segundo Anselin (1995), o LISA permite a decomposição de indicadores globais, como o I de Moran, contribuindo assim com a avaliação do padrão de associação espacial (clusters) local a determinado nível de significância.

Desta forma, fazendo uma análise mais robusta e sintética. Para Almeida (2004) não há sentido levar em conta análises de clusters que não sejam estatisticamente significante, assim, a estatística LISA torna-se importante no sentido em que exclui da análise espacial as associações espaciais não significativas. O LISA normalmente é apresentado pela literatura através de mapas que combinam informações do diagrama de

¹⁵⁴ Mestrando em Economia Regional (UFRN), diago_mobs@hotmail.com;

¹⁵⁵ Mestranda em Economia Aplicada (UFAL), daieneluiza@hotmail.com;

¹⁵⁶ <http://ivs.ipea.gov.br/ivs/>

dispersão de moran e informações de significância das medidas de associação local, dentre os LISA's mais difundidos estão o índice local de moran e as estatísticas G.

Os resultados demonstram que o desenvolvimento na Paraíba não ocorre de forma homogênea, pois apresenta fragilidades e desigualdades internas. Apesar dos desequilíbrios intra-estaduais e da ausência de ativos capaz de promover a integração social na maioria das cidades, o nível de vulnerabilidade no estado entre 2000 e 2010 apresentou um fluxo positivo na redução da vulnerabilidade social.

O IVS busca identificar a carência ou a escassez de alguns “ativos” nos municípios, estados ou regiões do território brasileiro. O índice está subdividido em três dimensões: i) infraestrutura urbana; ii) capital humano e iii) renda e trabalho, estas três dimensões são os principais ativos que possibilitam uma maior inserção dos indivíduos nas sociedades modernas.

O conceito que norteia o IVS se baseia no âmbito da ausência ou da insuficiência de ativos, sendo assim, o IVS se estabelece como um instrumento de identificação das falhas ou imperfeições na oferta de bens e serviços nas regiões do país.

Como destacado, pelo Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros o “índice foi pensado para dialogar com o desenho da política social brasileira, uma vez que atesta a ausência ou insuficiência de “ativos” que, pela própria Constituição Federal de 1988 (CF/1988), deveriam ser providos aos cidadãos pelo Estado, nas suas diversas instâncias administrativas” (AVS, 2015).

Diante dos resultados apresentados, podemos destacar que os municípios com melhores indicadores de desenvolvimento estão localizados no eixo Sul-Sudeste do País, já os municípios com menor desempenho nos indicadores de desenvolvimento estão localizados no eixo Norte-Nordeste do País, deixando nítidas as desigualdades entre as regiões do Brasil.

Com relação ao índice de vulnerabilidade social, a região Nordeste da qual o estado da Paraíba¹⁵⁷ está situado, apresenta 47,7% dos municípios num quadro de alta vulnerabilidade social e outros 32,4% numa faixa de muito alta vulnerabilidade social.

Os estados de Alagoas com 96,1% e Maranhão com 95,4% são os municípios que apresentam maior concentração entre os dois maiores patamares de vulnerabilidade. O Maranhão é o estado com pior desempenho onde 78,8% dos municípios se localizam na faixa da muito alta vulnerabilidade social. Apesar da grande densidade de municípios com alta vulnerabilidade, a região apresenta alguns pontos isolados nas capitais dos estados, como: Teresina/PI, Natal/RN, João Pessoa/PB e Aracaju/SE) e alguns raros municípios adentrando os estados¹⁵⁸. Na faixa de muito baixa vulnerabilidade social a região nordeste apresenta apenas uma “ilha de prosperidade” que é o município de Fernando de Noronha.

¹⁵⁷ O estado da Paraíba apresenta o 3º melhor índice de vulnerabilidade social na região Nordeste e 17º no Brasil

¹⁵⁸ Esses municípios então localizados: 1 Maranhão, 12 no Rio Grande do Norte, 6 na Paraíba, 5 na Bahia, 2 no Piauí e 2 no Ceará.

REVISÃO DE LITERATURA

Antes de iniciarmos uma análise espacial sobre o mapa da vulnerabilidade social da Paraíba, discutiremos alguns aspectos que servem de base para a melhor compreensão da vulnerabilidade, explicando como o Índice de Vulnerabilidade Social pode ser adotado como um instrumento de análise e implantação de políticas públicas que visam a redução da vulnerabilidade.

2.1. Vulnerabilidade, Estado e Políticas Públicas.

A vulnerabilidade pode ser definida como a ausência de ativos capazes de proporcionar melhoria de vida ou maior integração social dos indivíduos. A vulnerabilidade pode ocorrer por diversos fatores, dos quais, pode ser expressa através de relações ou mais precisamente pela falta da perfeita interação entre sociedade e mercado.

Essas relações são dinamizadas pelos ativos¹⁵⁹ que os indivíduos possuem, ou seja, os ativos são capazes de alterar as relações sociais e promover maior integração dos agentes na sociedade, desta forma criando chances e oportunidades, que podem modificar os níveis de bem-estar das famílias (KAZTMAN, R. e FILGUEIRA, C. 1999).

2.2 Índice de vulnerabilidade social

O IVS está dividido em três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, e abrange todos os 5.565 municípios brasileiros

Quadro 1 – Demonstrativo dos Principais Elementos Abordados no IVS

Infraestrutura urbana	Capital humano	Renda e trabalho
O subíndice que contempla a vulnerabilidade de infraestrutura urbana procura refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas e que impactam significativamente seu bem-estar. Tendo em vista as possibilidades e limites das informações coletadas pelos censos demográficos, foram escolhidos para compor este subíndice indicadores sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o	O subíndice referente a capital humano envolve dois aspectos (ou ativos e estruturas) que determinam as perspectivas (atuais e futuras) de inclusão social dos indivíduos: saúde e educação. Neste sentido, foram selecionados para compô-lo indicadores que retratam não só a presença atual destes ativos e recursos nas populações, mas também o potencial que suas gerações mais novas apresentam de ampliá-lo. Adotou-se, para isso, indicadores de mortalidade infantil; da presença, nos domicílios, de crianças e jovens que não frequentam a escola; da presença, nos domicílios, de mães precoces, e de mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores;	A vulnerabilidade de renda e trabalho, medida por este subíndice, agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda presente (percentual de domicílios com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010), mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil. Há, portanto, nesta dimensão, indicadores de exclusão e de vulnerabilidade social que

¹⁵⁹ **Ativos:** subconjunto dos recursos cuja mobilização permite o aproveitamento das estruturas de oportunidade existentes em um dado momento, seja para elevar o nível de bem estar ou para mantê-lo diante de situações que o ameaçam.

local de trabalho pela população ocupada de baixa renda	da ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio; e da presença de jovens que não trabalham e não estudam. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros. Nesta dimensão, mesclam-se indicadores tradicionalmente apontados como indicadores de exclusão social e indicadores de vulnerabilidade social que qualificam essas situações que informam tanto sobre a situação atual das pessoas, em seus diferentes grupos sócio demográficos, quanto sobre suas perspectivas (ativos, recursos, acesso a estruturas) para buscar a inclusão na dinâmica social e econômica do país	retratam diferentes situações, com suas múltiplas determinações, ao mesmo tempo em que não se privilegia, diretamente, o nível dos rendimentos médios auferidos pelas pessoas, ainda que se considere o percentual de domicílios nos quais a renda domiciliar per capita é inferior a R\$ 255,00/mês (valores de agosto/2010)..
---	---	---

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social (2015).

O IVS pode variar de 0 a 1. Assim quanto mais próximo de um, maior a vulnerabilidade social do município e quanto mais perto de zero menor é a vulnerabilidade. O IVS é classificado em cinco faixas de vulnerabilidade: **Muito Baixo** (0 a 0,200), **Baixo** (0,201 a 0,300), **Médio** (0,301 a 0,400), **Alto** (0,401 a 0,500) e **Muito Alto** (0,501 a 1).

2.3 Polos

Os desequilíbrios regionais geralmente estão atrelados à teoria dos polos de crescimento. Um polo de crescimento é o núcleo dinâmico de uma região ou de um país que se expande, influência e comanda o crescimento de regiões em seu entorno.

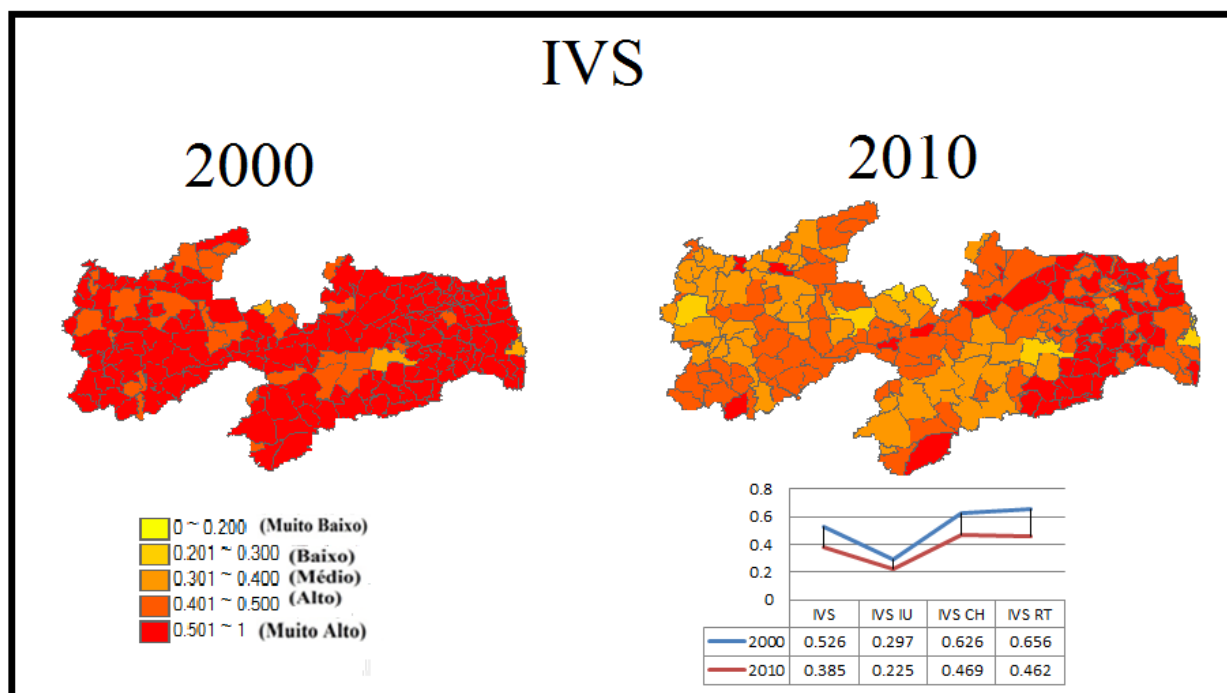
O processo de crescimento aparece em polos com magnitudes distintas. “O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia” (PERROUX, 1967, p. 164).

Por isso, Perroux e Myrdal defende a intervenção pública, evidenciando a necessidade de políticas públicas, cuja meta deve ser o desenvolvimento técnico e humano e a cooperação entre regiões ricas e pobres, para harmonizar o crescimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresenta os resultados obtidos através da Análise Exploratória de Dados Espaciais para os dados do IVS, com enfoque nos censos de 2000 e 2010. Primeiramente será apresentado um panorama geral do IVS e em seguida uma do *I* de Moran local (LISA).

Figura 1 – Índice de vulnerabilidade social – IVS – Para o Estado da Paraíba entre os censos de 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria.

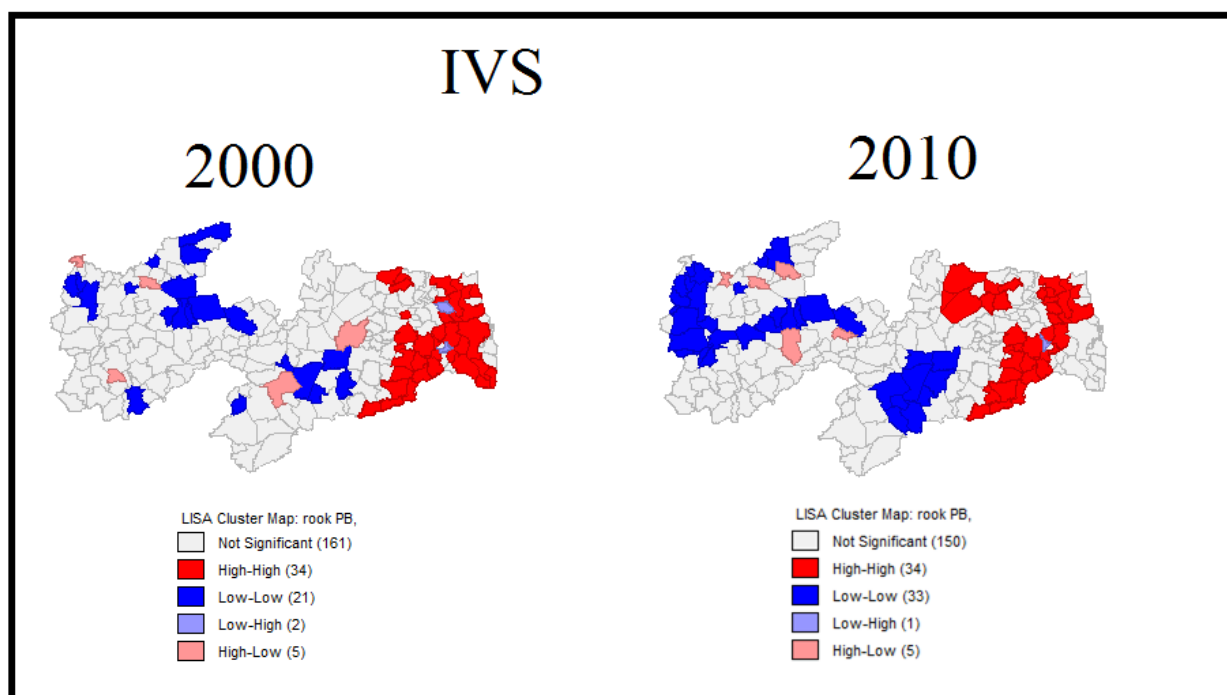
Como demonstrado através da figura 3, a Paraíba apresentou melhora nos indicadores do IVS, que demonstra a redução da vulnerabilidade social no estado entre 2000 e 2010. Tendência que também pode ser observada na região Nordeste e no Brasil. A Paraíba nesse período apresentou uma redução no índice de IVS de 26.80608365%, passando de 0,526 em 2000 a 0,385 em 2010.

A dimensão de Renda foi entre os três componentes do IVS a que obteve melhor evolução, tendo uma redução na vulnerabilidade de renda de 29.57317073% entre os anos de 2000 e 2010.

Os municípios paraibanos com melhor índice de vulnerabilidade no ano 2010 foram: Várzea, Campina Grande, São José do Sabugi, Cabedelo, João Pessoa, Patos, Cajazeiras e Guarabira. Municípios que compreendem aproximadamente $\frac{3}{4}$ do PIB paraibano.

Os mapas 1,2,3 e 4 apresentam regiões com *clusters* significantes de acordo com o método LISA para o Estado da Paraíba para 2000 e 2010, relacionado ao IVS e suas dimensões.

Mapa 1 – *Clusters, IVS, Paraíba -2000 e 2010*



Fonte: Elaboração própria.

Analisando os clusters de vulnerabilidade no ano de 2000, podemos destacar que os pontos de High-High (Alto-Alto) estão localizados na mesorregião da mata paraibana com trasbordamento para as microrregiões de Itabaiana e umbuzeiro que estão legalizados na macrorregião do agreste paraibano. Já no ano de 2010 podemos observar uma redução dos clusters High-High (Alto-Alto) na zona da mata, mais especificamente nas microrregiões do litoral sul e Sapé. Por outro lado, podemos observar a formação de uma nova zona de alta vulnerabilidade na microrregião do Curimataú Ocidental.

Observando o mapa acima, podemos analisar que as zonas de vulnerabilidades ainda persistem e ocupam uma faixa que compreende a lme da Zona da Mata com Agreste Paraibano. Com relação às zonas com menor vulnerabilidade social podemos destacar, as áreas que compreendem a microrregião de Campina Grande e seu entono e uma faixa central que conta o Sertão Paraibano municípios ao longo da BR-230), estas áreas foram às localidades onde mais foi verificada a presença de clusters negativos (Baixo-Baixo/pontos de baixo desenvolvimento rodeado de outros pontos de baixo desenvolvimento) nos elementos analisados.

CONCLUSÕES

A partir dos dados apresentados, podemos chegar a algumas conclusões a respeito da vulnerabilidade social no Estado da Paraíba e suas subdivisões territoriais. Através de nossa análise foi possível constatar que o IVS no estado da Paraíba, apresentou melhoras

tanto no índice geral IVS, quanto suas dimensões (Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda). por tanto, apresentando avanços nesta década que foi 2000 a 2010.

Apesar desses avanços, a Paraíba ainda se encontra em um nível de médio vulnerabilidade de acordo com IVS. Desta forma, o quadro de vulnerabilidade paraibana não é dos piores comparado com os outros estados. Em 2010, a Paraíba possuía o 3º melhor IVS do Nordeste e 17º do Brasil. Entre os indicadores. Apesar dessa situação de médio desenvolvimento, algumas cidades apresentam um quadro de alto desenvolvimento, como as cidades de João Pessoa, Cabedelo, Campina Grande e Patos que são grandes cidades do estado.

REFERÊNCIAS

- ANSELIN, Luc. **Local Indicators of Spatial Association – Lisa**. Geographical Analysis, Vol. 27, Nº 2 (April, 1995).
- ALMEIDA, E. **Curso de Econometria Espacial Aplicada**. ESALQ-USP: Piracicaba, 2004.
- ALMEIDA, E. **Economia Espacial Aplicada**. Editora Alínea: 2012.
- Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília : IPEA, 2015. 77 p. : gráfs., mapas color.
- AVS. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros –Índice de vulnerabilidade social <<http://ivs.ipea.gov.br/ivs/>> Acesso em: 02 de outubro de 2015.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2013.
- KAZTMAN, R. e FILGUEIRA, C. MARCO CONCEPTUAL SOBRE ACTIVOS, VULNERABILIDAD Y ESTRUCTURA DE OPORTUNIDADES, 1999.
- PAIVA, Carlos. **Dependência Espacial: Setores Censitários, Zonas OD, Distritos, Sub, Prefeituras e etc**. Disponível em <www.sinaldetransito.com.br/artigos/espacial.pdf> Acesso em 10 de maio de 2015.
- PERROUX, François. **O Conceito de Polo de Crescimento**. In: FAISSOL, Speridião (Org.). Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 97-110
- .

ANALISE DA TEORIA DA INFLAÇÃO DE IGNÁCIO RANGEL: CONTRIBUIÇÕES, ASPECTOS METODOLOGICOS E REFERÊNCIAS

Julio Cesar Nascimento (Julio.cesarufcg@hotmail.com)¹⁶⁰

Área de submissão: Teoria Econômica

INTRODUÇÃO

A economia brasileira em meados do século XX passa a ter um fenômeno de pauta nos estudos dos economistas, a denominada inflação. Ignácio Rangel é um dos autores que contribuiu avançando nos estudos de cunho inflacionário com a análise mostrando a complexidade que esse fenômeno se apresentou no Brasil diante da sua histórica.

O trabalho tem como objetivo apontar as contribuições de Ignácio Rangel sobre a inflação da economia brasileira levando em considerações a sua teoria, conjuntura e influências. A relevância do trabalho tende a rebuscar um autor importante da economia brasileira e mostrar uma análise complexa sobre o fenômeno inflacionário.

Quanto aos resultados alcançados percebe-se que Rangel traz uma análise diferenciada da teoria convencional como a dos monetarista que descreve que a inflação é causada por a expansão monetária. Desta forma, Rangel percebe que as peculiaridades da inflação da economia brasileira estão ligadas ao contexto histórico, estrutural e intrínseca da própria dinâmica da economia internacional. As conclusões tiveram impacto, em algum grau, nas especificidades na dinâmica inflacionária e de planos de estabilização da economia brasileira.

O trabalho está dividido além dessa introdução, os materiais e métodos que são utilizado nesse trabalho, os resultados e discussões das análises e por fim as conclusões pautadas diante de tudo que foi exposto.

¹⁶⁰ Universidade Federal de Campina Grande (PB)

REVISÃO DA LITERATURA

No livro “A Inflação Brasileira” de Ignácio Rangel é importante ressaltar alguns pontos importantes das contribuições da teoria de Rangel no que concede a inflação da economia brasileira que, em algum grau, refuta as teorias convencionais.

Um primeiro ponto importante da análise de Rangel é quanto a relação da inflação e aquecimento da economia. Para Rangel a inflação brasileira se acelerava em momento de recessão e no sentido contrário, ou seja, em momento de aquecimento a inflação diminuía. Desta forma, chega à conclusão que a inflação brasileira funciona como um mecanismo de defesa da economia. Esse resultado vem das análises intrínsecas da economia brasileira pela a conjuntura de uma insuficiência crônica de demanda causada pela distribuição de renda muito concentrada que estava ligada a estrutura fundiária fundada nas grandes propriedades e no excesso de oferta de mão-de-obra. Desta forma, com a baixa propensão marginal a consumir ligada a má distribuição de renda provocava em diversos setores da economia capacidade ociosa. Esse fenômeno estava ligado as grandes empresas principalmente as de comercialização de bens agrícolas que em situação de oligopólio aumentam seus preços para defender seus lucros da insuficiência crônica de demanda. Porém, a pesar do processo iniciar no setor agrícola se disseminava para a grande indústria e serviços públicos. Esse tipo de inflação é denominada de custos, e não de demanda.

Outra importante conclusão da teoria *Rangeliana* é quanto a relação inflação e questões monetárias. A respeito de considerar o caráter passivo da oferta de moeda endógena Rangel admitia que não era o aumento da quantidade de moeda que explicava a inflação, mas era o que induzia o aumento da oferta monetária. Desta forma, a economia não passaria por ajuste recessivo, na medida em que a inflação induzindo a expansão monetária impede a redução da renda real. Nessa conjuntura, as empresas tentam recompor sua liquidez pressionando o sistema bancário que pressiona a autoridade monetária e desta forma expandindo os meios de pagamentos. Desta forma Rangel chega à conclusão que essa expansão da oferta monetária acontece na tentativa de impedir a retração da demanda.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rangel analisa a complexidade da economia brasileira e adventos internacionais no processo histórico que atuam na economia brasileira e, assim a inflação, levando em consideração aspectos estruturais e da dinâmica das economias internacionais. Sobre a complexidade das análises de Rangel, MITIDIARI (2015, p. 3) argumenta que:

Em sua obra como um todo Rangel buscou demonstrar como a dinâmica da economia brasileira esteve subordinada aos movimentos cíclicos propagados desde as economias centrais, fazendo alternar no interior da economia brasileira, de modo relativamente regular, desde o ciclo da economia açucareira até o ciclo “industrialistas” brasileiro do século XX, fases de forte crescimento do comércio exterior, puxado pelas exportações, seguida de uma fase caracterizada pelo processo de substituição de importações.

Quanto aos aspectos metodológicos de Rangel, este fez uso do método histórico e dialético, principalmente nas teses da Dualidade brasileira, para explicar o processo de desenvolvimento do país, e dos mecanismos de defesa, manifestados na inflação (RIBEIRO E GULGEMIN, 2010, p.7)

A teoria da inflação de Rangel pode ser encontrado em “A inflação Brasileira” de 1963. Segundo Pereira e Rego (1992) “A Inflação brasileira” de Rangel pode ser caracterizado como um segundo momento paradigmático da teoria Neo-estruturalista da inflação inercial. Para Pereira (1993) Rangel cometia a ousadia de desafiar os monetaristas e estruturalistas.

Ao certo que a teoria de Rangel trouxe contribuições importante desse aspecto na medida em que traz uma teoria diferenciada daquela encontrada na convencional. No primeiro caso refutando a ideia embutida na curva de Phillips que a inflação acelera nos momentos de prosperidade e excesso de demanda. Desta forma, não há nenhum *trade-off* já que o combate à inflação é inseparável do combate a recessão. No segundo caso Rangel inverteu a ideia dos monetarista o que ele denominou de “ilusão monetária” que a inflação é positivamente relacionada expansão monetária.

A teoria de Rangel foi influente em outras teorias como por exemplo a teoria inercialista que foi desenvolvida por economista da PUC e FGV e participaram de planos de estabilização de preços da economia brasileira no período dos anos 80 e 90 como o plano Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991) e Plano real (1994). Isso pode ser identificado na seguinte passagem de Bresser:

Minhas próprias ideias sobre a inflação brasileira tinham origem no pensamento estruturalista latino-americano e, principalmente, em Ignácio Rangel, meu velho mestre e amigo. Seu livro *A Inflação brasileira* (1963), que li no anos 1960, foi uma revelação para mim. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p.170)

Para MITIDIERI (2015, p. 16) em sua análise sobre Rangel expõe que:

Embora possua contribuições teóricas originais. A inflação brasileira é essencialmente uma obra com um objetivo político. Ao demonstrar os equívocos teóricos que fundamentavam o diagnóstico do Plano Trienal sobre a inflação, (...). Por essa obra Rangel pode ser considerado o mais heterodoxo dos economista brasileiros. O conhecimento das especificidades da economia brasileira que lhe permitiu refutar tão categoricamente premissas e proposições oriundas da ciência econômica tradicional (...).

Para Ribeiro e Gugelmim (2010) as principais referências de Rangel foram de Marx, Schumpeter e Keynes. Para pereira (1993) as principais influências foram de Keynes e Marx na formação de seu pensamento quando percebe-se os conceitos utilizados de propensão a consumir e de taxa de exploração.

CONCLUSÕES

As observações da teoria *Rangeliana* aqui encontrada rompe com a teoria convencional de inflação, desta forma, Rangel faz uma análise rebuscada que a inflação do Brasil é endógena e ligada a organização oligopolizada de produtos agrícolas que para defender seus lucros elevam os preços e que essa elevação da inflação atua no sentido de impedir que sua insuficiência crônica de demanda culmine numa crise de proporções mais elevadas. Por outro lado, a expansão da oferta monetária está ligada mais como consequência da dinâmica da economia brasileira e inflação do que causa. Em síntese, o autor leva em consideração a complexidade da conjuntura do Brasil e adventos internacionais no processo histórico que atuam na economia brasileira e, assim a inflação, levando em considerações aspectos estruturais e da dinâmica das economias internacionais.

A complexidade de Rangel não se apresenta apenas na análise conjuntural, mas também na metodologia e nas diversas influências que teve a sua obra. A teoria da inflação de Rangel também influenciou outras onde contribuiu para outras teorias inclusive aquelas denominadas *inercialista* que fez parte de processos de estabilização de preços durante as décadas de 1980 e 1990. Ressaltando assim a importância da sua obra para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RANGEL, I. A inflação brasileira. Biental, 1963.

BRESSER-PEREIRA, L. A DESCOBERTA DA INFLAÇÃO INERCIAL. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, 2010.

MEDITIERI, T. Ignácio Rangel e o problema da inflação na macroeconomia brasileira da industrialização. 2015.

PEREIRA, J. Os trinta anos de A Inflação Brasileira, de Ignácio Rangel. Revista de Economia Política, 1993.

PEREIRA; L; REGO, J. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. Revista de Economia Política, 1993.

RIBEIRO, F; GUGELMIN, R. Ignácio Rangel e a Dualidade. Vitrine da Conjuntura. Curitiba, 2010.

IMPORTÂNCIA DO MERCADO DE TRABALHO NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE RENDA NO BRASIL

Rafaela Camila da Silva (Rafaela.Milla@hotmail.com)¹⁶¹

Área de Submissão: Teoria Econômica

INTRODUÇÃO

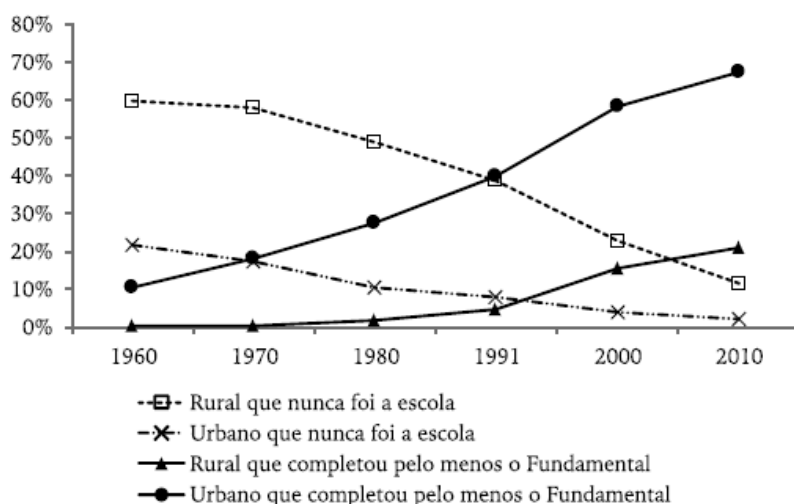
Nos estudos recentes sobre a desigualdade de renda no Brasil, existe um consenso sobre a importância que desempenhou o mercado de trabalho na redução dessas desigualdades no período recente. Outros fatores importantes que contribuíram para essa redução foram as transferências governamentais para Programas Sociais, seguro-desemprego e rendas mínimas, e as aposentadorias atreladas ao salário mínimo (SOARES, 2010). Neste texto, faz-se uma revisão do comportamento das desigualdades de renda no Brasil no período recente, com especial ênfase na desigualdade relacionada com o mercado de trabalho, ou como ela foi afetada pela expansão do emprego na primeira década deste século XXI.

REVISÃO DA LITERATURA

Para começar, veja-se algumas características do mercado de trabalho brasileiro. A estrutura do mercado de trabalho no Brasil mudou muito desde a segunda metade do século XX. Enquanto, em 1960, a agricultura compreendia 55,0% da força de trabalho, esse percentual baixou para 11,3%, em 2010, segundo os dados dos Censos Demográficos. Já a indústria que correspondia a 13,4%, teve esse percentual aumentado para 22,8%, em 2010. O comércio aumentou a sua participação de 14,4 para 26,2% e o setor serviços teve aumento em todos os seus segmentos, notadamente naqueles setores mais modernos. Assim, as perdas de emprego na agricultura foram absorvidas pelos setores urbano-industriais, ou seja, pelas indústrias e pelos serviços dentro de um contexto de modernização da economia brasileira. O gráfico 01 mostra a evolução das ocupações, entre 1960 e 2010, dando uma indicação bem clara de como evoluiu o mercado de trabalho no Brasil nesse período (COMIN, 2015).

¹⁶¹ Rafaela Camila é aluna do curso de economia da UFCG e bolsista do PET-Economia da mesma universidade.

Gráfico 01-Trabalhadores ocupados, segundo nível de instrução e setor de ocupação – Brasil, 1960-2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1960-2010. Tabulações especiais do CEM.

Fonte: COMIN (2015), pag. 15.

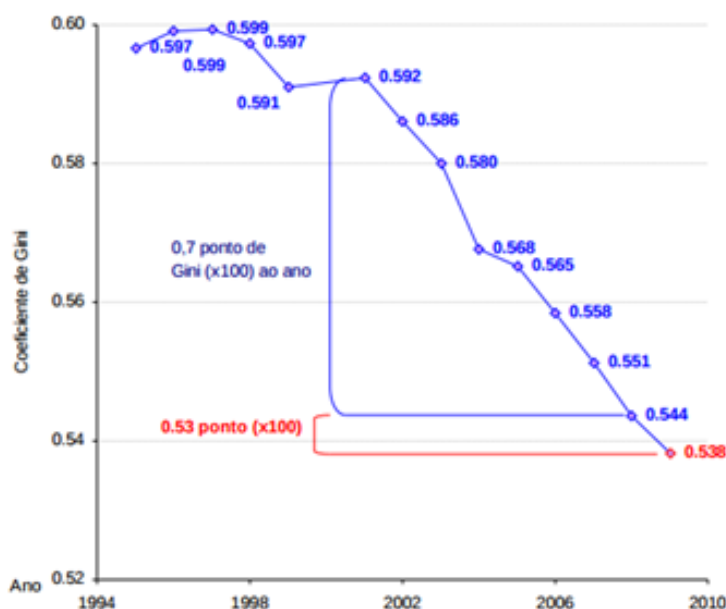
A evolução da estrutura ocupacional mostra, com clareza, como se comportou a pirâmide ocupacional nesse período e como ela afetou o curso das desigualdades de renda no país. As categorias que perderam participação no emprego foram aquelas dos trabalhadores menos qualificados, como os trabalhadores rurais de baixa renda, com ganhos significativos para os trabalhadores de mais elevada qualificação, transferindo, assim, parcelas de emprego das ocupações de mais baixa renda para as ocupações de renda mais elevada. A elevada formalização no emprego que se observou na primeira década deste século, com o crescimento da economia, é também uma demonstração do aumento de ocupações no setor moderno da economia cuja estrutura de formalização é mais evidente. Sendo assim, nota-se que o encolhimento da base da pirâmide, com ampliação do pico, foi um fator importante na redução das desigualdades do trabalho na economia brasileira, tornando o mercado mais homogêneo do ponto de vista das rendas do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O efeito da mudança na estrutura ocupacional sobre a desigualdade de renda se deu no sentido de elevação da renda dos grupos de renda mais baixa, como aquelas categorias de trabalhadores manuais ou de trabalhadores rurais que, na medida em que se transferiram para ocupações de rendimento mais elevado, contribuíram para aumentar a renda dos trabalhadores de categorias ocupacionais menos qualificadas que subiram no rank da pirâmide ocupacional, ou seja, passaram a usufruir de salários mais elevados. As melhorias no sistema educacional e capacitação da força de trabalho foram elementos importantes na configuração atual das ocupações.

A desigualdade de renda vem apresentando um declínio sistemático a partir do início do século XXI, declínio esse que se destaca como um dos maiores dentre todos os países do mundo. Com base no coeficiente de Gini¹⁶², o grau de desigualdade de renda no Brasil caiu de 0,593 para 0,566, uma queda de 4,6%, bastante significativa por todos os indicadores de medição. Numa comparação com os demais países do mundo, o Brasil se situa numa posição de menos de 10,0% dos países com ganhos substanciais na redução das desigualdades de renda neste começo do século XXI. O Gráfico 02 mostra que a queda na desigualdade da renda domiciliar *per capita*, iniciada entre 2001 e 2002, continua em 2009. No entanto, a evolução do Coeficiente de Gini mostra que o ritmo desta queda se reduziu levemente. De 2001 a 2008, a desigualdade, medida pelo Coeficiente de Gini, caiu em média 0,70 ponto de Gini (x100) ao ano. Já de 2008 a 2009, a desigualdade caiu um pouco menos: 0,53 ponto (CARVALHAES, 2014).

Gráfico 02 Coeficiente de Gini: 1995 a 2009



Fonte: Pnad Micro dados 1995 a 2009

Nota: Brasil, salvo área rural dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

¹⁶²O coeficiente de Gini é uma medida de distribuição da renda que, por ser um indicador do grau de concentração da renda total e, sem dúvida, de grande importância como medidor do grau de desigualdade, é frequentemente usado pelos economistas nos estudos de desigualdade de renda. Ele se define com base na curva de Lorenz, ou através de uma fórmula matemática, com base na ordenação dos indivíduos do mais pobre para o mais rico e acumulando, no eixo horizontal, a população até um dado percentil. Para uma conceituação mais detalhada e ampla, ver TODARO (2013, cap. 05).

CONCLUSÕES

A redução das desigualdades se deu em conjugação com o crescimento da economia, a expansão do emprego e, como consequência, as mudanças ocupacionais já mencionadas anteriormente. A retomada do crescimento, em 2004, deu ímpeto à redução da informalidade e, a partir desse ano, o desemprego começou também a cair das altas taxas anteriores. Questões relacionadas à expansão do emprego, melhorias no poder aquisitivo do salário mínimo, expansão dos programas de assistência governamental aos pobres e reformas na Previdência Social devem ser fatos alinhados fortemente a essa melhoria nos índices de desigualdade de renda. As melhorias no nível educacional da população também foram apontadas como fatores relevantes: (i) ampliaram-se as oportunidades educacionais nos níveis mais baixos de ensino e (ii) os diferenciais de remuneração da força de trabalho, por nível educacional, declinaram. Em conjunto, esse movimento da educação, no mercado de trabalho, explicaria cerca de 40% da queda recente da desigualdade da renda do trabalho entre 2001 e 2005 (BARROS, FRANCO et al., 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P. D., S. FRANCO, et al. A Recente Queda na Desigualdade de Renda e o Acelerado Progresso Educacional Brasileiro da Última Década. In: R. P. D. Barros, M. N. Foguel, et al (Ed.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v.2, 2006.

CARVALHAES, Flávio. Análise de classe e a queda da desigualdade de renda do trabalho no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Universidade de São Paulo. V. 21, n. 2 (2014).

COMIN, A. A. Crescimento econômico e desigualdade no Brasil: 1960-2010. In: Marta Arretche (org.) **Trajetórias das desigualdades-Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. "PNAD 2009 - Primeiras Análises: Distribuição de renda entre 1995 e 2009". **Comunicados do IPEA**. Brasília, 2010.

TODARO, M. **Economic Development**. Nova York: Pearson, 2013.

VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA: UMA ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE DO ARROZ DOS MAIORES PRODUTORES DO MERCOSUL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Talles Gomes Pereira (talles_gomes_@hotmail.com) ¹⁶³

Danilo Carvalho Souza (danilo_carvalho-01@hotmail.com) ¹⁶⁴

Área de Submissão: Teoria Econômica

INTRODUÇÃO

O arroz é o principal componente da dieta básica da população mundial. E, portanto, é um alimento de extrema importância para a segurança alimentar do planeta (BARATA, 2004). Levando em consideração a importância do arroz, Segundo Cantrell (2002), citado por Alonço et al. (2005), nenhuma outra atividade econômica alimenta tantas pessoas, sustenta tantas famílias, é tão crucial para o desenvolvimento de tantas nações e apresenta mais impacto sobre o nosso meio ambiente. A produção de arroz alimenta quase a metade do planeta todos os dias, fornece a maior parte da renda principal para milhões de habitações rurais pobres, pode derrubar governos e cobre 11% da terra arável do planeta.

Cultivado e consumido em todos os continentes, o arroz destaca-se pela produção e área de cultivo, desempenhando papel estratégico tanto no aspecto econômico quanto social. É considerado o cultivo alimentar de maior importância em muitos países em desenvolvimento, principalmente na Ásia e Oceania; é alimento básico para cerca de 2,4 bilhões de pessoas e, segundo estimativas, até 2050, haverá uma demanda para atender ao dobro desta população (ALONÇO et al., 2005).

Aproximadamente 90% de todo o arroz do mundo é cultivado e consumido na Ásia. A América Latina ocupa o segundo lugar (ALONÇO et al., 2005). No Mercosul, o destaque é para o Brasil, que atualmente ocupa o 1º lugar em área colhida e produção de arroz, seguido pelo Uruguai, Argentina e Paraguai (SILVA et al., 2011), sendo também o principal produtor entre os países ocidentais (BARATA, 2004).

¹⁶³ Graduando em ciências econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG

¹⁶⁴ Graduando em ciências econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG

Com a intenção de reforçar e atualizar as informações sobre o assunto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a competitividade do arroz brasileiro em relação a países selecionados nos anos de 2009 até 2013.

REVISÃO DE LITERATURA

- **Teoria clássica de comércio internacional: Adam Smith e David Ricardo**

Segundo Coutinho et al. (2006), a teoria clássica de comércio exterior procura explicar o comércio internacional a partir da produtividade relativa dos fatores de produção, determinando que o fluxo do comércio resulta de uma dotação inicial desses fatores. Ou seja, os países devem se especializar na produção dos bens para os quais possuam vantagens comparativas, oriundas da abundância dos fatores utilizados na produção desses bens.

Adam Smith demonstra as vantagens da livre troca, ao observar que a abertura ao exterior conduz a um ganho importante para os dois parceiros da permuta (FEP, ?). A vantagem absoluta de um país na produção de um bem resulta de uma maior produtividade, ou seja, da utilização de uma menor quantidade de insumo para produzir esse bem enfrentando menores custos (COUTINHO et al., 2006).

Segundo o autor supracitado, cada país deve se concentrar na produção dos bens que lhe oferecem vantagem absoluta: “cada país deve especializar-se (completamente) no(s) produto(s) em que tem vantagem(ns) absoluta(s) em termos de custos (ou produtividade), ou seja, em que o número de horas de trabalho requerido para a sua produção é menor.” (FEP, ?). David Ricardo aprimora a teoria de Smith ao estender a possibilidade de ganhos de comércio também para países que não possuem vantagens absolutas em relação a outros (COUTINHO et al., 2006). Segundo a FEP (?), ele “tentou mostrar que mesmo quando um país fosse absolutamente menos eficiente a produzir todos os bens, continuaria a participar no comércio internacional ao produzir e exportar os bens que produzisse de forma relativamente mais eficiente.” (FEP, ?).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 1965, Bela Balassa enunciou o índice de vantagens comparativas reveladas (VCR) para mensurar o nível competitivo ou as vantagens comparativas de um país (SIQUEIRA; PINHA, 2011, p. 2).

Segundo Fernandes et al. (2008), o Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) revela se um determinado país ou estado possui vantagem comparativa no comércio de um determinado produto ou setor no mercado, ou seja, mede a intensidade da especialização do comércio internacional de um país relativamente a uma região ou ao mundo (GPEARI, 2010). Isso pressupõe eficiência na comercialização e especialização do mesmo. (FERNANDES et al., 2008)

O bloco econômico MERCOSUL é formado por países que se destacam no cultivo do arroz, para isso, o IVCR é bastante usado pelos autores para mensurar a situação do produto de uma região na pauta exportadora da mesma (FERNANDES et al., 2008). O IVCR é calculado da seguinte maneira:

$$IVCR(j) = \frac{\left(\frac{X_{ij}}{X_i}\right)}{\left(\frac{X_{wj}}{X_w}\right)}$$

Onde:

X_{ij} = valor das exportações de arroz de um determinado país;

X_i = valor das exportações de um determinado país;

X_{wj} = valor das exportações mundiais de arroz;

X_w = valor das exportações mundiais.

Se:

$IVCR < 1$ – não possui vantagem comparativa revelada;

$IVCR > 1$ – possui vantagem comparativa revelada;

$IVCR = 1$ – não possui vantagem e nem desvantagem comparativa.

TABELA 1: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) do arroz brasileiro em relação ao mundo (2009 a 2013)

ANO	IVCR
2009	1,15
2010	0,60
2011	1,89
2012	1,75
2013	1,29

Fonte: Elaboração própria com dados do FAO¹⁶⁵ e WTO¹⁶⁶

Dentre o intervalo de cinco anos analisados, notou-se que só em 2010 o arroz brasileiro não expressou vantagem comparativa revelada. Os números mostram uma queda da competitividade do arroz em 2010, mas no ano seguinte deu “a volta por cima” e revelou uma vantagem comparativa revelada maior que no primeiro ano analisado.

¹⁶⁵ FAOSTAT: <http://faostat3.fao.org/home/E>

¹⁶⁶ WORLD TRADE ORGANIZATION: <https://www.wto.org/>

TABELA 2: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) do arroz paraguaio em relação ao mundo (2009 a 2013).

ANO	IVCR
2009	3,22
2010	2,65
2011	3,40
2012	2,93
2013	2,79

Fonte: Elaboração própria com dados do FAO e WTO

O arroz paraguaio no período analisado mostra uma tendência crescente de competitividade em relação ao mundo, chegando ao seu máximo no ano de 2013, ano em que o Brasil perde um pouco de concorrência em comparação a 2011.

TABELA 3: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) do arroz uruguaio em relação ao mundo (2009 a 2013).

ANO	IVCR
2009	56,07
2010	34,98
2011	29,08
2012	49,98
2013	43,80

Fonte: Elaboração própria com dados do FAO e WTO

Podemos inferir que a competitividade do arroz uruguaio é o maior dentre os países que compõe o MERCOSUL, chegando a presenciar uma forte concorrência em 2009.

TABELA 4: Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) do arroz argentino em relação ao mundo (2009 a 2013).

ANO	IVCR
2009	6,28
2010	6,77
2011	7,67
2012	12,59
2013	13,71

Fonte: Elaboração própria com dados do FAO e WTO

Assim como no Brasil, a competitividade do arroz argentino chegou ao máximo no ano de 2011 e sua mínima concorrência em 2010, porém, o argentino com índices, em ambos os períodos, maiores que o brasileiro.

CONCLUSÕES

O arroz brasileiro, paraguaio, uruguaio e argentino, apresentaram vantagens comparativas reveladas em relação ao comércio internacional, com exceção do Brasil em 2010, que não possuiu uma concorrência potencial maior que um no mercado global, como exigido na fórmula, apresentando um IVCR de 0,60, mostrando-se ineficiente num intervalo de cinco anos apurados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONÇO, Airton dos Santos et al. **Cultivo do arroz irrigado no Brasil**. Disponível em: <<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrigadoBrasil/index.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BARATA, Tiago Sarmiento. **Caracterização do consumo de arroz no Brasil**. SOBER. 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/841.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

COUTINHO, Eduardo Senra; LANA-PEIXOTO Fernando de Vilhena; FILHO, Paulo Zschaber Ribeiro; AMARAL, Hudson Fernandes. **De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior**. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v12n4/v12n4a7.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

COUTO, Daniel Luiz Amorim; FERREIRA, Adriana Vieira: **Vantagens comparativas reveladas das exportações do agronegócio mineiro para a união européia: um estudo de comércio exterior no período de 1996 a 2003**. SOBER. 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/563.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO - FEP. **Teoria clássica do comércio internacional**. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/disciplinas/lec207/Apoio/EI_Classicos.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FERNANDES, Sydenia; WANDER, Alcido; FERREIRA, Carlos: **Análise da competitividade do arroz brasileiro: vantagem comparativa revelada**. SOBER. 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/50.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GABINETE DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (GPEARI) – MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Vantagens Comparativas Reveladas do Comércio Internacional**. 2010. Disponível em: <www.gee.min-economia.pt/?cfl=18597>. Acesso em: 13 jan. 2016.

ISLABÃO, Gláucia Oliveira. **Uso da cinza de casca de arroz como corretivo e condicionador do solo**. 2013. 84 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado: Livre comércio versus protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 11, 2007. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/011/11oliveira.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SILVA, Osmira de Fátima et al. **Árvore do conhecimento: Arroz**. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/arroz/arvore/CONT000fe7457q102wx5eo07qw4xezy8czjj.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SIQUEIRA, Kennya Beatriz; PINHA, Lucas Campio. **Vantagens comparativas reveladas do brasil no comércio internacional de lácteos**. Embrapa Gado de Leite. Juiz de Fora, n. 34, 2011. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/57092/1/BOP-34-Vantagens-comparativas-reveladas-do-Brasil-no-comercio-internacional-de-lacteos.pdf>>. Acesso em: 12 jan, 2016.

POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO ESTADO DO CEARÁ: UMA ANÁLISE SOBRE O PERÍODO DE 2001 A 2009

Helson Gomes de Souza (helson.g.souza@gmail.com)¹⁶⁷

Cristiane Ferreira Araujo (krica_bm@hotmail.com)¹⁶⁸

Alan Marcel Braga Feitosa (alanmarcelf@hotmail.com)¹⁶⁹

Área de Submissão: Desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente

INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda e a pobreza concretizam-se como uma característica histórica no Brasil, fato esse que expõe a população do país a um cenário de convivência contínua de injustiças sociais e exclusão da população de condições que permitam o acontecimento mínimo de dignidade e cidadania (BARROS et., al 2000). No Nordeste do Brasil, o contexto histórico da concentração de renda teve como consequência a geração de externalidades negativas na economia da região, incidindo negativamente sobre o crescimento do Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*), e consequentemente gerando uma demanda local por políticas voltadas para a distribuição de renda na região (BARRETO et al., 2001).

No estado do Ceará a pobreza apresenta-se como uma característica histórica facilmente visualizada. Tal fato é atribuído principalmente a fatores oriundos, por exemplo, do baixo desempenho educacional. Políticas de combate a esse fenômeno ganharam maior proporção a partir da estabilidade financeira nacional e obtiveram maior amplitude a partir dos anos 2000, onde destacaram-se os programas de transferência direta de renda e o incentivo educacional no referido estado (CARVALHO et al., 2010).

Com isso, o presente trabalho objetiva fazer uma análise dos indicadores ligados à pobreza e a distribuição de renda no estado do Ceará entre os anos de 2001 a 2009,

¹⁶⁷ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA) – Campus Iguatu.

¹⁶⁸ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA) – Campus Iguatu.

¹⁶⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA) – Campus Iguatu.

buscando indicar a relação desses fenômenos com o desenvolvimento socioeconômico estadual.

REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Hoffman (1998), dada uma população com n indivíduos, seja X_i (com $i = 1, \dots, n$) a renda do i -ésimo indivíduo e admitindo que os indivíduos estão ordenados conforme valores crescentes da renda ($X_1 \leq X_2 \leq \dots \leq X_n$), são considerados pobres os indivíduos com renda inferior à linha de pobreza z . Dessa forma, a proporção de pobres na população é dada por:

$$H = \frac{k}{n} \quad (1)$$

Onde k é o número de indivíduos pobres e n é o valor total da população. Dessa forma, o valor de H é dado entre zero e um, sendo esse insensível a variações na intensidade da pobreza, não sofrendo alterações caso ocorra uma redução na renda dos pobres (HOFFMAN, 1998).

A razão entre a insuficiência de renda e o montante de renda que deveria ser recebido pelos k indivíduos pobres para que a insuficiência fosse eliminada é dada por Hoffmann (1998) como sendo:

$$I = 1 - \frac{1}{kZ} \sum_{i=1}^k X_i \quad (2)$$

Onde Z representa o valor da linha da pobreza o qual é dado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2016) como sendo referente à $1/2$ salário mínimo. Tendo em vista a questão da desigualdade de renda entre os pobres, Sen (1976) propôs um índice que atua como uma medida de pobreza sendo dado por:

$$P = H[I + (1 - I)]G^* \quad (3)$$

Onde H representa a proporção de pobres na população e I diz respeito ao hiato da renda média entre os pobres. Dessa forma, G^* representa o GINI da população pobre, o qual de acordo com Hoffman (1998) é dado por:

$$G^* = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\phi_{i-1} + \phi_i) \quad (4)$$

Onde i corresponde à distribuição dos elementos analisados ($i = 1, 2, \dots, n$) e ϕ_i representa a fração da renda total apropriada pelos indivíduos com renda menor ou igual a X_i , o valor de ϕ_i é dado por

$$\phi_i = \frac{\sum_{j=1}^i X_j}{\sum_{j=1}^n X_j} = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i X_j \text{ onde } \mu = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n X_j \quad (5)$$

Dessa forma, ϕ_i pode ser considerado também como a proporção acumulada de X até o i -ésimo elemento. Sen (1976) afirma que um índice que busca mensurar a pobreza deve ser fundamentado por determinados axiomas, o índice por ele proposto é formulado sobre a compreensão básica de dois axiomas, o axioma da monotonicidade e o axioma da transferência.

Outra medida de verificação dos níveis de pobreza amplamente utilizada é o indicador proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984) o qual é dado por:

$$\varphi = \frac{1}{nz^2} \sum_{i=1}^k (Z - X_i)^\alpha \quad (6)$$

Onde $\alpha \geq 0$. De acordo com o IPECE (2010), quando $\alpha = 2$ o índice de Foster, Greer e Thorbecke (FGT) é capaz de identificar a severidade da pobreza considerando os efeitos na mudança da distribuição de renda entre os pobres. Com isso, o presente trabalho utiliza $\alpha = 2$ na construção do índice FGT. Segundo Hoffmann (1995), pode-se deduzir que esse índice está relacionado com a proporção de pobres (H), a razão de insuficiência de renda (I) e o coeficiente de variação das rendas dos pobres (C_p) através da equação:

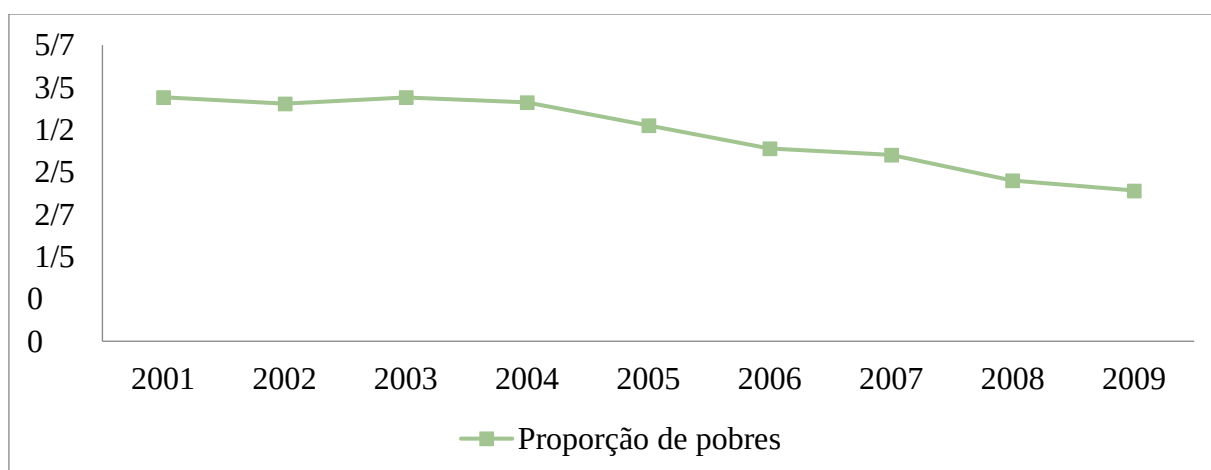
$$\varphi = H[I^2 + (1 - I)^2 C_p^2] \quad (7)$$

Para a elaboração do presente trabalho utilizou-se os dados secundários extraídos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos dados secundários disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica Aplicada (IPEA) no período referente ao abordado na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com dados do IPEA (2016) a proporção de pobres no estado do Ceará apresentou uma razoável queda no período analisado, caindo de $4/7$ da população em 2001 para $1/3$ da população do estado em 2009, como é demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Proporção de pobres no estado do Ceará de 2001 a 2009.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA (2016).

A Tabela 1 demonstra os resultados encontrados com o índice *I*. É possível verificar um valor crescente para o período analisado. Segundo Hoffmann (1998) esse fato indica um aumento na insuficiência da renda dos pobres, de maneira que, à medida que *I* aumenta, cresce o número de indivíduos com renda insuficiente.

Tabela 1 - Razão entre a insuficiência da renda e o valor que deveria ser ganho pelos pobres.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
I	0.30	0.37	0.47	0.47	0.57	0.63	0.67	0.65	0.72

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEA (2016).

O coeficiente de Gini indica que a desigualdade na distribuição de renda entre os pobres apresentou uma queda no ano de 2009 se comparado com o início do período analisado como é mostrado na Tabela 2. Carvalho et al., (2010) atribuem tal fenômeno aos benefícios sociais e às transferências de renda.

Tabela 2 - Índice de Gini da população pobre.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
G*	0.394	0.390	0.335	0.343	0.351	0.294	0.283	0.346	0.289
	4	8	6	8	4	4	6	6	8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Além disso, os resultados apontam uma diminuição também no valor do índice de Sen, como é demonstrado na Tabela 3. O referido coeficiente apresentou declínio passando de 0,23 em 2001 para 0,10 em 2009. Hoffmann (1995) já havia esboçado uma tendência de queda do índice de Sen em nível nacional.

Tabela 3 - Valor do Índice de Sen.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>P</i>	0.23	0.22	0.19	0.19	0.18	0.13	0.12	0.13	0.10

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD e IPEA (2016).

Outra medida utilizada para análises sobre pobreza é o índice FGT. Os resultados para esse índice no período estudado foram obtidos por meio dos dados da PNAD sendo esboçados na Tabela 4. É possível perceber que em todo o período a valor do índice FGT está ligeiramente próximo ao valor zero. Esse resultado aponta que os *n* domicílios questionados pela PNAD de 2001 a 2009 apresentaram em sua grande maioria um rendimento acima da linha de pobreza.

Tabela 4 - Índice FGT para o estado do Ceará de 2001 a 2009.

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
$\varphi (\alpha = 2)$	0,048	0,02	0,023	0,015	0,026	0,017	0,028	0,018	0,024

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

A queda no valor do índice FGT em 2009 se comparado a 2001 indica que menos pessoas encontram-se abaixo da linha da pobreza no estado do Ceará se comparado com o início do período estudado. Segundo Araújo e Vasconcelos (2014) a diminuição no valor absoluto da pobreza e uma distribuição de renda mais eficiente são características que vêm sendo apresentadas a partir do ano 2000, principalmente nos estados da Região Nordeste.

CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou analisar as características da pobreza no estado do Ceará e como a renda encontra-se distribuída entre os habitantes do referido estado. Para a construção dos resultados a pesquisa fez uso de métodos anteriormente descritos em base bibliográfica, utilizando técnicas que correspondessem com os objetivos indicados.

Diante dos resultados encontrados, é possível afirmar que no período em que trata o trabalho houve uma significativa diminuição na proporção de pobres no Ceará. Verifica-se também que a desigualdade de renda relacionada aos indivíduos situados abaixo da linha da pobreza apresentou uma queda no final do período se comparado com o período inicial.

Os resultados referentes à incidência da pobreza encontrados a partir do cálculo do índice de Sen e do índice de Foster, Greer e Thorbecke demonstram que houve uma significativa redução da pobreza no período. É possível afirmar também que houve uma redução no número de indivíduos com rendimento inferior ao estipulado pela linha da pobreza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, J. A; VASCONCELOS, J. C. Decomposição da desigualdade de renda salarial no estado do Ceará. **Revista de Economia**. V.40, n.1, (ano 38), p.115-136, jan./abr. 2014.
- BARRETO, F. A. F. D; JORGE NETO, P. M; TEBALDI, E. Desigualdade de renda e crescimento econômico no Nordeste brasileiro. **Revista econômica do Nordeste**. Fortaleza, V. 32, Nº. Especial, P. 842-859, novembro/2011.
- BARROS, R. P; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**. Vol. 15, Nº. 42. Fevereiro/2000.
- CARVALHO, E. B. S; LOUREIRO, A. O. F; OLIVEIRA, J. L; SULIANO, D. C; FEITOSA, D. G; SALES, R. S. A pobreza no Ceará: o tamanho do desafio e uma proposta. IPECE. **Textos para discussão**. Nº 68. Fortaleza-Ce, Janeiro de 2010.
- HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. 3. Ed rev. E ampl. – São Paulo: Pioneira, 1998.
- HOFFMANN, R. Relações entre pobreza absoluta, renda média e desigualdade da distribuição de renda. **Pesquisa e planejamento econômico (PPE)**. V. 25, n.2, agosto de 1995.
- IBGE. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/microdados.shtm> > Acesso em: 05 de janeiro de 201.
- IPEA. Disponível em < <http://www.ipeadata.gov.br/> > Acesso em 03 de janeiro de 2016.
- IPECE. Disponível em < <http://www.ipece.ce.gov.br/> > Acesso em 02 de janeiro de 2016.
- IPECE. **Entendendo os principais indicadores sociais e econômicos**. Fortaleza, 2010.
- FOSTER, J. C; GREER, J; THORBECKE, E. A class of decomposable poverty measures. **Econometrica**. V. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.
- SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. **Econometrica**. 44(2): 219-231. 1976.

A CRISE HÍDRICA BRASILEIRA

Kassia Larissa Abrantes Alves (klarissaabrantesa@gmail.com)¹⁷⁰

Matheus Rodrigues da Silva (mattheusr36@gmail.com)¹⁷¹

Área de Submissão: Desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente

INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil passa por um período de escassez de chuvas e essa redução dos índices pluviométricos que juntamente com a falta de planejamento do governo e o desperdício de água por parte da população ocasionaram a eclosão da crise hídrica brasileira.

O trabalho tem como objetivo apontar os efeitos dessa crise, suas causas e consequências relacionadas aos aspectos econômicos e sociais. Sendo relevante por expor o problema e demonstrar fatores aos quais podemos anemizar esta situação, sendo um deles o uso consciente do recurso.

Dos resultados alcançados percebe-se a preocupação com a temática por parte de vários estudiosos, aos quais uns acreditam que estamos em crise e outros defendem uma visão contrária que diz respeito há apenas um ciclo natural que proporciona essa baixa nos níveis de chuva.

O trabalho está dividido além dessa introdução, em uma revisão de literatura que descreve um pouco sobre o problema da crise hídrica brasileira, nos resultados e discussões das análises e finalizo com as conclusões baseadas diante de tudo que foi exposto.

REVISÃO DA LITERATURA

O Brasil possui a maior reserva de água doce do mundo e um aquífero capaz de abastecer a população mundial em média 250 anos. Mas os últimos tempos foram marcados pela redução dos índices pluviométricos que juntamente com a falta de

¹⁷⁰ Universidade Federal de Campina Grande (PB).

¹⁷¹ Universidade Federal de Campina Grande (PB).

planejamento do governo e o desperdício de água por parte da população ocasionaram a eclosão da crise hídrica brasileira.

Há quinze anos atrás, estudos já apontavam a necessidade de ampliação na capacidade de armazenamento, o alto volume no consumo de água e a necessidade de investimentos na redução da demanda. No ano de 2001 a ANA (Agência Nacional das Águas) fez um alerta ao país precavendo que os anos de 2013 a 2015 seriam anos de estiagem. E no estado de São Paulo no ano de 2009, duzentos especialistas analisaram a situação e precaveram o governo que o ano de 2015 corria o risco de haver desabastecimento na região, ou seja, a crise havia sido anunciada, porém a falta de planejamento e o descaso por parte do setor público para remediar o problema ocasionaram a sua eclosão. A outra parcela de culpa para o agravamento da crise é de responsabilidade da população que em períodos de abundância, realiza gastos absurdos.

A cidade de São Paulo é abastecida pelo Sistema Cantareira que possui capacidade de armazenamento de 990 milhões de m³ e sua vazão corresponde a 33 m³ /s. Mas com a estiagem e o elevado consumo há mais de um ano o Sistema Cantareira opera em volume morto¹⁷². As cidades do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte também estão a mercê do problema, apresentando em seus reservatórios níveis de capacidade abaixo do Cantareira. Acreditasse que a escassez recorde de chuvas entre 2013 e 2015 dificilmente se repetirá, mas esclarece que isso não significa que a crise esteja resolvida. Previsões apontam que haverá um verão normal no ano de 2016, porém, a capacidade de chuvas não é suficiente para encher os reservatórios e estimasse que no mês de julho do corrente ano o reservatório recupere aproximadamente 30% de sua capacidade.

O agravamento da crise gera consequências e aspectos de caráter econômico e social. Do lado econômico podemos destacar dentre vários aspectos o racionamento de água, o setor agrário e a geração de energia. Ou seja, com a necessidade de frear o consumo exacerbado e o desperdício de água por parte da população, muitas cidades estão aderindo ao racionamento de água, medida esta que implanta nas pessoas a conscientização de preservar este recurso e vivenciar como sem água é impossível viver. Mas não é importante diminuir apenas o consumo da população, pois, sozinho ele não pode resolver o problema, precisa-se da participação do setor industrial e do agronegócio. No Brasil a distribuição de água por setores acontece da seguinte forma: 72% irrigação, 11% consumo animal, 9% abastecimento humano urbano, 7% industrial e 1 % abastecimento humano rural. É notável que à agricultura lidera o consumo de água no país, sendo que aproximadamente metade da água utilizada na irrigação é desperdiçada, a falta de controle na quantidade de água usada em lavouras e o seu uso desproporcional no processamento dos produtos são as principais causas desse desperdício, cujos, podem ser constatados no ecossistema, uma vez que a irrigação excessiva retira parte considerável do volume hídrico disponível nos lenções freáticos e nos cursos fluviais no país.

¹⁷²O Volume morto é a quantidade de água que se encontrava abaixo dos níveis de captação.

Outro aspecto econômico é o impacto na geração de energia, a energia elétrica que provêm das hidrelétricas resulta da transformação da força do movimento da água, assim a água represada fica a disposição para gerar energia quando for necessário. Mas com a baixa das chuvas, e a grave situação do problema não tem como utilizarmos as usinas hidrelétricas e como solução alternativa para não ficarmos sem energia temos que acionar as usinas termoeletricas que são movidas a derivadas de petróleo são poluentes e possuem um custo mais elevado.

Já do lado social um dos principais aspectos correspondem à conscientização das pessoas diante da situação, pois, se não mudarmos nossos hábitos podemos sim ficar sem água então esse reconhecimento por parte da sociedade, o racionamento, evitar o desperdício, a reutilização do recurso pode sim evitar o agravamento do problema. Um segundo ponto em questão é a poluição, muitas de nossas fontes estão poluídas e seu uso é inadequado e impróprio para o consumo humano, um exemplo que bem explica essa situação é o sistema Billings, um reservatório também do estado de São Paulo que possui a mesma capacidade do Sistema Cantareira, mas ele está totalmente poluído, pois, o Rio Pinheiros desagua no Sistema Billings jogando dejetos, dessa forma o que hoje poderia ser uma solução para não faltar água passa a ser outro problema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca de entender as características da crise hídrica brasileira, nos deparamos com o empasse ‘se estamos ou não em crise’, inúmeros estudiosos buscam analisar esta temática e os fatores que proporcionaram a eclosão do problema. De acordo com o geólogo Albano Araújo sim estamos vivenciando um período de crise e a falta de água no Brasil é um processo histórico que se agravou devido à alta no consumo, a diminuição das chuvas e a falta de planejamento por parte dos Governos. E que só passou a ser um problema nacional na medida que atingiu as grandes regiões metropolitanas, como o estado de São Paulo.

A crise não é causada por um fenômeno só. [...]. Achava-se que a água não faltaria nunca, principalmente em regiões onde chove muito. [...]. Foi uma espécie de tragédia anunciada. [...]. Onde não chove muito, como no Nordeste, já se está acostumado. Mas no Sudeste, tivemos três anos com chuvas abaixo da média. É realmente uma crise de grandes proporções. (Araújo, 2015)

Segundo Gabriela Yamaguchi, gerente de campanhas do Instituto Akatu, instituição que atua na promoção do consumo consciente, o quadro da crise vai bem mais além do que a falta de chuvas e o déficit de políticas públicas do governo, e sim seu agravamento corresponde desde o esgotamento dos nossos lençóis freáticos, devido à perfuração excessiva de poços, até a redução do horário de funcionamento de alguns estabelecimentos, além da instituição de férias coletivas nas empresas em decorrência da falta de água. Dentro de casa, estocagem de água e economia de alimentos, pois, de acordo com Gabriela a atual crise veio para ficar, e os paulistas precisarão mudar os hábitos radicalmente.

Esse cenário não vai ficar só em 2015. Devemos permanecer pelo menos dois anos com pouca chuva. Portanto, a situação dos reservatórios não vai melhorar no curto prazo. (Yamaguchi, 2015).

Mas para o climatologista Paulo Etchichury, não podemos caracterizar estas mudanças ocorridas como uma crise hídrica e sim um novo ciclo ao qual o período de chuvas é escasso.

Estamos em um ciclo que chove menos em termos de volume. A variabilidade de chuvas está associada ao ciclo dos oceanos, em especial a questão do ciclo interdecadal do oceano pacífico que vive neste momento o ciclo de águas frias, diferente do que se viu em períodos anteriores, entre a década de 70 e 2005, que tinha um ciclo de águas quentes e os preponderantes El Niños, com chuvas abundantes e inundações no Sudeste. (Etchichury, 2015).

Diante disso ele observa que a população, os governantes e a comunidades científicas tratam isso como crise, por acreditarem que os problemas enfrentados atualmente voltarão ao normal, mas isso não vai acontecer, pois, os ciclos da natureza não são bem determinados, não tem data de início e nem de término, até porque acontecem no oceano e a atmosfera reage a esta condição. Mas tem que ter a consciência de que estamos no início de um novo ciclo e temos que nos adequar ao tal.

Quando falo em adequar significa continuar o que estamos fazendo: economizar. Não temos uma informação absoluta para dizer faça isso ou aquilo porque depende de cada atividade buscar soluções para isso. Não podemos mais imaginar que quando começar a chover resolverá todo o problema, como acontecia no passado. [...]. Temos um déficit de 40% nos últimos anos, por isso, deveria ter alguma ação para se adequar, mas isso não autoriza a transferência de culpa. Precisa ter uma consciência melhor em como lidar com os recursos naturais. Os sistemas de abastecimento de água e de energia até são preparados para os piores períodos de chuva, mas eles têm recorrência muito baixa, por isso deve-se tratar como ciclo e não uma crise. (Etchichury, 2015).

O climatologista ainda afirma que só estamos reagindo ao problema pelo medo de realmente ficar sem água, pois estudos já apontavam este período de estiagens, mas, não tivemos nenhuma ação concreta por parte dos governantes para evitar esta situação.

Só estamos reagindo agora por causa de uma ameaça concreta: a falta de água. A população especialmente na capital paulista nunca deu valor à água e sempre conviveu com dois rios (Tietê e Pinheiros) que cortam a cidade e viram esgoto a céu aberto. A partir de agora tenho certeza que vão encabeçar isso e não será mais aceito este tipo de coisa. (Etchichury, 2015).

CONCLUSÕES

Com base no que foi discutido ao longo do texto a crise hídrica brasileira eclodiu em decorrência não somente do baixo índice de chuvas no período, mas também a falta de preocupação e participação do governo em relação a investimentos e políticas públicas para o setor, no que corresponde a locais de armazenamento e manutenção de reservatórios, como também o uso inconsciente da população com o recurso, e o desperdício provocado pelos setores da agricultura e industrial.

A crise havia sido anunciada, estudos já apontavam que os anos de 2013 e 2015 seriam anos de estiagem, mas nenhuma providência foi tomada a respeito. E na medida que a falta de água afetou uma das cidades mais importantes do país, a cidade de São Paulo, o problema passou a ser uma preocupação de todos os brasileiros. Estimasse que

esse período de estiagens não se repetirá, mais que as próximas chuvas não serão capazes de abastecer totalmente os reservatórios.

E em síntese as consequências de cunho econômico e social que surgiram devido ao problema correspondem ao racionamento, que busca estimular nos indivíduos que usem o recurso de forma mais consciente, os impactos no desperdício de água nas atividades primárias e secundárias, como também no setor de geração de energia e também o problema da poluição, visto que muitos mananciais, reservatórios e fontes de água, hoje poderiam ser a solução, mais acabam por estar impróprios devido a poluição que os assola. Com base na exposição e em análises feitas por diversos pesquisadores e estudiosos ainda a um empasse a ser resolvido se de fato estamos em uma crise hídrica ou se estamos vivenciando um novo ciclo natural.

REFERÊNCIAS

DESIDÉRIO, Mariana. O que vai acontecer se São Paulo ficar realmente sem água?. Disponível em < <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/o-que-vai-acontecer-se-sao-paulo-ficar-realmente-sem-agua>>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2016.

GUERRA, Ana Clara. Água: “Vivemos um novo ciclo e não uma crise hídrica, diz climatologista”. Disponível em <<http://www.tempoagora.com.br/sustentabilidade/destaque-da-semana-vivemos-um-novo-ciclo-e-nao-uma-crise-hidrica/>>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2016.

BARIFOUSE, Rafael. Sudeste pode ‘aprender com o Nordeste como lidar com a seca’. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140820_crise_agua_nordeste_sudest_e_rb>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2016.

LANNA, Luciana. A crise hídrica brasileira e a falta de planejamento. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI216277,101048-A+crise+hidrica+brasileira+e+a+falta+de+planejamento>>. Acesso em: 14 de Janeiro de 2016

CERQUEIRA, Gustavo Aouar. et al. A crise hídrica e suas consequências. Boletim Legislativo Nº 27. 2015.

OS HOMICÍDIOS E SUA RELAÇÃO COM A RENDA E O NÍVEL DE DESEMPREGO NA PARAÍBA

José Maria Pereira da Nóbrega Jr. (jmnobrega@ufcg.edu.br)¹⁷³

Área temática: Desenvolvimento Socioeconômico e Meio Ambiente

INTRODUÇÃO

A violência já virou rotina no Estado da Paraíba. O impacto percentual do crescimento dos números de homicídios ultrapassou o limiar dos 200% em duas décadas e os dados mais atualizados apontam para a continuidade da escalada do crime violento. Parte da literatura sociológica aponta para uma forte relação entre crime violento e os desníveis sociais e econômicos (NÓBREGA JR., 2014).

O crime e a violência são conceitos sociológicos complexos, sendo fundamental para o pesquisador ter conhecimento sobre esses fenômenos. Contudo, especialmente neste *paper*, será testado duas variáveis socioeconômicas clássicas trazidas pela literatura em sua relação, ou possível relação, com os homicídios.

Neste artigo, será analisada a relação (ou falta dela) entre os dados de homicídios¹⁷⁴ com a renda domiciliar *per capita* e o nível de desemprego na Paraíba, estas últimas variáveis *proxy* de caráter socioeconômico para o teste da hipótese: *há relação entre desigualdade de renda e taxa de desemprego com o aumento ou diminuição dos homicídios*.

REVISÃO DA LITERATURA

Existe uma vasta e robusta literatura sobre crime e violência no Brasil e no exterior. Desde a época de Lombroso os estudiosos se debruçam em aspectos externos e internos ao indivíduo buscando entender porque alguns atores sociais praticam crimes violentos. Esta revisão da literatura vai buscar trazer estudos que tiveram como ponto central avaliar o impacto socioeconômico nos crimes de homicídios. No entanto, as Ciências Sociais

¹⁷³ Professor Adjunto III da Universidade Federal de Campina Grande. Doutor em Ciência Política pela UFPE. Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU). Professor de Ciência Política nos cursos de Ciências Sociais e Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA). Campi de Sumé, PB.

¹⁷⁴ Os homicídios foram resgatados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Sistema Único de Saúde (SUS). No SIM, a variável dependente homicídios é classificada como “mortes por agressão” registrados entre os códigos X85-Y09. Aqui, trabalho com as taxas calculadas por cem mil habitantes da população. Esses dados fazem parte do banco de dados do NEVU. Maiores detalhes metodológicos podem ser acessados em NÓBREGA JR. (2012).

trabalham com amplo escopo de análises sociais, culturais, econômicas, psíquicas, dentre outras, que abordam o fenômeno da violência (NÓBREGA JR., 2015).

Gary Becker (1968) em seu trabalho seminal “Crime and punishment: an economic approach”, publicado no importante *Journal of Political Economy*, tendo como base teórica a *rational choice*, atrelou o ato criminoso a um cálculo estratégico do ator social buscando a maximização utilitária de sua ação. Para ele, o criminoso avaliava sua ação tendo a perspectiva mercadológica onde a decisão de praticar o ato criminoso estaria atrelado às oportunidades advindas do mundo econômico e social. O parâmetro utilizado por Becker seria o confronto entre o salário que o indivíduo poderia receber no mercado formal – levando em consideração uma série de aspectos socioeconômicos na formação do ator – e o salário percebido no mercado informal.

Para Becker, o crime seria uma questão de oportunidade, onde, numa realidade de baixa qualificação profissional, população jovem, somados a taxas altas de desemprego e de emprego informal, a prática de crimes patrimoniais e físicos tenderiam a crescer.

Vários outros autores seguiram o caminho iniciado por Becker e passaram a desenvolver estudos com as mais diversificadas variáveis socioeconômicas para estudar o efeito da atividade econômica na criminalidade. Variáveis como desemprego, renda, gastos públicos, gastos com segurança privada, nível de escolaridade, etc. são utilizadas frequentemente para testar o impacto socioeconômico e da atividade econômica propriamente dita, na criminalidade.

Freeman (1994) utilizou técnicas de análises longitudinais com dados agregados regionalmente para testar a relação entre desemprego e crime. Chegou à conclusão de que os presos apresentavam menos renda e menos oportunidade de emprego, sugerindo que pessoas com menos renda e qualificação estariam mais propícias a práticas de crimes.

Gould, Weinberg e Mustarde (2000), apontaram que jovens com baixa qualificação responderam mais facilmente ao custo de praticar crimes, pesquisa que fora desenvolvida em mais de 700 municípios americanos entre 1979 e 1997.

Wolpin (1978) fez um estudo cobrindo seis tipos de crime ocorridos na Inglaterra e País de Gales entre os anos de 1894 e 1967. Demonstrou que a punição do estado não fora capaz de reduzir a criminalidade e os efeitos decorrentes do desemprego e a população jovem desqualificada foram fortes potencializadores da criminalidade.

Nacionalmente, temos o excelente trabalho de Saporì e Soares (2014) que apontaram vários testes de relações causais entre variáveis socioeconômicas com o crime, principalmente os homicídios, no Brasil. Destacaram que, nem sempre, a melhoria das condições socioeconômicas reflete em controle da criminalidade e, seguindo o que Nóbrega Jr. (2011 e 2012) já demonstrara, houve relação inversa entre a melhoria dos aspectos socioeconômicos com o crescimento da violência na região Nordeste do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados trabalhados aqui foram resgatados de plataformas oficiais. Os dados de homicídios foram trazidos da plataforma DATASUS (Sistema de Dados do Sistema Único de Saúde) do SIM (Subsistema de Informação de Mortalidade do mesmo sistema de dados de saúde). Os homicídios são classificados como “mortes por agressão” para os anos 2000 e 2010 e “homicídios” ou “mortes intencionais provocadas por terceiros” para o ano de 1991.

Os dados de Renda e Taxa de Desemprego foram resgatados da plataforma do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A *proxy* de renda foi a “renda média domiciliar per capita - %” e a *proxy* de desemprego foi a “taxa de desemprego - %”.

A operacionalização dos dados se deu em cálculos percentuais medidos entre 1991 e 2000, entre 2000 e 2010 e entre 1991 e 2010 avaliando os níveis comparativos ano a ano. Também foram feitas análises de correlação simples dos dados, avaliando os níveis de relação estatística entre as variáveis independentes (socioeconômicas) e a variável dependente (taxas de homicídios).

- **Avaliando os resultados dos testes estatísticos**

Tabela 1. Renda média domiciliar <i>per capita</i> – R\$		
1991	2000	2010
161,49	295,79	462,29

Fonte: IBGE

Entre 1991 e 2000 houve incremento percentual de 83% de crescimento da renda média domiciliar *per capita* na Paraíba, que passou de R\$ 161,49 para R\$ 295,79. De 2000 a 2010 o incremento se deu na ordem de 56,2%, passando de R\$ 295,79 para R\$ 462,29. Se levarmos em consideração todo o período, de 1991 a 2010, houve 186,2% de crescimento da renda entre os paraibanos¹⁷⁵. A melhoria da renda é fundamental para a qualidade de vida das pessoas. É uma das dimensões do desenvolvimento humano (PNUD, 2013).

Tabela 2. Taxas de desemprego - %		
1991	2000	2010
5%	14%	8,5%

Fonte: IBGE

Avaliando o nível de desemprego, não temos um comportamento linear como o encontrado na variável de renda. O desemprego cresceu na década de noventa, não obstante a melhoria da renda. A taxa de desemprego em 1991 era de 5% e cresceu 180% até 2000. De 2000 a 2010 decaiu para 8,5%, uma queda de 39%, o que foi estimulado pela melhoria da economia e de outras variáveis, como educação¹⁷⁶ e a renda. Na variação comparativa (1991/2010) houve crescimento do desemprego em 70%.

Tabela 3. Taxas de Homicídios		
1991	2000	2010
12,5	14,7	38,6

¹⁷⁵ Destacar que o salário mínimo em 2000 foi de R\$ 151,00 e em 2010 foi de R\$ 510,00, aumento de 238%. Portanto, em 2000 a renda *per capita* estava acima do salário mínimo e em 2010 abaixo. Fundamental dizer que o salário mínimo passou a ter aumentos percentuais mais expressivos a partir de 2004. Em 1991, a moeda não era o Real, e a alta inflação do período corroía o salário do trabalhador.

¹⁷⁶ O IDHM-E (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação) das principais cidades da Paraíba, João Pessoa e Campina Grande, melhoraram em níveis percentuais de 80,4% e 107% respectivamente, no período 1991 a 2010 (Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013). A melhoria na Educação pode estimular melhores índices de empregabilidade.

Fonte: Banco de Dados do NEVU

No que tange aos homicídios, os dados demonstram crescimento contínuo. Entre 1991 e 2000, a variação comparativa foi de 17,6%. Entre 2000 e 2010, a variação foi de 162,5%, o que demonstra o período de maior desenvolvimento social e econômico como o mais crítico do ponto de vista da violência. Em todo o período, 1991 a 2010, o incremento parcial na variação comparativa foi de 208,8%.

Tabela 4. Correlação das variáveis	
correlação renda/homicídio	0,926
correlação desemprego/homicídio	-0,037

Fonte: Banco de Dados do NEVU. Modelo de correlação executado pelo autor.

Observando a correlação¹⁷⁷ entre as variáveis, conclui-se que a variável renda teve impacto positivo. Ou seja, há correlação estatística entre renda e crescimento dos homicídios na Paraíba. Do ponto de vista econômico, a melhoria da renda está potencializando a violência no Estado. Do ponto de vista sociológico, a melhoria da renda aumenta os espaços e alvos potenciais para a prática de violência. No caso dos homicídios, melhoria da renda aumentou os espaços criminogênicos numa realidade de baixa intensidade institucional (NÓBREGA JR., 2011 e 2012; NÓBREGA JR. e ZAVERUCHA, 2013).

Na questão do desemprego, o modelo de correlação não apresentou significância estatística. Ou seja, o aumento da taxa de desemprego entre 1991 e 2000 e sua posterior queda no período 2000/2010 em nada impactou na linha contínua de crescimento da violência. O impacto do emprego formal na economia do crime é insignificante na Paraíba. Isso quer dizer que o indivíduo potencialmente motivado para a prática do homicídio não calcula a possibilidade de lucro no mercado formal. Pratica o crime de homicídio sem levar em conta esse cálculo. Estrategicamente, aumentar o nível de emprego formal na sociedade paraibana não importa para a diminuição da criminalidade violenta, contradizendo a teoria clássica de Becker (1968) no que tange aos crimes contra a vida.

CONCLUSÕES

A violência é um mal social que vem grassando a sociedade paraibana há tempos. Principalmente a partir do início da década passada, os dados apontam para uma verdadeira explosão da criminalidade violenta na Paraíba. Este artigo teve o objetivo de testar a hipótese *há relação entre desigualdade de renda e taxa de desemprego com o aumento ou diminuição dos homicídios*.

A resposta apontada pela análise dos dados estatísticos foi que há relação significativa entre melhoria da renda domiciliar *per capita* e o crescimento dos homicídios na Paraíba. Desta forma, apesar da relação apontada pela correlação impetrada na seção anterior, a hipótese é refutada quanto ao controle dos homicídios, ou seja, quanto a sua diminuição num contexto de melhor renda. Na Paraíba, a renda domiciliar *per capita*, conforme vimos na tabela 1, teve incremento percentual de 186% entre 1991 e 2010 e os homicídios seguiram na ascendente com 208% de aumento (tabela 3). A correlação alta entre essas variáveis apontou para o crescimento da renda com aumento dos homicídios.

¹⁷⁷ O modelo de correlação utilizado foi a Correlação de Pearson. É um modelo estatístico que mede a relação entre variáveis (x e y) de 1 a -1 e não, necessariamente, testa níveis de causalidade. Quanto mais próximo de zero, menor a (cor)relação.

Já no que tange ao nível de emprego, medido pela taxa de desemprego, a correlação entre as variáveis (taxa de desemprego vs. Homicídios) se mostrou insignificante. Ou seja, aumentar ou diminuir o nível de desemprego não importa. O criminoso potencialmente motivado para a prática do homicídio não leva em consideração em seu cálculo estratégico o emprego formal. Portanto, a hipótese na qual a melhoria dos níveis de empregabilidade resultaria em menos violência foi refutada.

Então, renda em alta é igual a homicídios em alta. E desemprego, em baixa ou em alta, não interfere na linha ascendente da violência na Paraíba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, G. (1968). **Crime and punishment: na economic approach.** *Journal of Political Economy*. V. 76, n. 2, pp. 169-217.

FREEMAN, R. B. (1994). **Crime and the job Market.** *NBER Working paper*, n. 4910, pp. 9-44.

GOULD, E. D.; WEINBERG, B. A.; MUSTARD, D. B. (2000). **Crime rates and local labor market opportunities in the United States.** *Journal of Economic Literature*, K4, JO, p. 1-58.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da (2011). **Os homicídios no nordeste brasileiro.** Segurança, Justiça e Cidadania / Ministério da Justiça. – Ano 3, n. 6, (2011). --Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da (2012). **Os homicídios no Nordeste.** Dinâmica, relações causais e desmistificação da violência homicida. ED. UFCG. Campina Grande. PB.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da (2014). **Políticas públicas e segurança pública em Pernambuco: o case pernambucano e a redução da violência homicida.** *Latitude*, Vol. 8, nº 2, pp. 315-335.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da (2015). **Teorias do crime e da violência: uma revisão da literatura.** *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais-BIB/ANPOCS*. São Paulo, n. 77, pp. 69-89.

NÓBREGA JR., José Maria; ZAVERUCHA, Jorge (2013). **Violência Homicida em Campina Grande e João Pessoa: dinâmica, relações socioeconômicas e correlação com o desempenho econômico.** *Revista Brasileira de Ciências Criminais – IBCCRIM*. Vol. 102. Editora Revista dos Tribunais.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (2013). **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Brasília: PNUD, Ipea, FJP.

SAPORI, Luiz F.; SOARES, Gláucio A. D. (2014). **Por que cresce a violência no Brasil?** Editora Autêntica. PUC-Minas. Belo Horizonte.

WOLPIN, K. I. (1978). **Economic analysis of crime and punishment in England and Wales, 1894-1967.** *Journal of Political Economy*, v. 86, n.5, pp. 815-840.

INOVAÇÃO PARA OS ECONOMISTAS CLÁSSICOS

Ana Carla Souto de Oliveira¹⁷⁸

Janaina Canuto Campos¹⁷⁹

Área de submissão: Desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente

INTRODUÇÃO

Devido à crescente globalização de mercado e o fato dos ciclos dos produtos estarem cada vez menores, o panorama da indústria mundial tem exigido constantes mudanças nas forças produtivas. Observa-se a necessidade da inovação na fabricação dos produtos e nos métodos de produção, tornando as empresas condicionadas a inovar em vantagens competitivas para obter participação no mercado. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica a respeito da inovação e os seus aspectos. O artigo apresenta a visão dos economistas clássicos ingleses, Ricardo e Smith acerca da inovação técnica e destaca que, embora estivessem em cernes opostos, os autores concordaram que os frutos do progresso técnico não foram igualmente distribuídos.

O sistema capitalista exige cada vez mais que os empresários sejam pró-ativos em relação a sua forma de agir ou de identificar de forma antecipada as demandas do mercado. Assim, para que haja êxito nos negócios é essencial que as empresas inovem para conseguirem se manter no mercado e extraírem maiores lucros, conquistarem novos clientes, desenvolvimento de tecnologia entre outros aspectos que, de forma direta ou indireta, irão colaborar de forma significativa para o sucesso nos negócios. Assim, serão abordados aspectos relacionados à inovação e competitividade visando identificar quais situações são positivas para que o empresário busque na inovação mudanças que proporcionem resultados satisfatórios aos seus negócios.

A escolha do tema justifica-se pela constatação da importância da inovação nas micro e pequenas empresas, pois com um mercado bastante concorrido e globalizado as empresas com estas características devem buscar algum diferencial para conseguir manterem-se competitivas. A inovação é fator fundamental para o crescimento e desenvolvimento das empresas seja qual for o perfil, para isso as empresas devem buscar

¹⁷⁸ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB – E-mail: carla.soutomaior@yahoo.com.br

¹⁷⁹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – e-mail: canuto.jana@gmail.com

nesta opção de estratégia a sua capacidade de se manter no mercado que está cada vez mais exigente e competitivo. O presente estudo levará a identificação da importância do processo inovador pelas empresas onde levantará, de forma teórica, os aspectos que são essenciais ao processo de inovação buscando apresentar de forma conceitual as características dos aspectos da inovação e da competitividade empresas. Acredita-se que os dados levantados irão colaborar para a divulgação dos conceitos e importância da inovação no mundo dos negócios dando ênfase as pequenas e médias empresas podendo desta forma mostrar aos empresários possíveis caminhos para a inovação. Considerando que a inovação é uma força determinante do desenvolvimento econômico no sistema capitalista, este estudo pretende colaborar com o desenvolvimento do tema, ao procurar o entendimento dos fatores que influenciam o processo de inovação em indústrias de forma a obter a excelência e o desempenho econômico e social dentro dos setores.

A prática da inovação contribui para o desenvolvimento econômico por oportunizar a criação de novos mercados e o aperfeiçoamento de mercados existentes, que geram benefícios para produtores e consumidores de produtos e serviços novos ou melhorados pela inovação. A relevância social e acadêmica foram um dos critérios utilizados para a definição do tema, devido a temática possuir relevância social, na geração de empregos e acadêmica no estudo da inovação neste setor, que está diretamente envolvido com a academia, em parceria com universidade na geração de pesquisa entre os estudantes de ensino superior.

REVISÃO DA LITERATURA

O crescimento do capitalismo¹⁸⁰ emergiu no final do século XVIII, na Inglaterra, advindo da revolução Industrial, sendo este um período de grandes inovações, tais como divisão do trabalho e introdução de máquinas na produção. A inovação é um fator que impulsiona o desenvolvimento do capitalismo desde a Revolução Industrial até os dias atuais ao proporcionar vantagens competitivas para as empresas, visto que a inovação é baseada no conhecimento tácito fortemente desenvolvido no interior dessas empresas. Para os clássicos, a inovação é um poderoso instrumento que amplia a potencialidade da acumulação e permite manter/alimentar contingentes populacionais crescentes.

O período que antecede o século XVIII foi marcado pela produção de bens de forma artesanal e pela agricultura em sua estrutura mais básicas, sem formas avançadas de manipulação como maquinarias, técnicas de adubação e irrigação etc. O tempo de produção dos produtos, por serem produzidos manualmente, era bastante longo, visto que não havia divisão de tarefas, assim, a mesma pessoa era responsável por todas as etapas de produção do bem, além dos mesmos não serem fabricados de forma padronizada. Não existia o conceito de fábrica tal qual conhecemos hoje em dia, mas sim algumas, pouquíssimas, produções que se davam de forma cooperativa, sem a utilização de máquinas e processos organizacionais.

O surgimento das inovações tecnológicas foi um fator crucial para a consolidação do sistema capitalista, proporcionando a evolução no processo produtivo, que passou a ser executado através do trabalho humano juntamente com máquinas. O início da Primeira Revolução Industrial foi caracterizado por uma grande invenção: a descoberta da

¹⁸⁰ Sistema econômico e social que sucedeu o Mercantilismo e que se baseia na propriedade privada dos meios de produção e de troca. Esse sistema se caracteriza pela busca do lucro, pela livre iniciativa e pela concorrência entre os indivíduos e as empresas.

utilidade do carvão como forma de energia (desenvolvimento da máquina a vapor e locomotiva). Estes meios de transporte foram de fundamental importância na dinamização das matérias-primas, das pessoas e das mercadorias, fazendo com que o comércio se desenvolvesse. A utilização de máquinas nas indústrias movida à energia do carvão proporcionou uma produtividade extremamente dinâmica, e a indústria tornou-se uma alternativa de trabalho das pessoas do campo em direção às cidades.

Segundo Tigre (2006, p.3), “desde meados do século XVIII observam-se sucessivas ondas de inovação obtidas por meio da introdução de máquinas e equipamentos, de novas formas de organização da produção e do desenvolvimento de novas fontes de materiais e energia”.

De acordo com o pensamento econômico, a inovação influencia várias teorias econômicas. Para a Teoria Clássica, foco do referido resumo, o sentido de inovação era apresentado como a divisão social do trabalho; a introdução de maquinaria, ferramentas e novos processos produtivos. Anteriormente a este período, os artesãos realizavam todo o processo produtivo manualmente, com a introdução das máquinas, passou-se a dividir as tarefas, de modo que houve a especialização do trabalho, aumentando assim a produtividade.

Inovação

De acordo com Schumpeter (1985), a inovação ocorre através da abertura de um novo mercado, a introdução de um novo produto, a implantação de um novo processo produtivo, e pode ser vista também como um processo de aprendizagem organizacional. Caracterizando-se como um recurso essencial para a sobrevivência e sucesso das empresas num mercado competitivo. Diante disso, as empresas mais duradouras estão criando e inovando constantemente, seja através de tecnologias, produtos, serviços ou conhecimento.

A inovação resulta das invenções e do conhecimento empregado às empresas, e estas são motivadas pela busca de vantagens competitivas, visando o crescimento econômico. Schumpeter (1985) enfatiza que, enquanto novos produtos e processos estiverem sendo acolhidos pelos empresários, a economia tenderá a crescer. O desenvolvimento econômico schumpeteriano entende que o empresário inovador é o responsável pela dinâmica econômica, quando investem em pesquisas, estimulando novos mercados e produtos. Para o autor, a inovação só ocorre quando é bem aceita no mercado, gerando uma transação financeira.

De acordo com Oliveira (2015), o Manual de Oslo é a obra mais utilizada para se estudar a respeito da inovação e seus aspectos, visto que é um instrumento que tem por objetivo fixar diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. O Manual de Oslo (1997) destaca que as inovações podem ser tecnológicas em produto e processo, organizacionais e de marketing. Quando é inserido no mercado um produto ou serviço inédito ou com adaptações, ocorre a inovação do produto; quando há execução de um método de produção novo ou com adaptações, ocorre a inovação de processo; a inovação organizacional ocorre através de novos métodos novos ou aprimorados de práticas gerenciais e a inovação de marketing executa métodos de promover o produto, através da propaganda.

Inovação para os clássicos da economia

O conceito de inovação é objeto de estudo desde os economistas clássicos¹⁸¹. Tigre (1998) aponta que a visão de inovação para os clássicos está intimamente ligada ao conceito de transformação tecnológica e ao impacto que estas mudanças geravam sobre o crescimento econômico. Os economistas Adam Smith e David Ricardo, observaram que as inovações tecnológicas tiveram grande influência sobre o crescimento econômico e a criação da riqueza.

Para Adam Smith, o surgimento das primeiras fábricas marcam três aspectos que se personificam como inovação técnica: divisão do trabalho; a economia de tempo com as trocas de ferramentas; e o surgimento da maquinaria. Smith identificou que a divisão social do trabalho, que ocorria nas etapas da produção no sistema fabril, gerava importantes benefícios para a empresa.

Em consequência da divisão do trabalho, a produtividade é muito maior, devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas. (SMITH, 1985, p. 43)

Na visão de Smith (1985), o grande aumento da produtividade, proporcionado pelo progresso técnico, era de grande interesse para os donos das fábricas. Muitos operários passaram a criar e aperfeiçoar os meios de produção.

David Ricardo analisou os impactos das inovações tecnológicas sobre a economia e as classes sociais e observou que a introdução da maquinaria no processo produtivo não gerava desemprego, mas sim, proporcionava benefícios tanto aos capitalistas quanto aos trabalhadores. A utilização de uma nova máquina na produção, de imediato, produziria lucros altíssimos, porém quando essa inovação fosse copiada por outras empresas, o lucro cairia juntamente como os preços da mercadoria.

Mas, na medida em que a utilização da máquina fosse se generalizando, o preço da mercadoria produzida baixaria até ao seu custo de produção devido à concorrência, quando então o capitalista obteria os mesmos lucros durante algum tempo; e ele somente participaria das vantagens gerais como consumidor ao ser capaz, com o mesmo rendimento em dinheiro, de adquirir uma quantidade adicional de comodidades e satisfações. Eu julgava também que a classe dos trabalhadores seria igualmente beneficiada pelo uso da maquinaria, na medida em que dispusesse dos meios para comprar mais mercadorias com o mesmo salário em dinheiro. Julgava ainda que nenhuma redução de salários ocorreria. (RICARDO, 1985, p.261 citado por OLIVEIRA, 2015, p. 14)

¹⁸¹ Os economistas clássicos são pensadores que desenvolveram suas teorias nas primeiras décadas da revolução industrial, portanto, no início do capitalismo propriamente dito. Os principais pensadores clássicos são: Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill e Malthus.

Para Oliveira (2015), devido o crescente avanço da inovação tecnológica, o autor reconsidera suas análises, refutando que a maquinaria no processo produtivo trouxe grande precarização para o trabalhador, pois na medida em que os lucros dos capitalistas aumentavam, concomitantemente diminuía os rendimentos dos trabalhadores. Quando ocorre o aumento no preço dos alimentos há uma elevação dos salários e todo aumento dos salários leva o capitalista a diminuir o investimento no capital variável, investindo o capital em maquinaria e gerando desemprego. Entretanto, o autor afirma que a utilização da maquinaria não pode ser desconsiderada, pois é através desta que se obtêm grandes rendimentos, apesar do seu impacto negativo na força de trabalho.

A implantação de inovações tecnológicas nas indústrias permitiu que os custos de produção dos produtos baixassem, estimulando assim a expansão do mercado destas mercadorias. Segundo Freeman e Soete (2008), os aumentos na produtividade acabaram sendo transferidos aos preços, de forma a beneficiar os consumidores. E segundo Tigre (2006), a empresa ao introduzir os meios de produção além de automatizar a força humana, gera modificações na produção, especializando os trabalhadores através das rotinas diárias de trabalho.

Segundo Oliveira (2015), Ricardo também analisou os efeitos da introdução da maquinaria no processo produtivo, observando que, à medida que isto ocorre, há um aumento no número de desempregados, pois, as máquinas substituem a mão de obra humana. Entretanto, o autor só visualizou esta situação após a crítica do autor Karl Marx aos processos de inovação. A inovação tecnológica é fundamental para o desenvolvimento do sistema capitalista, gerando lucros extraordinários para as empresas, comparados com o monopólio. Entretanto, a realização de uma inovação, vem do emprego diferente da oferta de meios produtivos já existentes do sistema econômico, e o comando deste é essencial para a realização de inovações.

CONCLUSÕES

Desde a revolução Industrial e, principalmente nas últimas décadas, observou-se uma grande mudança na gestão das empresas e indústrias que precisaram adaptar-se à concorrência e ao elevado grau de exigência dos consumidores, implementando políticas de pesquisa, desenvolvimento e inovação. As empresas investem em pesquisa e desenvolvimento porque almejam competitividade e lucro, mas não atingirão esses objetivos se não assegurarem suas inovações.

A partir da análise das informações obtidas, o estudo permitiu compreender as características da inovação e sua importância para as empresas no geral. As pequenas e médias empresas possuem algumas vantagens competitivas que podem ser mantidas caso os gestores busquem novas alternativas estratégicas e desta forma consigam manter o nível de competitividade, que atualmente é exigido das organizações. Sendo a inovação vista como uma ótima oportunidade de estratégia em busca do alcance da vantagem competitiva. Após o levantamento de algumas teorias pode se observar que a inovação é um excelente caminho para se conseguir melhorias no mercado adotando a inovação como uma estratégia.

Com base na literatura consultada, pode-se afirmar que as empresas realizam dois tipos de inovação: de produto e de processo. Os empreendedores criam produtos novos para a empresa, porém já existentes no mercado e suas fontes de criação consistem na imitação dos modelos dos seus concorrentes, adaptando algumas características do produto, de acordo com as sugestões e necessidades dos seus clientes.

Estudos apresentados por Reis (2004) apontam que um número elevado de empresas, ao se lançarem no mercado em uma primeira fase chamada de experimentação, consegue disputar mercado, porém, a partir do momento que um grupo destas empresas passa a inovar e outras não, as que não inovam começam a perder mercado e ficam estagnadas correndo riscos até de desaparecer. Os empreendedores entendem que a dinâmica do mercado exige que as empresas inovem constantemente e que a vantagem competitiva está relacionada ao menor custo de produção, porém, as micros e pequenas empresas sofrem inúmeras dificuldades que as impossibilitam de inovarem e criarem novos produtos. Mas é essencial que as empresas adotem estratégias competitivas, pois um novo ambiente competitivo global está surgindo e as mudanças estão ocorrendo de forma acelerada no ambiente das organizações, interligados com as mudanças políticas e econômicas que estão ocorrendo com nível mundial.

Ante todo o exposto, verifica-se que o desenvolvimento econômico, seja de um município, país ou região, é uma busca permanente por parte de qualquer sociedade. Por isso, entender as variáveis que dão origem e determinam esse processo constitui-se um desafio constante. O tipo de atividade econômica, como ela se organiza e os atores envolvidos fazem parte desse conjunto de elementos que determinam as relações econômicas, políticas e sociais e que dão vida ao processo de desenvolvimento econômico. Assim, para que as empresas obtenham lucro e ganhem cada vez mais espaço no mercado é essencial que estas entendam e pratiquem a inovação para que não fiquem estagnadas e acabem sendo expulsas do mercado. A própria lógica do capitalismo exige que as empresas estejam sempre se renovando para atenderem a demanda dos consumidores cada vez mais exigentes de tecnologias e novidades, assim, a inovação transforma a metodologia das empresas e incentiva crescimento o econômico de uma população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

MANUAL DE OSLO. **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. OCDE/FINEP, 1997.

OLIVEIRA, Ana Carla S de. **Inovação nas micro e pequenas empresas do setor moveleiro de Campina Grande –PB**. 2015. Monografia (Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

REIS, Dalcio Roberto dos. **Gestão da Inovação Tecnológica**. Barueri (SP): Manole 2004.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1985 - PB.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TIGRE, Paulo Bastos. **Inovação e teorias da firma em três paradigmas**. Revista de Economia Contemporânea, n.3, jan-jun 1998. Disponível em:
<http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/inovacao_e_teorias_da_firma_em_tres_paradigmaspaulotigre.pdf>. Acesso em: 15 de Janeiro 2016.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da Inovação: A Economia da Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. – 7ª reimpressão. il.

RÔMULO ALMEIDA: PRECEPTOR DO DESENVOLVIMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL, DO NORDESTE E DA BAHIA.

Camila Noronha Alves (camiila_noronha@hotmail.com)¹⁸²

Área de submissão: Desenvolvimento econômico e meio ambiente

INTRODUÇÃO

Em 1950, no governo de Antônio Balbino de Carvalho Filho, Rômulo Almeida iniciou a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB), elaborado pelos técnicos da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE).

O PLANDEB propunha projetos que integrariam de forma conexa os setores industrial, comercial e agrícola, visando o desenvolvimento equânimo do estado da Bahia. O PLANDEB exercia atração de grandes empresas produtoras de bens intermediários, juntamente com as empresas produtoras de bens finais, que atuariam como polos do desenvolvimento industrial. Essas empresas se instalariam nos centros e distritos industriais criados exclusivamente para abrigá-las, tanto na Região Metropolitana de Salvador quando nas cidades do interior.

A partir de 1970, o setor dinâmico da economia do Estado da Bahia devido ao projeto PLANDEB, transforma-se na indústria. A estabilidade da industrialização na Bahia fez com que ocorresse profundas transformações na estrutura econômica do Estado, havendo uma redução do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor industrial no PIB estatal, principalmente nos segmentos químicos, petroquímicos e extrativo mineral. Com o desenvolvimento dos supracitados a Bahia se transformou em uma das principais fornecedoras nacionais de matérias primas e bens intermediários.

Rômulo Almeida além de contribuir com a industrialização do Estado da Bahia com base na elaboração do PLANDEB, contribuiu indiretamente para a urbanização da Região Metropolitana de Salvador, ganhando novo ritmo após 1950.

Essa urbanização se concentrou em Salvador e em seu entorno, atingindo em sua Região Metropolitana 1,8 milhão de habitantes, em 1980, dos quais quase 1,5 milhão só na capital. Salvador permitiu o desenvolvimento de uma pequena indústria urbana (alimentos, materiais de construção, gráficas, construção residencial, mobiliário), apesar da pobreza da maioria da população e de uma elevada concentração de renda, inclusive a expansão de serviços pessoais, atraindo grupos econômicos não industriais já estalados no eixo Rio-São Paulo. Impulsionando assim, sua já iniciada modernização.

¹⁸²Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia UFCG) e integrante do GAACE.

Rômulo Almeida não foi apenas o propulsor da industrialização da Bahia, mas também o grande propulsor da construção da Bahia moderna resultante do processo de industrialização e de urbanização que alcançou Salvador e seu entorno e, mais tarde, todo o estado da Bahia.

Durante o governo de Getúlio Vargas entre 1951-1953, depois da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro realizou pela primeira vez um projeto para o desenvolvimento do Brasil e do Nordeste que foi denominado Plano SALTE (sigla para Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que devia vigorar de 1950 a 1954, pois com o período pós guerra, houve um aumento do desenvolvimento industrial, fazendo com que, esses outros setores supracitados se tornasse defasados, ocorrendo assim, inúmeros pontos de estrangulamento.

Rômulo Almeida entra na história para dar sua contribuição em 1951, sendo confirmado na Chefia de Assessoria Econômica do Presidente Vargas. Rômulo ascende na hierarquia do setor público, fazendo assim com que participe de várias subcomissões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico.

Rômulo Almeida propõe uma série de projetos de infraestrutura com seus programas de execução, abrangendo projetos de modernização de vias férreas, portos, geração de energia elétrica, navegação de cabotagem, etc. Nesta Comissão acima referido surgiu também, medidas para superar as disparidades regionais de renda, isto é, para integrar melhor o Nordeste ao restante da economia Nacional e, para que o mesmo alcançasse a estabilidade monetária. Esta mesma Comissão, conduziu a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social (BNDES), que tinha como objetivo analisar e financiar diversos projetos de desenvolvimento. Durante o Governo de Sarney, Rômulo Almeida foi nomeado ao posto de Diretor Industrial do BNDES, cargo mais importante da instituição depois da presidência.

Como Diretor Industrial, Rômulo proporcionou ao Nordeste e a Bahia importantes projetos nas áreas da siderurgia e da celulose, como por exemplo em Alagoas, onde ele sugeriu a criação da indústria petroquímica, em Pernambuco, o Complexo Industrial de Suape, na área do Porto de Recife e em Sergipe e Rio Grande do Norte, o avanço do turismo e no Ceará, a criação do Polo Industrial de Confeções.

Este trabalho tem como objetivo compreender a trajetória do grande Rômulo Almeida como preceptor do desenvolvimento e da modernização pelo Brasil primeiramente, levando-se para o Nordeste e conseqüentemente e por fim, pela Bahia. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica histórica como recurso metodológico para o resgate da personalidade que protagonizou esse período histórico estudado, Rômulo Almeida.

REVISÃO DE LITERATURA

Utilizou-se de pesquisa bibliográfica histórica como recurso metodológico para mostrar as transformações políticas, econômicas e sociais em que o Brasil passou através do resgate da personalidade que protagonizou esse período histórico estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

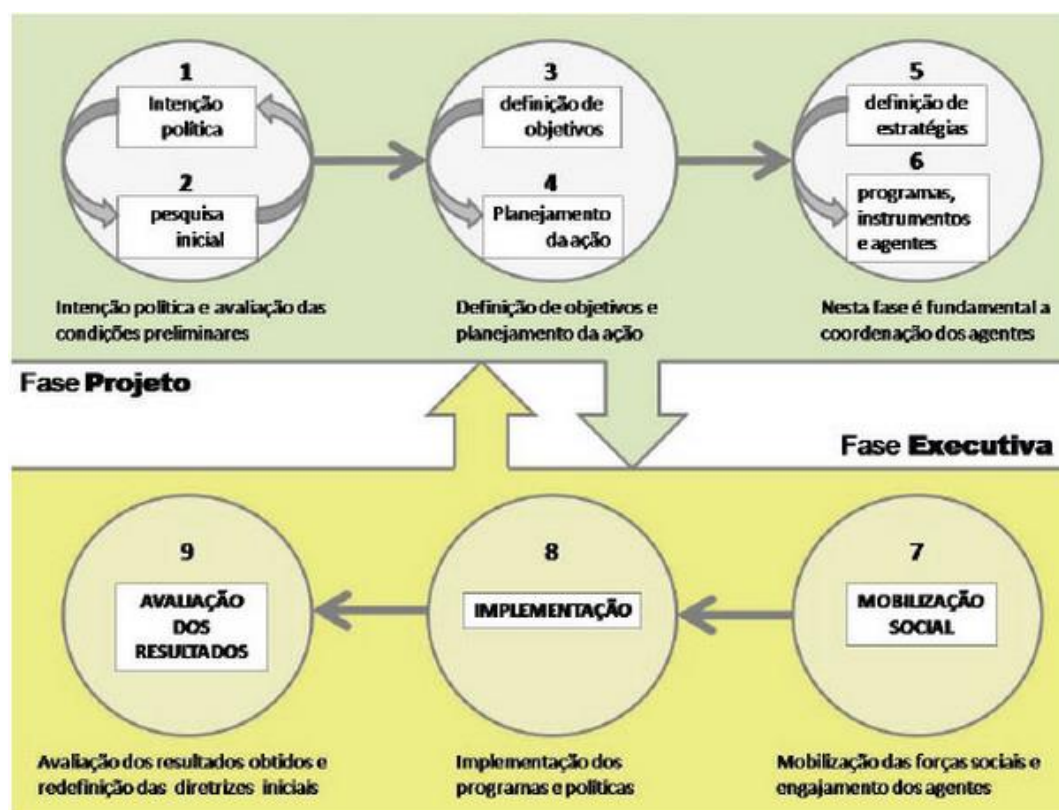
Este pensador e crítico econômico, desdenhava modernizar e desenvolver o Brasil, o Nordeste e a Bahia. Implementou diversos projetos, participou e contribuiu em diversas instituições como, BNB, BNDES, Petrobrás, Eletrobrás, entre outros projetos, onde ainda

existem, muitas das quais, distorcidas da sua pretensão original, mas que surgiram a partir de uma compreensão da complexidade do desenvolvimento em todas as suas proporções.

Com base em seu aguçado sentido de desenvolvimento, Rômulo planejou como executar, ou melhor, como ascender, um plano de desenvolvimento.

Segundo Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury¹⁸³, ele visava dar racionalidade ao processo de implementação de decisões políticas por meio de interferência na dinâmica de uma determinada realidade, ou seja, o grau de abrangência de tal interferência determina as diferentes escalas de planejamento, variando desde o planejamento geral (é mais político do que técnico e estabelece diretrizes do desenvolvimento econômico social) até os programas específicos (é aqueles mais técnicos os quais agem localmente). Desta maneira, Rômulo Almeida controla o processo por meio do qual o plano, isto é, a intenção atua na realidade. Tais ações deveriam ser contempladas por programas específicos e conformariam as condições necessárias para alcançar uma nova realidade.

Figura 1 - Síntese a concepção de Rômulo Almeida sobre o processo de planejamento econômico.



Fonte: Alexandre de Freitas Barbosa e Ana Paula Koury, *Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação*; Publicado em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci_arttext>.

Rômulo Almeida vai definir que planejamento pode variar em função da amplitude, ou seja, podendo ser mais gerais, como os planos nacionais ou mais específicos, como os planos regionais, municipais ou urbanos. Ele também destaca que, a efetividade dos planos depende de sua articulação com um sistema de informações,

¹⁸³ Autores do Artigo *Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964): ensaio de reinterpretação*;

desta forma, um instrumento de coleta de dados adequado ao que se pretende conhecer para interferir e da interpretação correta de tais dados traduzidos em informações para o planejamento.

CONCLUSÕES

Após análise sobre a vida e trajetória de Rômulo Almeida no desenrolar da modernização e desenvolvimento do Brasil, do Nordeste e da Bahia, podemos concluir que, este grande pensador e crítico exerceu ativa influência e resoluta convicção no sentido de organizar racionalmente os recursos econômicos via planejamento.

Foi usando desta convicção que Rômulo Almeida proporcionou ao Nordeste e conseqüentemente a Bahia, importantes projetos, nas áreas de siderurgia e celulose, fazendo assim que, esta região esquecida por muitos e lembrada por poucos, integrasse melhor a economia Nacional. Porém na Bahia, não foi capaz, de repelir as raízes do atraso, ou seja, não foi possível materializá-lo de forma sistemática, devido a vários fatores, dentre eles, a ausência de uma elite ativa, ciente do seu protagonismo enquanto agente do processo político e econômico do Estado e disposta a correr o risco da livre concorrência e também por não atentar as mudanças que ocorriam no país e no mundo moldando-se as ações as novas circunstâncias.

E por fim, colaborou a partir da década de 1930 no planejamento do Brasil, no segundo governo de Getúlio Vargas e sua Assessoria Econômica, passando pelo governo de Juscelino Kubistchek e João Goulart.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFORADO, F. **Rômulo Almeida: Mentor da Modernização do Brasil, do Nordeste e da Bahia.** Disponível em: <c>. Acesso em: 15 de set. 2015.

BARBOSA, A.F.; KOURY, A.P. **Rômulo Almeida e o Brasil desenvolvimentista (1946-1964):** ensaio de reinterpretação. Econ. Soc. Vol.21 no.spe Campinas Dec.2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400014&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 de set. 2015.

CALIXTRE.A.B.; FILHO, N.A. **Cátedras para o Desenvolvimento:** Patronos do Brasil. IPEA 2014 – pgs. 221-261. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_catedras_patro_no_brasil_web.pdf>. Acesso em: 19 de set. 2015.

CASTRO, M.H.S. **Rômulo Almeida e a Problemática do Planejamento:** O Planejamento Econômico na Bahia (1955 – 1961) – Salvador 2010. Disponível em:<<http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/09/R%C3%B4mulo-Almeida-e-a-problem%C3%A1tica-do-planejamento.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2015.

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA-TEÓRICA

Thayse Andrezza Oliveira Do Bu (thayseandrezza@gmail.com)¹⁸⁴

Thaís Marculino da Silva (thais.marculino@hotmail.com)¹⁸⁵

Área de submissão: Desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a expressão "desenvolvimento" tem sido utilizada em diversos contextos e sentidos. Assim, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento original, Desenvolvimento atrasado, Desenvolvimento nacional-dependente, Desenvolvimento Sustentável, Ecodesenvolvimento e até crescimento econômico, são usados, muitas vezes, como sinônimo e/ou evolução do conceito desenvolvimento. Embora haja diversos ângulos para compreensão do tema, é consenso na literatura especializada que, o desenvolvimento é resultado dos avanços tecnológicos trazidos pela Revolução Industrial, em menor medida a francesa, que alteraram, substancialmente, os modos de produção industrial, os padrões de consumo, a cultura ocidental e, sobretudo, a migração do homem do campo para a área urbana, bem como, os efeitos danosos ao meio ambiente.

Quando se fala em desenvolvimento econômico, especialmente, no âmbito da teoria econômica, geralmente é associado como sinônimo de crescimento econômico, um crescimento que, em muitas das vezes, está alicerçado na exploração dos recursos renováveis e não renováveis, causando profundas alterações no meio ambiente. Dessa maneira, como distingue Schumpeter (1997), Bresser-Pereira (2008), Furtado (1967) e Sachs (2000, 2008), o desenvolvimento econômico não é sinônimo de crescimento econômico.

Mais recentemente, tem sido deixado de lado o adjetivo econômico e a expressão desenvolvimento tem vindo acompanhada pelo adjetivo sustentável e, dessa maneira, nos textos acadêmicos, na mídia, nas escolas e em diversos setores da sociedade o termo desenvolvimento sustentável tem sido usado, almejado e buscado sua compreensão. Contudo, no âmbito econômico ainda se fala pouco sobre o tema, ficando a cargo mais

¹⁸⁴ Graduada em Economia pela UFCG, especialista em Gestão Ambiental e pós-graduanda em Economia, ambas pela Faculdade Internacional Signorelli e mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

¹⁸⁵ Graduada em Economia pela UFCG, pós-graduanda em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Internacional Signorelli e mestranda em Recursos Naturais pela UFCG.

de cursos e análises sociais, ambientais e multidisciplinares. Portanto, o presente estudo, ciente da importância e contemporaneidade do tema, tem como objetivo fazer uma breve revisão teórica e histórica sobre as diversas faces do desenvolvimento, de modo a trazer esse debate mais próximo do âmbito da Ciência Econômica.

Para tanto, a metodologia utilizada, conforme o critério de classificação baseado nos objetivos foi a exploratória-descritiva. Já seguindo o critério baseado nos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como pesquisa bibliográfica e, quanto ao seu caráter, classifica-se como sendo qualitativa.

REVISÃO DE LITERATURA

O estudo do desenvolvimento econômico, embora seja um debate atual, tem suas origens no século XVIII e XIX. Em 1786, o inglês Adam Smith, investigou as causas e a origem das riquezas das nações, partindo da análise do processo de produção de mercadorias. Assim, num primeiro momento, Smith, diferentemente dos fisiocratas (que consideravam que a riqueza se originava apenas no trabalho agrícola), percebe que o trabalho é a origem de toda a fonte de riqueza e não apenas oriundo do setor agrícola. Desse modo, também considera que a propensão natural do homem nas relações de troca é promover uma divisão do trabalho no processo de produção das mercadorias gerando a destreza do trabalhador, economia de tempo e utilização gradativa de máquinas, culminando assim, no aumento da produtividade social do trabalho. Em outros termos, a criação da riqueza se dará pelo trabalho produtivo do trabalhador que transforma as matérias-primas dos empresários em mercadorias, estas, por sua vez que têm valor de troca, de modo que, gere lucro para o proprietário das matérias-primas, razão de existência delas. Contudo, será a partir de David Ricardo que os estudos acerca do desenvolvimento econômico vão ganhar mais fôlego. Dessa maneira, na tentativa de defender a classe industrial inglesa do início do século XIX, frente aos proprietários de terra, tenta explicar como se dava a distribuição da renda total a partir das variações dos preços, no caso o preço do salário. Desse modo, tentando resolver o antagonismo entre lucros e salários, Ricardo propõe que os países se especializassem na produção daquelas mercadorias em que fossem mais aptos a produzir e comercializar, daí surge a “famosa” teoria das vantagens comparativas (OLIVEIRA, GENNARI, 2008).

Entretanto, como explica Bresser-Pereira (2008), a área da Ciência Econômica que estuda o desenvolvimento econômico é a teoria econômica do desenvolvimento, que, embora tenha elementos de sua origem nos economistas mercantilistas e clássicos, surgiu como área autônoma nos anos 1940.

Tal fato se deu em meio à crise da teoria econômica neoclássica que, com o crash na Bolsa de New York e a grande crise econômica mundial de 1929 não tinha em seus postulados a resposta de como sair da grande crise. Assim, a teoria do desenvolvimento econômico nasce tendo como bases teóricas as obras dos mercantilistas, Smith, Marx, Schumpeter e Keynes, no qual, os modelos que constroem são necessariamente históricos. Conforme Bresser-Pereira (2008, p. 11-12):

Os primeiros modelos tratavam de como se inicia o desenvolvimento econômico em uma região pré-capitalista, discutiam a ‘armadilha do desenvolvimento’, o problema da oferta ilimitada de mão-de-obra, a acumulação primitiva e a poupança forçada, a revolução industrial e seus pré-requisitos. A partir daí, estudam-se o que poderíamos chamar de diferentes modelos ou estilos de desenvolvimento econômico: o modelo original de desenvolvimento dos países que iniciaram a revolução industrial, como a

Inglaterra e a França; o modelo dos países de desenvolvimento atrasado do centro que jamais foram colônias como a Alemanha ou o Japão; o modelo russo e chinês que excluiu os empresários capitalistas na fase inicial e concentrou todo o processo de acumulação primitiva no estado; o modelo de substituição de importações que começa nos anos 1930 nos países latinoamericanos; e o modelo exportador que se configura nos anos 1960 no Leste e Sudeste da Ásia. Uma alternativa é comparar modelos atuais de desenvolvimento econômico dos países ricos, ou, em outras palavras, os modelos de capitalismo desenvolvido: o modelo anglo-saxão, o modelo renano ou franco-alemão, o modelo dos países escandinavos, o modelo japonês. De acordo com o método histórico, todos esses padrões históricos são reduzidos a modelos teóricos – modelos que são abertos, necessariamente incompletos, porque refletem realidades complexas e dinâmicas que são incompatíveis com os modelos fechados que tanto atraem os economistas.

Entretanto, quando se fala em desenvolvimento econômico, especialmente no âmbito da teoria econômica, geralmente é associado como sinônimo de crescimento econômico, um crescimento que, em muitas das vezes, está alicerçado na exploração dos recursos renováveis e não renováveis, “causando profundas alterações nos ciclos naturais, a ponto de ameaçar a manutenção da vida nos diferentes espaços” (PICANÇO, 2009, p. 36).

A partir dos anos 1970, quando o pensamento neoclássico volta a emergir como dominante, diante de uma grande onda ideológica neoliberal, os economistas passaram a valorizar e debruçar os esforços intelectuais na construção de modelos matematizados (os chamados ‘modelos de crescimento’; isto é, modelos radicalmente abstratos, baseados em funções matemáticas de produção que buscam relacionar o crescimento com determinadas variáveis). Em outros termos, o interesse dos economistas pelos modelos históricos diminuiu. Como explica Bresser-Pereira (2008), isso ocorre, porque os modelos históricos não se adaptavam às exigências de formalização matemática lógico-dedutiva da teoria econômica neoclássica.

Basicamente, esses modelos de crescimento econômico tinham como base, funções de produção inicialmente exógenas (nas quais, o progresso técnico ou o capital humano eram exógenos); e, em um segundo momento, passaram a endogeneizar matematicamente essa variável. Verificou-se que o potencial explicativo dos modelos de crescimento é muito limitado (BRESSER-PEREIRA, 2006). Em síntese, como explica Sachs (2008), os denominados fundamentalistas de mercado, também conhecidos como ortodoxos ou mainstream econômico, consideram o desenvolvimento como um conceito redundante. Em outros termos, entendem que o desenvolvimento é oriundo natural do crescimento econômico, devido ao “efeito cascata” (trickle down effect). Portanto, para a ortodoxia econômica, não é preciso uma teoria do desenvolvimento. Em contraposição a tal visão, Sachs (2008, p.13) afirma que “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo) para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”. E continua argumentando que:

"A teoria do efeito cascata" seria totalmente inaceitável em termos éticos, mesmo se funcionasse, o que não é o caso. Em um mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos (SACHS, 2008, p.26).

Desse modo, o autor supracitado ressalta que a confusão que se faz tratando o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, muitas vezes, amplia as desigualdades, aprofundando a condição de desemprego, culminando em determinadas

circunstâncias na denominada competitividade espúria, que destrói a força de trabalho e os recursos naturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como distingue Schumpeter (1997), o desenvolvimento econômico não é sinônimo de crescimento econômico, embora as vezes é feita esta confusão. “Nem o mero crescimento da economia, representado pelo aumento da população e da riqueza, será designado aqui como um processo do desenvolvimento” (SCHUMPETER, 1997, p.63). Em outras palavras, para o autor supracitado, o crescimento seria o mero aumento da renda per capita, enquanto que o desenvolvimento, se caracterizava por transformações sociais e políticas. O autor supracitado usou essa distinção para salientar a ausência de lucro econômico no fluxo circular, onde, no máximo, ocorreria crescimento. E, para destacar a relevância da inovação no verdadeiro processo de desenvolvimento. Portanto, para ele, o desenvolvimento econômico é conduzido pela inovação por meio de um processo dinâmico e que não é imposto, em que as novas tecnologias substituem as antigas, um processo denominado por ele de “destruição criadora”.

Desse modo, conforme o autor supracitado, pode-se afirmar que não há nem desenvolvimento nem crescimento econômico, quando ocorre aumento da renda per capita, mas a economia não se modifica porque não houve aumento na produtividade nela toda, mas apenas de um enclave geralmente de baixo valor adicionado per capita.

Nessa perspectiva, para o renomado economista Furtado (1967, p.74), “o desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a”. De acordo com o autor, para que o crescimento não promovesse alterações na estrutura econômica, é preciso que ocorresse algo pouco provável, a saber: a expansão simultânea de todos os setores produtivos sem que houvesse qualquer elevação da produtividade.

Sachs (2000), em sua conhecida obra “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável”, em que trata da importância da conservação da natureza e a diminuição dos gastos excessivos com a mesma, defende a tese que o desenvolvimento é um processo histórico e universal sobre os direitos humanos, individuais e coletivos, negativos e positivos.

Nesse sentido, também para Bresser-Pereira (2006, p. 9) “o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional” e acrescenta que tal fato é oriundo da “sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção”. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional e cultural. Segundo ressalta Bresser-Pereira (2008), não há consenso, no âmbito teórico, qual dessas instâncias é a mais estratégica, nem é possível prever quando a mudança em uma instância trará impactos na outra, mas sua interdependência é um fato social indiscutível.

Assim, verifica-se que, embora o desenvolvimento econômico promova a melhoria dos padrões de vida, não resolve todos os problemas de uma sociedade. Assim, ele é “apenas um dos cinco grandes objetivos políticos a que se propõem as sociedades nacionais modernas, ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do ambiente” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.22).

Diante das crescentes consequências de degradação ao meio ambiente promovidas pelo modo de produção capitalista, o conceito de desenvolvimento tem sido repensado, desde os movimentos de Contracultura da década de 1960, nos Estados Unidos da América e na Europa. É nesse período que se encontram as primeiras discussões ambientais, a partir dos debates sobre os riscos da degradação ambiental mundial (PICANÇO, 2009).

Nos anos seguintes, cresceu o debate sobre a questão ambiental X o desenvolvimento e, em 1973, na cidade de Genebra, na Suíça, ao longo de uma reunião do Conselho do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Maurice Strong, Diretor Executivo da PNUMA, criou o termo Ecodesenvolvimento, no qual buscava conciliar a ecologia e o crescimento mediante a aplicação de tecnologias que se adaptassem ao meio ambiente, aos recursos naturais e às necessidades básicas da população. Em outros termos, representava um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na criteriosa utilização dos recursos locais, sem que ocorresse o esgotamento da natureza. Afinal, os países do desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (LAYRARGUES, 1997; PICANÇO, 2009).

Sachs (2008, p.15-16), aponta os cinco pilares do desenvolvimento sustentável, a saber:

a) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do planeta. b) Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para disposição de resíduos); c) Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; d) Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam; e) Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença.

Contudo, faz-se imprescindível ressaltar que, embora, em diversas circunstâncias o termo ecodesenvolvimento ainda seja utilizado como sinônimo de desenvolvimento sustentável e, vice-versa; em outros momentos, o desenvolvimento sustentável é interpretado como uma evolução do conceito ecodesenvolvimento. Entretanto, cabe salientar que há diferenças sutis, porém consistentes, entre os dois conceitos, que expressam ideologias distintas. Em outras palavras, pode-se encontrar no desenvolvimento sustentável, traços de incompatibilidade entre a meta pretendida e seus meios utilizados. Como distingue Layrargues (1997, p.5):

Enfim, enquanto o ecodesenvolvimento postula com relação à justiça social, que seria necessário estabelecer um teto de consumo, com um nivelamento médio entre o Primeiro e Terceiro Mundo, o desenvolvimento sustentável afirma que seria necessário estabelecer um piso de consumo, omitindo o peso da responsabilidade da poluição da riqueza. Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna, e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável continua acreditando firmemente no potencial da tecnologia moderna, e ainda propõe a transferência de tecnologia como o critério de “ajuda” ao Terceiro Mundo. Enquanto o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável afirma que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas.

Portanto, constata-se que a questão ambiental ganha ênfase e maior alvo de políticas públicas, à medida que, o setor empresarial se insere no movimento ecológico, dando toda a credibilidade discursiva, e promovendo o estilo do desenvolvimento sustentável como o marco teórico defendido por todos os segmentos do ambientalismo. Contudo, como ressalta Layrargues (1997), tal fato ocorre, em detrimento, de qualquer discussão sobre os demais conceitos formulados, a exemplo do ecodesenvolvimento.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, quando se fala em desenvolvimento, especialmente, no âmbito da teoria econômica, por muito tempo e ainda hoje tem sido associado como sinônimo de crescimento econômico, um crescimento que, em muitas das vezes, está alicerçado na exploração dos recursos renováveis e não renováveis, causando profundas alterações no meio ambiente. Nessa perspectiva, dentre os diversos entendimentos sobre o desenvolvimento analisados aqui, considera-se que, além das decisivas contribuições de Schumpeter, a explicação de Celso Furtado (1967), Sachs (2000, 2008) e Bresser-Pereira (1974, 2006 e 2008) são as mais nítidas para a compreensão do tema. Em outras palavras, vimos que, embora tenha sido muito discutido e abordado o desenvolvimento no âmbito da Ciência Econômica, o desenvolvimento, propriamente dito, vai além de indicadores econômicos, ou seja, o desenvolvimento é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional e cultural, como defendem os autores supracitados.

Por fim, considera-se importante destacar que ao passo que a preservação do meio ambiente se tornou um fator de diferenciação para as empresas, caracterizando-se como uma oportunidade de negócios, surgiu a possibilidade de incluir preocupações ambientais em suas estratégias empresariais, e, conseqüentemente aumentou o debate sobre a questão ambiental e a busca pelo desenvolvimento sustentável. Contudo, a partir do explanado, fica o questionamento: Será que o desenvolvimento sustentável pode ser verificado de fato enquanto imperar a racionalidade econômica?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de Desenvolvimento Econômico. *Escola de Economia de São Paulo - EESP/FGV*, 19 dez. 2006. (Texto para Discussão, n. 157). Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/10438/1973/1/TD157.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

_____. *Crescimento e Desenvolvimento Econômico*. Jun. 2008. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Disponível: <bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: dez. 2015.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. 355 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um conceito?* Disponível em: <www.educacaoambiental.pro.br/.../Layrarguesecodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

OLIVEIRA, Roberson de; GENNARI, Adilson Marques. *História do Pensamento Econômico*. 1ª ed. 2008. Saraiva.

PICANÇO, José Reinaldo Alves. *Desenvolvimento, sustentabilidade e conservação da biodiversidade na Amazônia: a produção familiar agroextrativista em áreas protegidas no sul do amapá*. 2009. 383 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. In: STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

_____. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico* (Tradução de Maria Sílvia Possas / Disponibilizado por Ronaldo Dart Veiga). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. ISBN 85-351-0915-3.

A IMPORTÂNCIA DAS INOVAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO: ENFOQUE SCHUMPETERIANO

Thaís Marculino da Silva (thais.marculino@hotmail.com)¹⁸⁶

Thayse Andrezza Oliveira Do Bu (thayseandrezza@gmail.com)¹⁸⁷

Área de submissão: Desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos é crescente a ênfase dada aos problemas ambientais oriundos da atuação do homem, que desde a Revolução Industrial tem buscado um crescimento a qualquer custo. Contudo, desde a década de 1960, pode-se dizer que, cada vez mais tem ficado patente a insustentabilidade do modelo de crescimento econômico baseado na exploração sem medida de recursos naturais, por vezes, não renováveis.

Diante desse cenário, nos debates mundiais, entre governantes e especialistas, tem sido defendido a busca por alternativas de desenvolvimento, o uso de energias renováveis e o incentivo ao consumo e descarte consciente por parte da população. E nesse contexto, tem surgido a tese que as inovações tecnológicas podem contribuir para a minimização dos efeitos danosos do homem à biodiversidade.

Sabe-se que essa relação entre inovação e desenvolvimento foi discutida por Schumpeter, onde, segundo ele o crescimento seria o mero aumento da renda per capita, enquanto que o desenvolvimento, se caracterizava por transformações sociais e políticas, sendo este, conduzido pela inovação, por meio de um processo dinâmico e que não é imposto, em que, as novas tecnologias substituem as antigas. Portanto, o estudo em questão tem como objetivo fazer uma breve revisão teórica e sobre as diversas faces do desenvolvimento, de modo a trazer esse debate mais próximo do âmbito da Ciência Econômica.

Para tanto, a metodologia utilizada, conforme o critério de classificação baseado nos objetivos foi a exploratória-descritiva. Já seguindo o critério baseado nos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como pesquisa bibliográfica e, quanto ao seu caráter, classifica-se como sendo qualitativa.

¹⁸⁶ Graduada em Economia pela UFCG, pós-graduanda em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Internacional Signorelli e mestranda em Recursos Naturais pela UFCG.

¹⁸⁷ Graduada em Economia pela UFCG, especialista em Gestão Ambiental e pós-graduanda em Economia, ambas pela Faculdade Internacional Signorelli e mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

REVISÃO DE LITERATURA

Inovação, de forma semelhante a outros conceitos importantes como desenvolvimento, é um termo extremamente polissêmico, justamente, por ser uma expressão carente de definição precisa e que são defendidas por grupos sociais os mais diversos (ANDRADE, 2004).

No mundo contemporâneo, a questão da inovação, possui duas grandes tendências: as correntes econômicas, baseadas no pensamento schumpeteriano, e a sociologia construtivista das técnicas, que tem Bruno Latour¹⁸⁸, como o seu principal defensor e que, criou espaço para a incorporação do tema nas Ciências Sociais. Contudo, a disciplina econômica, deu o maior impulso à construção da agenda da inovação através das contribuições trazidas por Joseph Schumpeter, no início do século XX que, por sua vez trouxe um considerável impacto no debate sobre o desenvolvimento econômico e as transformações tecnológicas (ANDRADE, 2004).

O modelo de Solow, foi utilizado pelos economistas neoclássicos, a partir do final dos anos 1950, como o instrumental básico para a análise dos determinantes do crescimento econômico. Tal fato se deu, justamente, por ter demonstrado, através do resíduo das regressões, que a acumulação de capital sozinha não explicava o desenvolvimento econômico, sendo necessário levar em consideração o progresso técnico, pois seria a chave para explicar o crescimento da renda per capita no longo prazo. Contudo, o modelo apresentou algumas limitações, como: a tecnologia ser considerada como se fosse um bem público (fornecida pelo governo e pelas universidades, estando, disponível para todos os agentes que desejam utilizá-lo) e, por o modelo não explicar sobre quais os fatores fazem com que ocorra uma melhoria contínua na tecnologia de produção. Surgindo reformulações no modelo, feitas por outros autores¹⁸⁹, mas que, ainda não conseguiram explicar as diferenças historicamente observadas nas taxas de crescimento da renda, já que, o modelo reformulado de Solow, manteve a hipótese do modelo original de que a tecnologia é um bem público (OREIRO, 1999; BRESSER-PEREIRA, 2008).

Como aponta Flichy (1995 apud ANDRADE, 2004, p.91):

Um sério problema metodológico persegue as teorias econômicas que procuraram estabelecer as relações entre pressão da demanda, oferta tecnológica e inovação. Elas propiciam modelos e fazem cruzar determinadas variáveis, mas não lograram explicar como os processos inovativos aparecem e se desenvolvem. As relações exógenas entre ciência e tecnologia e os modelos mecânicos de interferência da demanda sobre a atividade tecnológica mostraram-se insuficientes para esclarecer porque determinadas inovações tiveram êxito e outras não.

Por sua vez, sabe-se que, Schumpeter trouxe, não só maior contribuição teórica acerca da inovação, mas também no debate sobre o desenvolvimento. Na primeira seção, brevemente, foi apresentado o pensamento do autor. Para Schumpeter (1961, 1997), o desenvolvimento econômico é conduzido pela inovação por meio de um processo

¹⁸⁸ Ver mais aprofundado em Andrade (2004).

¹⁸⁹ Na busca de resolver tal limitação, no início da década de 1990, os neoclássicos Mankiw, Romer & Weil, fizeram uma reformulação ao modelo de Solow, mas, mesmo assim, só puderam explicar as disparidades existentes nos níveis de renda per capita entre os diversos países. (OREIRO, 1999).

dinâmico em que as novas tecnologias substituem as antigas, um processo por ele denominado “destruição criadora”.

No que tange a visão dinâmica do processo de desenvolvimento, Schumpeter foi bastante influenciado por Karl Marx. Como o próprio autor reconhece, ao fazer uma crítica aos pensadores que isolam as variáveis de análise e não consideram o impacto de diversas outras variáveis:

O ponto essencial que se deve ter em conta é que, ao tratar do capitalismo, tratamos também de um processo evolutivo. Parece estranho que alguém possa deixar de reconhecer fato tão evidente que, além disso, há muito tempo foi salientado por KARL MARX. Apesar disso, a análise fragmentária que produz a maior parte dos nossos conceitos a respeito do funcionamento do capitalismo moderno a negligencia persistentemente (SCHUMPETER, 1961, p.109).

E mais, Schumpeter (1961, p.110) defende que a inovação:

Revoluciona incessantemente¹⁹⁰ a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver.

Logo, nessa passagem e como posteriormente, o próprio autor destaca, está se tratando de um processo cujos elementos necessitam de tempo considerável para surgirem nas suas formas verdadeiras e efeitos definitivos. Sendo, imprescindível analisá-lo numa perspectiva de longo prazo, que se desenrole por décadas ou séculos.

Adelman (1972 apud SCHMIDT FILHO, 2011, p.56):

Destaca que a “função de produção” de Schumpeter poderia ser escrita da seguinte forma: $Y = f(K, N, L, S, U)$, onde Y = produção, K = meios de produção, N = recursos naturais; L = força de trabalho, S = fundo de conhecimento da sociedade e U = meio ambiente sócio-cultural. Posto desta forma temos que em Schumpeter que o crescimento (desenvolvimento) não é fruto apenas de fatores “econômicos”, aliás, os três primeiros fatores seriam responsáveis pelo crescimento, no seu sentido matemático e de mudança gradual, e os dois últimos seriam responsáveis pelo desenvolvimento, ou seja, pelos “saltos” verificados no sistema econômico, e por tal função, são os fatores principais da concepção Schumpeteriana de desenvolvimento. Neste sentido, a concepção Schumpeteriana destoa da visão existente em sua época de que existiria um “equilíbrio geral”, no qual as técnicas de produção e preferências dos consumidores seriam imutáveis, e que, dentro deste arcabouço, o sistema evoluiria para um estado estacionário no qual só se verificaria mudanças quantitativas decorrentes do crescimento populacional e da disponibilidade de trabalho.

¹⁹⁰ Como explica Schumpeter (1961, p.110): “Essas revoluções não são permanentes, num sentido estrito; ocorrem em explosões discretas, separadas por períodos de calma relativa. O processo, como um todo, no entanto, jamais pára, no sentido de que há sempre uma revolução ou absorção dos resultados da revolução, ambos formando o que é conhecido como ciclos econômicos”.

Assim, para o autor, geralmente os estudiosos focam-se no problema de como o capitalismo administra as estruturas existentes, mas na verdade, o relevante é saber como o sistema capitalista as cria e destrói.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constata-se que, para o melhor entendimento acerca de como Schumpeter avalia a mudança na sociedade, é imprescindível a compreensão de três conceitos para este autor: o de empresário, inovação e capital. Assim, para Schumpeter (1997), o empresário é o que promove as inovações, ou seja, ele é quem efetua as mudanças no processo produtivo. Contudo, o empresário não busca apenas o lucro, mas também há o sonho por empreender algo, uma ambição moral por poder, dentre outros estímulos.

Como expõe Schmidt Filho (2011), para o entendimento do papel do empresário Schumpeteriano é necessário diferenciar este, da concepção de capitalista, pois todos os empresários são capitalistas, mas a recíproca não é verdadeira. Uma vez que apenas alguns dos capitalistas, os empresários, é que farão com que se rompa o “fluxo circular” e se avance rumo ao desenvolvimento, já que eles promovem a inovação. Muitas das vezes, agindo contra as barreiras psicológicas e sociais que impedem os demais agentes da economia a agir, ou seja, enfrentando o risco e a incerteza existentes na economia. Em outros termos, o empresário, que não deve ser confundido com o gerente ou inventor (embora possa ser também gerente e/ou inventor) é extremamente importante para Schumpeter, em razão da sua concepção dinâmica do processo.

Desse modo, em oposição ao pensamento neoclássico, que, defendia que o processo de desenvolvimento ocorria de forma gradual e harmoniosa, na visão schumpeteriana, com as ondas de inovações, há rupturas do fluxo circular e, portanto, saltos de desenvolvimento (MORICOCI; GONÇALVES, 1994).

Schumpeter (1997), propôs uma lista de cinco tipos de inovação: I) introdução de novos produtos; II) introdução de novos métodos de produção, que pode ser uma descoberta científica ou uma adaptação de métodos de outros ramos em um determinado ramo produtivo; III) abertura de novos mercados, podendo ser completamente novo ou que estejam sendo explorado por determinada indústria pela primeira vez; IV) desenvolvimento de novas fontes provedoras de matérias-primas e outros insumos; V) criação de novas estruturas de mercado em uma indústria.

Por fim, o terceiro conceito importante para o entendimento do processo de desenvolvimento, segundo Schumpeter, é o de capital. Como destaca Schmidt Filho (2011), o capital na teoria Schumpeteriana, não é interpretado como um estoque de bens reais, mas como uma reserva monetária. Dessa maneira, proporcionando, ao empresário ter controle sobre os fatores produtivos, possibilitando o deslocamento destes, para usos novos em atividades inovadoras. Nesse contexto, o papel dos bancos é fundamental, uma vez que são eles os geradores de crédito para os empresários, já que, não se considera a formação de poupança no “fluxo circular”.

A partir da compreensão destes três conceitos, pode-se entender o mecanismo schumpeteriano de variação econômica propriamente. Como destaca Moricoci e Gonçalves (1994), o ponto de partida da análise é uma economia que está em equilíbrio. A economia encontra-se num estado também chamado de "estacionário", que se

caracteriza pela ausência da alteração (ou desenvolvimento); mas, não necessariamente, de crescimento. Este estado é também conhecido por "fluxo circular", já que é uma repetição constante de um ciclo sempre idêntico a si mesmo, no qual, as empresas produzem sempre os mesmos tipos e quantidades de bens e os fatores são combinados sempre da mesma forma.

De modo geral, para que se observe o desenvolvimento na concepção Schumpeteriana, o “fluxo circular” deve ser quebrado a partir da alteração dos métodos de produção, promovido pelo empresário, que percebe as oportunidades para a introdução de inovações, recorre ao sistema bancário, na busca de crédito, para financiar as inovações. Logo, os empresários inovadores são seguidos por outros, quebrando-se assim o equilíbrio estacionário, surgindo assim, a “destruição criadora” (SCHUMPETER, 1997).

Por sua vez, como ressalta Schmidt Filho (2011), as empresas não-inovadoras perdem fatias de mercado para as inovadoras, que ao introduzirem produtos novos e com preços mais competitivos (menores) passam a ser predominantes no mercado. Dessa maneira, as empresas que não inovam, apresentam como resultado, duas situações excludentes: falem ou aceitam as perdas de mercado e se adaptam a nova estrutura produtiva.

Contudo, a economia tem a tendência de entrar em recessão, com declínio da atividade inovadora, visto que, as empresas em posições de maior fragilidade financeira não irão “arriscar” muito em atividades inovadoras. Essa recessão é intensificada quando há a necessidade de resgate dos empréstimos bancários que levam a redução dos preços e da renda monetária. Todavia, tais efeitos, não são suficientes para gerar uma depressão em larga escala e, portanto, antes que passe muito tempo, o clima pode se tornar propício para novas atividades empresariais. Embora, Schumpeter considere a possibilidade de que este quadro não se revertesse, e a economia entrasse em um estado de “depressão permanente”, de modo geral, haveria o retorno a uma posição de equilíbrio com pleno emprego. Quando a economia retornasse ao equilíbrio, todo o processo seria reiniciado, só que o novo ponto de equilíbrio se encontra em uma posição mais elevada que aquela que estava no início, em decorrência do aumento na renda nacional e da renda per capita, causadas pela inserção de inovações (MORICCHI; GONÇALVES, 1994; SCHMIDT FILHO, 2011).

Nesse sentido, verifica-se que para Schumpeter (1961), os ciclos econômicos são uma condição *sine qua non* para que o desenvolvimento se manifeste. Para o autor, os ciclos apresentam periodicidades distintas, pois o período entre o momento em que se introduz uma inovação e o momento em que ela começa a produzir mercadorias que caem no mercado varia de acordo com a natureza da própria inovação. Desse modo, Schumpeter (1961), aponta três tipos de ciclos: I) ciclo de Kondratieff ou ciclo de "ondas longas", com um período variável de 54 a 60 anos (destes, o primeiro verificado historicamente foi de 1783 à 1842 e o segundo de 1842 à 1897); II) ciclos de Juglar, que tem duração de 9 à 10 anos; e, III) ciclo de Kitchin, com duração de 40 meses.

Nesse sentido, tendo como principal foco de análise a interação entre os atores econômicos, sociais e políticos que fortalece capacitações e propicia a difusão de inovações em um determinado país e, partindo das contribuições teóricas de Schumpeter, emergiu na década de 1980, o conceito de Sistema Nacional de Inovações, seguindo uma linha de abordagem iniciada por Freeman, em 1987 e Lundvall, em 1988; que vem ganhando contribuições sucessivas da linha neo-schumpeteriana. Tal conceito defende

que as trajetórias que surgem de um paradigma tecnoeconômico raramente são impulsionadas apenas por fatores científicos e tecnológicos externos. Em outros termos, fatores econômicos e sociopolíticos, são extremamente relevantes na compreensão da determinação de trajetórias tecnológicas em diferentes países. Desse modo, quando se analisa a trajetória evolutiva dos países desenvolvidos não se pode compará-la com a dos países em desenvolvimento (SCHUMPETER, 1997; TIGRE, 2005; SCHMIDT FILHO, 2011).

Nesse sentido, verifica-se que, com a adaptação do conceito de desenvolvimento para a esfera ambiental, os processos de inovação também devem estar na direção da sustentabilidade, pois, como destaca Queiroz (2011, p.166), "atualmente sabe-se que de nada adianta promover mudanças estruturais sem que sejam ambientalmente sustentáveis a longo prazo". Nesse cenário, como apresenta Lustosa (2002) para que ocorram melhorias ambientais, as firmas devem adotar inovações; contudo, o foco da análise deve sair da firma e centrar-se nos setores industriais, buscando uma abordagem sistêmica. Ou seja:

A inovação na firma não é resultado de uma decisão baseada em fatores internos, mas de interações complexas entre a firma e seus clientes e fornecedores, e de um contexto mais amplo, que inclui o ambiente institucional, cultural e social, a infraestrutura, aspectos macroeconômicos, o sistema de inovação (LUSTOSA, 2002, p. 6-7).

Por fim, em consonância com Queiroz (2011) ressalta-se que as empresas que investem em inovações ambientais apresentam melhor desempenho econômico, uma vez que, a inovação pode ser um fator-chave para fazer o link da dimensão ambiental com o desenvolvimento, elevando seu caráter gerador de sinergias. Assim, as inovações podem colaborar para que os processos produtivos se tornem progressivamente mais limpos com a introdução de máquinas mais eficientes e redutoras do consumo de materiais.

CONCLUSÕES

Após a pesquisa, em consonância com Schumpeter, conclui-se que as inovações se apresentam como diferencial para um país, possibilitando, inclusive, a superação do hiato tecnológico existente em relação aos países mais avançados. Sendo o conhecimento e as inovações considerados como principais fatores definidores da competitividade e desenvolvimento (nacional, regional, empresarial ou mesmo individual). Entretanto, considera-se que fatores econômicos e sociopolíticos, são extremamente relevantes na compreensão da determinação de trajetórias tecnológicas em diferentes países e, por isso, devem ser levados em consideração nas análises para a busca de um desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Thales de. Inovação Tecnológica e Meio Ambiente: a construção de novos enfoques. *Ambiente & Sociedade* – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23538>>. Acesso em: abr. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Crescimento e Desenvolvimento Econômico*. Jun. 2008. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia

de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Disponível: < bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: dez. 2015.

MORICOCCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. *Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica*. Informações Econômicas, São Paulo, v. 24, n. 8, ago. 1994. Disponível em: < <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/tec3-0894.pdf>>. Acesso em: abr. 2015

OREIRO, José Luís. *Progresso tecnológico, crescimento econômico e as diferenças internacionais nas taxas de crescimento da renda per capita: Uma crítica aos modelos neoclássicos de crescimento*. Economia e Sociedade, Campinas, p. 41-67, jun. 1999. Disponível em: < www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=488&tp=a>. Acesso em: abr. 2015.

TIGRE, Paulo Bastos. Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 4, n. 1, jan/jun, 2005. Disponível em: < <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/rbi/issue/view/29>>. Acesso em: abr. 2015.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Capitalismo-socialismo-e-democracia-Joseph-A.-Schumpeter.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

_____. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico* (Tradução de Maria Sílvia Possas / Disponibilizado por Ronaldo Dart Veiga). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. ISBN 85-351-0915-3. Disponível em: <http://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2009/06/s_Schumpeter_-_Teoria_do_Developolvimento_Econ%C3%B4mico_->. Acesso em: abr. 2015.

SCHMIDT FILHO, Ricardo. *Uma perspectiva Schumpeteriana/Estruturalista do padrão de Competitividade Internacional Brasileiro: 1985-2007*. 2011, 239f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

PERFIL DE CONSUMO DOS BOLSISTAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA: ANÁLISE DOS BENEFICIÁRIOS DAS ZONAS RURAL E URBANA

Denis Fernandes Alves¹⁹¹
Pedro José Rebouças Filho¹⁹²

Área de submissão: Desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente

INTRODUÇÃO

Há aproximadamente 2500 anos, Sun Tzu escreveu um livro chamado “A Arte da Guerra”, mostrando que o mérito supremo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar, ou seja, a questão central da estratégia antes de mais nada passa pelo fato de conhecer os hábitos dos inimigos. (PESSOA; ZACHEO; TAMAE, 2008)

Com um crescente mercado consumidor, se torna indispensável conhecer as necessidades e preferências dos consumidores, de forma racional. A Racionalidade, neste contexto, significa que, ao agir e interagir, os indivíduos têm planos coerentes e tentam maximizar a satisfação de suas preferências ao mesmo tempo que minimizar os custos envolvidos. (BAERT, 1997)

Holisticamente, os consumidores estão mais exigentes e atentos em relação aos produtos e serviços que consomem. Entender o comportamento do consumidor requer uma análise específica sobre diversos tipos de clientes. (BRIZOLA; CASTRO, 2005)

Baseado no raciocínio acima, objetivou-se com este trabalho estudar e definir o perfil de consumo dos bolsistas de Iniciação Científica (IC) da Universidade Regional do Cariri (URCA) e a partir deste ponto compreender o impacto econômico dos recursos destas bolsas na Região do Cariri, identificando como, onde e quando os alunos bolsistas estão alocando seus recursos de forma a atender suas necessidades e, portanto, identificar quais setores da economia local são diretamente impactados, pelo consumo destes alunos, em uma análise que subdivide os alunos oriundos da zona urbana e oriundos da zona rural.

Os três programas de iniciação científica da URCA (PIBIC: URCA, FUNCAP e CNPQ) são responsáveis pela distribuição de 191 bolsas de IC, segundo dados da própria Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da URCA (PRPGP/URCA), ano base 2015. Cada bolsista recebe mensalmente R\$ 400,00. O impacto econômico destas bolsas de pesquisa na região é da ordem de R\$ 76.400,00 por mês e de R\$ 916.800,00 por ano, a partir destes dados percebe-se a importância econômica e o impacto econômico dos programas de IC da URCA na renda local na região do Cariri, mas o objetivo central desta pesquisa é conhecer o perfil de consumo destes alunos, identificando quais setores

¹⁹¹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

¹⁹² Mestre em Economia pelo CAEN/UFC, Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA).

da economia local estão sendo beneficiados mais diretamente por esse montante de recursos que circula na economia carirense proveniente dos programas de Iniciação Científica da URCA.

A pesquisa contou com a utilização de dados primários, coletados segundo aplicação de questionários qualitativos, nos campus do Pimenta/URCA, na cidade de Crato-CE. A amostra foi definida a partir da metodologia de pesquisa de mercado, com base no modelo EKB. O software utilizado para a tabulação dos dados foi o SPSS.

O universo do estudo foi de 191 indivíduos bolsistas, segundo dados disponibilizados pela própria Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PRPGP). O tamanho da amostra para aplicação dos questionários foi determinado com base no método proposto em Hoffmann (2006), em que o cálculo amostral levou em consideração um nível de 95% de confiança e uma margem de erro de 5% e, deste modo, apontou assim para uma amostra de 108 bolsistas de IC, cuja seleção dos entrevistados foi de modo aleatório, dentre os alunos contemplados com bolsas IC de diversos cursos da instituição.

Os resultados desta pesquisa poderão balizar iniciativas do comércio local em relação aos setores da economia que estão mais relacionados ao perfil de consumo destes alunos bolsistas. Além de direcionar as ações do mercado local especificamente para atender as necessidades deste público consumidor.

DINAMISMO MERCADOLÓGICO E COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.

O dinamismo de mercado é muito intenso em uma economia capitalista e de grandes proporções como a brasileira (PESSOA; ZACHEO; TAMAE, 2008). Uma pesquisa de mercado, vai além da procura de informações, ela é responsável por analisar fenômenos que se registram em uma troca de bens e/ou serviços ao consumidor, conjecturando todo o dinamismo do mercadológico. A pesquisa de mercado pode ser utilizada como recurso auxiliar na solução de problemas enfrentados por dirigentes de negócios em geral. (TEIXEIRA, 1997, p. 228)

É por meio das pesquisas de mercado, que se torna possível compreender o comportamento do consumidor e, ainda adquirir informações úteis para as atividades mercadológicas. O comportamento do consumidor é entendido como “o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou dispõem de produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos”. (PINHEIRO, 2006, p. 21)

De acordo com Dornbusch, Fischer e Startz (2010) “o consumo explica cerca de 70% da demanda agregada”, entende-se que a procura por bens e serviços numa dada economia, levando em consideração o nível de preços, tem um comportamento de consumo elevado e maior em relação aos demais setores da economia combinados.

O conhecimento é um fator crucial para a prosperidade de uma empresa, sendo que a gestão eficiente do conhecimento é o diferencial e sua vantagem competitiva (PESSOA; ZACHEO; TAMAE, 2008). É a partir deste conhecimento que Levitt (1990 apud SCHENINI et al., 2006) ressalta, por sua vez, apresentando duas premissas quanto ao comportamento dos consumidores: A homogeneização das carências do mundo e; A disposição das pessoas em sacrificar preferências específicas em características, funções, desenho do produto e coisas parecidas por preços mais baixos e qualidade mais alta.

Ao marketing da empresa cabe conhecer cada uma dessas forças e tomar a dianteira para um posicionamento ótimo (SCHENINI et al., 2006). Esta estratégia utilizada pelas empresas conciliada com a demanda por produtos escassos, pode proporcionar ao marketing um efeito positivo, ou seja, mistura-se a carência por bens e serviços que assola o mundo e concilia um incremento novo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Perfil dos Bolsistas

Em uma amostra total de 108 bolsistas que responderam ao questionário aplicado, é importante enfatizar que as escolhas de forma aleatória, colaboraram para um resultado mais sólido. Os resultados apontam que uma grande maioria dos bolsistas entrevistados é do sexo feminino, condizendo a 67%, em uma quantidade de 72 entrevistadas. Já pelo lado masculino, tem-se uma quantidade percentual de 33%, em um total de 36 entrevistados.

A partir desta informação, é possível identificar que a presença da mulher no campo científico/pesquisador, é elevada tornando-as bem engajadas nos programas de iniciação científica. Entretanto, a feminização do trabalho e da universidade pode, à primeira vista, induzir à conclusão de que as mulheres estão ocupando o lugar dos homens nas instituições de ensino e ocupando vagas de emprego no mercado de trabalho. Porém, nossa interpretação segue outra trajetória. O que de fato se verifica é que as mulheres aumentam sua participação na atividade produtiva com base em suas habilidades femininas. (PATRICIA-BONINI; PAULA; MENEZES, 2011)

Tabela 1: – Frequência absoluta e relativa dos alunos bolsistas segundo sua faixa etária.

Faixa etária	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
19 anos ou menos	31	28,7
De 20 a 22 anos	59	54,6
Mais de 22 anos	18	16,7
TOTAL	108	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa.

Por meio da tabela 1, é possível perceber, que a maior frequência absoluta e relativa de idades dos alunos bolsistas está entre o intervalo de 20 a 22 anos, com mais de 50% da amostra, atendendo a partir desta informação ao critério de maioridade.

Por meio dos resultados da pesquisa, foi possível notar uma média de idade destes alunos. Pelo sexo feminino, tem-se uma média de 21 anos de idade, já por lado masculino esta média é inferior, e chega a ser de 20 anos.

Tabela 2: Frequência absoluta e relativa das origens do alunos bolsistas segundo seu sexo

Residência	Sexo				Total	
	Feminino		Masculino			
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Zona Urbana	43	67,2	21	32,8	64	100,00
Zona Rural	29	65,9	15	34,1	44	100,00
TOTAL	72	67,0	36	33,0	108	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

Pode-se concluir, por meio da tabela 2, que em sua maioria e não obstante ao local de origem, as mulheres são as mais contempladas com bolsas IC. A zona urbana em ambos os sexos mostra-se com percentual relativo maior, do que a zona rural, ou seja, há

mais bolsistas da URCA de origem predominantemente urbana do que advindos da zona rural. No caso dos alunos de origem urbana, somam-se 64 bolsistas de iniciação científica. Os bolsistas do sexo masculino representam 32,8% da amostra, enquanto as mulheres compreendem em termos absolutos, compreende mais que o dobro deste último valor, em um percentual de 67,2%. Enquanto que os alunos de origem predominantemente rural, contabilizam um total de 44 bolsistas de IC, dividindo-se em 34,1% homens e 65,9% mulheres, este número de mulheres, mesmo que inferior ao caso anterior citado, mostra-se ainda superior aos homens.

Por meio dos dados, foi estimada uma média da renda mensal familiar dos bolsistas. Nota-se uma média de R\$1.693,86 para alunos oriundos da zona urbana e, superando os R\$1.547,82 dos bolsistas advindos do campo. Superando a renda média familiar de R\$ 1.062 dos novos consumidores brasileiros, que de acordo com Pessoa, Zacheo e Tamae (2008 apud De Chiara, 2008) já somam 86,2 milhões de pessoas já detêm um quarto de todo o poder de consumo. Estes resultados demonstram que o valor da renda média familiar dos bolsistas da zona urbana é superior aos bolsistas oriundos da zona rural, em uma diferença percentual de aproximadamente 10%, segundo os dados da pesquisa.

Tabela 3: Frequência absoluta e relativa dos bolsistas por residência segundo orçamento pessoal e poupança.

		Residência			
		Zona Urbana		Zona Rural	
		Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Realiza controle do orçamento pessoal?	Sim	48	75,0	33	75,0
	Não	16	25,0	11	25,0
TOTAL		64	100,0	44	100,0
Você destina parte do valor da bolsa para poupança?	Sim	24	37,5	18	40,9
	Não	40	62,5	26	59,1
TOTAL		64	100,0	44	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa.

Com o propósito de compreender como estes alunos regulam seus gastos, a tabela acima, demonstra a relação dos bolsistas que realizam ou não o controle pessoal. Os resultados apontam em valores brutos e percentuais a frequência dos bolsistas que realizam controle dos seus gastos, em um orçamento pessoal mensal, subdivididos em dois grupos os advindos da zona urbana e da zona rural, demonstrando desta maneira que que em ambas as localidades, em termos relativos, 75% dos alunos responderam que sim, fortalecendo assim o arcabouço de que estes controlam o recurso de sua bolsa para uso necessário. Já $\frac{1}{4}$ dos bolsistas entrevistados afirmaram que não realizam, afirmam desinteresse ou desconhecem como fazer.

Outra questão econômica importante, levantada na tabela 3, é referente a poupança do recurso. Cujas características principais são retenção de parte de sua renda para consumo futuro. Segundo Mankiw (2009), Keynes afirma que há uma competição da poupança e consumo por recursos. Deste modo, temos que enquanto existe aumento em

um o outro necessariamente irá reduzir. O modelo Keynesiano simples fortalece esta abordagem, em que o nível de poupança é expressão da renda menos o valor do consumo.

Entretanto ambas as localidades responderam que não destinam parte do recurso para poupança. Na zona urbana, o percentual foi de 62,5%, já os bolsistas da zona rural, em termos absolutos e relativos é pouco mais equilibrado, porém uma maioria de 59,1%, estes afirmam não destinar parte do recurso para uma poupança. Deste modo, interpretando a luz dos pensamentos keynesianos, constata-se que ao afirmarem que destinam parte do recurso para poupança os estudantes bolsistas estão retendo parte do recurso para posterior consumo.

Impacto e preferências no consumo dos alunos beneficiários

O impacto econômico mensal de R\$ 400,00 reais e anual de ordem de R\$ 4.800,00 na vida do estudante bolsista de programas de Iniciação Científica, tem sido bastante positivo. O incremento em sua renda deste valor, proporciona-lhe novos hábitos, novos gostos, novas preferências. Em vista disto, a pesquisa procurou entender de que forma este impacto econômico pode estar associado a melhoria na qualidade de vida dos alunos.

Tabela 4: Frequência absoluta e relativa do impacto econômico segundo a qualidade de vida dos bolsistas de IC

			Residência		Total
			Zona Urbana	Zona Rural	
O recebimento da bolsa IC, melhorou sua condição nutricional?	Sim	Absoluta	44	27	71
		Relativa (%)	62,0	38,0	100,0
	Não	Absoluta	20	17	37
Relativa (%)		54,1	45,9	100,0	
O recebimento da bolsa IC, melhorou sua condição de habitação?	Sim	Absoluta	22	34	56
		Relativa (%)	39,3	60,7	100,0
	Não	Absoluta	42	10	52
Relativa (%)		80,8	19,2	100,0	
O recebimento da bolsa IC, melhorou sua condição lazer?	Sim	Absoluta	46	29	75
		Relativa (%)	61,3	38,7	100,0
	Não	Absoluta	18	15	33
Relativa (%)		54,5	45,5	100,0	
O recebimento da bolsa IC, melhorou sua condição de transporte?	Sim	Absoluta	44	34	78
		Relativa (%)	56,4	43,6	100,0
	Não	Absoluta	20	10	30
Relativa (%)		66,7	33,3	100,0	
TOTAL		Absoluta	64	44	108

	Relativa (%)	59,3	40,7	100,0
--	-----------------	------	------	-------

Fonte: Dados da Pesquisa.

Por meio do fomento das bolsas de IC, nota-se que houveram melhorias nas condições de vida destes alunos contemplados. Dentre elas, a mais expressiva na análise do rural com o urbano, fora a condição de habitação, pois enquanto os estudantes da zona urbana, em sua maioria, alegam não haver melhorias neste aspecto, os alunos oriundos da zona rural, em termos percentuais representando 60,7%, afirmam melhorias, aonde muitos destes passaram a integrar-se na região do Crajubar, termo designado que compreende as iniciais das cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Desta forma, utilizam parte do benefício para pagamento de serviços como alugueis ou até mesmo pensionatos. O recurso facilita a moradia destes estudantes nas regiões circunvizinhas a universidade.

Por intermédio da bolsa, o recurso impactou positivamente nas outras 3 condições. Melhorias nas condições nutricional, lazer e transporte, foram afirmadas com maior frequência por bolsistas da zona urbana, sendo que foram resultados positivos e satisfatórios em ambas as localidades. Passeios, pequenas viagens, compras de bens eletrônicos como celulares, cinemas, dentre outros entretenimentos foram as principais justificativas de melhorias na condição de lazer, sinalizada pelos mesmos durante a aplicação. Corroborando assim com as características pertinentes a classe C, em que Pessoa, Zacheo e Tamae (2008 apud De Chiara, 2008) afirma que estes consumidores não somente pensa em casa e família, mas também tem outros desejos tais como: comprar eletrodoméstico, decorar a casa e comprar móveis, trocar de celular e viajar.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir acerca do perfil dos bolsistas de IC da URCA. Estes se caracterizam por diversas particularidades. Na sua maioria são estudantes do sexo feminino, com idade média de 21 anos, detendo uma renda familiar média mensal de pouco mais de 2 salários mínimos, são de origem predominantemente urbana, costumeiramente fazem controle pessoal dos gastos com o recurso, entretanto não alocam parte do mesmo para poupança.

Os resultados da pesquisa apontam positivas melhorias. A melhoria de mais impacto na vida dos bolsistas do campo fora em termos habitacionais, já para os bolsistas de zona urbana o recurso é bastante utilizado para o lazer, onde 46 bolsistas de 64 afirmaram que sim. Por meio do fomento da bolsa os beneficiários afirmaram estar satisfeitos com as melhorias em sua condição de vida e com o impacto acadêmico e profissional, proporcionando-lhes maior representatividade na instituição no avanço das pesquisas. Entretanto, deve-se estudar na economia local do Cariri, empreendimentos capazes de atender a estes perfis. Desta forma, cabe aos comerciantes e empresários fortalecer o marketing e os produtos e serviços ofertados para atender as grandes demandas no setor imobiliário, alimentício e de traslado entre os municípios (transporte) com o deslocamento de bolsistas da zona rural de outros municípios para o centro urbano da região caririense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAERT, P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo-SP, v. 12, n. 35, p. 3, Out. 1997.

BRIZOLA, M. V.; CASTRO, A. M. G. Sintonia da informação sobre as preferências dos consumidores de carne bovina entre os agentes da cadeia de produção no Distrito Federal. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras-MG, v. 7, n. 3, p. 370-381, 2005.

DORNBUSCH, R.; FISCHER S.; STARTZ, R. *Macroeconomic*. 10. Ed. São Paulo: McGraw Hill, 2010.

HOFFMANN, R. **Estatística para Economistas**. 4. Ed. São Paulo: Cengage Learning. São Paulo, 2006.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 7. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

PATRICIA-BONINI, E.; PAULA, G. C.; MENEZES, E. C. O. **Participação Feminina na Universidade, na Produção e no Rendimento Médio da Grande Florianópolis**. Cadernos de Economia Regional, 2011.

PESSOA, F. N.; ZACHEO, P. A.; TAMAE, R. Y. O perfil de consumo da classe C. **Rev. Científica Eletrônica de Administração**, Garça-SP, v. 8, n. 14, Jun. 2008.

PINHEIRO, R. M., et al. **Comportamento do Consumidor e Pesquisa de Mercado**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 21.

SCHENINI, P. C.; SCHMITT, V.; SILVA, F. A.; PEREIRA, M. F. **Marketing Verde como uma abordagem estratégica frente ao novo perfil de consumo**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza, CE, Brasil, 23 a 26 de Jul. 2006.

TEIXEIRA, H. A. Pesquisa de Mercado. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 223 - 234, jul./dez. 1997.

RUY MAURO MARINI E A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

Ray Araujo Duarte do Rêgo (raydduarte@gmail.com)¹⁹³

Área de Submissão: Economia Política

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura apresentar o tratamento categorial de Ruy Mauro Marini para entender o capitalismo dependente latino-americano, que segundo a corrente de pensamento agrupada sob o nome da teoria marxista da dependência apresentava especificidades em relação a outras formações sociais capitalistas. As principais categorias adotadas serão a de troca desigual, a superexploração do trabalho e o subimperialismo, que compõem a estrutura do “capitalismo *sui generis*” latino-americano.

Marini foi um intelectual brasileiro empenhado na tarefa de entender rigorosamente a realidade social e econômica da América Latina para subsidiar a luta popular por melhores condições de vida. Sua contribuição teórica é amplamente reconhecida, tendo sua influência ultrapassado os limites do continente em que viveu e que estudou, para chegar a ecoar nos Estados Unidos e na Europa.

Sua obra começou a ser escrita num período turbulento da história brasileira, chegava ao fim o período desenvolvimentista no Brasil com a formação de um cenário político de erupção. A revolução cubana tornou a perspectiva socialista concreta aos países sul-americanos, movimentos sociais e a alta burguesia do país (de acordo com os interesses dos grandes centros capitalistas) estavam em conflito explícito. Diante disso o marxismo se apresentou como a metodologia que poderia dar suporte a um programa intelectual revolucionário, no qual se empenhou Marini. O engajamento valeu-lhe o exílio do país em 1964, quando do golpe militar que representava a tomada do poder pela burguesia mais atrasada e submissa ao capital internacional.

A realidade latino-americana vinha sendo interpretada sobretudo sob a ótica desenvolvimentista da CEPAL, segundo ela poderíamos superar as limitações impostas

¹⁹³ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande; Integrante do PET economia e do Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica – GAACE.

pelo comércio exterior (que impunha a especialização interna na produção de bens primários) para alcançar um desenvolvimento baseado no mercado interno, tal como tinha acontecido com vários dos países centrais. Com a crise do processo de substituição de importações e a internacionalização de capitais da década de 60, estes pressupostos ficariam seriamente em dúvida. A teoria marxista da dependência, da qual Marini foi o representante mais notável, foi uma corrente de pensamento que empreendeu a tarefa de superar as teorias ortodoxa e cepalina do desenvolvimento. Esta teoria identifica que as relações entre subdesenvolvimento e desenvolvimento não são de exclusão, mas complementares e úteis à manutenção da ordem capitalista vigente, na qual é vedado o desenvolvimento aos dependentes.

A metodologia utilizada no trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica que seguiu os seguintes passos: i) levantamento e seleção das principais obras de Marini, assim como de outros trabalhos que buscaram sistematizar as contribuições do autor e colocá-las no contexto geral da teoria da dependência; ii) leitura e fichamento do material selecionado; e iii) análise dos textos originais e fichamentos para elaboração do presente resumo.

REVISÃO DE LITERATURA

Como referencial teórico foram utilizadas duas obras clássicas de Marini, “Dialética da dependência” e “Subdesenvolvimento e revolução”, nas quais são expostos os fundamentos teóricos e metodológicos que basearam a obra do autor, assim como as principais categorias criadas para explicar o capitalismo dependente sul-americano. Como suporte também foram utilizadas outros trabalhos que buscaram sistematizar as contribuições do autor e contextualizá-las no âmbito maior da teoria da dependência, além de “O capital” de Marx, indispensável para compreender os conceitos e categorias utilizados pelo autor apresentado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, cumpre sublinhar a crítica que Marini fez aos dois tipos de desvios que, para ele, marcavam as análises marxistas da realidade latino-americana em sua época: “a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato e a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde em aceita-lo em sua formulação pura.” Os dois acabariam redundando em dogmatismo e ecletismo, respectivamente. No primeiro caso, preserva-se o rigor teórico com relação aos preceitos marxistas, mas não é feita a devida adequação da teoria à realidade concreta, que na América Latina sofre interferências e deformações em relação à formulação mais abstrata do capitalismo descrita n’O capital. No segundo caso, diante da dificuldade de adequação imediata, buscam-se outros enfoques metodológicos que ajudem a explicar a realidade, incluindo-se, assim, no arcabouço teórico marxista diversos corpos estranhos, que não lhe são compatíveis. Ao contrário destas, as análises marxistas devem ter claro que as leis gerais que conformam o capitalismo têm manifestações históricas distintas, de acordo com os diferentes lugares e épocas em que agem. Logo, é importante buscar entender as especificidades de cada

contexto histórico e, ao mesmo tempo, manter um rigor metodológico que permita projetar alternativas possíveis.

A dependência é caracterizada para Marini como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, sendo que, no âmbito dessa subordinação, as relações de produção dos países subordinados são moldadas de modo a garantir a reprodução ampliada do capital nas economias avançadas, assim como a reprodução da própria relação de dependência. Dentro disso, destaca-se que a participação da América Latina no mercado mundial propicia as condições para que os países centrais passem a acumular com base na exploração de mais-valia relativa (forma de apropriação de valor excedente do trabalho relacionada a aumentos de produtividade), ficando a cargo dos países latinos a acumulação baseada em mais-valia absoluta (relacionada a aumento da exploração física da força de trabalho) e em ganhos menores de produtividade.

Tal relação teria se consolidado a partir da revolução industrial inglesa e da independência dos países latino-americanos no século XIX, quando se define mais precisamente uma divisão internacional do trabalho, que será o domínio em que acontece essa relação específica de subordinação entre países. A inserção que a América Latina tem na economia mundial a partir desse momento conformará a dinâmica da sua acumulação de capital, que será diferente daquela apresentada nos países centrais. A causa principal disto está na transferência de valor da periferia para o centro devido aos mecanismos da troca desigual.

Troca desigual

Marini constata que existia uma tendência de aumento da oferta de bens primários como alimentos, apesar da progressiva deterioração do preço destes em relação aos bens industriais, produzidos principalmente nos Estados Unidos e na Europa. O autor vai identificar a causa deste fenômeno na troca desigual que ocorre entre as nações e que resultam no fato de que parte do valor que é produzido na periferia seja apropriado e faça parte do ciclo de acumulação do centro graças a mecanismos que estão ligados à forma que se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias.

Em função da inserção subordinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista, definem-se mecanismos estruturais de transferência de do valor que, embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais. (Carcanholo, 2013, p. 81)

O primeiro mecanismo citado por Marini está relacionado com a fixação dos preços de mercado e a relação destes com a produtividade de diferentes linhas de produção de uma mesma mercadoria. Se um capital é mais produtivo que outro, suas mercadorias terão menos valor incorporado (é necessário menos tempo de trabalho para produzir as mercadorias), como as mercadorias são trocadas pelo tempo de trabalho socialmente necessário, esses capitais mais produtivos poderão vender suas mercadorias por um valor maior que o delas próprias, apropriando-se assim de uma mais-valia extraordinária. No plano do mercado mundial, isso implica que as economias com

produtividade abaixo da média se apropriarão de menos valor do que produziram. Ou seja, no comércio de mercadorias que são produzidas pelo centro e também na periferia existe uma transferência de valor segundo este mecanismo, posto que a produtividade dos capitais atuantes na primeira é mais elevada.

O segundo mecanismo abordado está relacionado à formação dos preços de produção. Os capitais que produzem mercadorias com composição orgânica do capital (razão entre a utilização de capital constante e capital variável numa linha de produção) acima da média da economia tem um preço de produção abaixo dos valores de mercado, isso permite que eles obtenham uma taxa de lucro extraordinária. O monopólio da produção de mercadorias com maior composição orgânica do capital, detido pelas economias centrais, faz com que os demais países tenham que ceder sistematicamente parte do valor que produzem.

Estas transferências de valor minam as taxas de lucro das empresas nos países dependentes, o que causaria a interrupção da acumulação de capital nessas economias, se estas não recorressem a um mecanismo de compensação: o aumento da massa de valor (ou mais-valia) produzida e trocada. O aumento da oferta de bens primários em detrimento da deterioração dos seus preços é então uma forma de responder à inserção subordinada dos países latinos no mercado mundial, que implica na cessão de mais-valia para o centro. Marini afirma que a forma encontrada para aumentar a massa de mais-valia produzida é a maior exploração da força de trabalho.

Superexploração do trabalho

Deslocando então a análise do âmbito da circulação de mercadorias para entrar na produção interna aos países dependentes, Marini apresenta a superexploração do trabalho, categoria central e inerente às formações sociais dependentes. Superexploração diz respeito à remuneração da força de trabalho abaixo do valor dessa mercadoria, estando esse definido como o valor necessário para a reposição do desgaste da força de trabalho segundo uma dada condição histórica.

A superexploração está ligada à utilização de alguns mecanismos como a diminuição de salários, intensificação do trabalho, aumento da jornada de trabalho, entre outros. Como exposto por Marini,

(...) os três mecanismos identificados — a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho — configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. (Marini, 2005a, p. 154).

A superexploração do trabalho é uma característica intrínseca às economias dependentes porque ela é consequência necessária dos mecanismos de transferência de excedentes da periferia para o centro. Como geram queda na taxa de lucro de capitais em

países com baixa produtividade, terão a maior exploração física da força de trabalho como forma primeira de compensação.

A remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor não é um fato que acontece exclusivamente em economias dependentes. Em situações de crise, este é um método utilizado também nas economias desenvolvidas para aumentar a taxa de lucro. Entretanto, a superexploração do trabalho é uma categoria própria de formações dependentes por ser uma característica necessária e permanente dessas formações, como consequência da sua inserção subordinada no plano internacional.

Subimperialismo

A categoria superexploração do trabalho acaba se desdobrando em um segundo mecanismo de compensação das perdas sofridas no âmbito do comércio internacional, o subimperialismo, também central para entender a dinâmica do capitalismo dependente. Seu surgimento data da década de 50, a partir da exportação de capitais manufatureiros para alguns países dependentes, principalmente por meio de investimentos externos diretos, quando se passou a priorizar nesses países a produção de bens de consumo durável, que Marini identifica com a alta esfera de consumo. A partir daí, aumenta a composição orgânica do capital nos países periféricos (pelo fato das indústrias implantadas demandavam menos capital variável em relação ao capital constante) e passa a existir no mercado de trabalho uma tendência de aumento do exército industrial de reserva, ou seja, de aumento da massa de trabalhadores desempregados. A ligação dessa tendência com a superexploração está na concorrência do mercado de trabalho, que é um fator que exerce pressão para baixo sobre os salários, o maior número de trabalhadores desempregados facilita a realização da superexploração do trabalho.

Acontece que a própria superexploração do trabalho impõe uma séria limitação à expansão do mercado interno, principalmente no que se refere aos bens que compõe a esfera alta de consumo. Logo, evidenciou-se um problema de realização de valor para essas poucas economias dependentes que se tornaram produtoras de manufaturados. A solução para este problema é então buscada através de esquemas de ampliação das relações comerciais em relação aos países vizinhos, também dependentes, seja por via da exportação de manufaturados ou pela via financeira, obtendo-se assim um mercado maior para seus produtos.

A questão do subimperialismo corresponde assim à formação de centros medianos de acumulação dentro da periferia do sistema, centros onde a acumulação estaria centrada na produção de bens de consumo duráveis e que são levados a ampliarem seus mercados rumo aos países vizinhos menos favorecidos, forjando assim relações correspondentes às do imperialismo no próprio âmbito das economias dependentes. Cumpre notar que, com isto, essas “potências” regionais não deixam sua condição de dependência, mas antes, que a própria condição dependente as leva a replicar os mecanismos de transferência de valor para países mais frágeis. Como assinala Marini, o subimperialismo surge:

a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que se deriva da nova divisão internacional do trabalho e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho, o divórcio entre as fases do ciclo do capital, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores)” (MARINI, 2012, p. 8).

Nas economias centrais, a contradição entre a tendência à máxima exploração do trabalho no processo produtivo e a necessidade do consumo por parte dos trabalhadores leva à criação de meios que permitam à massa dos trabalhadores ter acesso aos bens industriais. Enquanto isso, nas economias dependentes, onde o achatamento salarial prevalece sobre os ganhos de produtividade, a saída para o problema de realização é buscado na ampliação das relações comerciais do ponto de vista regional.

CONCLUSÕES

Desde seu período colonial, a América Latina está submetida aos interesses dos principais centros do sistema mundial. No século XIX, a independência formal é decretada na maioria dos países do continente, se consolida na Europa o sistema capitalista com a revolução industrial e a divisão internacional do trabalho passa a estar mais bem definida. A partir de então passa a vigorar uma nova relação entre os países latinos e os de centro, intermediada pelo mecanismo do mercado mundial. Tal relação conforma economias e sociedades diferentes, não só quantitativamente quanto qualitativamente.

Ruy Mauro Marini dedicou-se para compreender quais os mecanismos que definem a condição subordinada da nossa inserção externa e quais as consequências disso na dinâmica do capitalismo latino-americano. Começou explicando os mecanismos da troca desigual: através do comércio entre as mercadorias dos países subdesenvolvidos e as dos países desenvolvidos (que conta com os setores e capitais mais produtivos) parte do valor produzido nos primeiros é acumulado pelos segundos.

A transferência de valor mina os lucros dos capitais dependentes e os levam a buscar mecanismos de compensação, dos quais a superexploração do trabalho é o principal. Ela está ligada a formas de extração de mais-valia derivadas do maior consumo físico da força de trabalho, os ganhos de produtividade são mais limitados nessas economias. Muitas das deficiências estruturais das economias periféricas, como a distribuição regressiva de renda e riqueza, a marginalidade e exclusão social exacerbadas guardam relação estreita com a superexploração.

Estarem submetidos no plano internacional ainda leva os países do continente que receberam investimentos em áreas de maior produtividade a replicar os mecanismos imperialistas de que são objeto para outros países dependentes de maior fragilidade, através do subimperialismo. Este é um segundo mecanismo de compensação das perdas no comércio exterior e deriva da superexploração, posto que nessas economias o mercado

interno é limitado pelos salários baixos e os países produtores de mercadorias de maior valor agregado tem que expandir seus mercados para fora para conseguir realizar o valor produzido. Destaca-se que praticar o subimperialismo não tira um país da sua condição de dependência, antes é ela própria que o obriga a isso para seguir acumulando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARCANHOLO, M. (im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. in: ALMEIDA FILHO, N. **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

_____. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTOS, T. “A teoria da dependência: um balanço”. In: _____. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 5.

A INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO NOS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

Cristiane Ferreira Araujo (krica_bm@hotmail.com)¹⁹⁴

Helson Gomes de Souza (helson.g.souza@gmail.com)¹⁹⁵

Área de submissão: Economia Política

INTRODUÇÃO

A educação que é um importante alicerce para mudanças nos processos sociais, um fator determinante para a busca do conhecimento e melhoria da realidade de uma classe menos favorecida, tornou-se um instrumento de apoio ao sistema capitalista, que rende à educação a condição de mercadoria, um grande mercado globalizado e neoliberal que priorizam o lucro e o consumo (MINTO,2006).

Com a crise estrutural do capital, foi redefinido uma função para a educação, sendo um mecanismo de desenvolvimento desse sistema que incitasse a classe trabalhadora à uma ação revolucionária que a liberte da lógica perversa do sistema capitalista (FRERES et al, [s.d]).

A função da educação em uma economia capitalista é promover o desenvolvimento econômico, tornando a educação em capital, um fator de produção, induzindo o crescimento econômico e uma competitividade no mercado, corroborando a lógica do crescimento do capital pela educação (FRERES et al, [s.d]).

O principal objetivo desse trabalho é fazer uma análise sobre a influência que o capitalismo tem sobre os investimentos do Estado brasileiro na educação do referido país. Para tanto a presente pesquisa apoia-se teoricamente em uma base bibliográfica, além de fazer uso de dados de caráter quantitativo. O trabalho que se segue busca analisar as características das aplicações dos investimentos estatais em educação e suas ligações com os moldes do capitalismo atual, usando uma base de dados aplicada entre o período de 2009 a 2013.

¹⁹⁴ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA) – Campus Iguatu.

¹⁹⁵ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA) – Campus Iguatu.

REVISÃO DE LITERATURA

O capitalismo, suas crises e reconfigurações têm como pressupostos básicos o processo onde é a apropriação dos setores para a lógica de produção. O Estado, que é de interesse público, e as políticas sociais, são de grande utilidade para o processo capitalista, gerando grandes oportunidades de negócio (MINTO, 2006).

Essa lógica de constante reestruturação do capitalismo é um fator que atinge duramente a educação, os organismos financeiros internacionais usam como moeda de troca para concessão de financiamentos, resultados positivos na educação do país, que por sua vez busca esses resultados formulando diretrizes e estratégias para atingir as metas, não se preocupando com a qualidade do ensino e seu cunho social (SANTOS E ANDRIOLI, [s.d]).

A educação na sociedade capitalista está vinculada ao destino do trabalho, os processos de reprodução são fortes e presentes nas instituições de educação, um espaço que deveria ser rico de possibilidades no que tange à libertação de ideologias, uma melhoria na consciência dos cidadãos quanto ao seu papel na sociedade; e é meramente um fio condutor ao capital (MOURA, [s.d]).

Nesse contexto neoliberal, globalizado e capitalista, marcado pela abertura política e econômica dos países, com grandes corporações e indústrias de vários setores, há uma urgência pela sobrevivência no mercado que se expande vertiginosamente. Essas transformações implicam diretamente na educação e na cultura, não há mais como desatrelar a educação desse contexto sócio-político e econômico, exigindo pessoas altamente qualificadas e excluindo do processo produtivo os demais, gerando desemprego, miséria e fome (SANTOS E ANDRIOLI, [s.d]).

O ensino superior é o setor da educação em que se observa uma cobrança excessiva para a geração de mão de obra para o mercado de trabalho. Nas últimas décadas observou-se um crescimento do número de instituições de ensino superior e de matrículas no Brasil, expansão marcada pela predominante ampliação do setor privado de ensino (MINTO, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, as políticas sociais, econômicas e educacionais continuam se moldando de acordo com as propostas do mercado mundial; órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, ditam as regras para investimentos e benefícios para países que remetem uma qualidade total para a educação (SANTOS E ANDRIOLI, [s.d]).

Analisaremos os investimentos do Estado no ensino superior e médio e o resultado desses investimentos no número de instituições no Brasil, sendo o ensino superior o setor da educação que busca uma demanda por mão de obra qualificada.

Tabela 1 – Percentual do investimento público em educação em relação ao gasto público social de 2010 a 2013 (%)

Ano	Ensino Médio	Ensino Superior
2010	3,3	3,6
2011	4,0	4,1
2012	4,2	4,0

2013	4,2	4,2
Total	15,7	16,2

Fonte: Elaboração própria através dos dados do Inep – MEC (2016)

Analisando a tabela 1, o ensino superior representou um percentual de 16,2% nos gastos públicos relacionados aos investimentos em educação. Verifica-se o total investido em educação média e superior e o maior investimento principalmente das instituições de ensino superior e privadas como analisado na tabela 2, que são instituições basicamente comerciais que visam o lucro e acúmulo de capital, a qualidade do ensino dessas instituições são muito questionada e diversos cursos por vezes até fechados, por não atingirem a nota no conceito mínimo no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).

De acordo com a tabela 2, observa-se a ampliação substancial nas instituições de ensino superior privadas no Brasil no período, conforme a afirmação de CARMO et al (2014) em decorrência da iniciativa do Estado que beneficiavam essas instituições com descontos em financiamentos e isenções de impostos, proporcionando essa grande disparidade entre número de instituições públicas e privadas.

Tabela 2 – Número de instituições de ensino superior no Brasil de 2009 a 2012

Ano	Federal	Estadual	Privada	Total
2009	94	84	2.069	2.247
2010	99	108	2.100	2.307
2011	103	110	2.081	2.294
2012	103	116	2.112	2.331

Fonte: MEC – INEP- (2012)

Evidencia-se conforme dados apresentados uma má distribuição dos investimentos do Estado em educação em relação à dependência administrativa, observa-se o crescente aumento das universidades de ensino privado no período, que se dá basicamente pelos projetos implementados pelo Estado como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e PROUNI (Programa Universidade para Todos), muitas dessas instituições são verdadeiras fábricas de diplomas cujo pressuposto é a formação rápida, barata e simplificada, com recursos midiáticos, sem qualidade.

Tabela 3: Investimento público direto por estudante de 2010 a 2013 – R\$ 1,00

ANO	Ensino Médio	Ensino Superior
2010	3.720	19.748
2011	4.610	21.041
2012	5.246	19.110
2013	5.546	21.383
Total	19.122	81.282

Fonte: Elaboração própria através dos dados do Inep – MEC (2016).

A tabela 3 evidencia a disparidade dos investimentos em educação por setor, como já analisado, o ensino superior é o setor de mais visibilidade para o mercado de

trabalho, no período foi investido por aluno do ensino médio R\$ 19.122,00 e R\$ 81.282,00 por aluno do ensino superior, demonstrando a diferença considerável nos investimentos que visam qualificar pessoas para gerir o sistema capitalista. É possível notar também que os investimentos nesse setor apresentaram crescimento constante, porém, com maior proporção no que diz respeito ao ensino superior.

O Estado, nesse caso, passa a ser apenas o gestor dos serviços que delega ao setor privado, transferindo a responsabilidade, reservando para si somente o papel fiscalizador; onde as avaliações e controles buscam uma gestão eficiente do mercado e do capital. As políticas sociais perdem espaço em função da necessidade de transferir para a esfera do capital privado o acesso aos gastos públicos, reduzindo assim os direitos sociais (MINTO, 2006).

CONCLUSÕES

Concluiu-se com os dados e bibliografia apresentada a forte influência do sistema capitalista nos investimentos que o Estado faz em educação; há uma necessidade do capital avançar sobre o campo da reprodução social como a educação. Os dados mostram o investimento com gastos públicos em educação superior principalmente, e o crescente aumento das instituições privadas que basicamente visam o acúmulo de capital.

Diante das colocações expostas, ressalta-se que a educação atrelada aos interesses econômicos, leva à continuação do sistema capitalista, centralizando o poder em poucas mãos, impondo os critérios de mercado, que modificam o objetivo do ensino, promovendo a transformação das universidades em linhas de produção de bens e serviços educacionais.

REFERÊNCIAS

CARMO, F.E; CHAGAS, J.A.S; FILHO, D.B.F; ROCHA, E,C. **Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior estrutura básica de formação no ensino médio regular**. Brasília, 2014, p.306.

FRERES, H.A; RABELO, J; SEGUNDO, M.D.M. **O papel da educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica**. [s.l],[s.d], p.05,06.

INEP. Disponível em: portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

MEC – INEP. **Resumo técnico censo da educação superior de 2012**. Brasília, 2014, p.49.

MINTO, L.W. **Capitalismo e educação no Brasil: análise histórica do processo de reforma do Estado e do ensino superior**. São Paulo, 2006, p.03.

MOURA, A.C. **A educação e o alienado consenso à ordem do capital**. [s.l],[s.d], p.10.

SANTOS, R; ANDRIOLI, A.I. **Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar.** [s.l],[s.d], p.02,03.

A REFORMA NEOLIBERAL DO ESTADO BRASILEIRO E A ABSCISÃO NORMATIVA DOS DIREITOS TRABALHISTAS NO FINAL DO SÉCULO XX

Gilvan Dias de Lima Filho (gilvandl@ufcg.edu.br)¹⁹⁶

Área de submissão: Economia política

INTRODUÇÃO

A laboração do conhecimento é tradicionalmente erigida por meio da interação entre o sujeito que aprecia (*cognoscente*) e o objeto que é contemplado (*cognoscível*). Não obstante de parecer uma ação de reação tão natural ao homem à manifestação dessa vinculação entre o ser e o objeto não se torna obrigatoriamente sinônimo pleno da compreensão humana do real dentro da realidade. Como ratificação dessa limitação reservada, muitas vezes sancionada como fato social, constata-se a atuação cronológica pernicioso do homem contra si mesmo, respaldado em suas manifestações autodestrutivas dentro dos diversos sistemas de produção historicamente vigentes, em particular no capitalismo. Especificamente, a respeito do capitalismo brasileiro contemporâneo a Reforma do Estado na década de noventa alterou as condições relacionais do mercado de trabalho. Como constatação, ratificou-se a intensificação do processo de flexibilização, de desmobilização e de fragilização do trabalho como categoria, compendiada como subtração de ação e ideologia operária, movimento este apoiado por modificações pontuais e graduais da legislação trabalhista que somadas conferiram uma dimensão lesiva aos anseios da classe trabalhadora e conseqüentemente ao próprio desenvolvimento econômico nacional. Intrinsecamente, envolvido nessa conjunção, o presente trabalho buscou demonstrar as modificações promovidas pelo Poder Executivo e Legislativo Federal (em parceria) nas instâncias legais que regem a regulamentação do mercado de trabalho nacional. De modo tipificado o foco de análise foi rateada em quatro eixos. O primeiro almejou compendiar as reformas que modificaram as condições de uso da força de trabalho, ou seja, as possíveis formas de contratação e de gestão da jornada de trabalho (através do estudo das: Lei nº 8.949/94, Lei nº 9.601/98 e a Medida Provisória nº 1.709/98). O segundo ambicionou compreender as alterações das condições de provento da força de trabalho, com ênfase no salário mínimo, nas condições coletivas de negociação e na divisão dos ganhos (através da avaliação das: Medida Provisória nº 794/94, Medida Provisória nº 1.053/95, Medida Provisória nº 1.096/97 e a Lei nº

¹⁹⁶ Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Economia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: gilvandl@ufcg.edu.br

9.876/99). O terceiro aspirou apresentar as mudanças na conjuntura de amparo/assistência ao proletariado, dando realce aos programas de fomento de renda e emprego estabelecidos pela esfera federal, às normas que inspecionam as condições de trabalho, os preceitos para o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e ao seguro-desemprego e a possibilidade de licença para requalificação profissional (através do ajuizamento das: Portaria nº 865/95, Medida Provisória nº 1.726/98, Medida Provisória nº 1.779/99, Lei nº 9.799/99, Lei nº 5.859/00 e Medida Provisória nº 1.986/00). O último eixo focou nas mudanças efetivas na reforma sindical (através da apreciação dos: Projeto de Lei nº 1.802/96, Decreto nº 2.066/96, Projeto de Lei nº 3.033/97, PEC 623/98, Lei nº 9.957/00 e Lei nº 9.958/00).

REVISÃO DA LITERATURA

Ontologia é um conceito idealizado para explicar a natureza do ser. Trata do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum, que é inata a todos e a cada um dos seres particularmente. A ontologia é a teoria do ser em geral, da essência do real explícito em sua concreticidade.

Pensada nessa perspectiva e na expressão maior da condição social humana, o trabalho configura-se como inerência do homem, uma expressão de suas faculdades físicas e mentais. Um processo de atividade original e singular, no qual o homem se desenvolve, torna-se ele próprio; o trabalho não é só um meio para um fim - o produto - mas um fim em si mesmo, a expressão significativa do fundamento humano, simultaneamente, respondendo aos anseios da vida cultural, estética, lúdica, divisionária e social, para cada momento e espaço de desenvolvimento humano. Segundo MARX (1974):

Deve-se evitar antes de tudo fixar a "sociedade" como outra abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. A exteriorização da sua vida — ainda que não pareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outros — é, pois, uma exteriorização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou geral.

Contudo, a evolução da sociedade em modos de produção mecanizados (como o capitalismo), confirma a perda do trabalho como direito e dever engendrado em um princípio formativo-educativo. Como princípio formativo o trabalho emana do fato de que todos os seres humanos são naturais, portanto, é indispensável socializar, desde a infância, a noção de que é tarefa de todos os seres humanos o provimento da subsistência, procurando-se conceber desse modo à inexistência de uma geração de indivíduos convictos da exploração de terceiros.

O trabalho como princípio formativo não deve ser compreendido limitadamente como uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas, sobretudo, como princípio ético-político. Inserido nesse contexto, o trabalho passa respectivamente a ser um compromisso e um direito.

Como compromisso deve ser justo e obrigatório à participação de todos na elaboração da produção dos bens necessários e conspícuos. Como direito passa a ser fato

do ser humano se constituir em um ser da natureza que precisa estabelecer, por parte de sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural, transformando parte deste em bens, para a sua produção e reprodução. Logo, MARX (1974) constata que:

[...] o homem — por mais que seja um indivíduo particular, e justamente é sua particularidade que faz dele um indivíduo e um ser social individual efetivo — é da mesma medida, a totalidade, a totalidade ideal.

Doravante a história do trabalho humano transita unilateralmente da exclusão do trabalho como aspecto ontológico para sua simples incorporação como mercadoria produtiva (força de trabalho) na sociedade capitalista.

Com a inclusão do trabalho como mercadoria pelo modo capitalista de produção este passa também a ser concebido como produto agregado com valor de uso e de troca. Faz-se valor de uso no momento da sua empregabilidade produtiva, dando origem a outras mercadorias. Como valor de troca se concretiza na compensação de sua remuneração relacionada ao seu poder de compra (poder aquisitivo), permeada pelo nexo geral da escassez.

Na lógica improcedente do capitalismo o trabalho teria um duplo caráter, pois, seria simultaneamente, resultado do esforço do homem no sentido fisiológico, e nesse predicado de trabalho humano se assemelharia ao trabalho humano abstrato suscitando no valor da mercadoria e gerando, portanto, valor de troca; bem como, se disporia como empenho físico do homem sob contorno designadamente adequada a um fim, e nessa feição de trabalho humano concreto útil produziria valores de uso.

Nesse conforme, *Marx* esclarece que o valor de troca é fixado pelo montante de trabalho incorporado na força de trabalho, ou seja, é um elemento quantitativo representante do tempo de trabalho socialmente necessário para elaborar e gerar os meios de subsistência, em certo período histórico. Por sua vez, o valor de uso não é idealizado como uma categoria natural, mas como uma categoria peculiar da economia política. Na esfera da produção capitalista o valor de uso ostenta consignaões sociais singulares, que conformam seu emprego no cerne da produção e da circulação do próprio valor de troca. A relação entre o valor de uso e o valor de troca é uma relação de sujeição. O valor de uso compõe o “sustentáculo material” do valor de troca. O valor instituído no processo produtivo deve converte-se em valor de troca através da sua concretização no mercado. Isso, porém, só se torna viável se o valor gerado estiver congregado em um conjunto de valores de uso que satisfazem a imperativos sociais reais. No caso do sistema capitalista de produção é o agregado dos valores de uso que se enquadram para reinstituir os elementos materiais do capital constante (meios de produção) e do capital variável (meios de subsistência) que foram esgotados na produção anterior.

Portanto, confirmam-se as mercadorias como dimensões sociais, fruto, de relações produtivas passivas, onde o trabalho humano limita-se a ações físicas e intelectuais operacionais, percebidas puramente como formas de atuação desvinculadas de reflexão ou ponderação de sua real participação. Logo, as interações entre os homens em sua produção social capitalista manifestam-se como valores e coisas, podendo-se incluir em ambas as categoria o próprio homem, pois, como fator produtivo restrito o trabalhador não só produz coisas (mercadorias) como se confirma como tal. Como valor de uso gera valor de troca, permitindo ao capitalista pagar pela força despendida menos do que o equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzi-la.

A exploração torna-se assim nada anômalo e irregular, é uma típica decorrência do funcionamento padrão do modelo capitalista de produção, surgindo da subtração entre o valor instituído pela força de trabalho e o valor intrínseco da força de trabalho.

Dessa forma, explicita-se a essência do capital conectada ao que ele é e como ele opera. Em si constitui-se no valor da conglobação do trabalho não pago e sempre redirecionado ao processo de produção (e reprodução) do capital. No seu funcionamento, atua na expropriação da renda e na acumulação da riqueza gerada socialmente, mas, restrita a segmentos privilegiados (aos donos dos meios de produção).

No patamar ideológico, a reprodução que se estabelece é a de que o trabalhador recebe dividendos equivalentes ao seu esforço (ganha o que é justo), pois, parte do pressuposto de que os capitalistas e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho, o fazem em uma situação de igualdade e por livre preferência. Dissimulação ratificada mediante o contrato de trabalho que legaliza uma relação desigual.

Como discernimento desta discussão e voltando-se a mercadoria *Karl Marx* se permitiu visualizar a descaracterização do produto como fruto do trabalho humano, em outros termos, não se reconhece quem produziu apenas o que foi produzido. O valor da mercadoria está em si mesmo e não transcende a isto. Este acontecimento é definido pelo autor como o *fetichismo da mercadoria*. A sua decorrência é justificar a presença da mais-valia, do lucro e da reprodução do sistema, enaltecendo para isso a aparência, o objeto e a realidade em detrimento da verdade, do sujeito e do real. Escondendo, assim, o conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoafirmação, entre liberdade e necessidade, entre capital e trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar da exacerbação apresentada pelo governo brasileiro na década de noventa vinculados ao desempenho do mercado de trabalho nacional, sobretudo, na fomentação de empregos formais, o real dentro da realidade divulgada exhibe um quadro antagônico. O desemprego conjuntural, decorrente da insuficiência no crescimento econômico, confirma-se como verídico diante da incompatibilidade da demanda por emprego e da oferta de vagas, com supremacia da primeira, proporcionando, um excedente de mão-de-obra em quase todo o país. O desemprego estrutural relacionado com a qualidade do trabalhador, que simploriamente significa que o grau de instrução e de capacitação das pessoas desempregadas não está compatível com as exigências do mercado é latente, exaltando a defasagem entre a educação desqualificada e massificada e as requisições exageradas por trabalhadores polivalentes. O desemprego sazonal vinculado com as oscilações anuais de atividades econômicas específicas como os setores turístico e agrícola fortalecem o trabalhador de ocasião mesmo diante da abertura da economia com a criação de mercados externos cronologicamente sucessivos.

De tal modo conflitante se faz perceber no mesmo período as mudanças negativas impostas legalmente pelo governo com relação à força de trabalho envolvendo aspectos como: condições de proteção ao trabalho; deliberação da remuneração; aplicação da força de trabalho; e a atuação sindical e da Justiça do Trabalho. Exalta-se que pela abrangência e diversidades de ações governamentais efetivas o texto mencionará apenas alguns fatos, buscando ratificar o objetivo concreto do Estado brasileiro a respeito do trabalho.

Em atendimento ao amparo do trabalhador os atos governamentais na regulação da negociação coletiva são adversos. Em setembro de 1995 através da portaria nº 865 foi executado um desalento na fiscalização das condições de trabalho na qual a partir da constatação do não cumprimento da empresa de questões como segurança e ergonomia,

a mesma não seria multada apenas autuadas junto ao Ministério Público. Em 1998 através da MP nº 1.726 é determinado a possibilidade de interrupção temporária do contrato de trabalho de 2 a 5 meses para a capacitação do funcionário que durante esse período deverá envolver-se em cursos ou programas de qualificação profissional e receberá uma bolsa no valor do seguro-desemprego. Em junho de 1999 por meio de uma complementação da mesma medida provisória é fixado à prorrogação por tempo indeterminado para a qualificação do funcionário que desse modo não precisa ser demitido (contudo, também não auferir o salário vigente que na maioria das vezes é mais alto, bem como, não representa um dilatado custo de demissão).

Em apreço a remuneração do trabalhador deve-se destacar no ano 1994 a execução da MP nº 794 que regulava a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) dos trabalhadores nos respectivos recursos das empresas. Essa participação ocorreria via negociação coletiva e tinha periodicidade mínima de seis meses. Na prática significou uma substituição de conquistas por ganhos, pois, a participação nos lucros das empresas substituiu a obrigação de aumentos e reposições salariais anuais. Em junho de 1995 entrou em vigor a MP nº 1.053 impossibilitando a indexação de qualquer categoria salarial, bem como, possibilitando a cessação imediata de acordos considerados inflacionários. Em 1997 é instituída a MP nº 1.096 que passa a fixar unilateralmente o salário mínimo como exclusividade obrigatória anual do poder executivo federal sem qualquer dependência da reposição dos preços ou do custo de vida. Em dezembro de 1999 é efetivada a Lei nº 9.876 que cria o Fator Previdenciário que ratifica a suspensão da proporcionalidade entre o valor da aposentadoria e das pensões e o tempo de serviço.

Em consideração ao uso da força de trabalho pode-se sobressaltar a Lei nº 8.949 de dezembro de 1994 (popularmente denominada lei das cooperativas) que permitiu a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus membros. Logo, não seria mais obrigatório o registro em carteira profissional, o pagamento de férias, décimo terceiro salário, previdência social ou descanso semanal remunerado. Prosseguindo com a aplicação de uma nova postura, o governo federal brasileiro, em janeiro de 1995 não adere à convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que sancionava obrigações para o encerramento dos contratos de trabalho dificultando dispensas injustificadas. Em janeiro de 1998 entra em vigor a Lei nº 9.601 possibilitando a contratação de trabalhadores por tempo determinado (24 meses) em funções já existentes. Como parâmetros aplicativos foram estabelecidos que 50% dos funcionários poderiam ter contratos determinados, para empresas com até 50 empregados; 35% dos funcionários, para empresas entre 50 e 199 empregados, e 20% para empresas com mais de 200 empregados. Como exemplo de constatação da execução dos contratos por tempo determinado, os trabalhadores empregados durante 18 meses teriam diminuídos em 50% as alíquotas das contribuições sociais destinadas ao Sistema S, salário-educação e financiamento do seguro de incidentes de trabalho. Também seria contraído de 8% para 2% a contribuição patronal ao FGTS, além do não pagamento, pelo empregador, da multa de 40% sobre o saldo do FGTS do trabalhador no momento da rescisão do contrato de trabalho. Por fim, haveria uma redução no preço das horas extraordinárias realizadas sob a vigência de contratos de trabalho por tempo determinado. Em agosto do mesmo ano foi implementada a MP nº 1.709 definindo e regulamentando o trabalho por tempo parcial com jornada semanal de 25 horas. Respectivamente, o salário e o restante dos direitos trabalhistas seriam equivalentes ao número de horas trabalhadas (por exemplo, se o funcionário trabalha-se 25 horas semanais seu salário seria correspondente a 60% do salário integral e suas férias de 22 dias). Por fim, em dezembro de 1997 entra em vigor a MP nº 1.522 estabelecendo as condições de demissão do funcionário público quase sempre justificado pelo excesso de despesas e amparado legalmente. Os servidores

exonerados deveriam auferir ressarcimento de um mês de pagamento para cada ano de efetivo exercício no serviço público federal e os cargos desocupados seriam automaticamente suprimidos.

Em relação à atuação sindical alguns pontos merecem menção. Em 1996, o Projeto de Lei nº 1.802 impôs aos sindicatos o dolo da greve atribuindo punições que variavam de 500 a 1.000 salários mínimos por dia pela respectiva paralização da categoria. No mesmo ano o Decreto nº 2.066 restringia o número de licenças concedidas a servidores públicos para o cumprimento de cargos de representação sindical. Em 1997, o Projeto de Lei nº 3.033 desobriga a contribuição sindical, passando esta a depender da aceitação do trabalhador. Em 1998, a Proposta de Emenda Constitucional nº 623 elimina a representação sindical única, proporcionando, a existência de mais de um sindicato por categoria ou grupo de trabalhadores. Em analogia a Justiça do Trabalho destaca-se em 1998 a implementação da PEC 623 que delimita a atuação da referida justiça aos dissídios de natureza jurídica (excluindo, assim, os dissídios de natureza econômica) e incorpora as subversões sindicais como área de ação da mesma. Em 2000, a Lei nº 9.957 define que os dissídios pessoais de valor igual ou inferior a 40 salários mínimos sejam julgados em audiência exclusiva. No mesmo ano passa a vigorar a Lei nº 9.958 permitindo a criação da Comissão de Conciliação Trabalhista por empresas e sindicatos.

No resumo, torna-se plausível a constatação geral que todas estas medidas aplicadas objetivam intenções internacionais de revalorização do capital, imbuídas de condutas efetivas de transformação social, mesmo que negativamente impresumíveis.

CONCLUSÕES

Inequívoco deve sempre ser a captação do real incluso na realidade. Para *Karel Kosik*, isso deve ser uma busca e principiar-se com a decomposição do todo para em sequência rematar-se em um somatório geral, tornando-se ao mesmo tempo particular e amplo o elemento construtivo do exato conhecimento e proporcionando a fundamentação para uma estrutura explicativa confiável do agir humano.

Karl Marx desdobrou o estudo do real inserido na realidade ao detalhar a apreciação do trabalho arrolado às formações sociais, as relações econômicas e aos aspectos político-ideológicos, dentro de um sistema produtivo determinado (capitalismo). Constituindo, assim, o embasamento para a compreensão do homem a partir de suas especificidades, porém, como momentos de uma totalidade histórica.

Particularmente, a respeito do momento vigente do capitalismo brasileiro correlacionado aos impactos da Reforma do Estado em curso sobre o mercado de trabalho nacional, ressalta-se: a flexibilização das leis norteadoras das relações de trabalho, objetivadas na desoneração dos dispêndios empregatícios, tipificadamente, dos custos alusivos às condições de emprego (contratação, demissão e jornada de trabalho); aos valores de pagamento (singularidades, determinadas em cada contrato e salário); as diretrizes de proteção (ganhos em detrimentos de conquistas e direitos); e a atuação coletiva (sindicalização e a efetivação da Justiça do Trabalho). Igualmente importante e execrável é salientar o apoio político de diversos sindicalistas classistas ao segmento patronal na implementação de inovações nocivas direcionadas as admissões, exonerações e mobilidade funcional de trabalhadores, principalmente, mediante aplicação de medidas provisórias, portarias e decretos, que são componentes de menor oposição política. Primado como um conjunto de ações graduais e pontuais de mudanças contraproducentes na legislação trabalhista nacional que somente através de uma apreciação geral e de um

retrospecto das duas últimas décadas adquire o verdadeiro caráter nefasto e exalta a intensidade e amplitude da reforma em curso nas relações trabalhistas brasileiras. Destarte ratifica-se mais uma vez o capital como uma proposição econômica condicionada ao trabalho. Contudo, na prática a anástrofe dos valores expõe o trabalho como configuração de uma atividade de apropriação e expropriação não apenas de matéria, mas, de vidas. Ratificando o arcano exploratório de apreciação do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2002.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

PEREIRA, L. C. B. **A reforma do estado nos anos 90: lógica e mecanismo de controle**. In: Cadernos do MARE nº 1. Brasília, 1997.

O CAPITALISMO DEPENDENTE NA OBRA DE FLORESTAN FERNANDES

Natália T. Rodrigues¹⁹⁷

Área de submissão: Economia Política

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca comentar de maneira sucinta a vida e as principais obras de Florestan Fernandes (1920-1995). Paulistano, filho de empregada doméstica, considerado por Eric Hobsbawm um dos cinco maiores cientistas sociais do mundo, ex-deputado federal com dois mandatos em São Paulo, carinhosamente chamado por todos de Professor. Autor de inúmeros livros, muitos deles considerados clássicos para os que buscam não só compreender a formação do capitalismo brasileiro, mas também as polêmicas teóricas quanto ao enfoque dado à compreensão de tal realidade.

Podemos dizer que Florestan Fernandes se insere dentre aqueles autores que pensaram o capitalismo brasileiro enquanto dependente e subdesenvolvido¹⁹⁸. A escolha por tal pensador se dá, por basicamente duas motivações. A primeira é que ele foi capaz de articular de forma bastante ampla a formação brasileira, não se limitando a visão desenvolvimentista de Celso Furtado¹⁹⁹, tampouco a visão de desenvolvimento autônomo de Caio Prado²⁰⁰. O autor irá trabalhar de forma dinâmica, entrelaçando aspectos econômicos, políticos e sociais, para tanto fará uso daquilo que ficou conhecido como desenvolvimento desigual e combinado²⁰¹. Assim, compreender o cerne do pensamento

¹⁹⁷ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia/UFCG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica (GAACE) e mail – natecoufcg@gmail.com

¹⁹⁸ Os autores que pensaram o Brasil como subdesenvolvido e dependente são muitos, mas destaca-se neste trabalho Celso Furtado e Caio Prado Jr.

¹⁹⁹ Florestan critica a visão desenvolvimentista de Celso Furtado, pois alega que este autor não considera as especificidades da burguesia brasileira bem como não considera o padrão de reprodução do capital, limitando-se à esfera da circulação.

²⁰⁰ Florestan critica fortemente a visão pecebista de que seria necessária uma aliança com a burguesia nacional para o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

²⁰¹ O desenvolvimento desigual e combinado é estudado fundamentalmente por autores marxistas, pois as bases teóricas para tanto estão em Marx e Lenin sendo que o desenvolvimento da categoria está fundamentalmente em Leon Trotsky. Tal categoria nos possibilita compreender muito do desenvolvimento econômico e social dos países latino americanos enquanto países que articulam estruturalmente o novo com o velho, o moderno com o atrasado, ou seja, a combinação orgânica entre o atrasado e o moderno o que dará aos países latino americanos especificidades quanto a lógica do padrão de reprodução do capital.

do autor nos abre novas perspectivas de entendimento da formação social e econômica brasileira, o que é por princípio interessante para os que buscam minimamente entender o Brasil.

A segunda motivação é que estudar Florestan nos faz pensar a própria vida do autor, este que é “fruto” da desigualdade estrutural brasileira. Por ser filho de empregada doméstica começou a trabalhar nas ruas de São Paulo desde os sete anos de idade. Aprendeu a ler bastante jovem com sua madrinha, patroa de sua mãe, mas só voltou a estudar anos antes de entrar na Universidade de São Paulo, o qual também passou por inúmeras dificuldades, pois a mesma era por excelência uma universidade da elite e para a elite paulista. Não se esquecendo nunca de suas raízes históricas, ou como ele mesmo dizia “com os de baixo”, Florestan tornou-se exemplo daquilo que se chama nos dias de hoje de intelectual orgânico²⁰². Militou ativamente contra o Golpe de Estado em 1964, este que culminará em sua principal obra *A Revolução Burguesa no Brasil* (1966-1974) bem como se tornou representante máximo na luta pela educação gratuita e pública²⁰³. Soma-se ainda a importante trajetória que o autor teve na formação da Constituinte²⁰⁴ em 1988, entendida como um passo importante para o processo de redemocratização do país.

Com isso posto, comentaremos agora as principais obras de Florestan no que se refere ao capitalismo dependente, são elas: *A Revolução Burguesa no Brasil* (1966-1974); *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1975) e *Sociedades de Classes e Subdesenvolvimento* (1981). Em todas estas obras podemos demarcar alguns pontos que nos guiarão para aquilo que o autor chama de **capitalismo dependente**. Segundo o autor este é o processo de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar, (1) desenvolvimento econômico, (2) soberania nacional e (3) democracia.

Um ponto central para compreensão destes fenômenos são os chamados *circuitos fechados*, caracterizados pelo: (1) instinto de proteger a ordem (2) a propriedade individual (3) iniciativa privada (4) “livre imprensa” e associação dependente como mecanismos de manutenção da ordem.

Segundo o autor há duas questões básicas para a problemática do desenvolvimento. A primeira diz respeito a aspectos mais econômicos, em que o capitalismo dependente possui um padrão de acumulação com tendência à autonomização o que pressupõem a existência de um sistema produtivo heterogêneo. A segunda problemática é dualidade estrutural (articulação entre moderno e atrasado). O autor ressalta a funcionalidade dessa dupla articulação, em que a funcionalidade do atraso se dará como fator mínimo de estabilidade ao capitalismo dependente e a heterogeneidade

²⁰² Entende-se por intelectual orgânico aqueles que estão no mundo acadêmico, mas que fazem com que sua produção acadêmica esteja de fato voltada para a sociedade. O que inclui a pesquisa teórica e ação prática nas lutas cotidianas do povo.

²⁰³ Anexo I – Resultado e Discussão.

²⁰⁴ Anexo 2 – Resultado e Discussão.

estrutural irá comprometer o papel da concorrência como modo autônomo de articular a ordem econômica.

Portanto, se, por um lado, o **dualismo estrutural viabiliza** o aparecimento de um **processo de reprodução ampliada do capital com tendência à autonomização**, por outro, a **heterogeneidade estrutural bloqueia a possibilidade de esta tendência vir a adquirir força** suficiente para se realizar plenamente. Daí a origem dos obstáculos que não permitem que as economias dependentes sustentem uma dinâmica de acumulação de capital autossustentada. (ARRUDA Jr. 1997, pag. 160)

Já em sua principal obra - *A Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan nos propiciará um entendimento mais amplo da realidade brasileira. O autor argumenta que não há como precisar onde inicia a “Revolução Burguesa”, mas afirma que os germes deste poder estão na transição do Fim do Império e a República. Os pré-requisitos para o desencadeamento da Revolução Burguesa são: Independência Nacional, a consolidação do Estado Nacional e a generalização do trabalho livre. Sendo o ápice do processo quando os padrões de acumulação de capital e de dominação colocam a economia e a sociedade sob a hegemonia da burguesia industrial.

No capitalismo dependente a **revolução burguesa** se desenrola em um contexto **externo e interno extremamente adverso**, que restringe dramaticamente a possibilidade de conciliar transformações capitalistas e integração nacional. O vácuo econômico, sociocultural e moral deixa a revolução burguesa a reboque de uma burguesia. (FERNANDES, 1976, pg. 182-183)

Para Florestan as semelhanças com os “casos clássicos” de Revolução Burguesa se dão apenas sob três aspectos: (1) economia de mercado, (2) mais valor relativo, (3) economia monopolista articulada. Tais características, entretanto não explicam o capitalismo dependente e subdesenvolvido. Segundo o autor:

São a estas diferenças (e não àquelas uniformidades) que cabe recorrer, para explicar a variação essencial e diferencial, isto é, o que é típico da transformação capitalista e da dominação burguesa sob o capitalismo dependente. Só assim se pode colocar em evidência como e por que a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história. Ai, a Revolução Burguesa combina - nem poderia deixar de fazê-lo transformação capitalista e dominação burguesa. (FERNANDES, 1976, pag. 291)

Florestan argumenta que será a crise do “poder burguês” a causa central da grande crise que se arrastará pela história do país desde o início da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Assim, mostram-se as dificuldades intrínsecas que impedem o rompimento com o padrão de desenvolvimento estabelecido em sua origem, seus vínculos externos e ingerências. Para Florestan, o Golpe de 64 marcará a configuração do drama burguês no Brasil, quando o país passou a viver um ciclo de industrialização intensiva, mantida o subdesenvolvimento interno e a dominação externa.

REVISÃO DE LITERATURA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado fundamentalmente três livros já consolidados para a compreensão do pensamento de Florestan Fernandes, são eles: *A Revolução Burguesa no Brasil* (1976); *Florestan Fernandes Vida e Obra* (2013) de Laurez Cerqueira e por fim, *ENTRE A NAÇÃO E A BARBÁRIE: Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente* (1997) de Plínio Arruda Jr.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho pudemos perceber como a preservação de estruturas sociais anacrônicas se tornaram o meio das classes dominantes sobreviverem às ondas de modernização vindas de fora. Tais setores da sociedade empenham-se não na promoção do desenvolvimento autônomo nem na criação de mecanismos de socialização dos frutos do processo de industrialização e desenvolvimento do país, mas apenas na reprodução ampliada do capital de forma que garanta a manutenção da “ordem” impedindo a presença ativa das classes baixas no processo histórico.

Anexo 1



Passeata em defesa do ensino público, 1988.

Anexo 2



Promulgação da Constituição 1988.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento deste trabalho permitiu um conhecimento geral (porém sucinto) das principais obras de Florestan Fernandes no que tange ao capitalismo dependente. Percebeu-se ainda o quanto o autor pode ser considerado singular na história do Brasil, ao passo que veio de raízes populares e adentrou no mundo acadêmico de forma espetacular, deixando centenas de obras que contribuem de forma ampla para as ciências sociais. A análise cuidadosa que o autor faz em suas obras nos permite compreender a lógica de reprodução do capital na sociedade brasileira de forma a criticar as teorias fortes na economia brasileira, como a do desenvolvimento autônomo das burguesias brasileiras, ideia esta defendida por Caio Prado Jr. bem como, as teorias desenvolvimentistas como a de Celso Furtado. Soma-se a isso a inegável trajetória acadêmica-política de Florestan Fernandes (algo tão caro nos dias de hoje) que nunca deixou de representar um lado: o lado do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA JR, Plínio Soares. **ENTRE A NAÇÃO E A BARBÁRIE**: Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente. Campinas. 1997.

CERQUEIRA, Laurez. **Florestan Fernandes**: Vida e Obra. Segunda Edição. Expressão Popular. São Paulo. 2013.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Segunda Edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1976.

O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA EM TEMPOS DE CRISE: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA EM MEIO A CRISE ECONÔMICA DE 2008

Viviane Juliana Oliveira Silva (vivianejuliana5@gmail.com)²⁰⁵

Área de submissão: Economia Política

INTRODUÇÃO

Embora a existência do Estado preceda o sistema capitalista, este último não pode existir sem o primeiro. Da mesma maneira, o Estado, enquanto elemento da superestrutura social, só resiste porque é adequado ao desenvolvimento das forças produtivas (ENGELS, 1987).

Mais do que garantir os direitos a propriedade privada, através de um sistema de leis, o Estado legitima a segmentação da sociedade, consistindo em instrumento para obtenção do poder político por parte da classe dominante, mantendo, sobretudo quer seja por meio de seus instrumentos coercitivos, quer seja pela disseminação de seu arcabouço ideológico, a coesão social (OLIVEIRA, 2013).

Em tempos de crise, o Estado em grande medida assume a responsabilidade de financiar o excesso de capitais, contrair as dívidas milionárias das grandes corporações e, através de seu próprio endividamento, socializar as perdas, fazendo pesar sobre o povo as contradições, intrínsecas ao sistema e explicitadas na crise (ENGELS, 1987).

Dentro desse contexto, a crise econômica de 2008 que se iniciou por meio de uma bolha imobiliária, atingindo o sistema bancário e que se alastrou por todo mundo, veio confirmar a necessidade de políticas mais sérias para conter atitudes impulsivas de investidores e do mercado financeiro em geral.

Observa-se que mesmo diante de um contínuo pedido por um sistema totalmente liberal, sem a intervenção do Estado, em períodos de crise (e essa não foi uma característica desta crise, mas também das demais) o Estado assume a responsabilidade de conter os danos causados. Isso implica também que o Estado passa a ser refém do

²⁰⁵ Graduanda em Ciências Econômica pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

sistema, visto que precisa atender aos interesses do capitalismo no curto prazo, não considerando os danos sociais.

Em meio a uma combinação de desregulamentação e impulsividade, observa-se ao longo da história que visivelmente ou sutilmente as crises geradas por meio da mesma, em um cenário de estímulo ao liberalismo, sempre culminam na assistência do Estado para regularizar o mercado (MEDEIROS, 2009).

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel do Estado em meio à crise econômica mundial vivenciada a partir de 2008, no sentido de se observar mais uma vez a forte intervenção do Estado como principal agente assistencialista dos interesses capitalistas, em especial o setor financeiro.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se quanto ao seu objetivo, à metodologia descritiva, que como destaca Faria, Cunha e Felipe (2007, p.31): “[...] é utilizada quando se deseja descrever e demonstrar as características de um fenômeno e sua relação com outros fenômenos”. Segundo o critério baseado nos procedimentos técnicos, a pesquisa, pode ser classificada como bibliográfica, ou seja, desenvolvida com base em material já elaborado, assumido por fim, um caráter qualitativo.

REVISÃO DE LITERATURA

É notório que ainda nos dias atuais, a conceituação de Estado permanece imprecisa, apesar dos grandes avanços observados nas ciências sociais desde o século XIX. Não obstante, suas funções e a quem esta entidade deve servir também permanece na obscuridade dos embates ideológicos. Para a construção do referencial teórico da pesquisa, optou-se por verificar inicialmente, os distintos e mais conhecidos conceitos sobre o papel do Estado ao longo da teoria econômica, dentre eles a percepção de Friedrich Engels, Keynes e Milton Friedman. Em seguida, utilizando a leitura de Paul Krugman sobre a crise financeira de 2008, buscou-se compreender de maneira geral as causas e consequências da mesma. Por fim, aplica-se a teoria na prática, destacando as principais políticas adotadas por diversos países com o intuito de minimizar os efeitos da crise, contando com a contribuição teórica de distintos autores contemporâneos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Friedrich Engels constitui uma teoria acerca do surgimento do Estado, baseando-se em comentários de Marx acerca de *A sociedade antiga*, de Lewis Henry Morgan (BARROS, 2008, p.84). De acordo com a teoria de Engels, a origem do Estado está intimamente ligada ao surgimento do excedente econômico regular e, portanto, da propriedade privada e da divisão de sociedade em classes.

Dentro desse contexto, o Estado ao longo da história do capitalismo vem assumindo em grande medida a função específica de conciliador dos antagonismos existente no interior das sociedades, em suas diferentes fases de desenvolvimento, de modo que as relações de produção determinam a estrutura, a ação e o próprio caráter do Estado (OLIVEIRA, 2013).

De acordo com a concepção neoliberal, o Estado deve agir em caráter mínimo na dinâmica de desenvolvimento das economias, nas palavras de HÖFLING (2001), ao Estado cabem as seguintes funções:

As teorias políticas liberais concebem as funções do Estado essencialmente voltadas para a garantia dos direitos individuais, sem interferência nas esferas da vida pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade. Entre os direitos individuais, destacam-se a propriedade privada, assim como o direito à vida, à liberdade e aos bens necessários para conservar ambas (HÖFLING, 2001, p.7).

Para um dos maiores expoentes da escola monetarista, *Milton Friedman* as ações do Estado devem ser focalizadas na manutenção de um capitalismo competitivo, e aos contratos privados. Para os neoliberais as atuações do estado em caráter social através de políticas públicas na tentativa de minimização dos desequilíbrios econômicos, são vistos como entraves ao processo de desenvolvimento e responsáveis em grande medida pelas crises (JUNIOR, 2010).

A partir de 1930, com o enfretamento da mais grave crise econômica mundial as teorias dissidentes da visão neoliberal, ganharam força e o Estado passou a reter maior caráter intervencionista na economia. Keynes em sua obra *a Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* dissemina a necessidade de um Estado atuante como promotor do desenvolvimento e restaurador da ordem em tempos de crise, pois para ele o sistema não possuía mecanismos endógenos de autor regulação.

De acordo com Fiori (1992, p.76) “abriram-se caminhos para a presença de um Estado ativo e intervencionista. Um estado que reorganizado foi ator central na viabilização do mais longo e contínuo crescimento de longo prazo experimentado pelas economias avançadas.”.

A partir de 1970 à história assiste novas crises, que traz em seu seio as reformulações acerca do papel do Estado, e passa a observar a retomada do pensamento neoliberal, agora sobre um contexto mais amplo, o da globalização.

Para Medeiros (2009, p.466) “a globalização, antes o fermento da política econômica neoliberal, agora passou a ser o principal veículo de contágio do caos financeiro promovido pelo capitalismo financeiro inteiramente desregulado, volátil e especulativo”.

Ainda de acordo com Medeiros (2009) a forte onda de desregulamentação financeira aumentou substancialmente o surgimento das crises financeiras e monetárias, muito maior que outrora. Em sua visão a mais recente crise financeira representa, portanto, o ápice do desequilíbrio de forças no sistema capitalista ainda mais diante da enorme dependência de significativas economias mundiais em relação aos *subprimes* e títulos creditícios especulativos.

Com a recuperação da política monetária norte americana, após cortes agressivos nas taxas de juros para diminuir os efeitos da curta recessão devido a bolha pontocom, o mercado de imóveis passou a ser bastante atraente, conseqüentemente com o aumento da

demanda há um aumento dos preços e para aumentar a lucratividade nesse setor o mercado passa a atender o segmento subprime²⁰⁶

No terceiro trimestre de 2005, com a alta contínua dos preços dos imóveis, inviabilizando a compra de casas pela maioria das famílias, percebe-se uma desaceleração nas vendas. No ano posterior os preços também decrescem e os índices de inadimplência começam a subir.

Em 2007 com o fim da compra de cotas quirografárias o empréstimo subprime se tornou inviável e passou a ser extinto, o que agravou ainda mais a queda do mercado habitacional. No ano de 2008 as perdas decorrentes dos empréstimos subprime corroeu a confiança do sistema financeiro e isso resultou, segundo Krugman (2009), em um círculo vicioso de desalavancagem.

Os bancos transformaram esses empréstimos hipotecários em papéis e venderam a outras instituições financeiras, que também acabaram sofrendo perdas. Com as perdas decorrentes do colapso do valor dos ativos financeiros arriscados, inicia-se uma corrida bancária maciça.

Em meio a um contexto de intensa globalização e ao se tratar de uma crise econômica vivenciada na economia norte americana, observa-se que, conseqüentemente todo o mundo passa a ser afetado, exigindo-se ações do governo de cada país para conter as conseqüências desencadeadas pela mesma.

Diante de uma combinação de desregulamentação e impulsividade, observa-se ao longo da história que visivelmente ou sutilmente as crises geradas por meio da mesma, em um cenário de estímulo ao liberalismo, sempre culminaram na assistência do Estado para regularizar o mercado.

Segundo Hofling (2001), define-se Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, por sua vez, é definido como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Especificamente na crise de 2008 o então governo Bush divulgou um pacote de salvamento do sistema financeiro americano via compra de ativos problemáticos a ser administrado pelo Tesouro Americano de US\$ 700 bilhões, onde posteriormente uma parcela de US\$ 250 bilhões desse montante seria utilizada para recapitalizar os oito principais bancos do país, além de um pacote fiscal de US\$ 150 bilhões. (D'ALMEIDA, 2011).

No ano seguinte, Barack Obama ao assumir a presidência da potência norte americana, se deparou com difíceis situações sociais como desemprego em torno de 10% e uma média de 860 mil pessoas que tiveram suas casas retomadas. Para evitar o aprofundamento da recessão, o presidente assinou um plano para ampliar os gastos fiscais

²⁰⁶ As hipotecas subprime consistiam em empréstimos imobiliários concedidos a indivíduos sem histórico de crédito ou com histórico de inadimplência, ou seja, em geral famílias de baixa renda ou minorias. (Iede, 2008)

com o intuito de estimular a demanda. A ampliação dos gastos em infraestrutura e assistência social, corte de impostos da classe média mediante a concessão de crédito, ajuda aos mutuários residenciais de classe média que corriam risco de perder suas casas, financiamento para pequenas empresas, carros e financiamento estudantil para destravar o crédito, permanência da política econômica do governo anterior no que se refere à compra de ativos problemáticos, a adoção de uma política considerada protecionista visível principalmente na compra de manufaturas para projetos de infraestrutura e discriminação de estrangeiros portadores de visto de mão de obra qualificado, foram algumas das medidas adotadas pelo governo a fim de estimular a economia (D'ALMEIDA, 2011).

Alguns países, como Rússia e Argentina, adotaram medidas protecionistas para restringir as importações em setores sensíveis da indústria nacional. Algumas medidas, como a reestatização da previdência argentina, que era gerida por fundos de pensão através do mercado, e as medidas trabalhistas no Uruguai, não foram tomadas em função da crise, mas acabaram por influir na presente conjuntura dos países. Países como México e Paraguai atuaram de modo mais agressivo, principalmente no campo social e monetário. China, Japão, República da Coreia e o bloco ASEAN+3 criaram um fundo de emergência com o bloco no valor de US\$ 120 bi para garantir liquidez, evitar crises cambiais e combater a fuga de capitais (MATIJASCIC *et al*, 2009).

A ação adotada pelo governo brasileiro para minimizar os impactos da crise deu-se inicialmente pela facilitação do acesso ao crédito e depois no âmbito fiscal, onde houve isenções de impostos e aumento dos gastos públicos. Setores mais atingidos pela crise, como o automobilístico, por exemplo, tiveram uma maior atenção.

Entre 2007 e 2010, a dívida pública na zona euro aumentou de 65% para 85% do PIB, as taxas de juros elevaram-se, houve uma considerável redução das receitas públicas o que representou um forte peso na segurança social.

O Conselho Europeu de 25 e 26 de março de 2010 mandou o seu Presidente, Herman Van Rompuy, para conduzir uma Task Force destinada a elaborar as propostas de reforma para a União Econômica e Monetária, cujos objetivos principais consistiam em: O estabelecimento de um quadro permanente para a gestão de crises e para ajudar os países em dificuldades financeiras; O reforço da disciplina orçamental, o que nomeadamente exige uma reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento; A introdução da coordenação macroeconómica para reduzir os desequilíbrios que estão a desestabilizar a zona euro.

Portanto, nota-se que para a redução dos impactos da crise de 2008 o Estado participou ativamente na elaboração de mecanismos macroeconômicos que correspondessem às necessidades de cada localidade.

Isso implica que o Estado passa a ser refém do sistema, visto que precisa atender aos interesses do capital no curto prazo, muitas vezes, indo de encontro aos interesses dos demais indivíduos que compõem a sociedade. Porém, tal atitude acaba se tornando contínua, nota-se que o risco assumido pelos bancos nos EUA, por exemplo, passa a ser fruto de um “mau costume” de ter a certeza que se algo der errado prontamente será socorrido, pois a quebra de um banco resulta em uma série de implicações negativas para

o sistema. O Lehmon Brothers foi uma exceção, talvez uma punição do Estado para alertar os demais quando as políticas irracionais adotadas.

Dentro desse contexto, a crise econômica mundial observada a partir de 2008, compôs a necessidade de uma série de reajustes econômicos, por parte de diversos Estados Nacionais, especialmente, através de cortes nos orçamentos públicos e da elevação de impostos, impactando diretamente áreas sociais. Não obstante, observa-se mais uma vez, a forte intervenção do Estado capitalista, em especial, através dos diversos pacotes bilionários de ajuda aos bancos, sobretudo norte americanos e europeus, explicitando em meio a este cenário, o caráter conciliador e assistencialista (dos interesses financeiros) presente na atuação do Estado.

CONCLUSÕES

A crise de 2008 que se iniciou por meio de uma bolha imobiliária, atingindo o sistema bancário e que se alastrou por todo mundo, veio confirmar a necessidade de políticas mais sérias para conter atitudes impulsivas de investidores e do mercado financeiro em geral.

Observa-se também que mesmo diante de um contínuo pedido por um sistema totalmente liberal, sem a intervenção do Estado, em períodos de crise (e essa não foi uma característica desta crise, mas também das demais) o Estado assume a responsabilidade de conter os danos causados, muitas vezes indo de encontro aos interesses sociais.

Logo, nota-se que apesar do Estado não ser uma entidade do sistema capitalista, em grande medida o poder de resiliência do sistema depende visivelmente das atuações do Estado, sobretudo em tempos de crise econômica.

Nesse sentido, verificou-se que as atuações do Estado têm corroborado com os objetivos da classe dominante, a fim de atender e manter os seus interesses, pois a regulamentação no setor financeiro, por exemplo, ainda continua fraca diante das artimanhas mercadológicas. E mesmo diante dos erros assumidos por esse segmento, as punições para eles ainda são incomparáveis diante das consequências que a sociedade como um todo lida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Vinícius Soares de Campo. **Algumas considerações sobre a Teoria marxiana do Estado**. Perspectiva Filosófica.n. 28, vol. II, p.80-104, 2008. Disponível em:<https://www.ufpe.br/ppgfilosofia/images/pdf/algumasconsideracoes_v_barros.pdf> Acesso em: out. 2014

D'ALMEIDA, Alexandre. Rodrigues.; **A Estratégia Americana de Enfrentamento da Crise de 2008 e a Guerra Cambial**. In: Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), IV, Rio de Janeiro, 2011. p. 20. Disponível em:<<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/65.pdf>> Acesso em: Out. 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 11. ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1987. 215 p.

FIORI, José Luis da Costa . Para repensar o papel do Estado sem ser um Neoliberal. **Revista Economia Política**, São Paulo - Ed. Brasiliense, p. 76-89.v.12, nº1(45), jan-mar 1992. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/pdf/45-6.pdf>> Acesso em: out. 2014.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, São Paulo, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em:<<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>> Acesso em: out. 2014

JUNIOR, Paulo Galvão.; OLIVEIRA, Marcus. Eduardo. O papel do Estado na intervenção da economia capitalista. **Granja News**, São Paulo, p. 1 – 17.jul. 2010.Disponível em: <<http://www.portaldoeconomista.org.br/arquivos/tribunas/010720101441432779.pdf>> Acesso em: out. 2014.

KRUGMAN, Paul.; **A crise de 2008 e a economia da depressão**. 4. ed. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 201 p.

MATIJASCIC, Milko.; PIÑÓN, María.; ACIOLY, Luciana. **Crise Financeira Internacional - Reação das Instituições Multilaterais**. In: Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho. 1. ed. Brasília: ANFIP, 2009. 200 p.

MEDEIROS, André Antonio A.Estado, crise econômica mundial e a centralidade do trabalho. **Revista Direito GV**, São Paulo, p. 459-470. jul-dez 2009.Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v5n2/11.pdf>> Acesso em: out. 2014.

OLIVERIA, Nilton Marques ; STRASSBURG, Udo. . **Revisitando o papel do Estado na economia capitalista**. In: XVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2013, Belo Horizonte. XVIII Encontro Nacional de Economia Política. Disponível em:<<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/texto-1.1.-revisitando-o-papel-do-estado-naeconomia-capitalista.pdf>> Acesso em: out. 2014

POCHMANN,Marcio.; **A crise internacional e seus efeitos no Brasil**. In: Crise Financeira Mundial: impactos sociais e no mercado de trabalho. 1. ed.Brasília: ANFIP, 2009. 200p.

